PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMEN

DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO REVISADO E ATUALIZADO BLUMENAU - SC

Editora

Cruz Azul no Brasil

BLUMENAU/SC
2023

Prefeitura de Blumenau | Secretaria de Desenvolvimento Social

COMEN Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas

Cruz Azul no Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMEN
Dra. Maria Roseli Rossi Avila
(Responsável Técnica)

DIAGNÓSTICO COMUNITÁRIO REVISADO E ATUALIZADO
BLUMENAU - SC

Editora

BLUMENAU/SC
2023

@ 2023 – Cruz Azul no Brasil. Todos os direitos reservados.

REDAÇÃO
Maria Roseli Rossi Avila

ORGANIZAÇÃO
André Aliatar Dutra
Cleiton de Souza
Egon Schlüter
Erenice de Souza de Carvalho
Luis Carlos Avila
Rolf Hartmann
Vivian Laps da Silva de Lima

RESPONSÁVEL TÉCNICA
Maria Roseli Rossi Avila

DIAGRAMAÇÃO E CAPA
Luis Carlos Avila Junior

COLABORAÇÃO
Egon Schlüter
André Aliatar Dutra
Eduardo Dal Molin Cristo
Luis Carlos Avila
Cleiton de Souza
Marlei Teresinha da Silva de Morais (Estagiária FURB)
Thayná Duarte de Souza (Estagiária FURB)
Josiane Onesko (Estagiária UNIASSELVI)
Beatriz Domingues Oliveira Resende (Estagiária Cruzeiro Educacional)

COLABORAÇÃO VOLUNTÁRIA
Rolf Hartmann
Luis Carlos Avila Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Blumenau (SC). Prefeitura. Secretaria de Desenvolvimento Social. Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas
Diagnóstico comunitário revisado e atualizado : Blumenau - SC /Prefeitura do município de Blumenau ; responsável técnica Maria Roseli Rossi Avila. -- 1. ed. -- Blumenau, SC : Cruz Azul no Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-88560-24-2

1. Blumenau (SC) - Aspectos socais 2. Drogas - Abuso - Aspectos sociais 3. Drogas - Abuso - Prevenção 4. Drogas - Abuso - Tratamento 5. Políticas públicas 6. Políticas públicas - Planejamento I. Avila, Maria Roseli Rossi. II. Título.

23-173362 CDD-362.1098164

Índices para catálogo sistemático:

1. Blumenau : Santa Catarina : Drogas : Abuso : Problemas sociais : Saúde pública 362.1098164

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Editora: **Cruz Azul no Brasil**
Rua São Paulo, 3424. Itoupava Seca
89.030-000 – Blumenau – SC
Fone: (47) 3035-8400
E-mail: cruzazul@cruzazul.org.br
Site: www.cruzazul.org.br

PREFEITURA MUNICIPAL
Mário Hildebrandt – Prefeito Municipal
Maria Regina de Souza Soar – Vice-Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMUDES
Patrícia Morastoni Sasse – Secretária Municipal

DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS
Marciano Tribess – Diretor (2021-2023)
Fábio Morástico Ramos – Diretor (2023)

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (COMEN) – MESA DIRETORA

Sérgio Luis Santos – Presidente
Fábio Morástico Ramos – Vice-Presidente
Osni Luiz Bahr – 1º Secretário
Mauro José Quintino – 2ª Secretário
Flavio Roberto da Silva – 1º Tesoureiro
Leandro Guarienti – 2º Tesoureiro

Representantes Governamentais

SEMUDES – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Titular: Marli Olinda Tomelin Karpen
Suplente: Ednéia Alessandra Marchetti
Titular: Fábio Morástico Ramos
Suplente: Mauro José Quintino

SEMUS – Secretaria Municipal da Saúde
Titular: Jaéte Catarina Eismans Panoch
Suplente: Renate Chaves Dietzold
Titular: Deisi Maria Sedrez Theiss
Suplente: Lenice Inês Koltermann

GAPREF – Gabinete do Prefeito
Titular: Volmar Capistrano
Suplente: Allan Cristian Buettgen

SEMED – Secretaria Municipal de Educação
Titular: Josiane Schulenburg Lemoni
Suplente: Sabrina Bernardes

Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais
Titular: Araci Cristina França de Carvalho
Suplente: Regina Cardoso da Silva

Pró – Família – Secretaria da Família
Titular: Leandro Guarienti
Suplente: Caio Marcel de Souza

Secretaria Municipal de Esportes
Titular: Sandra Cristina Ziegler
Suplente: Milton Carvalho Filho

Representantes da Sociedade Civil

ACIB – Associação Comercial e Industrial de Blumenau
Titular: Rolf Hartmann
Suplente: Jorge Martins Bublitz

Cruz Azul no Brasil
Titular: Egon Schluter
Suplente: Cleiton de Souza

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Blumenau
Titular: Ricardo Wippel
Suplente: Tiago Marciano Miranda

CERENE – Centro de Recuperação Nova Esperança
Titular: André Felipe Hoch
Suplente: Marcos Edwin Mey

CTV – Centro Terapêutico Vida
Titular: Flávio Roberto da Silva
Suplente: Eliane Stopa Siqueira

Representante das Associações de Moradores: Associação de Moradores da São Bernardo – AMOSABE
Titular: Fabrício César Vieira
Suplente: Cleber José dos Santos

Representante dos Conselhos de Segurança – CONSEGs; CONSEG – Conselho de Segurança Centro/Escola Agrícola e Região
Titular: Osni Luiz Bahr
Suplente: Antônio José Corrêa

Representante de Instituições Religiosas e entidades de grupo de apoio e/ou mútua ajuda e/ou associação de usuários. Ordem dos Ministros Evangélicos de Blumenau (OMEBLU)
Titular: Sérgio Luis Santos
Suplente: Osmar Gonçalves

Representantes Governamentais vinculados à Esfera Estadual no Município de Blumenau

Polícia Militar
Titular: Marlos Henrique Pereira
Suplente: Paulo Henrique de Almeida

Polícia Civil
Titular: Rui Godinho da Mota
Suplente: Vacância

Gerência Regional de Saúde
Titular: Raquel Ritter
Suplente: Kalinca Schwarz

Gerência Regional de Educação
Titular: Joucemara Reck
Suplente: Rodrigo Pires Ferreira

COMISSÃO PERMANENTE DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS INTEGRADAS SOBRE DROGAS – PLAMIPED

Diretoria de Políticas Públicas sobre Drogas
Fábio Morástico Ramos – Coordenador

Conselho Municipal de Políticas sobre drogas – COMEN
Mauro José Quintino – Titular
Juliana Ludwig Quintani – Suplente

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES
Fábio Morástico Ramos – Titular
Leize Fraga Moritz – Suplente

Assessoria de Gabinete – Gabinete Prefeito – GAPREF
Volmar Capistrano – Titular
Allan Cristian Buettgen – Suplente

Secretaria da Família – PRÓ-FAMÍLIA
Tamires dos Santos – Titular
Gustavo Lúcio Gomes da Rocha – Suplente

Secretaria Municipal de Educação – SEMED
Josiane Schulenberg Lemoni – Titular
Sabrina Bernardes – Suplente

Secretaria Municipal da Saúde – SEMUS
Deisi Maria Sedrez Theiss – Titular
Lenice Inês Koltermann – Suplente

Secretaria Municipal de Esportes – SME
Sandra Cristina Ziegler – Titular
Milton Carvalho Filho – Titular

Secretaria Municipal de Defesa Civil – SEDECI
Shaiane Honório – Titular
Márcio José Correa – Suplente

Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais – SMC
Walter Salvador – Titular
Araci Cristina França de Carvalho – Suplente

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização de Blumenau no mapa de Santa Catarina 15
Figura 2 – Localização dos bairros de Blumenau, SC 16
Figura 3 - Lista dos Bairros que constituíram a amostra comunitária em 2017 24
Figura 4 – Serviços/instituições constituição amostra comunitária em 2022 25
Figura 5 – Oficinas Comunitárias realizadas em 2017 31
Figura 6 – Serviços/Instituições amostra comunitária 2022 32
Figura 7 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 1: CSU Garcia 38
Figura 8 - Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 2: Bairro da Velha 43
Figura 9 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 3: Itoupava Central 48
Figura 10 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 4: Fortaleza 52
Figura 11 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 5: Bairro Escola Agrícola 56
Figura 12 – Espaços de lazer referidos por jovens e familiares 58
Figura 13 – Principais fatores de risco e vulneração na relação com espaços de lazer 59
Figura 14 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 6: Bairro Vorstadt 62
Figura 15– Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 7: Badenfurt 66
Figura 16 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 1B: CSU Garcia 71
Figura 17 – Etapas do Processo de Acolhimento 73
Figura 18 – Oficinas de Rodas de Conversa – 2021/2022 75
Figura 19 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Grupos de Apoio Blumenau 77
Figura 20 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários CTV 86
Figura 21 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Cerene Adultos 98
Figura 22 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Cerene Adolescentes 105
Figura 23 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Grupos Cruz Azul 113
Figura 24 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social 117
Figura 25 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários CAPSad 121
Figura 26 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuárias Casa Eliza 127

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Alcoólicos Anônimos
ACIB	Associação Comercial e Industrial de Blumenau
ACONSEG	Associação de Conselhos de Segurança de Bairros
AG´s	Ambulatórios Gerais
AMABA	Associação de Moradores e Amigos do Badenfurt
AMBLU	Abrigo Municipal de Blumenau
AMOSABE	Associação de Moradores da São Bernardo
APP	Aplicativo
ATOD	Problemas relacionados “a alcohol, tabaco y otras drogas”
CADCA	Coaliciones Comunitarias Antidrogas de América
CAPS	Centros de Atenção Psicossocial
CAPSAD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CASEMI	Centro de Atendimento Socioeducativo em Semiliberdade
CASEP	Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CERENE	Centro de Recuperação Nova Esperança
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
COMEN	Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas
CONAD	Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas
CONSEG	Conselho de Segurança de Bairros
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CSU	Centro Social Urbano
CT	Comunidade Terapêutica
CTV	Centro Terapêutico Vida
CVV	Centro de Valorização da Vida
DARE	*Drug Abuse Resistance Education*
DQ	Dependência Química
EBM	Escola Básica Municipal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESF	Estratégia Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
FAEMA	Faculdade de Educação e Meio Ambiente
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAD	Fundação Nacional Antidrogas
FURB	Universidade Regional de Blumenau
GAPREF	Gabinete do Prefeito
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índece de Desenvolvimento Humano
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil
IOM	*Institute of Medicine*
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais +
LNUD	Levantamento Nacional Sobre uso de Drogas
MASP	Método de Análise e Solução de Problemas

MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MEUC	Missão Evangélica União Cristã
MPSC	Ministério Público de Santa Catarina
MS	Ministério da Saúde
NA	Narcóticos Anônimos
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMEBLU	Ordem dos Ministros Evangélicos de Blumenau
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG's	Organização Não Governamental
OSC	Organização Sociedade Civil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto interno Bruto
PLAMIPED	Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau/SC
PLAMAD	Plano Municipal de Pólíticas de Políticas Sobre Drogas
PLANAD	Plano Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
PMSC	Polícia Militar de Santa Catarina
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PNAD	Política Nacional Sobre Drogas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPL	Pessoa Privada de Liberdade
PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PSC/LA	Prestação de Serviços à Comunidade/ Liberdade Assistida
RAPS	Rede de Atendimento Psicossocial
SEDEC	Secretaria de Defesa Civil
SEDECI	Secretaria da Defesa Civil
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMUDES	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SEMUS	Secretaria Municipal de Promoção da Saúde
SENAD	Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos.
SEST/SENAT	Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas
SPA	Substâncias Psicoativas
SMC	Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais
SME	Secretaria Municipal de Esportes
SRT	Serviços Residenciais Terapêuticos
SUS	Sietema Único de Saúde
TCU	Tribunal de Contas da União
UA	Unidade de Acolhimento
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA 13
1.1.1 O Contexto socioterritorial 14
1.2 JUSTIFICATIVA 18
1.3 OBJETIVOS 19
1.3.1 Objetivo geral 19
1.3.2 Objetivos específicos 19
2 PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA 20
2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 20
2.1.1 Universo e Amostra 22
2.1.2 Coleta de Dados 26
2.1.2.1 Procedimentos de Coleta de Dados 2017 26
2.1.2.2 Procedimentos de Coleta de Dados 2022 32
2.2 OFICINAS COLETA DE DADOS 2017 e 2022 36
2.2.1 Oficinas Coleta de Dados em 2017 – Rodas de Diálogo 36
2.2.1.1 Oficina Comunitária 1 – CSU Garcia 36
2.2.1.2 Oficina Comunitária 2 – Bairro da Velha 42
2.2.1.3 Oficina Comunitária 3 – Bairro Itoupava Central 47
2.2.1.4 Oficina Comunitária 4 – Bairro Fortaleza 52
2.2.1.5 Oficina Comunitária 5 – Bairro Escola Agrícola 56
2.2.1.6 Oficina Comunitária 6 – Bairro Vorstadt 61
2.2.1.7 Oficina Comunitária 7 – Bairro Badenfurt 66
2.2.1.8 Oficina Comunitária 1B – Bairro Garcia 71
2.2.2 Oficinas de Coleta de Dados em 2022 75
2.2.2.1 Oficina de Roda de Conversa Grupos de Apoio de Blumenau 76
2.2.2.2 Oficina de Roda de Conversa Usuários Centro Terapêutico Vida (CTV) 85

2.2.2.3 Oficina de Roda de Conversa Usuários Cerene Adultos 96
2.2.2.4 Oficina de Roda de Conversa Usuários Cerene Adolescentes 105
2.2.2.5 Oficina de Roda de Conversa Usuários Grupos de Apoio Cruz Azul 113
2.2.2.6 Oficina de Roda de Conversa Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social 117
2.2.2.7 Oficina de Roda de Conversa Usuários CAPSad 121
2.2.2.8 Oficina de Roda de Conversa Usuárias Casa Eliza 127
2.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DIAGNÓSTICO COMUNITÀRIO 136
2.3.1 Eixo I – Prevenção 136
2.3.2 Eixo II – Tratamento, Cuidado e Reinserção Social 144
2.3.3 Eixo III - Redução da Oferta 151
2.3.4 Eixo IV - Pesquisa e Avaliação 154
2.3.5 Eixo V da Governança, Gestão e Integração 156
CONCLUSÃO 160
REFERÊNCIAS 161
APÊNDICE A – Documentos comprobatórios Oficinas 2021 - 2022: lista de presença 170
APÊNDICE B – Documentos comprobatórios oficinas 2021 – 2022: Fotos 176
..... 179
ANEXO A – Documentos comprobatórios oficinas 2017: listas de presença 180
ANEXO B – Documentos comprobatórios oficinas 2017: Fotos 199

INTRODUÇÃO

O uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas afeta diretamente a população de um município e exige respostas fundamentadas em pesquisas e diagnósticos que permitam analisar a realidade e alcançar efetividade nas ações. Em nível de país, existe relativa produção de pesquisas científicas, no entanto, em nível de município, há uma lacuna, conforme dados do levantamento técnico e comunitário efetuado em 2017 e 2022 para fins de construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre drogas – Plamiped – de Blumenau.

Neste sentido a importância da elaboração de um Diagnóstico Comunitário da Política sobre drogas no município. Conforme Bandeira *et al.* (2020, p. 122) um diagnóstico comunitário "é uma ferramenta usada para identificar os principais problemas da população com a finalidade de estabelecer prioridades" para os serviços da área relacionada ao tema em estudo num município. Significa que, conforme os autores, um diagnóstico comunitário tem como finalidade observar fatores que possam impor limites ao desenvolvimento de diretrizes e ações a serem propostas, implantadas, planejadas e implementadas num contexto de realidade estudada, bem como, elencar propostas que possam quebrar a barreira desses limites e implantar mudanças que visem a transformação social.

Conforme Werner e Bower (1984, p. 107), "Fazer o diagnóstico comunitário é identificar os problemas, as necessidades, os recursos de uma comunidade". Este processo, segundo os autores, constitui a primeira etapa do planejamento que resultará no estabelecimento de objetivos e ações estratégicas que trarão as mudanças almejadas pela população.

Esse tipo de levantamento comunitário, além de fornecer um mapa do contexto socioterritorial da população que acessa os serviços de um município, possibilitar o desenvolvimento de propostas e soluções, podem vir a contribuir com o aumento e o fortalecimento de vínculo entre os profissionais e os usuários dos serviços, conforme Bandeira *et al*. (2020). Segundo os autores, um diagnóstico comunitário também permite a organização dos serviços de acordo com as necessidades da população local, bem como a melhoria na qualidade do atendimento dos serviços existentes num município.

Maria Roseli Rossi Avila
Responsável Técnica - Cruz Azul no Brasil

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O Instituto Nacional CADCA (*Coaliciones Comunitarias Antidrogas de América*) criado, em 2002, pelo Congresso dos Estados Unidos indica cinco elementos do Marco de Prevenção Estratégica[1] que ajudam a desenvolver a estrutura necessária para implementar ações em nível comunitário que resultem na redução efetiva de consumo e abuso de álcool, tabaco e outras drogas (CADCA, 2008). Estes elementos estão divididos em etapas, quais sejam:

> • Etapa 1: Diagnóstico. Recoger datos para identificar los problemas, los recursos y la disposición de la población dentro de un área geográfica y así atender las necesidades y los vacíos.
>
> • Etapa 2: Capacidad. Movilizar y/o fortalecer habilidades dentro de un área geográfica para atender sus necesidades.
>
> • Etapa 3: Planificación. Desarrollar un plan estratégico integral que incluya políticas, programas y actividades creando un marco lógico basado en la información obtenida para atender los problemas identificados en la primera etapa.
>
> • Etapa 4: Implementación. Implementación de los programas, las políticas y las actividades de prevención en base a la evidencia.
>
> • Etapa 5: Evaluación. Medición del impacto del SPF y de los programas, políticas y actividades desarrollados (CADCA, 2008, p. 04).

Conforme Cerqueira (2021, p. 09),

> • Diagnosticar significa conhecer, levantar informações, pesquisar. Significa fazer uma avaliação de uma realidade determinada, baseada em dados e informações.
>
> • Diagnosticar implica: conhecer/pesquisar, interpretar e propor.
>
> • O objetivo do diagnóstico é gerar um novo conhecimento sobre um aspecto da realidade (realidade desconhecida e/ou que precisa aprofundar o conhecimento). Sem diagnóstico não se pode saber quais são as necessidades próprias de cada lugar e os programas oferecidos acabam sendo inadequados.

Um diagnóstico comunitário com fins de implementação de estratégias e propostas de mudança de uma política ou situação num município, visa "caracterizar, conhecer os serviços, ações, programas e projetos disponibilizados para a população" e, principalmente, "escutar essa população

[1] O Marco de Prevenção Estratégica (SPF) foi desenvolvido pela Oficina de Serviços de *Salud Mental y Abuso de Sustancias Psicoactivas del Ministerio de Salud y Servicios Sociales de los Estados Unidos* (CADCA, *s/d*, p. 03).

para saber qual é sua avaliação sobre o acesso e a qualidade dos serviços e ações" (Guia, 2020, p. 08). O incentivo a uma relação de ajuda e respeito mútuo é imprescindível nesse momento.

É extremamente importante que, no processo de escuta da população, embora não seja possível forçar a participação, todos possam ter oportunidade de participar, ouvindo, discutindo, opinando, propondo, "focando o problema mais específico que a mesma quer resolver" (Cerqueira, 2021, p. 11).

> O conceito de participação, no âmbito dos processos de diagnósticos e planejamentos participativos, pressupõe divisão de poder no processo decisório, passando pelo controle das partes sobre a execução e a avaliação dos resultados pretendidos. Ou seja, participar, neste caso, é tomar parte das decisões e ter parte dos resultados (Cerqueira, 2021, p. 08).

Quando se tem um diagnóstico comunitário como ponto de partida para pensar políticas públicas, "[...] as ações são planejadas, decididas e realizadas em comum, entre profissionais e comunidade, a partir de uma identificação local de problemas e recursos, de uma adaptação das prioridades do município às políticas" (Werner; Bower, 1984, p. 91).

Um diagnóstico comunitário deve buscar "captar também as potencialidades locais, ou seja, as vocações e as vantagens" daquela comunidade, bairro ou município [...]. Porque são estas as potencialidades que devem ser dinamizadas para [...] superar os problemas identificados" e atingir as metas propostas (Cerqueira, 2021, p. 10 -11).

1.1.1 O Contexto socioterritorial

No século XVIII a região de Blumenau era povoada pelos índios *Kaigang*s, *Xoklengs*, e *Botocudos*, bem como algumas famílias estabelecidas na região de Belchior, às margens do ribeirão Garcia e do rio Itajaí-Açú. Blumenau foi implantada no último "trecho navegável do rio Itajaí-Açú na confluência dos rios Garcia e Velha" (Avila, 2015, p. 40). Em 02 de setembro de 1850 houve a chegada do alemão Hermann Otto Blumenau e outros imigrantes que iniciaram a ocupação do vazio demográfico do Vale do Itajaí.

A Colônia era até então de propriedade do fundador, Dr. Blumenau, e após a encampação do empreendimento com o Governo Imperial, o mesmo foi mantido na direção até a elevação da colônia para município.

O Decreto nº 860, de 4 de fevereiro de 1880 elevou a colônia a município, porém, devido a uma grande enchente, somente houve a instalação do município em 10 de janeiro de 1883, com a Câmara Municipal assumindo o exercício. Logo após, em 1886, o município recebeu o título de Comarca e, finalmente, em 1928, passou à categoria de Cidade (Blumenau, *s/d*).

Blumenau é amplamente conhecida pelas suas origens europeias, bem como por sua arquitetura, gastronomia e natureza abundante. O município,

> [...] é um excelente centro de compras, oferecendo produtos como cristais e artigos têxteis, reconhecidos nacionalmente e internacionalmente. Conhecida como cidade organizadora de grandes eventos e festas populares, com infraestrutura profissional, é sede do maior Centro de Eventos de Santa Catarina, o Parque Vila Germânica (Blumenau, *s/d, online*).

Para alguns autores, o município de Blumenau é conhecido

> [...] como um espaço cultural, contendo elementos identitários que constituíram a localidade a partir das relações entre imigração, trabalho, raízes e tradições. Ao circular por Blumenau nos dias atuais, ainda são constantes as referências e alusões deixadas e re elaboradas por esta "tradição inventada"[1] fruto de um processo imigratório marcantemente alemão que é presente, vivo e cultivado pela população, e, portanto, vários são os indícios das tradições alemãs (Furtado, Quitzau e Silva, 2018, p. 666).

O município de Blumenau está localizado no nordeste de Santa Catarina, Região Sul do Brasil, na mesorregião do Vale do Itajaí, possuindo uma área territorial total de 518,619 km^2 sendo que desta 98,25 km^2 é composto de área urbana. A Mata Atlântica é o bioma predominante (IBGE, 2010).

Figura 1 – Localização de Blumenau no mapa de Santa Catarina



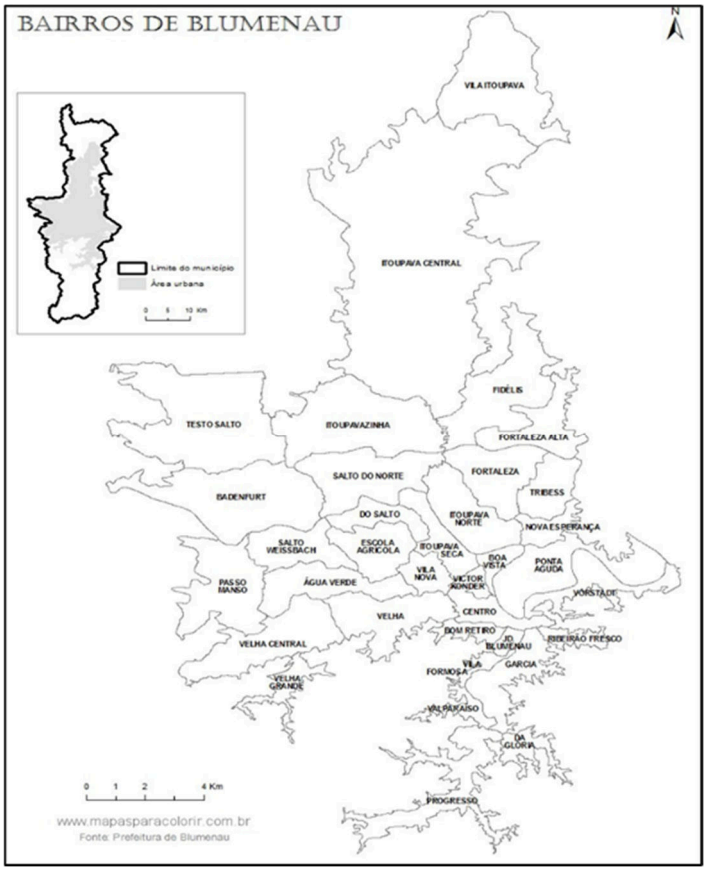
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Epagri (2015)

O último levantamento demográfico foi realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontou um total de 309.011 habitantes, (IBGE, 2010). Já a estimativa em 2021 é de 366.418 habitantes, conforme o Instituto nacional.

O município possui um relevo acidentado, “serras na região sul, vales na região norte e ribeirões. Um dos pontos mais altos da cidade é o Morro Spitzkopf, com 920 metros e o Morro Santo Antônio, com 970 metros. A altitude média de Blumenau é de 21 metros acima do nível do mar” (Ambiente Brasil, *s/d, online*).

A cidade de Blumenau é formada por 35 bairros e dois distritos: a Vila Itoupava, localizado na região norte, e o Garcia Grande, localizado na região sul.

Figura 2 – Localização dos bairros de Blumenau, SC



Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau

Quanto aos aspectos econômicos, a estimativa, em 2020, para a média salarial mensal do trabalhador formal do município era de 2,8 salários mínimos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020).

> Em 2020, o salário médio mensal era de 2.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 44.7%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 11 de 295 e 29 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 226 de 5570 e 108 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 20.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 270 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5475 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2020, *online*).

No que se refere a ocupação da população, os dados revelam que 161.816 pessoas no ano de 2020 estavam ocupadas, perfazendo um percentual de 44,7% dos habitantes (IBGE, 2020).

O PIB per capita no ano de 2020 em Blumenau foi de R$ 49.145,71, conforme informações constantes no site do IBGE (IBGE 2020).

Segundo o banco de dados do site Empresômetro, Blumenau possui hoje 65.172 empresas, sendo que este número representa 5,63 % do total de empresas do estado de Santa Catarina. Importante destacar o crescimento do ano de 2022 a 2023 que foi de 4,43%, bem como o aspecto de crescimento ainda durante os reflexos da pandemia de 2021 a 2022 em que houve um acréscimo de 19,81% (Blumenau, 2021).

Notícia divulgada pelo Poder Público Municipal revela que houve um aumento expressivo em aberturas de empresas,

> Mesmo em situação de pandemia, o setor econômico do município está evidenciando resultados positivos na cidade, principalmente em relação ao crescimento de abertura de empresas. Levantamento recente da Praça do Empreendedor da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Empreendedorismo (Sedec) registrou de janeiro a maio deste ano, a abertura de 2.877 empresas, um incremento de 625 (27,75%) empresas em relação ao mesmo período do ano passado, com 2.252 abertas (Blumenau, 2021*, online*).

Conforme a informação de 14 de junho de 2021 o que ocorreu foi,

> O resultado expressivo de empresas atuando em Blumenau representa os trabalhos desenvolvidos pelos diversos setores econômicos, incluindo a Praça do Empreendedor no município, que faculta a abertura de uma empresa em até 90 minutos sem custos ao empreendedor, permitindo inclusive a empresa emitir notas fiscais no mesmo dia. Até o início do funcionamento da Praça do Empreendedor, o tempo de espera para abrir uma empresa em Blumenau contava com um prazo de até 120 dias (Blumenau, 2021*, online*)

O índice de desenvolvimento humano municipal, segundo o site do IBGE, foi de 0,806 no ano de 2010 com base no último censo (IBGE, 2010).

Segundo dados do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Blumenau apresenta um IDH geral de 0,805, considerado alto, e está na 6ª posição no ranking de desenvolvimento humano de Santa Catarina, 25ª no cenário brasileiro. A renda per capita está na 5ª posição, com um IDH de 0,797 (médio). O IDH combina três componentes básicos do desenvolvimento humano: a longevidade, a educação e a renda (Machado, *s/d*)

1.2 JUSTIFICATIVA

A realização de um diagnóstico comunitário tem como um dos objetivos realizar um mapeamento da questão das drogas no município a partir do olhar da população usuária dos serviços existentes no território a fim de verificar as necessidades desta população, a oferta dos serviços e a sua efetividade.

Ou seja, realiza-se um diagnóstico comunitário com a finalidade de implementação de estratégias e propostas de inserções ou mudanças de uma política ou situação num município. Conforme Guia (2020, p. 08), um levantamento tem por objetivo “caracterizar, conhecer os serviços, ações, programas e projetos disponibilizados para a população”, bem como “escutar essa população “para saber qual é sua avaliação sobre o acesso e a qualidade dos serviços e ações” (GUIA, 2020, p. 08)

Assim, justifica-se a relevância teórica e prática deste diagnóstico cujos resultados poderão vir a contribuir para a construção de um referencial para a gestão de políticas públicas e dos serviços que atendem a população na área relacionada às especificidades da política sobre drogas no município de Blumenau, SC.

A realização de um diagnóstico, seja ele técnico ou comunitário, perpassa diversas fases ou etapas, afirmam Gusso, Lopes e Dias (2019) e essas se explicitam nos objetivos elencados para a sua realização.

1.3 OBJETIVOS

A seguir, serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos deste levantamento.

1.3.1 Objetivo geral

Realizar levantamento sobre os principais problemas vivenciados pela população no que tange a política pública sobre drogas no município de Blumenau, SC.

1.3.2 Objetivos específicos

1) Conhecer a percepção dos usuários dos serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas no município a partir de cinco Eixos-Estratégicos: I) prevenção; II) tratamento, cuidado e reinserção social; III) redução da oferta; IV) pesquisa e avaliação; e V) governança, gestão e integração.
2) Compreender a realidade comunitária da política sobre drogas de Blumenau, SC;
3) Sistematizar os dados coletados no levantamento por Eixos-Estratégicos;
4) Apresentar as propostas da comunidade nos referidos Eixos para o município;
5) Produzir documento de Análise Comunitária da questão das drogas em Blumenau, SC;
6) Realizar devolutiva aos munícipes de Blumenau, SC.

Os objetivos citados estão organizados pela forma como foi planejada a coleta de dados e a metodologia adotada. No entanto, com este levantamento comunitário, buscou-se mais do que apenas informações organizadas ou sistematizadas numa matriz ou instrumento de coleta de dados.

2 PROPOSTA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A proposta deste levantamento foi ouvir a população, suas necessidades emergentes e mediatas no que se refere ao uso, abuso e dependência de drogas no município de Blumenau. Buscou-se conhecer suas percepções sobre a questão das drogas no município e como fazem o enfrentamento da questão no cotidiano de suas famílias, vizinhos, amigos e comunidade em geral.

2.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No processo de elaboração de um diagnóstico é de suma importância considerar algumas categorias:

> **Realidade**: aquilo que existe efetivamente, que é real, concreto.
> **Sujeito social**: pessoas ou grupos que fazem parte da realidade que queremos conhecer que, atuando na realidade, são capazes de transformá-la.
> **Problema**: obstáculo que queremos conhecer ou enfrentar. É um pedaço inaceitável, para nós, da realidade que percebemos.
> **Foco**: recorte da situação-problema que queremos conhecer.
> **Potencialidade**: vocações, vantagens da realidade; capacidades dos sujeitos que, se dinamizadas, podem contribuir para superar os problemas (Cerqueira, 2021, p. 10).

É importante considerar que o levantamento "precisa ser feito pelas pessoas, não apenas sobre as pessoas" (WERNER; BOWER, 1984, p. 85). Portanto, o ideal é que seja feito pela comunidade "num trabalho coletivo de identificação e autoanálise dos problemas, necessidades e recursos desta comunidade, de sua qualidade de vida" (Werner; Bower, 1984, p. 85).

Conforme Werner e Bower (1984), é imprescindível dar a palavra para a comunidade, "escutando-a, favorecendo a expressão de suas necessidades" para que se possa conhecer "o que essa comunidade sabe sobre seus problemas, necessidades e recursos" em relação a problemática foco do estudo em questão. Conforme os autores, nem sempre aquilo que se "percebe e identifica como prioridade é o que a comunidade quer e precisa". Os autores relatam um exemplo: "às vezes uma comunidade quer se organizar por um melhor serviço de água e o serviço de saúde se organiza em torno de um programa intensivo de planejamento familiar" (Werner; Bower, 1984, p. 90). Significa que "As necessidades de uma população podem ser percebidas de forma diferente" do que a princípio se pensou (Werner; Bower, 1984, p. 108). Portanto, deve-se efetuar o diagnóstico "com a comunidade" e não "sobre a comunidade". Segundo Werner e Bower (1984), outro ponto a se

considerar é que um diagnóstico comunitário trata de um processo local que explicitará a percepção da comunidade de como as políticas públicas se adaptam às necessidades da população. Uma das perguntas a se fazer no caso de diagnóstico comunitário da política sobre drogas de um município tem a ver com a necessidade de se obter dados empíricos e qualitativos baseados em informação e observação e que demonstrem o que está acontecendo na comunidade, quais e onde estão os problemas, que população é mais afetada e como esta têm elaborado e feito o enfrentamento da questão (CADCA, 2008).

> El diagnóstico es una descripción integral y completa sobre la comunidad objetivo. El proceso analítico es una recolección y análisis sistemático de datos sobre la comunidad atendida por su coalición con el propósito de identificar y enfrentar problemas locales relacionados con ATOD[2]. Para algunos, esto implica estudiar los factores de riesgo y de protección. Para otros, puede significar la manera de entender los tipos de programas de prevención, tratamiento y rehabilitación de consumo de drogas, y las prácticas y políticas existentes en la comunidad. También puede significar la evaluación de las características demográficas de su comunidad. Considere el diagnóstico como una manera de obtener "una sensación del territorio" para que su coalición pueda apuntar a los problemas específicos de su comunidad, capitalizar los esfuerzos existentes, y comprender completamente los recursos existentes para implementar las prácticas y políticas deseadas. El diagnóstico también documenta las brechas que existen con los recursos actuales, información esencial para planificar la reducción del consumo de drogas y para alcanzar las metas de la coalición (CADCA, 2008, p. 10).

Para CADCA (2008), uma análise integral debe:

> • Crear un consenso comunitario sobre los problemas de ATOD en la comunidad.
> • Identificar los factores subyacentes que contribuyen a estos problemas.
> • Identificar y analizar los factores ambientales, sociales e individuales que contribuyen a estos problemas.
> • Incrementar las posibilidades que su coalición seleccione e implemente las políticas y prácticas que verdaderamente reduzcan los problemas relacionados con ATOD en su comunidad.
> • Establecer una línea base para hacer una evaluación sobre los avances de su coalición (CADCA, 2008, p. 10).

Para que um diagnóstico comunitário alcance efetividade no sentido de mapear a realidade comunitária de um município torna-se importante definir objetivos, estabelecer lista de informações ou dados que se deseja coletar, identificar as fontes de dados, escolher o método mais apropriado de coleta, elaborar instrumentos para realizar essa tarefa (questionário, entrevistas, oficinas, rodas de

[2] ATOD: Problemas relacionados "a alcohol, tabaco y otras drogas (ATOD)" (CADCA, 2008, p. 07).

conversa, grupo focal etc.). Coletar, analisar e interpretar os dados coletados, identificar problemas, necessidades, recursos, incertezas e riscos, estabelecer prioridades (Werner; Bower, 1984).

A importância desse processo exige responsabilidade e compromisso com uma proposta metodológica que prime pela cientificidade, veracidade e qualidade da coleta de dados.

Este diagnóstico comunitário resulta de pesquisa de natureza básica, empírica, de cunho qualitativo, finalidade exploratória, descritiva e explicativa. Para tanto utilizou-se da estratégia investigativa do estudo de caso. Segundo Creswell (2010), possibilita ao pesquisador explorar com profundidade um ou mais grupos de indivíduos, processos, ações, temas ou eventos. O estudo de caso também permite ao pesquisador fazer inter-relações do objeto pesquisado (Beuren, 2004), além de que,

> O estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar- se de um sujeito, de um grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetivação, originalidade e coerência (Prodanov; Freitas, 2013, p. 60).

Conforme Prodanov e Freitas (2013), o estudo de caso pode ser utilizado quando se solicita informações a um universo significativo de pessoas a respeito de um tema ou problema em específico como no caso de Blumenau.

Escolheu-se o estudo de caso posto o universo e a questão a ser investigada, a política sobre drogas do município.

2.1.1 Universo e Amostra

Dados do IBGE (2010) apontam que, em 2010, o município de Blumenau contava com 309.011 mil habitantes.

Cabe aqui mencionar que a construção do Plamiped iniciou em 2013 com a pactuação de inúmeros municípios do Brasil com o governo federal por meio do Programa Crack é Possível Vencer. Os municípios que realizaram pactuação instituíram um Comitê Gestor para a elaboração de um Plano municipal sobre drogas (Stanchack, 2018).

Com a efetivação desta pactuação e a instituição do Comitê Gestor em Blumenau, foram definidos, ao longo do ano de 2016, 03 (três) Eixos-Estratégicos para nortear a construção do Plano

no município: 1) Eixo I - Prevenção; 2) Eixo II – Cuidado; e 3) Eixo III – Autoridade (STANCHACK, 2018). O referido Programa estabelecia

> [...] em seu "Art. 2º. As ações do Comitê Gestor Anti Drogas deverão ser executadas de forma integrada e descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre as secretarias municipais, observadas a intersetorialidade, a interdisciplinaridade, a integralidade, a participação da sociedade civil e o controle social" (Stanchack, 2018, p. 07).

Assim, em 2017, iniciou-se a fase da pesquisa empírica, cujas especificidades constam adiante.

Com a não finalização do processo de construção do Plano e a retomada em dezembro de 2021, deu-se início a uma nova pesquisa empírica a partir de 05 (cinco) Eixos-Estratégicos: 1) Eixo I - Prevenção; 2) Eixo II - Tratamento, Cuidado e Reinserção Social; 3) Eixo III - Redução de oferta; 4) Eixo IV - Pesquisa e avaliação; e 5) o Eixo V - Governança, Gestão e Integração. Assim, em 2022, deu-se início a outra pesquisa empírica cujas especificidades serão descritas adiante.

Significa que a pesquisa empírica para o diagnóstico comunitário foi realizada em duas etapas e com Eixos-Estratégicos norteadores distintos.

Dado o universo populacional do município de Blumenau elegeu-se, tanto em 2017, como em 2022, uma pequena amostra para a realização da pesquisa comunitária.

Em 2017, conforme Maria Stanchack (2018) definiu-se como amostra o contexto socioterritorial de 07 bairros de Blumenau, sendo que num deles foram realizadas duas oficinas.

Para a *delimitação da amostra comunitária em 2017 foi definido como critério:* os participantes das oficinas serem usuários dos serviços públicos municipais (Stanchack, 2018) e pertencerem ao território de um dos 07 Conselhos Comunitários de Segurança (Conseg's) de Blumenau.

Um diagnóstico comunitário busca ouvir e considerar "a leitura feita pela comunidade, visando agregar o valor da experiência e a vivência dos cidadãos para identificar os problemas, as demandas, as expectativas e as propostas de solução (Stanchack, 2018, p. 16). Em 2017, buscou-se descentralizar o processo de escuta da população. Para tanto, dividiu-se o território do município em 07 partes. Conforme Stanchack (2018, p. 16), a divisão territorial foi feita

> [...] por meio das regiões dos Conselhos Comunitários de Segurança CONSEG's de Blumenau, estabelecida uma parceria com a ACONSEG – Blu, entidade que reúne os sete CONSEG's do município. A coordenação da Comissão juntamente com a SEMUDES e o

> COMEN realizou reunião, na data de 04 de maio de 2017, com os presidentes dos CONSEGs, na qual se firmou compromisso de articulação do local de referência para realização das oficinas e divulgação.

Segundo a autora (2018, p. 16)

> Considera-se ponto estratégico no processo da mobilização e divulgação, a parceria com os CONSEG's pelo histórico de experiências bem sucedidas de processos participativos e vínculo com a população. Outro ponto importante considerado é que as questões que permeiam as discussões sobre drogas são constante assunto de pauta, existe conhecimento de causa, discussão e encaminhamentos junto à segurança pública.

O município de Blumenau conta com a existência de 07 Conseg's, sendo que todos,

> [...] atuam ativamente nas questões relacionadas com a segurança pública e outras demandas. Os participantes dos conselhos são voluntários e pessoas que apresentam um conhecimento amplo da comunidade, sendo de suma importância a presença ativa dos mesmos na elaboração do Plano. Da mesma forma há líderes comunitários, religiosos, associações, ONG's, e representantes de outras instâncias governamentais que têm demonstrado interesse e têm participação presencial nas decisões coletivas do Município que devem ser convidados a participar da elaboração do PLAMIPED (Stanchack, 2018, p. 16).

Abaixo a lista dos 07 territórios dos CONSEG'S e o número de habitantes de cada território em 2010.

Figura 3 - Lista dos Bairros que constituíram a amostra comunitária em 2017

Bairros	Número de Habitantes
GARCIA	16.899
VELHA	15.379
ITOUPAVA CENTRAL	23.596
FORTALEZA	14.429
ESCOLA AGRÍCOLA	12.854
VORSTADT	5.483
BADENFURT	7.794

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Seplan (2010)

Em 2022, a amostra para o diagnóstico comunitário foi definida em reunião da Comissão Intersetorial do Plamiped e a eleição não se deu por bairros, mas por serviços relacionados à política sobre drogas.

Para a delimitação da amostra comunitária, em 2022, foram estabelecidos os seguintes critérios:

1) participantes serem usuário de serviço relacionado à Política Sobre Drogas de Blumenau;

2) o serviço compor a Rede de Atendimento Psicossocial (RAPS) do município; e

3) os usuários do serviço permitirem o uso das informações coletadas.

Em seguida os Serviços e Instituições que compõem a amostra comunitária em 2022.

Figura 4 – Serviços/instituições constituição amostra comunitária em 2022

Serviço / Instituição	Bairro	Número de Habitantes
Centro Terapêutico Vida - CTV	Vorstadt	5.483
Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene – para Adultos	Itoupava Central	23.596
Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene para Adolescentes	Itoupava Central	23.596
Grupos de Apoio da Cruz Azul	-	-
Grupos de Apoio Mútua Ajuda diversos	-	-
Abrigo Municipal de Blumenau – AMBLU	Escola Agrícola	12.854
Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)	Salto Weissbach	
Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.	Bom Retiro	1.264
Casa Eliza	Não divulgado / Endereço sigiloso	-

Fonte: Seplan (2010)

As figuras acima apresentam os bairros e os serviços que compuseram a amostra da pesquisa empírica em 2017 e 2022, respectivamente.

No próximo item, apresenta-se a metodologia utilizada na coleta de dados para o diagnóstico comunitário em 2017. Para fins de organização optou-se pela dimensão temporal para a exposição das etapas de coletas de dados e dos resultados das pesquisas empíricas.

2.1.2 Coleta de Dados

Os questionamentos referentes ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município, bem como o tráfico de substâncias ilícitas e o crime organizado são uma "preocupação constante e atingem locais diversos da cidade de Blumenau por isso foi fundamental que a construção do Diagnóstico sobre Drogas envolvesse a municipalidade na construção das estratégias de ação e propostas de solução" (Stanchack, 2018, p. 11).

Para a construção de um diagnóstico sobre determinada realidade tem-se como elemento importante o procedimento da coleta de dados.

Neste sentido, definiu-se, para fins deste diagnóstico, tanto em 2017 como em 2022, as técnicas e instrumentos a serem utilizados na coleta de dados para este fim. Como se trata de duas pesquisas distintas em períodos temporais distintos, optou-se pela dimensão temporal para fins de especificar, neste documento, as técnicas e instrumentos utilizados em ambas as pesquisas empíricas realizadas.

De forma geral, para a coleta de dados utilizou-se das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental (nos arquivos de relatórios da pesquisa em 2017) e da pesquisa empírica ou de campo (Estudo de Caso). Na pesquisa empírica utilizou-se de Oficinas de Rodas de Conversas com o uso de instrumental denominado Matriz Problema-Solução (Masp, 2018).

Os próximos itens apresentam as especificidades da fase de coleta de dados em 2017 e 2022, iniciando com a pesquisa em 2017.

2.1.2.1 Procedimentos de Coleta de Dados 2017

Ao dar-se início ao planejamento para construção do Plano Municipal sobre drogas em 2017, partiu-se dessa premissa: a necessidade de ampla participação social no processo. Para tanto, definiu-se trabalhar com Oficinas de Diálogo (Stanchack, 2018) ou Oficinas de Conversa.

Como dito, toda organização e planejamento do processo de construção do Plamiped foi realizada pelo Comitê Gestor especialmente criado para este fim. Foi este Comitê Gestor que, ao longo de 2016, definiu os Eixos-Estratégicos que nortearam todo o processo.

Os eixos estratégicos foram construídos com a orientação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a partir da análise de documentos, planos e experiência de outros municípios, apresentados ao Comitê Gestor e aprovado, conforme consta em ata, datada de 31 de março de 2017 (Stanchack, 2018).

A proposta metodológica para a coleta de dados em 2017 – levantamento comunitário foi aprovada pelo Comen com a participação do Comitê Gestão Intersetorial de Políticas sobre Drogas conforme Stanchack (2018). A proposta consta do documento denominado Relatório de Participação, Lançamento Oficial Plamiped, Oficina Técnica de Alinhamento, e Oficinas Regionais Comunitárias. Lançamento oficial do Plamiped, Oficina Técnica de Alinhamento Diagnóstico Comunitário de setembro de 2018. Conforme informações deste documento,

> A proposta da oficina tem como objetivo alinhar conceitos e práticas num processo de construção compartilhada, através sensibilização dos vários atores e do diálogo com os profissionais da rede de atendimento às pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas (saúde, assistência social, educação e segurança pública).
>
> Em conformidade com o Guia AD (2015) "para assegurarmos a acessibilidade e a resolutividade do cuidado e o tratamento das pessoas que fazem uso nocivo de álcool e outras drogas, é preciso trabalhar em rede, isso para conseguir um resultado maior do que se trabalhássemos isoladamente (p. 60)".
>
> Nesta perspectiva "o fazer do dia a dia, a relação entre os trabalhadores, a comunicação institucional é o que faz a Rede se conectar, se comunicar. O trabalho em equipe permite a organização dos processos de trabalho e dos fluxos de acesso e cuidado aos usuários. Porém a integração do trabalho da saúde com a rede intersetorial é fundamental para que se promovam as diversas garantias dos direitos sociais, tais como: educação, assistência social, habitação de interesse social, segurança pública, esporte, cultura e lazer (Stanchack, 2018, p. 10).

O diagnóstico comunitário de 2017 foi realizado por meio de Oficinas Regionais (Oficinas de Diálogo) (Stanchack, 2018). A proposta segue a metodologia das Rodas de Conversas adotada também para a coleta de dados para fins dos diagnósticos técnico e comunitário de 2022.

Conforme Moura e Lima (2014, p. 33), "No contexto da Roda de Conversa, o diálogo é um momento singular de partilha, porque pressupõe um exercício de escuta e fala. E na percepção de que uma roda de conversa agrega vários interlocutores, os momentos de escuta são mais numerosos que os momentos de fala".

Para os autores, a participação é construída por meio e a partir da interação com o outro, possibilitando que os participantes complementem, discordem ou concordem com a fala anterior. Segundo Moura e Lima (2014, p. 33), conversar, nesta acepção, remete à compreensão de mais

profundidade, de mais reflexão, assim como de ponderação, no sentido de melhor compreensão, de franco compartilhamento.

Stanchack (2018) coloca que a metodologia aplicada nas Oficinas de Diálogo (Roda de Conversa) permitiram aos participantes interagirem de forma participativa considerando as falas do coletivo para a adoção de um consenso final. Conforme a autora, o objetivo principal das oficinas de 2017,

> [...] foi de construir um diagnóstico comunitário, através do diálogo com a população, para buscar os saberes, opiniões e informações e debater sobre o tema. A contribuição dos cidadãos foi fundamental para a construção de um plano que demonstra o que as pessoas pensam e conhecem sobre o assunto e não uma mera formalidade a ser cumprida (Stanchack, 2018, p. 11).

Stanchack (2018, p. 12) colocou que,

> O diálogo com os moradores permitiu identificar a percepção dos cidadãos sobre o município e de sua relação com a gestão pública. Percebeu-se que as percepções registradas nas oficinas são resultado de práticas discursivas produzidas nas relações cotidianas travadas com outros membros da comunidade, prestadores de serviços e diversos atores sociais. Tais percepções são construídas historicamente e ancoradas na conjuntura do momento em que as reuniões acontecem. Nesse sentido, as informações recolhidas deverão ser averiguadas a partir de uma visão sistêmica do território, ancorada na leitura técnica que vem sendo realizada concomitantemente.

Ainda, conforme a autora, as oficinas não tiveram como objetivo "produzir listas de problemas e demandas enfrentadas por essas comunidades", mas reunir dados para fins de sistematização e análise a partir de referencial teórico que permita a continuidade do trabalho de construção do Plano. No que tange aos objetivos específicos das oficinas, estes objetivavam:

> (i) incentivar o reconhecimento pela população para as necessidades do Município em relação ao desenvolvimento de ações integradas e articuladas entre as políticas intersetoriais afins;
> (ii) melhorar/ampliar o diagnóstico técnico a partir do debate com a população;
> (iii) identificar em cada comunidade as principais situações relacionadas com drogas (necessidade de prevenção, uso abusivo, cuidado, tráfico, entre outros);
> (iv) apontar as potencialidades e/ou propostas de solução dos problemas;
> (v) incentivar a divulgação da consulta pública e a participação através da Plataforma Digital, Praça do Cidadão, Oficina Geral e Audiência Pública;
> (vi) eleger 06 representantes de cada região para participar da etapa 03 - Oficina Geral de Construção de Estratégias e Ações e da Audiência Pública;
> (vii) Divulgar as informações produzidas nesta etapa através do relatório preliminar (Stanchack, 2018, p. 12).

Em 2017, as oficinas regionais foram realizadas em momentos distintos, conforme consta:

> (i) breve explanação aos presentes sobre o objeto de interesse dos eventos, isto é, as percepções, demandas e expectativas da população em relação aos temas de análise e a etapa de construção do Plano Municipal e sobre a Política Nacional sobre Drogas (PNAD), os temas a serem debatidos e que, a princípio, conformam com a Política Nacional sobre Drogas: [...];
> (ii) discussão quanto aos problemas e potencialidades, deficiências e propostas por temas e
> (iii) elaboração de uma matriz, na qual foram elencados pelos participantes os principais problemas e possíveis soluções oriundas do debate, destacando nas tarjetas coloridas, os participantes foram divididos em três (3) grupos pelos eixos: Prevenção (tarjeta verde), Cuidado (tarjeta azul) e Autoridade (tarjeta amarela), cores definidas previamente (Método Metaplan) (Stanchack, 2018, p. 12).

Cada oficina contou com um relator e um facilitador designado anteriormente. Os relatores eram (acadêmicos da área da psicologia da FURB) e um facilitador (Projeto Redes). No entanto, conforme Stanchack (2018, p. 12),

> [...] na aprovação da proposta metodológica pelo COMEN o conselho se manifestou no sentido dos acadêmicos serem digitadores, devido a essa situação os acadêmicos se desligaram do projeto e foi decidido que os gestores das políticas de Saúde, Assistência Social, Educação, Segurança Pública e COMEN, que fazem parte do Comitê Gestor, trabalhariam nas oficinas como mediadores no lugar dos acadêmicos. O grupo elegeu uma pessoa, da comunidade, de cada eixo, o qual apresentou os problemas e as propostas de solução levantadas e em seguida foi usado o quadro de cores anexando as tarjetas em papel craft, conforme cada eixo. O debate foi aberto para os presentes discutirem as propostas apresentadas e fazer contribuições e propostas em cada eixo. A condução deste momento seria feita pelo facilitador convidado. Um mediador geral, do Projeto Redes, passou de grupo em grupo para observação da participação, da condução do trabalho e controle do tempo.

Segundo Stanchack (2018), "O ponto de partida das discussões nos grupos foram questionamentos provocadores, elaborados pela Interlocutora Drª Tânia Grigolo, do Projeto Redes/SENAD" nos três eixos pré-determinados:

> • **Prevenção** (do uso de drogas): (1) O que são drogas? (2) Quais são as ações de prevenção ao uso de drogas que você conhece? (3) O que protege uma pessoa do uso de drogas? (4) Que ações de prevenção poderiam ser realizadas em sua comunidade?
> • **Cuidado** (de pessoas com necessidades relacionadas ao consumo de álcool e outras drogas): (1) O que são drogas? Em sua visão como se deveria cuidar de uma pessoa que tem problemas de saúde relacionados ao consumo de álcool e outras drogas? (2) Só internar resolve? (3) Qual a rede de serviços e ações de cuidado existente no seu território? (4) Quais os serviços de saúde que seriam necessários? (5) O que falta?
> • **Autoridade** (segurança pública): (1) O que são Drogas? (2) O que faz uma comunidade se sentir segura? (3) Que ações de segurança você identifica em seu território? (4) Como ampliar os espaços públicos de convivência segura? (Stanchack, 2018, p. 13, grifo nosso).

As perguntas norteadoras estimulam a reflexão crítica sobre determinados temas ou realidade e possibilitam elencar e priorizar problemas e potenciais soluções para a questão em debate. Participaram das oficinas,

> [...] gestores municipais, que fazem parte da Comissão Permanente de Políticas Intersetoriais Integradas Sobre Drogas, responsável pela elaboração do Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas - PLAMIPED, do município de Blumenau (Decreto Nº 11.308, de 22 de maio de 2017). Os gestores das políticas de Saúde, Assistência Social, Educação e Segurança Pública, trabalharam nas oficinas como mediadores para orientar, explorar e conduzir as discussões entre os diferentes atores presentes (Stanchack, 2018, p. 13).

Aos mediadores coube, conforme Stanchack, 2018, p. 13),

> (i) garantir que o foco do debate não fugisse dos objetivos do trabalho; (ii) manter as diretrizes do método, ou seja, produzir uma discussão entre participantes (não entre participantes e moderadores); (iii) estimular o debate dos tópicos de interesse que estivessem sendo pouco aprofundados, resguardando um espaço equânime de diálogo entre os participantes, garantindo o fluxo das trocas de idéias e impressões; (iv) organizar a indicação pelo grupo participante, dos 06 representantes titulares e suplentes, para participarem da Oficina Geral e da Audiência Pública.

No que tange à logística e organização desses eventos, estes foram de responsabilidade da SEDECI e ocorreram conforme o estabelecido no Plano de Trabalho para as oficinas comunitárias.

> A logística e organização dos eventos ficaram a cargo da equipe SEDECI e ocorreu conforme o estabelecido. [...]. A participação nas reuniões e nos diversos eventos foi registrada através de imagens e de lista de presença, com nome, contato e assinatura dos presentes (Stanchack, 2018, p. 13).

O texto acima, apresenta a proposta metodológica do diagnóstico comunitário realizado em 2017 e que constam do documento citado de autoria de Maria Stanchack (2018).

O relatório apresenta ainda, as estratégias de participação e divulgação dos eventos, a mobilização e participação social que ocorreu por meio de cartazes, banners, plataforma digital, protocolos na Praça do Cidadão.

Explica, ainda, como se deu o processo de mapeamento dos "[...] equipamentos públicos, as entidades governamentais e da sociedade civil organizada, igrejas, associações de bairros e grupos por segmento, região e endereço (Stanchack, 2018, p. 14).

Em 2017 foram realizadas 08 Oficinas de Diálogo, sendo que a última foi no mesmo local da primeira, posto a baixa participação da comunidade no primeiro evento. Abaixo quadro com data, local e número de participantes nas oficinas comunitárias:

Figura 5 – Oficinas Comunitárias realizadas em 2017

Data	Oficina	Local	Horário	Participantes
07 de junho de 2017	Oficina Comunitária 1	Centro Social Urbano – CSU Garcia	19:30	20
13 de junho de 2017	Oficina Comunitária 2	Colégio Hercílio Deeke – Rua José Reuter, 581, Velha	19:30	44
20 de junho de 2017	Oficina Comunitária 3	EST/SENAT. - Rua Ricardo Georg, 277, Itoupava Central	19:00	47
27 de junho de 2017	Oficina Comunitária 4	Associação dos moradores da Rua Francisco Vahldieck - Rua Soldado Luiz Bertolini, 142, Fortaleza	19:00	47
05 de julho de 2017	Oficina Comunitária 5	EBM General Lúcio Esteves – Rua Benjamin Constant, 630, Escola Agrícola	19:15	77
13 de julho de 2017	Oficina Comunitária 6	Associação da Alumetal – Rua Leoberto Leal, 291, Vorstadt	19:30	39
26 de julho de 2017	Oficina Comunitária 7	Associação dos moradores do Badenfurt – AMABA, Rua Bernardino José de Oliveira, 616 – Badenfurt	19:00	34
31 de julho de 2017	Oficina Comunitária 1B[3]	Centro Social urbano – CSU Garcia	19:30	31
		Total de participantes		**339**

Fonte: Stanchak (2018, p. 11-31)

As Oficinas de Diálogo (Rodas de Conversa) para o diagnóstico comunitário em 2017 atingiram 339 participantes. Foram 08 oficinas realizadas nos Conseg's de 07 bairros, sendo que a primeira oficina realizada ocorreu duas vezes devido a baixa participação na primeira ocasião (Stanchack, 2018).

Em 2022 também foram realizadas Oficinas de Rodas de Conversa, para fins de coleta de dados para o diagnóstico comunitário como consta no próximo item.

[3] Oficina repetida devido ao pequeno número de pessoas presentes na oficina 1 (STANCHACK, 2018, p.)

2.1.2.2 Procedimentos de Coleta de Dados 2022

A coleta de dados, para fins deste diagnóstico comunitário, foi realizada em 2022 pela equipe de profissionais da Cruz Azul no Brasil, sob a coordenação técnica da pesquisadora, Dra. Maria Roseli Rossi Avila e o Coordenador Geral do Plamiped na Cruz Azul Sr. Egon Schlüter. Participaram ainda das oficinas o Diretor de Políticas Públicas do município de Blumenau, Sr. Marciano Tribess, o Agente de Educação Continuada, André Aliatar e estagiárias do Curso de Serviço Social da FURB (2), da Uniasselvi (1) e da Cruzeiro do Sul (1).

O período de coleta de dados para a pesquisa empírica por meio de Oficinas de Rodas de Conversa ocorreu em outubro de 2021 e de fevereiro de 2022 a julho de 2023. Segue tabela com a lista das instituições e grupos em que foram realizadas Oficinas de Rodas de Conversa com os usuários.

Figura 6 – Serviços/Instituições amostra comunitária 2022

Serviços/Instituições Oficinas de Rodas de Conversa com usuários em 2022
Centro Terapêutico Vida – CTV Adultos
Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene Adultos
Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene Adolescentes
Grupos de Apoio Mútua Ajuda Cruz Azul - Adultos
Lideranças Grupos de Apoio de Blumenau: Al Anon, Pastoral da Sobriedade, Alcoólicos Anônimos - A.A, Narcóticos Anônimos – N.A., Jovens Livres, Cruz Azul no Brasil, Bola de Neve - Nova Kids, Associação Casa Feliz.
Abrigo Municipal de Blumenau – Amblu
Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP)
Centro Psicossocial Álcool e Drogas – CAPSad
Casa Eliza

Fonte: Elaboração Própria (2023)

O campo empírico para o diagnóstico comunitário foi definido em reunião da Comissão Intersetorial do Plamiped do dia 10 de março de 2022. No entanto, como em nível de município já havia a decisão de se reiniciar as ações para construção do Plamiped, a Oficina de Roda de Conversa com Lideranças dos Grupos de Apoio de Blumenau já havia acontecido no dia 19 de outubro de 2021 e os resultados da coleta de dados foram ratificados em reunião do dia 10 de março, respectivamente.

Utilizou-se da técnica de Oficinas com Rodas de Conversa para a coleta de dados. Conforme Silva e Vasconcelos (2019, *s/p*) as "Rodas de Conversa [...] se apoiam nos Círculos de Cultura desenvolvidos por Paulo Freire e cujos pressupostos se baseiam na educação como prática da liberdade e na consequente transformação dos indivíduos e do meio em que estes vivem".

Acrescenta-se que a coleta de dados por meio desta estratégia permite a "horizontalidade, o diálogo, o respeito mútuo, a escuta atenta e respeitosa" (Silva; Vasconcelos, 2019, *s/p*.) entre os participantes das Oficinas. Segundo Silva e Vasconcelos (2019), Paulo Freire entende que é na realidade mediatizadora que se realiza a investigação que o autor chama de universo temático do povo. Conforme as autoras, Freire coloca a importância da dialogicidade, da conscientização e apreensão dos "temas geradores" da metodologia dialógica, bem como a tomada de consciência dos indivíduos em relação aos mesmos.

As Rodas de Conversa, conforme Pinheiro (2020, p. 02), possibilitam produzir informações e "condições para a produção de saberes e reflexividades em partilha". Segundo o autor, as Rodas ocorrem em forma de círculos para conversação a partir de uma provocação temática. "Há também uma ênfase na participação ou mesmo no protagonismo dos integrantes das rodas, visando partilha de saberes e reflexividade sobre experiências individuais ou coletivas" (Pinheiro, 2020, p. 03).

As Oficinas de Rodas de Conversa ocorreram com a presença de facilitadores compostos por representantes da Comissão Permanente de Políticas Intersetoriais Integradas sobre Drogas do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas – Plamiped e membros da equipe da Cruz Azul (sob a coordenação da Dra. Maria Roseli Rossi Avila), entidade contratada para a construção do Plamiped e estagiários de Serviço Social da FURB, Uniasselvi e Cruzeiro do Sul.

Cabe mencionar que a estratégia Problema-Solução, construída com base no *Method of Analysis for Solving Problem (Masp)*[4]*,* foi a proposta metodológica para esta ação.

> Método de Análise e Solução de Problemas (MASP): "[...] metodologia de análise e solução de problemas (MASP) foi desenvolvida no Japão e introduzida no Brasil em meados dos anos 80. Trata-se de um procedimento que tem por objetivo promover a permanente melhoria na qualidade dos processos internos" e de gestão de uma empresa ou instituição. O MASP, em geral, é aplicado em empresas, é dividido em 8 fases, sendo que todas estão interligadas e visam, prioritariamente, identificar a causa raiz de um problema, planejar uma solução e implementar ações de correção, minimização ou eliminação do problema (Masp, 2018, *online*).

[4] Outras informações sobre o MASP: Disponível em: https://www.siteware.com.br/metodologias/metodologia-de-analise-e-solucao-de-problemas/ Acesso em: 07 jan. 2022.

Trata-se de uma estratégia dividida em 08 etapas ordenadas da seguinte forma: 1) identificação; 2) observação; 3) análise; 4) plano de ação; 5) ação; 6) verificação; 7) padronização; 8) conclusão (Masp, 2018).

Importante citar que nem todas as propostas do MASP foram adotadas para a abordagem desta pesquisa empírica, mas tão somente as que se integravam ou que possuíam um elo ou interface que pudesse contribuir com a pesquisa.

Para fins desta pesquisa adotou-se 05 etapas:

1ª) a *identificação do problema* ou ações que, na opinião dos sujeitos da instituição, não ocorrem como deveriam ou que merecem maior atenção;

2ª) *caracterizar o problema* para maior compreensão de sua natureza e características;

3ª) a *discussão ou análise do problema* de forma conjunta no intuito de identificar e analisar prováveis causas (possíveis hipóteses), verificar sua prioridade e eixos-temáticos em que se encaixa;

4ª) *elaboração da ação* ou ideia que possa contribuir para eliminar, corrigir ou minimizar o problema elencado e priorizado;

5ª) a *definição e planejamento final da ação* – definir a redação final e a inserção da ação no planejamento futuro (no caso o Plano) por meio deste diagnóstico e da Análise Executiva da questão das drogas no contexto sociocomunitário do município (Masp, 2018).

Os dados foram coletados, como dito, por meio de Oficinas de Rodas de Conversa e foram inseridos na Matriz Problema-Solução por Eixos-Estratégicos, conforme proposto no Guia Metodológico do Plano Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Planad): Diagnóstico, Elaboração, Monitoramento e Avaliação[5] publicado, em 2020, pelo Conselho Nacional Sobre Drogas (Conad). Seguem os Eixos-Estratégicos definidos pelo Conad:

> i) **Prevenção**: envolve ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, promover a abstinência e conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas;
> ii) **Tratamento, Cuidado e Reinserção Social**: abrange ações de atenção, cuidado, apoio, mútua ajuda, recuperação, tratamento, proteção, promoção, e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas;

[5] GUIA metodológico: Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025 diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação / organização Hugo Torres do Val ... [et al.] - Brasília : Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, 2020. 56 p.

> iii) **Redução da Oferta**: consiste em ações de repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas, além da regulação de substâncias controladas e ações de desenvolvimento sustentável;
> iv) **Pesquisa e Avaliação**: engloba as ações de expansão do conhecimento científico, desenvolvimento de indicadores, estatísticas e avaliação de políticas, programas e projetos;
> v) **Governança, Gestão e Integração**: contempla as ações de coordenação e integração, além da promoção da transparência e da realização da prestação de contas da política sobre drogas para a sociedade (Guia, 2020, p. 15).

Estes Eixos-Estratégicos foram organizados e definidos pelo Conad a partir dos Eixos da própria Política Nacional sobre Drogas (PNAD).

As Oficinas de Rodas de Conversa para o diagnóstico comunitário foram realizadas em três etapas:

1) **Apresentação**: nesta etapa o Diretor de Políticas sobre drogas do município e Coordenador da Comissão Permanente de Políticas Intersetoriais Integradas sobre Drogas do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas – Plamiped, Sr. Marciano Tribess, fazia um relato aos presentes do propósito do encontro. Tratava-se da construção do Plano Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas do município - Plamiped.

2) **Descrição da proposta metodológica**: a Dra. Maria Roseli Rossi Avila, Coordenadora de Projetos de Políticas Públicas sobre drogas na Cruz Azul, explicava aos presentes como funciona uma Roda de Conversa e que a metodologia adotada buscava, primeiramente, levantar Problemas nos Eixos-Estratégicos citados e, posteriormente, elencar propostas de soluções para os problemas identificados.

3) **Aprovação Final da Matriz Problema-Solução**: ao final da Oficina, e após discussão sobre cada problema identificado e inserção de possíveis soluções, a proposta final de Matriz era colocada em votação pelo coordenador da Oficina.

As matrizes aprovadas pelos presentes à Oficina ainda passaram pela aprovação da Comissão Intersetorial, e ainda, em mais uma etapa de discussão nas Reuniões Ampliadas da Comissão Intersetorial do Plamiped para fins de leitura, discussão e aprovação de resultados.

Estas Reuniões, também denominadas – para fins de divulgação – de Encontros e/ou Seminários de Apresentação e Aprovação de Resultados se encontram na interfase entre a Coleta de Dados e a Análise de Resultados. Foram realizados entre os meses de Agosto de 2022 e Janeiro de 2023. Outros dados serão inseridos em item próprio.

2.2 OFICINAS COLETA DE DADOS 2017 e 2022

Conforme explicitado no item anterior, tanto em 2017 como em 2022 foram realizadas Oficinas de Diálogo (Rodas de Conversa) para fins de coleta de dados para o diagnóstico comunitário.

Este item apresenta os resultados de cada Oficina (Oficinas de Diálogo são Rodas de Conversa) realizada tanto em um ano como no outro, iniciando pela apresentação dos dados das Rodas de Diálogo em 2017.

2.2.1 Oficinas Coleta de Dados em 2017 – Rodas de Diálogo

Como consta no item que explicita os procedimentos metodológicos para a pesquisa empírica em 2017 as Oficinas de Rodas de Diálogo (Rodas de Conversa) ocorreram em 07 bairros e foram realizadas 08 Oficinas com a presença de 339 pessoas, moradores dos bairros e usuários dos serviços existentes naquele território.

Os dados resultantes das Oficinas Comunitárias foram registrados por relatores e encaminhados para avaliação e considerações da equipe da Sedeci e pela articuladora Redes, conforme relatado por Stanchack (2018).

Em cada uma das oficinas realizadas, conforme Stanchack (2018), foram eleitos representantes para participarem das demais etapas de construção do Plano previstas na proposta metodológica.

2.2.1.1 Oficina Comunitária 1 – CSU Garcia

A Oficina de Diálogo 01 ocorreu no Centro Social Urbano do Bairro Garcia na data de 07 de junho de 2017 com a presença de 20 pessoas (ANEXO A) representando os bairros da Vila Formosa, Garcia, Valparaíso, Ribeirão Fresco e Da Glória.

Conforme Stanchack (2018, p. 15),

> Na ocasião desta oficina o município encontrava-se em estado de Alerta devido às intensas chuvas que atingiram o estado levando 10 municípios a decretarem situação de emergência

> por estragos causados pelas chuvas, conforme informe da Defesa Civil de Santa Catarina. Na data de 06 de junho de 2017 o nível do Rio Itajaí em Blumenau chegou a 8,52.

Blumenau está localizada numa região de grande vulnerabilidade territorial, a mesorregião do Vale do Itajaí. Conforme Avila (2015, p. 58), "A região convive com enchentes desde a sua fundação e recentemente, em 2008, foi atingida por um dos maiores desastres da sua história". A mesorregião do Vale do Itajaí é formada pela Bacia Hidrográfica do rio Itajaí-Açu, sendo que este é o maior curso d'água da bacia. O rio Itajaí-Açu surge da

> [...] junção dos rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, no município de Rio do Sul. O rio Itajaí recebe como principais afluentes: o rio Itajaí do Norte, em Ibirama; o rio Benedito, em Indaial; o rio Luis Alves, em Ilhota, e o rio Itajaí Mirim, que aporta na bacia estuarina a 9 km da barra, em Itajaí (AUMOND *et a.l*, 2009 p. 25). Conforme os autores, a forma da bacia e a declividade dos cursos d'água contribuem de forma significativa para a ocorrência de enchentes. As áreas por onde passa o rio são extremamente vulneráveis a inundações por se encontrarem em regiões de planícies. Ou seja, regiões baixas e que formam o leito secundário do rio. Os processos de formação da paisagem originaram uma região suscetível e vulnerável a desastres (Avila, 2015, p. 58).

A vulnerabilidade a desastres existente no território, influencia o cotidiano de vida da população e, conforme relato de Stanchack (2018), afetou a participação na primeira oficina realizada.

Segundo a autora, apenas 20 pessoas da comunidade participaram da oficina, o que motivou os participantes a decidiram pela repetição da oficina na data de 31 de julho de 2017.

A roda de diálogo que ocorreu na primeira oficina realizada em 2017 buscou "[...] recolher contribuições dentro dos três eixos temáticos propostos, no sentido de identificar com a comunidade as principais situações relacionadas com drogas (necessidade de prevenção, uso abusivo, cuidado, tráfico, entre outros) (Stanchack, 2018, p. 16).

Dada a pouca participação nesta oficina, conforme Stanchack (2018), não foram eleitos representantes para participação em audiência pública. Os dados resultantes dos diálogos ocorridos na oficina comunitária 01 se encontram descritos na Matriz Problema-Solução a seguir.

Figura 7 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 1: CSU Garcia

Região Sul	Quadro 2: Matriz Síntese- Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 1 - Local: Centro Social Urbano - CSU Garcia.			
	PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
	Oficina 1 - Vila Formosa, Garcia, Valparaiso, Ribeirão Fresco, Progresso e Da Gloria - Data: 07/06/ 2017			
	Prevenção	**Problemas**	**Propostas de Solução**	
		Venda de bebidas alcoólicas e cigarro para crianças e adolescentes.	Intensificar a fiscalização de venda de bebidas e cigarros.	
			Prestar orientação através de campanha e de trabalho de abordagem pela polícia comunitária.	
		Pouca oferta de espaços públicos de esporte e lazer público e gratuito para pessoas em situação de vulnerabilidade.	Usar o espaço físico das escolas, nos finais de semana, para desenvolver ações de esporte e lazer.	Construção de áreas de lazer.
		Dificuldade de acesso às ações de lazer, esporte e cultura pelo serviço estar centralizado.	Promover o acesso às ações de lazer, esporte e cultura de forma descentralizada.	
		Falta de informação sobre programas e espaços de prevenção desenvolvidos no Município.	Divulgar mais as políticas públicas existentes pelo poder público.	

Quadro 2: Matriz Síntese- Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 1 - Local: Centro Social Urbano - CSU Garcia.				
Região Sul		**Problemas**	**Propostas de Solução**	
	Cuidado	Desconhecimento da população sobre espaços para tratamento existentes, onde e como buscar ajuda.	Divulgar informações para os trabalhadores da rede e para a população sobre os espaços de tratamento.	Criar um fluxograma e divulgar os serviços os já existentes.
		Uso de bebida alcoólica e cigarros por crianças e adolescentes.		
		Oferta pelos pais de bebida alcoólica e cigarros para crianças e adolescentes.		
		Dificuldade em se reinserir na sociedade e de ressocialização após o tratamento, levando à exposição e retorno ao uso de drogas.	Promover acesso ao direito à habitação, geração emprego e renda, transporte, qualificação profissional.	
		Dificuldade em se reinserir na sociedade e de ressocialização depois da saída do sistema prisional, levando à exposição e retorno ao uso de drogas e reincidência de atos criminosos.	Promover acesso ao direito à habitação, geração de emprego e renda, transporte, qualificação profissional.	
	Autoridade	PMCMV levou tráfico de drogas e a violência para o bairro.	Parceria dos CONSEGs com o COMEN, Conselho Tutelar, entre outros.	
		Falta de resolução dos problemas instalados nos condomínios pelas secretarias implicadas.	Envolvimento da saúde, educação, assistência social, segurança, conselhos.	
		Discriminação com pessoas pobres, negros (tratamento diferente entre pobres e ricos).		
		Falta de segurança no bairro.	Implantação de programa semelhante ao Programa Vizinho Solidário.	
		Dificuldade de reconhecer o trabalho da polícia comunitária por parte da corporação.	Fortalecer a filosofia de polícia comunitária.	
		Falta de policiais para realizar o trabalho de aproximação com a comunidade.		

Fonte: Stanchack (2018, p. 17-18)

Na primeira oficina comunitária realizada no CSU Garcia foram levantados 14 problemas e 14 propostas de soluções para estes problemas. Os problemas levantados, em 2017, na primeira oficina comunitária tiveram como ênfase o Eixo da Autoridade.

No **Eixo da Prevenção** foram levantados 4 problemas e 6 propostas de soluções, sendo que a ênfase recaiu sobre espaços públicos de esporte e lazer e gratuitos para pessoas em situação de vulnerabilidade. Conforme Marcino *et al.* (2022, p. 02), "o lazer, compreendido como um conjunto de atividades realizadas no tempo livre, ou seja, após as obrigações relacionadas ao trabalho ou estudo, é considerado uma forma de descanso e recreação, e, por conseguinte, proporciona bem-estar, qualidade de vida e saúde". Os participantes da oficina colocaram que o município oferta poucos espaços públicos para a prática do esporte e do lazer voltada, especificamente, para pessoas em situação de vulnerabilidade e propuseram que se utilizasse os espaços físicos das escolas para desenvolver ações nesta área aos fins de semana.

> O acesso aos espaços de lazer relativo a jogar e brincar tem sido inibido também pelas dificuldades de os jovens ou a comunidade criarem estratégias de enfrentamento aos preconceitos e, decorrentes destes, às práticas repressivas e excludentes, com maior impacto sobre o lazer de meninas e negros. Por outro lado, a crítica aos preconceitos, à precarização e redução dos espaços e equipamentos públicos e universais de lazer configura-se como potência para a mobilização dos jovens, familiares, comunidade e poder público para debater e intervir em favor da construção de espaços de lazer saudáveis na comunidade (Sebenello, Kleba e Keitel, 2016, p. 60).

Outro problema levantado foi a venda de bebidas alcoólicas e cigarro para crianças e adolescentes e a necessidade de intensificação da fiscalização nesta área, já que a venda ao público infantil e adolescente é proibida pela legislação (ECA, 1993). Conforme os presentes, a "*Venda de bebidas alcoólicas e cigarro para crianças e adolescentes*" ocorre no município (Stanchack, 2018, p. 17). Na percepção comunitária, faz-se necessário "*Intensificar a fiscalização de venda de bebidas e cigarros*", bem como "*Prestar orientação através de campanha e de trabalho de abordagem pela polícia comunitária*" (Stanchack, 2018, p. 17). O álcool é considerado uma substância lícita, no entanto, a propaganda, comercialização e a acessibilidade à substância por populações vulneráveis como crianças e adolescentes, não são permitidas. A Política Nacional coloca como um de seus pressupostos a necessidade de

> Reconhecer o uso das drogas lícitas como fator importante na indução da dependência, e que por esse motivo, deve ser objeto de um adequado controle social, especialmente nos aspectos relacionados à propaganda, à comercialização e à acessibilidade de populações vulneráveis, tais como crianças, adolescentes e jovens (Conad, 2022, 45).

Ainda no Eixo da Prevenção, e em se tratando da própria PNAD, bem como de outras políticas públicas, os participantes da Oficina Comunitária 1 colocaram que há *"Falta de informação*

sobre programas e espaços de prevenção desenvolvidos no Município" e elencaram como proposta "*Divulgar mais as políticas públicas existentes pelo poder público"* (Stanchack, 2018, p. 17).

No que tange ao **Eixo do Cuidado** o setor comunitário levantou 05 problemas e elencou 04 propostas de soluções, bem como, reconheceu que há um "*Desconhecimento da população sobre espaços para tratamento existentes, onde e como buscar ajuda*" (Stanchack, 2018, p. 18). Sobre esse fato, elencou-se como proposta de solução "*Divulgar informações para os trabalhadores da rede e para a população sobre os espaços de tratamento*" e "*Criar um fluxograma e divulgar os serviços os já existentes*" (Stanchack, 2018, p. 18). Constata-se que esta não é uma realidade apenas de Blumenau. Quando da construção do Plano Municipal de Políticas sobre drogas e Gaspar (Plamad), "A pesquisa empírica, tanto técnica como comunitária, apontou que a população ainda tem certo desconhecimento sobre os serviços em que pode buscar ajuda para o dependente químico e para sua família" naquele município (Avila, 2022b, p. 277). A leitura da questão em Blumenau assemelha-se à do município vizinho e aponta para uma realidade nacional. Em pesquisa realizada com dependentes de crack em situação de rua, em 2020, Rossi e Tucci (2020), constataram que os obstáculos apontadas por este público para buscar tratamento e cuidado nos Centros de Atendimento Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad), é "a dificuldade de obter informações a respeito dos programas existentes e como acessá-los" (Rossi; Tucci, 2020, p. 10).

Segundo os autores, "Os usuários que não acessaram esse dispositivo central na rede, relataram desconhecer o serviço". Também relataram que não acessaram o serviço devido ao "excesso de burocracias e protocolos para conseguir iniciar o tratamento" (ROSSI; TUCCI, 2020, p. 10). Rossi e Tucci (2020) relatam que uma das entrevistadas na pesquisa empírica ao responder à pergunta sobre se já havia frequentado o CAPSad respondeu: "*Nem sei onde é isso!*" e, após, colocou que não iniciou tratamento "*porque eu tô sem o meu RG. [Preciso] Tirar documento para poder começar*" (Rossi; Tucci, 2020, p. 10, grifo no original).

Ainda no Eixo do Cuidado, os participantes da Oficina Comunitária 1 trouxeram os mesmos problemas elencados no eixo anterior, da Prevenção, quanto ao uso de bebidas alcoólicas e cigarros por crianças e adolescentes, sendo que o dito acima corrobora aqui. Outro ponto importantíssimo abordado pelo setor comunitário, principalmente, no que diz respeito a população em situação de rua, é a Reinserção Social. Os participantes colocaram que a pessoa em situação de na rua encontra "*Dificuldade em se reinserir na sociedade e de ressocialização após o tratamento, levando à exposição e retorno ao uso de drogas*" (Stanchack, 2018, p. 18) e acrescentaram que essa dificuldade também se explicita "*depois da saída do sistema prisional, levando à exposição e retorno ao uso de*

drogas e reincidência de atos criminosos" (Stanchack, 2018, p. 18). Para ambos os casos entendem que faz-se necessário "*Promover acesso ao direito à habitação, geração de emprego e renda, transporte, qualificação profissional*".

No **Eixo da Autoridade** predominou a preocupação com o tráfico de drogas e a violência nos bairros, sendo que os condomínios do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foram apontados pelos presentes como a causa da intensificação do tráfico, juntamente com falta de resolução dos problemas nos referidos condomínios pelas secretarias implicadas. O programa Minha Minha Casa Minha Vida, que tem como finalidade a promoção da casa própria, foi um "importante programa federal voltado para a produção de habitações de interesse social" e compôs "o eixo Infraestrutura Social e Urbana do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (Bandeira; Júnior, 2021, p. 311). Na época, o programa era "gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), em parceria com outras instituições" (Bandeira; Júnior, 2021, p. 311). Conforme Stanchack (2018, p. 18), o "*PMCMV levou tráfico de drogas e a violência para o bairro*" (Stanchack, 2018, p. 18). Lembrando que aqui refere-se ao bairro onde se encontra o equipamento, visto que a oficina ocorreu na região do CSU Garcia, que envolve os bairros do Vila Formosa, Garcia, Valparaíso, Ribeirão Fresco e Da Glória.

Além da questão do tráfico de drogas e da violência, os participantes da oficina citaram a "*Falta de resolução dos problemas instalados nos condomínios pelas secretarias implicadas*". Ambas os problemas tratam dos condomínios MCMV e colocaram a necessidade de se firmar "*Parceria dos Consegs com o Comen, Conselho Tutelar, entre outros*", bem como a necessidade do "*Envolvimento da saúde, educação, assistência social, segurança, conselhos*" (Stanchack, 2018, p. 18).

Notícia veiculada no veículo de imprensa, Hoje em Dia, de 04 de janeiro de 2015 relata que moradores do MCMV de 16 estados brasileiros denunciam, entre outros problemas, a questão do tráfico nos equipamentos habitacionais. Conforme noticiado, das 108 denúncias enviadas ao Ministério da Justiça e das Cidades, de abril de 2014 a janeiro de 2015, quando da veiculação da notícia, 70% denunciavam a presença de traficantes nos condomínios (Estadão, 2015).

"*Discriminação com pessoas pobres, negros (tratamento diferente entre pobres e ricos*)" (STANCHACK, 2018, p. 18) também foi um dos problemas relatados no Eixo da Autoridade na oficina ocorrida no CSU Garcia. Conforme Bandeira e Batista (2002, p. 131), "O preconceito implica sempre uma relação social. Aparece como um modo de relacionar-se com 'o outro' diferente, a partir

da negação ou desvalorização da identidade do outro e da supervalorização ou afirmação da própria identificação". A autora afirma que,

> No processo de produção identitária criam-se sentimentos de pertença e de estranhamento com relação a certos coletivos, o que gera uma dinâmica de inclusões e exclusões com base em semelhanças e diferenças. Acontece que essas inclusões e exclusões muitas vezes não indicam apenas diferenças ou singularidades, mas relações hierárquicas e poderes de raiz histórica com atributos fundadores, que demandam para si a definição do que é bom e do que é ruim, do que é belo, do que é feio, do que tem valor e do que não o tem (Bandeira; Batista, 2002, p. 131).

O preconceito, conforme Bandeira e Batista (2002, p. 120) "introduz-se nas formas de vida quotidiana, capilarizando-se [...] através de imagens, representações e situações". Neste sentido, cresce a necessidade de se pensar o preconceito também no âmbito da política sobre drogas, pois este pode se constituir em uma fonte de violência, conforme afirma a autora, além de que dependentes químicos e seus familiares são populações que enfrentam o preconceito cotidianamente. Principalmente no que tange à população de na rua que faz uso de substâncias psicoativas.

Além do preconceito, os presentes colocaram que há "*Falta de segurança no bairro*" e "*Falta de policiais para realizar o trabalho de aproximação com a comunidade*" e, ainda, "*Dificuldade de reconhecer o trabalho da polícia comunitária por parte da corporação"* (STANCHACK, 2018, p. 18). Foi sugerida, conforme Stanchack (2018, p. 18) a "*Implantação de programa semelhante ao Programa Vizinho Solidário*", bem como elencou-se "*Fortalecer a filosofia de polícia comunitária*". A Polícia Comunitária, segundo Ferreira e Borges (2022, p. 645), "é uma estratégia de segurança pública que coloca em evidência a parceria entre a população/o público e a polícia".

2.2.1.2 Oficina Comunitária 2 – Bairro da Velha

A Oficina Comunitária 2 ocorreu no dia 13 de junho de 2017, no Colégio Hercílio Deeke – Rua José Reuter, 581 – Velha com a presença de 44 pessoas. A Oficina ocorreu no Bairro da Velha, no entanto, estavam representados o Bairro da Velha, Velha Grande, Passo Manso, Água Verde e Salto Weissbach. Segundo Stanchack (2018, p. 19),

> O evento teve início às 19:30h e foi iniciada com uma breve apresentação do objetivo e dos conteúdos dos eixos Prevenção, Cuidado e Autoridade que norteiam o PLAMIPED e da metodologia a ser seguida, realizado pela Articuladora do Projeto Redes/SENAD. Foi

> divulgada a possibilidade de consulta pública e a participação através da Plataforma Digital, Praça do Cidadão, Oficina Geral e Audiência Pública (blumenau. sc.gov.br/plano-municipal-intersetorial-politicas-sobre-drogas), através do material denominado informativo das oficinas.

Como a oficina anterior, buscou-se "identificar com a comunidade as principais situações relacionadas com drogas (necessidade de prevenção, uso abusivo, cuidado, tráfico, entre outros)" (Stanchack, 2018, p. 19).

Figura 8 - Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 2: Bairro da Velha

Quadro 3: Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 2 - Local: Colégio Hercílio Deeke – Rua José Reuter, 581 – Velha.			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 2 - Velha, Velha Grande, Passo Manso, Água Verde e Salto Weissbach - 13/06/17			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Oeste	Prevenção	Propaganda de bebidas em horário inadequado.	Buscar mecanismos de lei para proibir a propaganda de bebidas alcoólicas.
		Dar esmolas.	Divulgar na mídia os serviços de saúde e assistência e orientar a população a não dar esmolas.
		Na 5ª série é muito tarde para iniciar a fala sobre drogas.	Iniciar na educação infantil. Política pública de continuidade, apoio aos projetos existentes e formação dos profissionais de educação.
		Alvará de soltura em horário noturno.	Ligar para a família, equipamentos de apoio abertos a noite para prevenção da recaída.
		Distribuição de drogas na frente da escola.	Parceria entre serviços públicos e sociedade civil.
		Falta de apoio após internação para prevenção da recaída.	Política de reinserção social intersetorial em todos os AG´s, CRAS, grupo de apoio.
	Cuidado	Falta de diálogo intersetorial (público, privado, 3º setor); Centralização do serviço especializado.	Incentivo da capacitação na temática para todos os profissionais que não estejam nos serviços especializados.
		Falta de profissionais e treinamento.	Formação qualificada e educação popular.
		Falta de recursos financeiros, falta de vagas, falta de capacitação na rede.	SICONV e recursos internacionais.
	Autoridade	Fragilidade das políticas públicas sociais	Investir em polícia comunitária e rede de vizinhos; Ampliação de serviços nas áreas mais vulneráveis.
		Desvalorização do policial.	Valorização profissional; Reavaliação de contingente; Melhora nos equipamentos de proteção individual.
		Impunidade (prende e solta).	Política carcerária; Reavaliação das leis penais.
		Rede de tráfico.	Investimento em trabalho integrado e de inteligência.
		Facilidade de acesso as drogas.	Investimento em trabalho integrado e de inteligência.

Fonte: Stanchack (2018, p. 20)

A Oficina do Bairro da Velha teve a Prevenção como ênfase. Foram elencados um total de 14 problemas e 14 propostas de solução.

No **Eixo da Prevenção** a comunidade elencou 06 problemas. O primeiro problema se referia à "*Propaganda de bebidas em horário inadequado*" e como proposta de solução decidiu-se por "*Buscar mecanismos de lei para proibir a propaganda de bebidas alcoólicas*" (Stanchack, 2018, p. 20). Mecanismos de restrição já existem desde 1996 quando foi sancionada a Lei nº 9.294, de 15 de julho, que dispõe sobre as "restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal" (Brasil, 1996, Ementa). Em 2003, instituiu-se via Decreto um Grupo de

Trabalho (GT) interministerial para avaliar, harmonizar e aperfeiçoar a legislação sobre o consumo e a propaganda de bebidas alcoólicas em território nacional (Brasil, 2003, Art. 1º). O Comitê atuou na

> [...] elaboração de propostas legislativas com vistas à restrição de propaganda de bebidas alcoólicas em todos os meios de comunicação, assim como de educação sanitária referente aos malefícios do álcool, em especial aos jovens, com vistas à redução da iniciação do hábito de consumo de bebidas alcoólicas; [...] necessidade de se rever toda a legislação que envolve o consumo e a propaganda de bebidas alcoólicas em território nacional, propondo alternativas para harmonização e aperfeiçoamento da citada legislação (BRASIL, 2003, Introdução inicial).

Apesar dos avanços, a legislação precisou ser aperfeiçoada e as medidas reforçadas. Assim, em 2007, no dia 22 de maio, o Presidente da República, Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o Decreto nº 6.117, que aprovou a Política Nacional sobre o Álcool e dispôs "sobre as medidas para redução do uso indevido do álcool e sua associação com a violência e criminalidade" (Brasil, 2007b, Ementa).

> A lei também trouxe artigos que intensificaram a fiscalização no que tange ao cumprimento dos arts. 79, 81, incisos II e III, e 243 do Estatuto da Criança e Adolescente que tratam da restrição de propagandas de álcool em publicações infanto-juvenis, bem como da venda ou entrega gratuita a este público de álcool ou outras drogas que causam dependência física e psíquica. Estimula a capacitação de garçons e dos proprietários de estabelecimentos de venda de bebidas com teor alcoólico, trata da fiscalização e regulamentação de horário destes estabelecimentos e da responsabilização em caso de fornecimento de álcool para pessoas com sinais de embriaguez. Como estratégia de redução do consumo, o legislador apoia a distribuição de água potável em estabelecimentos que promovam o consumo de bebidas alcoólicas e a proibição, nos municípios, de venda de álcool em lojas de conveniências em postos de gasolina, além de incentivar ações culturais e de lazer e o estilo de vida sem álcool (BRASIL, 2007) (Avila, 2022a, p. 16-17).

Dentre os pressupostos da nova Política Nacional sobre Drogas, aprovada pelo Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019 consta que o uso de substâncias lícitas deve ser considerado como fator importante "na indução da dependência, e que por esse motivo, deve ser objeto de um adequado controle social, especialmente nos aspectos relacionados à propaganda, à comercialização e à acessibilidade de populações vulneráveis, tais como crianças, adolescentes e jovens" (BRASIL, 2019, Pressupostos 2.34). Os Anexos da PNAD também tratam da questão da propaganda de substâncias psicoativas.

Em se tratando de prevenção, os participantes da Oficina 2 entendem que "*Dar esmolas*" nas sinaleiras estimula o uso de substâncias psicoativas (Stanchack, 2018, p. 20). Neste sentido, elencaram como proposta de solução ao problema a necessidade de "*Divulgar na mídia os serviços de saúde e assistência e orientar a população a não dar esmolas*" (Stanchack, 2018, p. 20). Também colocaram que "*Na 5ª série é muito tarde para iniciar a fala sobre drogas*" e constataram a necessidade de iniciar a prevenção já na educação infantil. Conforme Avila (2022a), também no

município de Gaspar levantou-se essa preocupação. Conforme membros do setor religioso do município, em Gaspar

> [...] não se ouve falar em programas ou projetos públicos na área. Na escola tem o Proerd. No mais, nada se ouve falar. A prevenção deveria acontecer mais cedo do que a idade em que o Proerd acontece. Quando são adolescentes não escutam muita orientação. Deveria se começar a prevenção na idade infantil (Avila, 2022a, p. 106).

A solução levantada pela comunidade presente à Oficina 2, foi a necessidade de Políticas públicas de continuidade e "*apoio aos projetos existentes e formação dos profissionais de educação*". Neste sentido, no Guia Metodológico publicado em 2021 pelo Conad também há essa preocupação pela capacitação continuada sobre a prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas.

> Garantir aos pais ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada sem fins lucrativos, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros federais, estaduais, distritais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada direta, ou por meio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, sobre prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, com vistas ao engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada, inclusive com a utilização de plataformas online, à distância e a formalização de parcerias no âmbito do Poder Público e com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (Conad, 2021, p. 51).

Ainda no Eixo da Prevenção, a comunidade presente à Oficina 2 relatou preocupação com alvarás "de soltura em horário noturno" e colocaram como uma proposta que ao emitir o alvará se entre em contato, via contato telefônico, com "*a família*" e se ofereça a garantia de "*equipamentos de apoio abertos a noite para prevenção da recaída*". O mesmo se aplica à questão da "*Falta de apoio após internação para prevenção da recaída*" e sugere-se como proposta Políticas "*de reinserção social intersetorial em todos os AG´s, CRAS, grupos de apoio*" do município. Quando se trata de Prevenção de Recaídas, Knapp *et al*. (1994) falam da existência do Programa de Prevenção de Recaídas e colocam que este tem como função "conscientizar a pessoa a antecipar, prevenir, modificar, enfrentar e lidar com situações que a coloquem em risco para a recaída", ou seja, situações que façam com que ela volte a consumir álcool ou outras drogas" (Knapp *et al*., 1994, p. 13).

No que diz respeito ao tráfico de drogas, conforme Stanchack (2018, p. 20), a comunidade do Bairro da Velha, a exemplos dos participantes na Oficina 1, denunciou a "*Distribuição de drogas na frente da escola*" e propôs que se efetivem "*Parceria entre serviços públicos e sociedade civil*" para o enfrentamento da questão como proposto pelos participantes da Oficina 1 que citaram a Polícia Comunitária como instrumento conjunto Estado/Sociedade Civil para o enfrentamento da questão.

No **Eixo do Cuidado** foram levantados três problemas e 03 propostas de solução. Uma delas apontou para a questão da intersetorialidade citando a "*Falta de diálogo intersetorial (público, privado, 3º setor); Centralização do serviço especializado*". Para o enfrentamento desta questão, os participantes da oficina 2 propuseram o "*Incentivo da capacitação na temática para todos os profissionais que não estejam nos serviços especializados*" (Stanchack, 2018, p. 20).

No que diz respeito à intersetorialidade, esta passou a ser, conforme Nascimento (2010, p. 96), "um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil". Nascimento (2010), afirma que "as políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que podem ou não oferecer" (Nascimento, 2010, p. 96-97).

A questão da capacitação dos profissionais que atuam nos serviços, citada na proposta, também foi um dos problemas levantados. Para a comunidade há "*Falta de profissionais e treinamento*" e foi sugerida a proposta de "*Formação qualificada e educação popular*" (Stanchack, 2018, p. 20). O Conad (2021) prevê a capacitação contínua para as redes de prevenção e apoio. O setor comunitário presente à oficina também relatou "*Falta de recursos financeiros, falta de vagas, falta de capacitação na rede*" e sugeriu ao município, conforme Stanchack (2018), buscar recursos no "*Siconv (Governo Federal) e recursos internacionais*". O Portal dos Convênios (Siconv) "é um sistema desenvolvido em plataforma web que permite aos Órgãos Concedente e a Entes e Entidade Convenente o gerenciamento on-line de todos os convênios cadastrados no Portal dos Convênios" (Siconv, 2013, p. 03).

O **Eixo da Autoridade trouxe** preocupações com a "*Fragilidade das políticas públicas sociais*" do município e apresentou como proposta "*Investir em polícia comunitária e rede de vizinhos*" e "*Ampliação de serviços nas áreas mais vulneráveis*".

A Polícia Comunitária e a rede de vizinhos já foram citadas pelos participantes das oficinas anteriores, bem como a "*Desvalorização do policial*" (Stanchack, 2018, p. 20). A diferença é que os participantes da oficina na Região Oeste colocaram como proposta de solução além da "*Valorização profissional*" a "*Reavaliação de contingente*" e a "*Melhora nos equipamentos de proteção individual*" (Stanchack, 2018, p. 20).

Ainda no Eixo da Autoridade, a comunidade presente à oficina 1, discutiu a questão da "*Impunidade"* dos que cometem crimes. Citou que há um sistema de "*(prende e solta*)" e propôs que se repense a "*Política carcerária*", inclusive realizando uma "*Reavaliação das leis penais*"

(Stanchack, 2018, p. 20). Na década de 1970, Fischer e Abreu (1987, p. 79), já apontavam para a necessidade de se "formular políticas públicas penitenciárias e fomentar um sistema penitenciário compatível com o controle democrático do poder em uma sociedade, na qual a segurança dos cidadãos e a justiça social constituem princípios condutores da convivência social". Constata-se, por meio das falas nas oficinas, que ainda há muito a avançar nesta área.

Cabe aqui lembrar que o Presídio existente no município de Blumenau é regional. No entanto, as propostas elencadas nas oficinas e que não são de alçada do município, podem ser encaminhadas pelo Comen local aos setores competentes, assim como o próprio Plamiped pode ser encaminhado após sua implantação.

Foi discutida, ainda, a existência de uma "*Rede de tráfico*" e "*Facilidade de acesso às drogas".* Após a discussão, sugeriu-se fazer "Investimento em trabalho integrado e de inteligência" (Stanchack, 2018, p. 20). A questão do tráfico já foi anteriormente discutida.

2.2.1.3 Oficina Comunitária 3 – Bairro Itoupava Central

A Oficina Comunitária 3 ocorreu no dia 20 de junho de 2017 na sede do SEST/SENAT, localizado no bairro Itoupava Central, abrangendo a região de atendimento do Conseg. Participaram 47 pessoas (Stanchack, 2018).

Após explanação sobre a metodologia do evento, os presentes se dividiram em grupos para discutir os problemas relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas na comunidade e elencar propostas que possam vir a solucionar problemas existentes.

A figura, a seguir, apresenta os resultados das discussões explícitos na Matriz Problema-Solução:

Figura 9 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 3: Itoupava Central

Quadro 4: Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 3 - Local: SEST/SENAT. Rua Ricardo Georg, 277 – Itoupava Central			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 3 - Itoupavazinha, Itoupava Central e Vila Itoupava- 20/06/17			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Norte	**Prevenção**	Fragilidade dos pais no cumprimento do seu papel na educação e participação na vida dos filhos.	Escola de pais e projetos voltados para famílias de alunos em horários que possibilitem a participação dos pais que trabalham e que possam ser medida de proteção aplicada pelo conselho tutelar.
		Falta de disciplina nas escolas voltadas a prevenção ao uso de drogas	Implantar projetos de prevenção planejados com os alunos. Incluir nos currículos disciplinas relacionadas a prevenção
		Pouca divulgação dos serviços e projetos existentes no município.	Otimizar espaços públicos, como terminais de ônibus, para divulgação. Ampliar a divulgação que já existe.
		Falta de atores sociais capacitados nas escolas e serviços/rede para trabalhar prevenção.	Capacitar profissionais para atuar na rede/serviços e escolas com prevenção.
		Falta de um canal de orientação e apoio a comunidade (exemplo CVV) para questões relacionadas ao uso de drogas.	Criação de um canal 24 horas para orientação e apoio (telefônico).
	Cuidado	Dificuldade de emprego após sair do tratamento ou da prisão.	Incentivo fiscal para as empresas que empregam essas pessoas.
		falta de informação sobre os serviços disponíveis - divulgação.	Divulgar amplamente os serviços existentes (escola, igreja, conselhos, TV, rádio).
		Falta de espaço de lazer, esporte, com monitoramento e orientação.	Criar espaços de lazer com orientação e monitoramento (polícia)
		Falta vagas para tratamento e para acolhimento (fila de espera).	Ampliar o serviço de atendimento ao usuário.
		Serviço centralizado.	Agentes de saúde capacitados para abordagem aos usuários.
	Autoridade	Falta de protocolo de encaminhamento/abordagem.	Criar modelos para encaminhar os dependentes.
		Limitação da atuação da Guarda Municipal de Trânsito.	Ser o que auxilia na prevenção, ir além do trânsito.
		Responsabilização para menores de 18 anos.	Fazer a população saber o que é feito (medida sócio-educativa).
		Falta de efetivo e de policiamento.	Divulgação de políticas que funcionam.

Fonte: Stanchack (2018, p. 21)

A ênfase das propostas levantadas foi na Prevenção e Cuidado, respectivamente, sendo que no eixo do Cuidado foram levantadas menos propostas.

O primeiro eixo a ser discutido foi o **Eixo da Prevenção** e apontou como problema a "*Fragilidade dos pais no cumprimento do seu papel na educação e participação na vida dos filhos*" sendo que apresentou como proposta de resolução criar a "*Escola de pais e projetos voltados para famílias de alunos em horários que possibilitem a participação dos pais que trabalham e que possam ser medida de proteção aplicada pelo conselho tutelar*" (Stanchack, 2018, p. 22). Conforme Avila (2022a, p. 182), "Pais também precisam de prevenção" e, segundo pesquisa empírica, faz-se necessário realizar um "Trabalho específico com os pais em relação à prevenção". No caso da prevenção na família, esta poderia ser realizada na Atenção Básica, tanto na Saúde, como na Assistência Social. Dadas às conexões, a família tem abertura para passar informações e orientações para a criança e realizar a prevenção de forma mais efetiva (Avila, 2022a, p. 254).

Outro ponto levantado no Eixo da Prevenção dizia respeito à "*Falta de disciplina nas escolas voltadas a prevenção ao uso de drogas Implantar projetos de prevenção planejados com os alunos*". Conforme Stanchack (2018, p. 22), os participantes da Oficina 3 sugeriram como proposta "*Incluir*

nos currículos disciplinas relacionadas a prevenção". Segundo Avila (2022a, p. 257), por ocasião da construção do Plamad em Gaspar, a comunidade também mostrou preocupação sobre o tema e sugeriu "Institucionalizar a prevenção na grade curricular da rede de Educação" apontando que "A prevenção na Escola deve ser realizada de forma transversal, curricular, permanente e contínua". A autora destaca a preocupação do Conselho Tutelar de Gaspar sobre a prevenção na Escola. Conforme relato,

> [...] há uma preocupação dos conselheiros tutelares com a prevenção no município. Esta deveria ocorrer na Escola por meio de um projeto contínuo, permanente. A prevenção deveria ocorrer já no início do fundamental e não apenas no quinto ano com o Proerd como ocorre hoje. O tema deveria ser instituído no conteúdo de cada disciplina, os professores qualificados pelo Comad para realizarem esse trabalho de forma interdisciplinar de acordo com as especificidades do conteúdo ministrado (CT, 2021) (Avila, 2022a, p. 254).

Outro problema levantado pela comunidade da Itoupava Central na pesquisa empírica em 2017 foi sobre a "*Pouca divulgação dos serviços e projetos existentes no município"* sendo que a proposta apresentada visa "*Otimizar espaços públicos, como terminais de ônibus, para divulgação. Ampliar a divulgação que já existe"* (Stanchack, 2018, p. 22). Está se tratando do Eixo de Prevenção, no entanto, as propostas avançam para a questão dos serviços e projetos já existentes no município, que são pouco divulgados e necessitam de otimização. Conforme Sampaio e Júnior (2021), esses espaços são extremamente importantes pois possibilitam "novas expressões de vida, autonomia e sociabilidade, favorecendo a construção de um novo lugar social" aos sujeitos que deles participam (Sampaio e Júnior, 2021, p. 12).

E, mais uma vez a comunidade de Blumenau manifesta sua preocupação com a "*Falta de atores sociais capacitados nas escolas e serviços/rede para trabalhar prevenção"* propondo "*Capacitar profissionais para atuar na rede/serviços e escolas com prevenção"* (Stanchack, 2018, p. 22).

A orientação sobre a questão das drogas a partir de informações verdadeiras é uma grande preocupação de Avila e Krüger (2017). E esta preocupação também ficou latente na oficina 3, quando os presentes colocaram que em Blumenau, há "*Falta de um canal de orientação e apoio a comunidade (exemplo CVV) para questões relacionadas ao uso de drogas"* e sugeriram a "*Criação de um canal 24 horas para orientação e apoio (telefônico"* (Stanchack, 2018, p. 22). A comunidade citou o Centro de Valorização da Vida (CVV), que é um serviço de suporte para pessoas com necessidades emocionais (Psicanálise, 2021). O serviço está disponível para dar suporte às pessoas e auxiliar a lidar com situações difíceis e de risco no cotidiano da vida.

O **Eixo do Cuidado** apontou "*Dificuldade de emprego após sair do tratamento ou da prisão"* e trouxe como proposta o município criar "*Incentivo fiscal para as empresas que empregam essas pessoas"* (Stanchack, 2018, p. 21) . Muitas vezes, conforme Avila (2022b, p. 41),

> [...] as ligações territoriais (relações sociais, de trabalho, familiares comunitárias etc) se encontram muito frágeis ou rompidas, em decorrência dos transtornos inerentes à dependência química. É nesta fase que as chances de o indivíduo retornar ao comportamento compulsivo e autodestrutivo se acentuam dada a falta de perspectiva. Neste sentido, a importância de projetos de Reinserção Social para dependentes químicos que se encontram em tratamento, acolhimento nos serviços do município.

Projetos de Reinserção Social que pensem essa dificuldade em se inserir no mundo do trabalho após o tratamento ou mesmo após um período de encarceramento. Conforme o Conad (2022, p. 12), o Plano Nacional de Políticas Públicas em seu Artigo 8º, inciso VIII, sobre drogas tem por objetivo:

> [...] articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho, com objetivo de promover a inserção profissional da pessoa que haja cumprido o plano individual de atendimento nas fases de tratamento ou acolhimento; IX - promover formas coletivas de organização para o trabalho, redes de economia solidária e o cooperativismo, como forma de promover autonomia ao usuário ou dependente de drogas egresso de tratamento ou acolhimento, observando-se as especificidades regionais.

Além da preocupação com a reinserção social e o trabalho, também se tratou neste ofício na da "*falta de informação sobre os serviços disponíveis – divulgação*" e da necessidade de se "*Divulgar amplamente os serviços existentes (escola, igreja, conselhos, TV, rádio)"* (Stanchack, 2018, p. 21). É pertinente a preocupação. Avila (2022a) também coloca "a necessidade de informações sobre a rede de serviços disponíveis à população". Em geral a comunidade não sabe onde encontrar ajuda e que tipo de serviços o município oferece.

"*Falta de espaço de lazer, esporte, com monitoramento e orientação*" o que motivou a proposta de "*Criar espaços de lazer com orientação e monitoramento (polícia)"* (Stanchack, 2018, p. 21). Espaços de lazer e prática de esportes com orientação e monitoramento podem se transformar em territórios de prevenção às substâncias psicoativas, desde que haja planejamento, acompanhamento e orientação dessas ações. Para o Conad ações de prevenção

> [...] devem ser planejadas e direcionadas ao desenvolvimento humano, ao incentivo da educação para a vida saudável e à qualidade de vida, ao fortalecimento dos mecanismos de proteção do indivíduo, ao acesso aos bens culturais, à prática de esportes, ao lazer, ao desenvolvimento da espiritualidade, à promoção e manutenção da abstinência, ao acesso ao conhecimento sobre drogas com embasamento científico, considerada a participação da família, da escola e da sociedade na multiplicação das ações (Conad, 2021, p. 51).

A comunidade falou, ainda, que "faltam *vagas para tratamento e para acolhimento (fila de espera)"* e que uma solução seria "*Ampliar o serviço de atendimento ao usuário*" (Stanchack, 2018, p. 21). Esse problema foi relatado em 2018. No entanto, dados de pesquisa empírica realizada por ocasião da construção do Plano Municipal de Políticas sobre Drogas de Gaspar, Avila (2022a), também apontam a preocupação da comunidade de Gaspar com a falta de vagas para tratamento e acolhimento no município.

Quando tratou dos serviços oferecidos, o setor comunitário apontou que o "*Serviço (é) centralizado*" e que faz-se necessário "*Agentes de saúde capacitados para abordagem aos usuários*" (Stanchack, 2018, p. 21). Segundo apontam Paula et al. (2014, p. 231),

> Observa-se que a assistência ao usuário de drogas na APS enfrenta grandes desafios que fragilizam o cuidado dessa população. Entre estes desafios se destacam a dificuldade em estabelecer vínculo e o preconceito contra estes usuários, a centralização da assistência em serviços especializados, como o CAPSad, e a persistência no imaginário social do modelo institucionalizante como alternativa mais eficaz.

No que diz respeito ao **Eixo da Autoridade, os presentes** à oficina colocaram que há "*Falta de protocolo de encaminhamento/abordagem"* e que deve-se buscar "*Criar modelos para encaminhar os dependentes"* (Stanchack, 2018, p. 21). A ausência de Protocolos de Atendimento ao dependente químico e necessidade de comunicação, integração e articulação entre os serviços, já foi apontada por Avila (2022a) citando, inclusive, o desconhecimento do fluxo de atendimento por técnicos dos serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. Tratou-se, ainda, da *"Limitação da atuação da Guarda Municipal de Trânsito"* e que, na percepção da comunidade, a Guarda Municipal de Trânsito deveria "*Ser o que auxilia na prevenção, ir além do trânsito"* (Stanchack, 2018, p. 21). Importante citar aqui que a Lei que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais elege como princípios mínimos de atuação desta categoria,

> I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
> II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
> III - patrulhamento preventivo;
> IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
> V - uso progressivo da força (Brasil, 2014, Art. 3º).

Na percepção comunitária deveria haver "*Responsabilização para menores de 18 anos*" e que seria importante "*Fazer a população saber o que é feito (medida socioeducativa* (Stanchack, 2018, p. 21). Ou seja, realizar campanhas de conscientização para jovens sobre suas responsabilidades

na mídia, redes sociais, levando a reflexão que nossas atitudes levam a consequências positivas ou negativas, fruto das nossas escolhas pessoais.

Quando tratavam do policiamento, os presentes à oficina relataram "*Falta de efetivo e de policiamento*" e a urgência em "*Divulgar políticas que funcionam*" (Stanchack, 2018, p. 21). Avila (2022a) também relatou a preocupação dos munícipes de Gaspar com o pouco efetivo militar para os serviços de abordagem na rua.

2.2.1.4 Oficina Comunitária 4 – Bairro Fortaleza

Esta oficina ocorreu, conforme previsto na Proposta Metodológica, na data de 27 de junho de 2017, na sede da Associação dos Moradores da Rua Francisco Vahldieck, localizado no bairro Fortaleza, abrangendo a região de atendimento do Conseg daquele bairro (Stanchack, 2018).

Participaram 47 pessoas conforme lista de presença no Anexo I deste documento.

Figura 10 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 4: Fortaleza

Quadro 5: Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 4 - Associação dos Moradores da Rua Francisco Vahldieck – Rua Soldado Luiz Bertolini, 142 - Fortaleza .			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 4 - Fidélis, Fortaleza Alta, Fortaleza, Tribess, Itoupava Norte, Nova Esperança, Rua São João, Loteamento Santa Rita e Adjacências - 27/06/17			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Norte/ Leste	**Prevenção**	Desestruturação familiar e terceirização dos cuidados com as crianças.	Apoio na estruturação e empoderamento familiar.
		Ociosidade dos jovens.	Política do 1º emprego e atividade extra curricular.
		Uso de drogas nas escolas e áreas públicas.	Resgatar a cidadania das famílias e jovens por meio da articulação intersetorial.
		Desestruturação da polícia comunitária.	Investimento na estrutura, capacitação e equipamentos.
		Desarticulação da comunidade.	Reconhecimento do protagonismo dos pais e da comunidade; Inserir profissionais de serviço social e psicológico no quadro de profissionais da educação, conforme projeto de lei que já vem tramitando no congresso.
	Cuidado	Falta de orientação qualificada e individual.	Fortalecimento dos profissionais da rede para trabalhar em conjunto.
		Falta de um fluxo claro de atendimento	Criar um fluxo de atendimento envolvendo toda a rede.
		Falta de programas de reinserção social.	Criar programas de reinserção social. Parcerias / cursos profissionalizantes.
		Falta de integração do sistema.	Integração do sistema.
		Desconhecimento das alternativas de tratamento.	Criar mecanismos de divulgação.
		Falta de busca ativa dos dependentes.	Ampliar o serviço de busca ativa.
		Falta de preenchimento de vagas em comunidades terapêuticas.	Dialogar com o CAPs sobre as vagas não preenchidas.
	Autoridade	Falta de políticas públicas para que ofereça atividades no contra turno.	Oferta de atividades artísticas, esportes, lazer, cultura e sócio-educativas. Utilizar os espaços já existentes na comunidade com monitoramento. (Prevenção)
		Uso de droga em local público gera falta de segurança.	Disponibilizar profissionais para executar atividades de lazer, cultura e esportes nos espaços públicos.
		Efetivo da polícia comunitária e estrutura física com recursos insuficiente para atender a chamada da comunidade.	Aumentar o efetivo da Polícia Civil e proporcionar estrutura adequada com recursos.
		Iluminação pública precária em alguns espaços da comunidade que gera locais propícios para o uso e tráfico de SPA.	Exigir do poder público ações para melhorar a iluminação.
		Espaço público e privado na comunidade detonado e sem manutenção.	Exigir dos responsáveis pelo espaço, a manutenção e melhoria desses espaços.
		A exposição de uso de SPA e ocorrências é mais evidente nas comunidades de baixa renda, gerando olhar preconceituoso e equivocado.	

Fonte: Stanchack (2018, p. 24)

Nesta oficina comunitária, os participantes elencaram 18 problemas e 17 soluções, sendo que a ênfase recaiu sobre o Eixo do Cuidado.

As discussões no **Eixo da Prevenção** apontaram 05 problemas e 05 propostas de soluções, sendo que o primeiro problema a ser abordado tratava do tema da "*Desestruturação familiar e terceirização dos cuidados com as crianças"* e os presentes manifestaram a necessidade de ações e projetos que propiciem "*Apoio na estruturação e empoderamento familiar".*

Conforme Avila e Krüger (2017), não é só a pessoa que faz uso de uma substância psicoativa que é afetada. Também a família, amigos e colegas de trabalho são atingidos.

Autores como Payá e Figlie falam do impacto que a família enfrenta com o uso de drogas por um de seus membros e que esse impacto "é correspondente às reações que vão ocorrendo com o sujeito que as utiliza" (Payá; Figlie, 2004, p. 34).

Para Payá e Figlie (2004) apud Avila e Krüger (2017, p. 319), posto a necessidade de fortalecimento de vínculos entre os membros da família, são necessárias ações que promovam "novas formas de vida, lazer, amizades, locais de convívio e estilo de vida" no intuito de empoderar e fortalecer vínculos entre os membros da família e desses com a comunidade local.

A comunidade presente à oficina, também registrou a percepção sobre os jovens da comunidade, colocando a problemática da "*Ociosidade"* entre os membros desta população em específico. Como proposta, propuseram promover, no município, a "*Política do 1º emprego e atividade extra curricular"* (Stanchack, 2018, p. 24).

Nesta proposta da comunidade, encontra-se presente a relação trabalho/escola e a necessidade de o município atuar de forma a buscar "articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho" (Conad, 2022, p. 13) que é um dos objetivos do Plano Nacional de Políticas sobre drogas e da PNAD.

Discutiu-se, ainda, o "*Uso de drogas nas escolas e áreas públicas"* e a necessidade de se *"Resgatar a cidadania das famílias e jovens por meio da articulação intersetorial"* (Stanchack, 2018, p. 24).

O problema denuncia uma questão de segurança pública. Conforme o Conad (2022), cabe ao Estado organizar ações de Segurança Pública em todos os âmbitos de gestão. O Conad coloca que a própria Carta Magna do país determina a proteção da sociedade e a redução da demanda por drogas.

> No que se refere à proteção da sociedade e à redução da demanda por drogas, a Carta Magna tem como pilar os direitos sociais previstos no artigo 6º. Os direitos ali previstos (em especial, educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, proteção à maternidade e

> à infância e assistência aos desamparados) formam um conjunto de políticas públicas que, organizadas de maneira integrada, traduzem mecanismos de prevenção, cuidado e reinserção social de usuários de drogas. Atenção singular é dada pelo constituinte aos cuidados com as crianças, jovens e adolescentes, que prevê proteção especial a esse grupo por meio de programas de prevenção e atendimento relacionado à dependência de entorpecentes e drogas afins (art. 227, § 3º, VII) (Conad, 2022, p. 20).

E mais uma vez foi citada a "*Desestruturação da polícia comunitária"* e a necessidade de se efetuar *"Investimento na estrutura, capacitação e equipamentos"* (Stanchack, 2018, p. 24). A Polícia Comunitária vem sendo citada em todas as oficinas, explicitando a preocupação da comunidade com a Segurança Pública, a proteção da sociedade e a necessidade de efetivar ações de redução da oferta, bem como da demanda por drogas.

Ainda no Eixo da Prevenção, os presentes trataram da "*Desarticulação da comunidade"* como um problema a ser sanado e citaram como proposta o "*Reconhecimento do protagonismo dos pais e da comunidade"* (Stanchack, 2018, p. 24).

Ao realizar uma análise global do desempenho da PNAD nos últimos cinco anos, o Conad (2022) cita a importância de ações que busquem a qualidade de vida e a preservação das relações sociais e comunitárias, bem como o caráter de base comunitária, descentralizado e intersetorial dos serviços oferecidos, principalmente no que tange àqueles que permitam o reconhecimento do protagonismo familiar e comunitário, como propuseram os participantes da oficina comunitária 4.

Outra proposta para o problema da desarticulação comunitária foi elencada na oficina 4 e ainda não havia sido citada nas outras oficinas que é a necessidade de se "*Inserir profissionais de serviço social e psicológico no quadro de profissionais da educação, conforme projeto de lei que já vem tramitando no congresso"* (Stanchack, 2018, p. 24).

O país já efetuou avanços nesta direção ao aprovar no dia 12 de dezembro de 2019 a Lei nº 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica" (Brasil, 2019, Ementa). A Lei busca garantir nas Escolas a presença desses profissionais para fins de promoção de ações voltadas à cultura da paz, mediação de conflitos, combate à evasão escolar, além de ações que visem fortalecer a gestão democrática nas escolas (Cress, 2019).

No **Eixo do Cuidado** apontou-se como problema inicial, na avaliação dos participantes desta oficina, a "*Falta de orientação qualificada em individual*" e a necessidade de "*Fortalecimento dos profissionais da rede para trabalhar em conjunto*". O trabalho conjunto aponta para a intersetorialidade e a integração dos serviços e das políticas públicas.

Neste Eixo, alguns problemas e propostas de solução já citados pelos participantes da oficina anterior se repetiram como os que tratavam da "*Falta de um fluxo claro de atendimento*" e a necessidade de se "*criar um fluxo de atendimento envolvendo toda a rede*". Esse problema também se explicita na "*Falta de integração do sistema*" e necessidade de haver essa integração, o que aponta para o Eixo Estratégico da Governança, Gestão e Integração proposto pelo Conad (Guia, 2020).

Também se repetiu aqui a "*Falta de programas de reinserção social*" que busquem "*Criar programas de reinserção social*" com "*Parcerias/cursos profissionalizantes*" (Stanchack, 2018, p. 24).

O desconhecimento dos locais de ajuda também se explicitaram quando o setor comunitário expôs o "*Desconhecimento das alternativas de tratamento*" e a necessidade de se "*Criar mecanismos de divulgação*", fato já tratado neste documento ao se discutir as propostas da oficina anterior (Stanchack, 2018, p. 24).

Conforme Stanchack (2018, p. 24), no **Eixo da Autoridade**, os participantes da oficina relataram "*Falta de políticas para se oferecer atividades no contraturno*" escolar. Para a comunidade há a necessidade de "*Oferta de atividades artísticas, esportes, lazer, cultura e socioeducativas*". Também a necessidade de ser "*Utilizar os espaços já existentes na comunidade com monitoramento*" (Stanchack, 2018, p. 24).

Também tratou-se do problema do "*Uso de drogas em local público", colocando* que essa realidade "*gera falta de segurança*".

Como proposta citou-se: "*Disponibilizar profissionais para executar atividades de lazer, cultura e esportes nos espaços público*s" (Stanchack, 2018, p. 24). Embora o problema se encontra no Eixo da Autoridade, as propostas de ações da comunidade no Eixo da Autoridade pertencem ao Eixo da prevenção que, conforme o Conad

> [...] devem ser pautadas em princípios éticos e de pluralidade cultural, orientadas para a promoção de valores voltados à saúde física, mental e social, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica, à formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, à promoção de habilidades sociais e para a vida, da espiritualidade, à valorização das relações familiares e à promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência (Conad, 2021, p. 50)

A comunidade levantou o problema de que há "efetivo da polícia comunitária e estrutura física com recursos insuficiente para atender a chamada da comunidade" e sugeriu-se "Aumentar o efetivo da Polícia Civil e proporcionar estrutura adequada com recursos" para sanar esta dificuldade.

Conforme Ferreira e Borges (2022) a Polícia Comunitária evidencia a parceria entre a população, o público e a polícia.

Como problema relacionado ao tráfico de substâncias psicoativas, os participantes da oficina relataram que a “Iluminação pública precária em alguns espaços da comunidade, que gera locais propícios para o uso de tráfico de SPA", apresentou-se como proposta a exigência de melhorias nesta área. Ou seja, a falta de manutenção de espaços públicos pode influenciar, conforme a comunidade, no tráfico de drogas.

Nesta oficina apontou-se para a relação entre vulnerabilidade social e exposição ao uso de SPA’s, conforme Stanchack (2018, p. 24),

2.2.1.5 Oficina Comunitária 5 – Bairro Escola Agrícola

No dia 05 de julho de 2017, ocorreu a quinta oficina comunitária na EBM General Lúcio Esteves, localizada no bairro Escola Agrícola, abrangendo a região de atendimento do CONSEG.

Conforme Stanchack (2018, p. 26), estiveram presentes 77 pessoas. Foi a oficina com o maior número de participantes, relata a autora. A Figura a seguir explicita os problemas e propostas elencados pelos presentes à reunião.

Figura 11 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 5: Bairro Escola Agrícola

Quadro 6: Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 5 - Local: EBM General Lúcio Esteves – Rua Benjamin Constant, 630 – Escola Agrícola			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 5 - Salto, Escola Agrícola, Itoupava Seca, Vila Nova, Victor Konder, Boa Vista, Centro, Bom Retiro, Jardim Blumenau e Ribeirão Fresco - 05/07/17			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Norte/ Centro	**Prevenção**	Trabalhar o tema da prevenção	Ações com associações de moradores, contra turno escolar, Ong´s, espaços nas igrejas, segurança nos espaços de lazer, comunicação entre instituições, ações culturais.
		Falta de espaços de lazer.	Projetos de desenvolvimento de habilidades sociais, pesquisa sobre consumo de drogas, potencializar ações do AA e NA. Empoderamento dos pais/família, oferta de cursos e atividades, ações atrativas para jovens, como prevenir uso/abuso em locais de estímulo ao uso, ex: Rave, Oktoberfest.
		Falta de apoio financeiro as Ong´s.	Apoio financeiro as Ong´s que atuam na prevenção.
		Falta de divulgação e articulação das ações existentes.	Divulgar as ações, criar centrais únicas e/ou aplicativos de divulgação.
		Estímulo ao uso de bebidas alcoólicas, através da mídia.	
	Cuidado	Centralização do trabalho/cuidado no ponto especializado (em especial do acolhimento).	Fortalecimento, preparo dos diversos pontos da rede de atenção psicossocial, em especial da atenção básica.
		Desconhecimento dos locais/rede de apoio para tratamento.	Criação de espaços públicos de disseminação de informações de acesso ao tratamento.
		Não atendimento/comprometimento das situações de álcool e drogas por parte dos planos de saúde.	Oferta de serviços pelos planos de saúde.
		Inexistência de articulação entre os diferentes setores/ serviços da rede de atendimento.	Articulação e fortalecimento de todos os setores da sociedade e serviços.
		Falta de interesse/baixa adesão em buscar a rede de apoio pelos usuários.	Aumento de oferta de vagas públicas. Garantia de acesso em sentido amplo do conceito.
	Autoridade	Falta de efetivo (policiais).	Adequação de efetivo de acordo com a população.
		Bases comunitárias inoperantes.	Descentralizar para otimizar o efetivo, revitalizar bases existentes.
		Falta de conhecimento das questões legais (autoridade).	Prover meios de informar os diversos setores e comunidade (informativos, campanhas).
		Falta de conhecimento sobre serviços de acolhimento/ tratamento.	Prever reuniões intersetoriais/capacitações com diversos setores envolvidos.
		Terceirização do papel da família	Colocar em prática a legislação vigente em relação ao papel da família.

Fonte: Stanchack (2018, p. 26)

Como é possível verificar na Matriz Problema-Solução acima, a comunidade da Escola Agrícola elencou 15 problemas e 14 propostas de solução. Cada Eixo teve elencado 5 problemas de forma igualitária.

O **Eixo da Prevenção** apresentou como primeiro problema "*Trabalhar o tema da prevenção"* e colocou que o município deveria realizar "*Ações com associações de moradores, contra turno escolar, Ong's, espaços nas igrejas, segurança nos espaços de lazer, comunicação entre instituições, ações culturais"* (Stanchack, 2018, p. 26).

Conforme pesquisa empírica para fins deste diagnóstico, o município de Blumenau possui 92 Associações de Moradores distribuídas em 35 bairros. É um número expressivo de Associações. Realizar parceria com estas Associações para a implantação de projetos de prevenção com garantia de capilaridade das ações. Como a própria proposta coloca, poderia -se realizar ações com outras instituições do município.

Os presentes à oficina relataram "*Falta de espaços de lazer"* no bairro e propuseram o desenvolvimento de "*Projetos de desenvolvimento de habilidades sociais, pesquisa sobre consumo de drogas, potencializar ações do AA e NA."* bem como ações de *"Empoderamento dos pais/família, oferta de cursos e atividades, ações atrativas para jovens, como prevenir uso/abuso em locais de estímulo ao uso, ex: Rave, Oktoberfest"* (Stanchack, 2018, p. 26). Na primeira proposta, os participantes da oficina também relataram preocupação com espaços de lazer, no entanto, referiam-se à questões de segurança nestes espaços. A preocupação procede, posto que o lazer remete a diferentes compreensões.

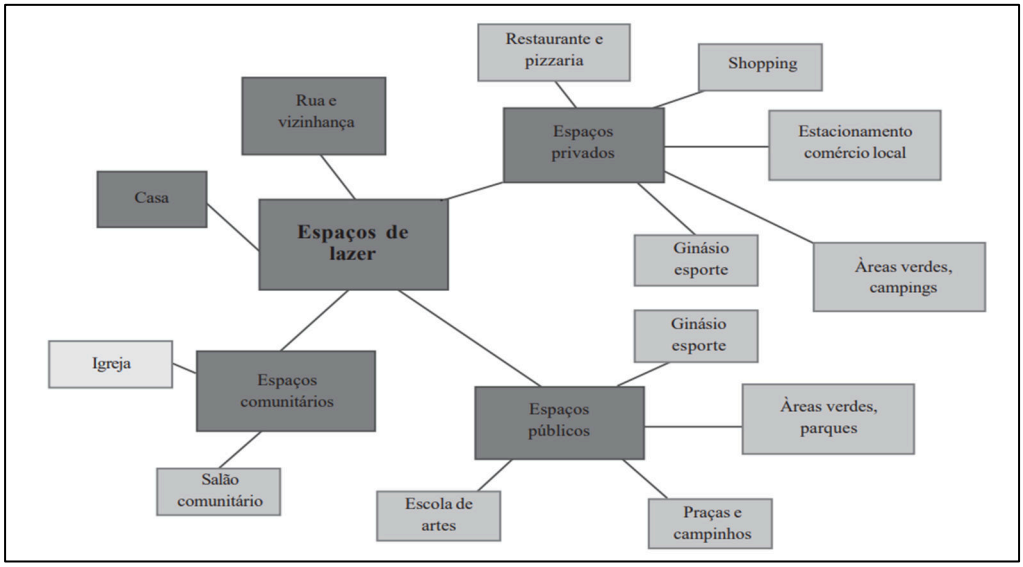
Conforme Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 55), o lazer

> Caracteriza-se como direito básico previsto por diferentes políticas e como ação humana concreta, trazendo imbuído em si um duplo sentido: por um lado desenvolve qualidade de vida e/ou saúde, por outro, é visto como o tempo/espaço em que os sujeitos ficam expostos a diferentes riscos, como álcool, drogas, comportamentos antissociais, agressões, acidentes de trânsito, violência sexual, entre outros.

No que tange aos espaços de lazer, pesquisa empírica realizada por Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 55) explicitou que "os espaços enfatizados pelos participantes da pesquisa como lugares nos quais as práticas de lazer são vivenciadas". Os resultados da pesquisa efetuada pelos autores mudou a "perspectiva do olhar para o sentido atribuído pelos jovens e seus familiares ao lazer".

Conforme os autores, a partir dos dados da pesquisa, “foi possível evidenciar práticas que revelam grande interesse (dos jovens) em ficar com amigos, jogar/brincar, atividades ao ar livre, fazer festa em família, encontros na igreja, até mesmo descansar e fazer compras (Sebenello; Kleba e Keitel, 2016, p. 55, inserção nossa).

Figura 12 – Espaços de lazer referidos por jovens e familiares

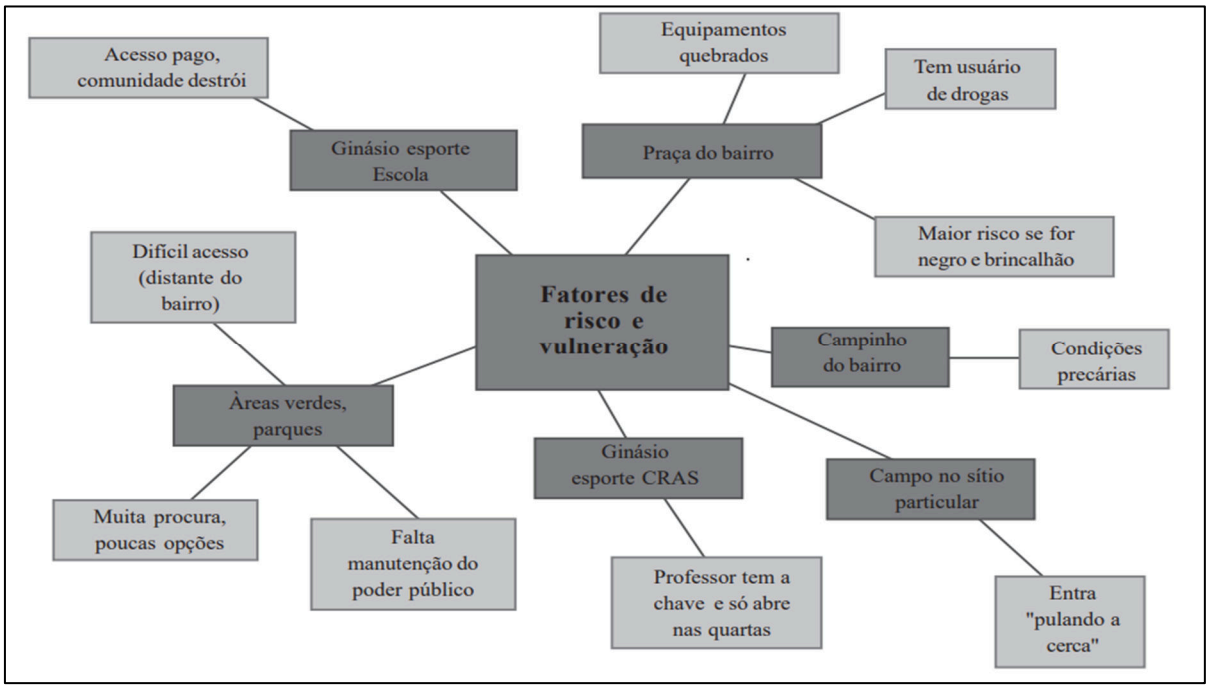


Fonte: Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 57)

Ao mesmo tempo em que a pesquisa empírica realizada pelos autores explicitou esses espaços e mudou o olhar sobre o entendimento do que os jovens e familiares compreendem como espaços de lazer, apresentou, também “situações percebidas pelos jovens e seus familiares que restringem ou inviabilizam o acesso e/ou o uso dos espaços de lazer, revelando-se como fatores de vulneração à medida que diminuem as oportunidades de convivência protetiva” (Sebenello; Kleba e Keitel, 2016, p. 55).

A Figura a seguir explicita os principais fatores de risco e vulneração encontrados a partir dos dados da pesquisa empírica dos autores citados.

Figura 13 – Principais fatores de risco e vulneração na relação com espaços de lazer



Fonte: Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 58)

As conclusões das pesquisas de Sebenello, Kleba e Keitel (2016) apontaram que

> Ao relacionar práticas de lazer com espaços de lazer, verificamos outras questões significativas que reforçam a análise iniciada acima. Como prática mais citada, os jovens referem que gostam de encontrar-se e ficar com amigos/amigas para conversar, trocar ideias, ouvir um som ou tocar algum instrumento musical, dançar, jogar bola, ver gente ou mesmo beber refrigerante e comer pizza. Visto claramente na seguinte fala: "Eu gosto de ficar na rua, com meus amigos, jogando bola, escutando música – que eu tenho minha caixinha de som –, indo nos vizinhos" (Jovem 7). Além disso, os jovens também citaram que gostam de participar de festas, namorar e assistir a shows musicais. Estas práticas estão ligadas principalmente a espaços como as próprias residências, à casa dos amigos, à rua nas proximidades da vizinhança, mas também à avenida principal ou ao Shopping do município. Outros espaços citados foram equipamentos públicos, como o parque de exposições municipal (Efapi), no qual são promovidos shows de abrangência regional, a Escola de Artes, que oferece cursos de natureza cultural, ou o salão da comunidade, no qual os jovens podem aprender a tocar instrumentos musicais com o apoio de voluntários. Encontrar amigos na internet, por meio do facebook também foi citado, mais relacionado à uma prática entre familiares: "A minha mãe gosta de ficar bastante no Facebook" (Jovem 5). Atividades e espaços referidos pelos entrevistados, bem como situações ou fatores que indicam riscos e processo de vulneração ou potencias e processos de proteção, dependem da forma como estes são incorporados pelos diferentes sujeitos envolvidos, bem como das mediações construídas no ambiente que estes vivem (Sebenello; Kleba e Keitel, 2016, p. 58).

As conclusões a partir dos resultados da pesquisa de Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 62) apontam para "o lazer como direito e sua potência na produção de experiências de desenvolvimento.

É preciso transcender acepções de controle de risco e investir em espaços de integração social de jovens, dos jovens com suas famílias e na comunidade".

Ainda no Eixo da Prevenção, os participantes da oficina 5 citaram a "*Falta de apoio financeiro às Ong´s"* e propuseram que o município faça esse "*Apoio financeiro as Ong´s que atuam na prevenção"* às substâncias psicoativas (Stanchack, 2018, p. 26). A proposta vem ao encontro das proposições que referem a construção de parcerias entre Estado e Sociedade Civil na luta pelo enfrentamento da questão das drogas no município de Blumenau. Tratou-se, ainda, da "*Falta de divulgação e articulação das ações existentes"* e da necessidade de *"Divulgar as ações, criar centrais únicas e/ou aplicativos de divulgação"*. E, para finalizar o Eixo da Prevenção os presentes refletiram sobre o importante papel das mídias na Prevenção ao levantar como problema o "*Estímulo ao uso de bebidas alcoólicas, através da mídia"* assunto abordado pela PNAD e outras legislações vigentes.

O **Eixo do Cuidado** discutido na Oficina Comunitária do Bairro Escola Agrícola foi apontado como problema a questão da "*Centralização do trabalho/cuidado no ponto especializado (em especial do acolhimento)*" e a urgência em se buscar o "*Fortalecimento, preparo dos diversos pontos da rede de atenção psicossocial, em especial da atenção básica*" (Stanchack, 2018, p. 26).

A questão da centralização e a necessidade da descentralização dos serviços já foi tratada na oficina anterior. Neste Eixo foi novamente abordado o tema do desconhecimento dos locais/rede de apoio para tratamento de dependentes químicos e necessidade de que estas informações sejam disseminadas no município (Stanchack, 2018).

Outro ponto levantado diz respeito ao "*Não atendimento/comprometimento das situações de álcool e drogas por parte dos planos de saúde*" e da necessidade desse atendimento ser ofertado (Stanchack, 2018) na rede de saúde privada, a partir de avaliação médica que caracterize e doença da dependência química, faça o atendimento de pessoas dependentes.

A falta de articulação da rede de serviços também foi tratada, bem como a "*Falta de interesse/baixa adesão em buscar a rede de apoio pelos usuários*" sendo que este último pode estar relacionado ao desconhecimento da existência desses serviços como dito anteriormente (Stanchack, 2018, p. 26).

No que tange ao **Eixo da Autoridade**, a comunidade do Bairro Escola Agrícola também questionou a "*Falta de efetivo (policiais)*" e que deve haver a "*Adequação de efetivo de acordo com a população*" do município. Neste quesito também citou-se as "*Bases comunitárias inoperantes*" e a necessidade de se buscar "*Descentralizar para otimizar o efetivo*", bem como "*revitalizar bases existentes*" (Stanchack, 2018, p. 26).

Neste Eixo novamente se referiu à "*Falta de conhecimento das questões legais (autoridade)*" e a necessidade de se "*Prover meios de informar os diversos setores e comunidade (informativos, campanhas)*". O desconhecimento da legislação é realidade e o Plano pode vir a contribuir para a disseminação dessas informações após sua implantação. Aqui também se refere o dito anteriormente, que a população tem desconhecimento "*sobre serviços de acolhimento/tratamento*" e que uma das sujeitos para sanar essa lacuna é "*Prever reuniões intersetoriais/capacitações com diversos setores envolvidos*" (Stanchack, 2018, p. 26).

Algo ainda não abordado nas oficinas anteriores foi o assunto da "*Terceirização do papel da família*". Sobre este tema a comunidade sugeriu "*Colocar em prática a legislação vigente em relação ao papel da família*" (Stanchack, 2018, p. 26), a partir do ECA, que trata também das responsabilidades dos pais e responsáveis, que estes têm papel fundamental e primário do cuidado e da educação dos filhos.

2.2.1.6 Oficina Comunitária 6 – Bairro Vorstadt

Conforme previsto na Proposta Metodológica, na data de 13 de julho de 2017, foi realizada a sexta oficina comunitária na sede da Associação da Alumetal, localizado no bairro Vorstadt, abrangendo a região de atendimento do Conseg. Conforme Stanchack (2018, p. 27). Nesta oficina, 39 pessoas, representando os bairros do Vorstadt, República Argentina, Rua Pedro Krauss Sênior e Ponta Aguda, se fizeram presente conforme lista de presença no Anexo I deste documento.

> O evento teve início às 19:30h e foi iniciada com uma breve apresentação do objetivo e dos conteúdos dos eixos Prevenção, Cuidado e Autoridade que norteiam o PLAMIPED e da metodologia a ser seguida, realizado pela Articuladora do Projeto Redes/SENAD. Foi divulgada a possibilidade de consulta pública e a participação através da Plataforma Digital, Praça do Cidadão, Oficina Geral e Audiência Pública (blumenau. sc.gov.br/plano-municipal-intersetorial-politicas-sobre-drogas), através do material denominado informativo das oficinas (Stanchack, 2018, p. 27).

A figura a seguir explicita os problemas e soluções levantados pelos presentes à reunião e sistematizados na Matriz Problema-Solução. Foram elencados 17 problemas e 17 propostas de soluções. No Eixo da Prevenção foram elencados 6 problemas e 6 propostas de solução. No Eixo do

Cuidado foram 5 problemas e 5 soluções e no Eixo da Autoridade elencou-se 6 problemas e 6 propostas de soluções, sendo que a ênfase recaiu sobre o Eixo da Prevenção.

Figura 14 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 6: Bairro Vorstadt

Quadro 7 : Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 6 - Local: Associação da Alumetal – Rua Leoberto Leal, 291 – Vorstadt.			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 6 - Vorstadt, República Argentina, Rua Pedro Krauss Sênior e Ponta Aguda - 13/07/17			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Leste	**Prevenção**	Falta esclarecimento quanto a importância do programa adolescente aprendiz e outros dentro das empresas.	Envolvimento das empresas, e conscientização dos empresários para a importância do programa e conhecimento das leis.
		Falta de divulgação das leis para as famílias, deveres e direitos do ECA.	Treinamento para os professores.
		Falta de palestras periódicas nas instituições de ensino sobre o tema.	Propor o aumento de palestras e oficinas com os alunos sobre o tema.
		Como alertar as famílias e atingir o ponto fraco e alertar sobre a obrigação das famílias segundo o ECA.	Fortalecer as lideranças locais com pessoas conhecidas.
		Ociosidade dos adolescentes e jovens ausentes de programa/ ocupação.	Empreendedorismo (reciclagem, culinária, horta)
		Pouca participação e comprometimento da sociedade.	Investimento nos esportes escolar e musicalização nos contra turnos, matéria suficiente e adequado. Comunidade mais vulnerável.
	Cuidado	Desconhecimento do fluxo de atendimento.	Divulgação dos atendimentos e qualificação dos profissionais
		Falta de estrutura.	Mais serviços (equipamentos) públicos.
		Excesso de burocracia.	Acolhimento em todos os serviços. Escuta qualificada e encaminhamento.
		Falta de atendimento ao morador de rua.	Desenvolvimento de política de cuidado ao morador de rua.
		Utilização inadequada dos espaços de lazer.	Reestruturação física dos espaços; fiscalização e profissionais habilitados para o acompanhamento das atividades físicas/lúdicas. (Prevenção)
	Autoridade	Falta de ações de cultura/lazer/esportes.	Criações de ações; iniciativas públicas/privada.
		A certeza da impunidade.	Leis justas e mais severas.
		A negligência do Estado em relação a suas obrigações.	Cumprimento das leis existentes
		A má influência da mídia e da música, entre outros.	Reestruturação do papel da família.
		Valores atuais das famílias.	Fortalecimento das famílias.
		Aumento da criminalidade.	Comunidade organizada.

Fonte: Stanchack (2018, p. 28)

No **Eixo da Prevenção**, o primeiro problema relatado pela comunidade do Bairro do Vorstadt foi sobre a "*Falta esclarecimento quanto a importância do programa adolescente aprendiz e outros dentro das empresas"*. Os presentes propuseram o "*Envolvimento das empresas, e conscientização dos empresários para a importância do programa e conhecimento das leis*" (Stanchack, 2018, p. 28). Conforme Stanchack (2019, p. 280), "O Programa Adolescente Aprendiz, executado pela Fundação Pró-Família, está previsto no art. 402 a 410, da Consolidação das Leis Trabalhistas do Trabalho – CLT e no art. 62 a 69, do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Capítulo V, do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho". O ECA coloca que

> O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. § 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto

> produtivo. § 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo (ECA, 1990, Art. 68).

Conforme o ECA (1990), "O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho" (ECA, 1990, Art. 69). O Estatuto ainda apresenta os objetivos do Programa social que buscam,

> - Construir conhecimento que contribua na formação de cidadãos com condições de intervirem no meio em que vivem e conhecedores dos seus direitos e deveres.
> - Proporcionar situações concretas de cidadania, resgatando valores de solidariedade, ajuda mútua, respeito pelos bens e serviços públicos.
> - Propor desafios para os adolescentes, enriquecendo a aprendizagem, atribuindo responsabilidades e proporcionando oportunidades de amadurecimento saudável (Stanchack, 2019, p. 280-281).

Outra preocupação dos participantes da oficina 6 foi a "*Falta de divulgação das leis para as famílias, deveres e direitos do ECA"*, sendo que apontou-se como proposta de solução a necessidade de "*Treinamento para os professores*" (Stanchack, 2019, p. 28), tema já discutido anteriormente neste documento. Citou-se, ainda, a "*Falta de palestras periódicas nas instituições de ensino sobre o tema"* da Prevenção, sendo os presentes propuseram o "*aumento de palestras e oficinas com os alunos sobre o tema"* (Stanchack, 2019, p. 28). Constata-se a importância do tema para a comunidade, posto que a cada oficina são trazidas propostas neste viés.

Ainda no Eixo da Prevenção foram discutidos problemas e propostas soluções já apresentadas em outras oficinas e refletidas neste diagnóstico como, por exemplo, a "*Ociosidade dos adolescentes e jovens ausentes de programa/ocupação"* sendo que os presentes elencaram como proposta a promoção do "*Empreendedorismo (reciclagem, culinária, horta)*" (Stanchack, 2019, p. 28). Cabe aqui citar a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 33/2011 que, em seus Artigos 2º e 3º, que garante a "proteção social", a viabilização e "promoção do protagonismo, participação cidadã, mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social" considerando e elencando critérios para a inserção dos adolescentes e jovens ao mundo do trabalho.

Discutiu-se, ainda, sobre "*Como [...] alertar sobre a obrigação das famílias segundo o ECA"* e como solução foi proposto "*Fortalecer as lideranças locais com pessoas conhecidas"* (Stanchack, 2018, p. 28). Fortalecer lideranças locais tem a ver com os processos de conscientização que "tem como consequência o fortalecimento dos sujeitos e da comunidade" (Yagiu *et al*., 2021, p. 07). Conforme Yagiu *et al.* (2021, p. 01), "a fragmentação das forças locais e esgarçamento de laços sociais dificultam o fortalecimento da participação social, por outro, os processos de conscientização

estão presentes na busca do bem comum" e são esses processos de conscientização e participação social que necessitam ser fortalecidos para que haja o fortalecimentos de lideranças locais. No que tange à participação social, os participantes da oficina 6 reconhecem a "*Pouca participação e comprometimento da sociedade"* com a questão da prevenção e propuseram ao município investimento na prevenção com ações na área dos esportes escolares, musicalização e a inserção do tema nos conteúdos escolares. Para os presentes, a falta de prevenção torna a "*Comunidade mais vulnerável"* (Stanchack, 2018, p. 28).

No que tange ao **Eixo do Cuidado**, foi tratado sobre o "*Desconhecimento do fluxo de atendimento"*, sendo que elegeu-se como proposta a necessidade de "*Divulgação dos atendimentos e qualificação dos profissionais"* (Stanchack, 2018, p. 28). Sobre o desconhecimento do fluxo de atendimento, conforme Avila (2022a), há falta de comunicação, de articulação entre os serviços apontando para a necessidade da referência e contrarreferência, bem como para a criação de Protocolos de Fluxo e Atendimento do dependente químico e sua família. O Conad (2021) também prevê a existência de um fluxo de informações entre os órgãos e serviços. Na oficina também foi levantado o problema da "*Falta de estrutura"* nos serviços públicos e elegeu-se como proposta a criação de "*Mais serviços (equipamentos) públicos"* (Stanchack, 2018, p. 28). A questão que trata sobre a melhora da infraestrutura dos serviços é urgente posto que Blumenau cresce em número de habitantes, mas os serviços oferecidos não se ampliam na mesma velocidade. Além de que a população enfrenta ainda o "*Excesso de burocracia*" e a necessidade de "*Acolhimento em todos os serviços" por meio da "Escuta qualificada" e* a realização de "*encaminhamentos"* quando necessários (Stanchack, 2018, p. 28).

No que diz respeito à população de rua em Blumenau, os participantes da oficina 6 colocaram que "*Falta de atendimento ao morador de rua"* e elencou-se como proposta o "*Desenvolvimento de política de cuidado ao morador de rua"* (Stanchack, 2018, p. 28). O município de Blumenau já possui um serviço de Proteção e Atenção à População de rua e migrante em situação de vulnerabilidade social desde a instituição da Lei nº 5.826. Cita-se o Abrigo Municipal de Blumenau (Amblu) e o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centropop).

Quanto às atividades de lazer no município, embora tenha ver com o cuidado à saúde, em se tratando da política sobre drogas, a atividade se encaixa no **Eixo da Prevenção**. Os participantes da oficina citaram a "*Utilização inadequada dos espaços de lazer"* e a necessidade de "*Reestruturação física dos espaços"* disponíveis no município, bem como a necessidade de "*fiscalização e profissionais habilitados para o acompanhamento das atividades físicas/lúdicas. (Prevenção*)"

(Stanchack, 2018, p. 28). A questão dos espaços de lazer como ações preventivas já foram tratados nos itens anteriores.

Referente ao **Eixo da Autoridade**, a comunidade presente à oficina 6 citou como problema a "*Falta de ações de cultura/lazer/esportes"* e a necessidade de "*Criação de ações; iniciativas públicas/privadas*" (Stanchack, 2018, p. 28). A questão de ações na área da cultura, lazer e esportes pertence ao Eixo da Prevenção e já foi discutida em oficinas anteriores.

Outro assunto que já foi discutido nas oficinas anteriores tem a ver com "*A certeza da impunidade"* e a necessidade de "*Leis justas e mais severas*" (Stanchack, 2018, p. 28). Nos itens anteriores falou-se em repensar a legislação vigente e pensar ações de reinserção social da Pessoa Privada de Liberdade (PPL).

O setor comunitário apontou "*A negligência do Estado em relação a suas obrigações"* e a necessidade urgente do "*Cumprimento das leis existentes*", principalmente no que tange a garantia de direitos a populações em grande vulnerabilidade social. Tratou-se da "*má influência da mídia e da música, entre outros"* assunto já discutido em oficina anterior (Stanchack, 2018, p. 28).

No que tange à família falou-se da necessidade de "*Reestruturação do papel da família" dos "Valores atuais das famílias" e do "Fortalecimento das famílias"* (Stanchack, 2018, p. 28). No que tange ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas faz-se importante pensar a formação de um Sistema Social de Apoio (Marlatt; Gordon, 1993) ou Rede Social de Apoio tanto no que tange à "prevenção ao uso de drogas, como em casos de dependência que necessitem de intervenção por meio da internação (acolhimento) e pós-internação (*follow-up* - seguimento do tratamento) do dependente químico" (Avila, 2020*, s/p*). Conforme Zanelatto (2011, p. 281) "é de extrema importância uma rede de suporte familiar e social de qualidade, sendo considerada um fator de proteção (pessoas próximas que auxiliam na mudança de comportamento, mostrando-se presentes e atentas)".

Tratou-se ainda, do "*Aumento da criminalidade"* no município e de como a "*Comunidade organizada"* pode vir a contribuir para o enfrentamento do problema (Stanchack, 2018, p. 28). Ao citarem a comunidade organizada como proposta de enfrentamento da criminalidade no município, constata-se que os participantes da oficina conhecem a "força articuladora e integradora da sociedade organizada, de seu poder de influência na busca do protagonismo nas ações e estratégias políticas no território" (Avila, 2021, p. 396).

2.2.1.7 Oficina Comunitária 7 – Bairro Badenfurt

A Oficina Comunitária 7 foi realizada no dia 26 de julho de 2017 na sede da Amaba, bairro Badenfurt, abrangendo a região de atendimento do Conseg. Conforme Stanchack (2018), participaram 34 pessoas. A figura a seguir apresenta os dados coletados nesta oficina:

Figura 15– Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 7: Badenfurt

Quadro 8 : Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 7 - Local: Associação de Moradores do Badenfurt – AMABA Rua Bernardino José de Oliveira, 616 - Badenfurt.			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 7 - Badenfurt, Texto Salto e Salto do Norte - 26/07/2017			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Oeste	**Prevenção**	Quantidade de usuários circulando pelo bairro. Como resolver?	Incentivar uma abordagem social multidisciplinar que atenda essa demanda.
		Tempo ocioso das crianças.	Escola por tempo integral (ex.: música, dança, teatro, esporte, entre outros.)
		Pouco espaço para lazer e esporte.	Garantir a utilização do espaço com segurança e propiciar (assegurar) que tenham pessoas responsáveis por este local e estimular lideranças jovens.
		Falta incentivo familiar (ausência da figura paterna/materna).	Promover eventos que integrem pais e filhos.
		Falta de incentivo do setor público em cursos técnicos para adolescentes.	Garantir o acesso dos adolescentes a cursos profissionalizantes, conforme as necessidades/interesses dos adolescentes.
		Descontinuidade das políticas públicas, pouco apoio.	Continuidade, mesmo fora da época eleitoral.
	Cuidado	Falta de entendimento sobre drogas.	Palestras para pais em escolas, Cras, Proerd, Cruz Azul e CAPS.
		Falta de capacitação para professores.	Capacitar professores.
		Não tem CRAS.	Implantação.
		Drogas lícitas.	Médicos preparados para não receitar qualquer remédio, medicação alternativa.
		Falta divulgação dos serviços públicos.	Divulgar pela mídia e cartilhas.
	Autoridade	Adolescentes vendendo drogas em pleno dia.	Abordagem aos pais e usuários de drogas e acompanhamento psicossocial.
		Aumento freqüente de assalto.	Aumento de rondas; envolvimento da comunidade; divulgação dos canais de denúncia. 156, 190, 181,180.
		Ociosidade dos adolescentes.	Políticas de 1º emprego nas comunidades.
		Pouco envolvimento das empresas no problema com o adolescente.	Abrir as informações dos incentivos fiscais as empresas e divulgar a contra partida social.
		Carreira policial pouco atrativa.	Desenvolver um plano de carreira atrativo.

Fonte: Stanchack (2018, p. 30)

O **Eixo da Prevenção** discutido na reunião apresentou como primeiro problema a "*Quantidade de usuários circulando pelo bairro. Como resolver?"* e como solução "*Incentivar uma abordagem social multidisciplinar que atenda essa demanda"* (Stanchack, 2018, p. 30). Avila (2022a) realizou pesquisa no município de Gaspar para fins de construção do Plano Municipal daquele município e constatou que

> O tráfico se utiliza de áreas que se encontram deterioradas e, de certa forma, abandonadas pelo poder público transformando-as em áreas de tráfico de drogas. Evidenciou-se a necessidade do patrulhamento diário, de fiscalização e de ações preventivas para reduzir o tráfico e o consumo de drogas no município e que estas ações precisam ser realizadas em rede, de forma multidisciplinar (Avila, 2022a, p. 298).

O mesmo se refere ao município de Blumenau. A atuação em rede e de forma multidisciplinar é imprescindível para o enfrentamento da questão do tráfico no município.

Os participantes também discutiram a mesma questão já abordada em outras oficinas, a questão do "*Tempo ocioso das crianças"* e propuseram "*Escola por tempo integral (ex.: música, dança, teatro, esporte, entre outros.)"* (Stanchack, 2018, p. 30). Além da preocupação com ações lúdicas para as crianças, os participantes da oficina 7 também colocaram que há "*Pouco espaço para lazer e esporte"* e que se faz necessário "*Garantir a utilização do espaço com segurança e propiciar (assegurar) que tenham pessoas responsáveis por este local e estimular lideranças jovens"*. Neste sentido,

> [...] ressaltam-se a falta de engajamento da comunidade e de compromisso do poder público em garantir opções em quantidade e qualidade, além de acessíveis, que favoreçam e viabilizem práticas de lazer universais. Outra situação destacada é o descuido relacionado aos locais e equipamentos existentes, tanto por parte do poder público (falta de manutenção), quanto da própria comunidade (atitudes depredatórias) (Sebenello; Kleba e Keitel, 2016, p. 60).

Sobre a utilização de espaços para o lazer com segurança, falou-se nas oficinas passadas sobre efetivar parcerias com a Polícia Comunitária para fins de garantir o monitoramento desses espaços e a segurança das crianças, adolescentes e jovens. Estimular lideranças também já foi discutido nos itens anteriores e sobre realizar ações para públicos distintos, faz-se necessário considerar também as especificidades de cada público. No que tange aos jovens e a proposta de estimular lideranças jovens também é imprescindível considerar suas especificidades, para fins de se pensar ações de prevenção que venham ao encontro de suas demandas. Conforme Zebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 58), os

> [...] jovens referem que gostam de encontrar-se e ficar com amigos/amigas para conversar, trocar ideias, ouvir um som ou tocar algum instrumento musical, dançar, jogar bola, ver gente ou mesmo beber refrigerante e comer pizza. Visto claramente na seguinte fala: "Eu gosto de ficar na rua, com meus amigos, jogando bola, escutando música – que eu tenho minha caixinha de som –, indo nos vizinhos" (Jovem 7). Além disso, os jovens também citaram que gostam de participar de festas, namorar e assistir a shows musicais. Estas práticas estão ligadas principalmente a espaços como as próprias residências, à casa dos amigos, à rua nas proximidades da vizinhança, mas também à avenida principal ou ao Shopping do município.

Conhecer as especificidades do público e atuar com equipe multidisciplinar pode possibilitar maior efetividade nas ações.

Os presentes à oficina relataram que "*Falta incentivo familiar (ausência da figura paterna/materna)"* e como proposta colocaram "*Promover eventos que integrem pais e filhos"*

(Stanchack, 2018, p. 30). Estudos comprovam a importância do "papel do pai no desenvolvimento da criança" e que "a interação entre pai e filho é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, facilitando a aprendizagem e a integração da criança na comunidade" afirma Benczik (2011, p. 68).

Conforme a autora, a experiência clínica demonstra que as representações vividas na infância e adolescência repercutem nas relações sociais da vida adulta. Em seu artigo *A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil,* Benczik apresenta inúmeros estudos de outros pesquisadores que apontam situações negativas decorrentes da ausência paterna no período infanto/juvenil. Dentre eles, destacam-se os estudos de caso de Eizirik e Bergmann (2004), cujas conclusões apontaram que "a ausência paterna tem potencial para gerar conflitos no desenvolvimento psicológico e cognitivo da criança, bem como influenciar o desenvolvimento de distúrbios de comportamento" no futuro (Benczik, 2011, p. 70).

A autora aponta ainda estudos de outros autores que concluíram, por meio de pesquisas com focos diferentes, que o comportamento antissocial em adultos é mais recorrente em famílias onde o pai foi ausente (Paschall.; Ringwalt e Flewelling, 2003), que a ausência do genitor masculino reduz o valor que a criança possui de si mesma por entender-se má e não amada por ter sido deixada de lado, ou por se sentir abandonada, pelo genitor ausente (Ferrari, 1999); que a privação do pai pode resultar em problemas graves a longo prazo na modulação e intensidade do afeto (Gaitel, 2011); que crianças com pai ausente podem ter problemas na área sexual, dificuldades no reconhecimento de limites, bem como em aprender regras de convivência social (Muza, 1998); que o afastamento do pai pode prejudicar a saúde da criança como levar a ter problemas de obesidade e transtornos psicológicos (Santoro, 2011).

Benczik (2011) citou vários outros estudos com inúmeros outros resultados não citados neste documento, mas que corroboram e ampliam os aqui expostos. A autora salientou, ainda, que os dois progenitores são importantes na educação com qualidade, na educação equilibrada na família. No entanto, segundo afirma,

> A presença paterna na família é diferente e complementar à materna. A falta de um modelo na educação, masculino ou feminino, implica quase sempre um desequilíbrio naquele que é educado (no filho). Pode-se observar que os filhos necessitam de apoio e segurança e de valores que naturalmente cabe ao pai transmitir. Os jovens procuram no seu pai um modelo com o qual possam se identificar. Se o pai está ausente, outros modelos virão ocupar esse vazio, com grande probabilidade de não serem modelos propriamente exemplares (Benczik, 2011, p. 73).

E esses modelos não exemplares podem levar os filhos a caminhos que conduzam ao uso e abuso de álcool e outras drogas ou a outros problemas de comportamento como, por exemplo, o uso da agressividade e violência nas relações sociais e o crime.

Na sociedade moderna, vê-se, "muitos homens que falharam como pais, tornando-se ausentes ou indiferentes ao desenvolvimento diário dos filhos" afirmam McDowell e Wakefield (1989, p. 12). Esta é, segundo os autores, a tragédia da família moderna. Conforme afirmaram, muitos desses pais se perderam em meio às intensas jornadas de trabalho e as consequências que elas demandam, na falta de habilidades práticas para exercerem o seu papel de pais; nas dificuldades de atuar em equipe com suas esposas e nos padrões negativos em relação a si mesmos, sua própria personalidade.

Os padrões negativos em relação à própria personalidade são determinantes para problemas de autoestima. Pais com autoestima baixa influenciam negativamente os filhos. Os autores afirmam que "o relacionamento que a criança tem com o pai pode fazer toda diferença na autoestima, na consideração por outros e no senso de propósito da criança" (McDowell; Wakefield, 1989, p. 13). Conforme o ECA, "A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais, garantidos na Constituição e nas leis" (ECA, 1990, Art. 15). Neste sentido, a proposta tem relevância social pois contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais com o objetivo de proporcionar aos adolescentes um espaço de convivência saudável e a possibilidade de estreitar os laços afetivos com seus pais, amigos e colegas de acampamento.

Foi citada também, como um problema, a "*Falta de incentivo do setor público em cursos técnicos para adolescentes*" e como proposta a necessidade de se "*Garantir o acesso dos adolescentes a cursos profissionalizantes, conforme as necessidades/interesses dos adolescentes"* tema já abordado anteriormente neste documento.

Outro fator preocupante ainda no Eixo da Prevenção é a "*Descontinuidade das políticas públicas, pouco apoio"* e a necessidade de "*Continuidade, mesmo fora da época eleitoral"* (Stanchack, 2018, p. 30). Essa é uma preocupação recorrente posto que ainda não há garantias de continuidade das políticas públicas em todos os âmbitos de gestão.

No **Eixo do Cuidado**, os resultados da oficina apontaram "*Falta de entendimento sobre drogas*" e a necessidade de se realizar "*Palestras para pais em escolas, Cras, Proerd, Cruz Azul e CAPS*". Neste sentido, foi citada também a "*Falta de capacitação para professores*" e a proposta de "*Capacitar*" esses profissionais como mencionado anteriormente (Stanchack, 2018, p. 30).

Os presentes citaram, ainda, a ausência de um Cras na região e a necessidade de sua "*Implantaçã*o" (Stanchack, 2018, p. 30). Conforme pesquisa realizada em março de 2023, o bairro ainda está sem Cras (Semudes, 2023, *via telefone*).

Os participantes da oficina elencaram como um problema a questão do uso de "Drogas lícitas" e manifestaram preocupação com o tratamento. Na percepção dos membros da comunidade, há que ter "Médicos preparados para não receitar qualquer remédio, medicação alternativa" em caso de usuários de drogas lícitas buscarem tratamento na área da saúde (Stanchack, 2018, p. 30).

No que diz respeito ao **Eixo da Autoridade** o problema do tráfico de drogas por adolescentes foi elencado como o primeiro problema. A comunidade relatou que há "*Adolescentes vendendo drogas em pleno dia*" e que faz-se necessário atuar com abordagens "*aos pais e usuários de drogas e acompanhamento psicossocial*" (Stanchack, 2018, p. 30).

Além do envolvimento com o tráfico, Stanchack (2018) cita, mais uma vez, o problema da "*Ociosidade dos adolescentes*" e a necessidade de "*Políticas de 1º emprego nas comunidades*", tema já discutido anteriormente. Conforme os participantes da oficina do Badenfurt, há "*Pouco envolvimento das empresas no problema com o adolescente*" e a comunidade sugere "*Abrir as informações dos incentivos fiscais às empresas e divulgar a contrapartida social*".

A questão dos incentivos fiscais não deve ser tratada em nível de município, mas pode haver encaminhamento de proposições para que se faça a alteração da legislação para a criação de incentivos fiscais como proposto.

A questão do envolvimento de adolescentes com o tráfico tem relação com a vulnerabilidade social do grupo familiar ou da comunidade onde se inserem. "As vulnerabilidades manifestam-se em violência cotidiana, no contexto familiar e escolar, obrigando crianças e adolescentes a se inserirem precocemente no mercado de trabalho e/ou no tráfico de drogas" (Fonseca *et al*., 2013, p. 258).

O aumento da violência e da criminalidade também se expressa na constatação da comunidade de que há um "*Aumento frequente de assalto*" na região e que uma proposta de solução passa pelo "*Aumento de rondas; envolvimento da comunidade; divulgação dos canais de denúncia: 156, 190, 181,180*" (Stanchack, 2018, p. 30).

A comunidade também apontou o problema da carreira policial que é pouco atrativa. Conforme Stanchack (2018, p. 30) a comunidade sugeriu "*Desenvolver um plano de carreira atrativo*". Grande parte dos problemas elencados no Eixo da Autoridade refletem na questão da Prevenção e Cuidado.

2.2.1.8 Oficina Comunitária 1B – Bairro Garcia

A oficina 1B é uma repetição da primeira oficina realizada no Bairro Garcia. A oficina

> [...] foi repetida devido ao pequeno número de pessoas da comunidade presentes e conforme votação do grupo presente ocorreu na data de 31 de julho de 2017, foi realizada a oitava oficina comunitária, não prevista na proposta metodológica, no Centro Social Urbano - CSU localizado no bairro Garcia, abrangendo a região de atendimento do Conseg (Stanchack, 2018, p. 31).

Nesta oficina se fizeram presentes 31 pessoas, 11 pessoas a mais do que na primeira oficina realizada.

Foram elencados 15 problemas e 15 propostas de solução. Todos os Eixos tiveram um número igual de problemas e propostas.

A Figura a seguir explicita os dados coletados nesta segunda oficina no CSU Garcia.

Figura 16 – Matriz Problema-Solução Oficina Comunitária 1B: CSU Garcia

Quadro 9 : Matriz Síntese - Problemas - Propostas - Oficina Comunitária 1B - Local: Centro Social Urbano - CSU Garcia.			
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLITICA SOBRE DROGAS			
Oficina 1B - Vila Formosa, Garcia, Valparaiso, Ribeirão Fresco, Progresso e Da Gloria - Data: 31/07/ 2017			
		Problemas	**Propostas de Solução**
Região Sul	**Prevenção**	Ausência de espaços para práticas esportivas e culturais.	Utilizar espaços comunitários já existentes; criação de parque (Ex. Ramiro Ruediger).
		Concentração de pessoas expostas a riscos e vulnerabilidades.	Concentrar serviços e atividades para orientações/prevenção.
		Desarticulação da sociedade e demais setores.	Integração das forças e setores com a sociedade; aproximação da comunidade para propostas; articulação entre redes.
		Reestruturar referências territoriais: Saúde/AS	Equiparar/territorializar o espaço do CRAS com o da saúde (regionais).
		Centralização dos serviços e programas (exemplo: Pró-família).	Descentralização e ampliação dos projetos.
	Cuidado	Falta de acolhimento apropriado nos serviços de saúde.	Formação continuada e democrática dos profissionais. Profissionais mais receptivos.
		Dificuldade de acesso e a negação dos tratamentos padrões.	Ter espaços alternativos e motivacionais sobre drogas no território.
		Preconceito de senso comum.	Formação de multiplicadores nas diversas instâncias sobre álcool e drogas.
		Pouco acesso as opções de lazer, cultura e esporte no território.	Ampliação dos projetos sociais, culturais, etc., no contra turno escolar.
		Falta de um atendimento anônimo.	Criar um canal de atendimento anônimo.
	Autoridade	Falta de parcerias entre empresários e governo.	Empresário beneficia a sociedade e em contrapartida o governo retribui com descontos tributários.
		Políticas de segurança pública.	Abrir escolas para recreação (com a devida características necessárias; Áreas de lazer (reformar e implantar novas); Melhorar a iluminação pública.
		Regularização Fundiária (habitação).	Agilidade nos processos de regularização; adequação de leis para a realidade municipal.
		Falta de fiscalização de alvarás de funcionamento.	Garantir efetivo e logística (FAEMA, Vigilância Sanitária, Bombeiros, Posturas).
		Pouco efetivo e equipamentos de segurança pública.	Articulação dos Conseg´s e Aconseg com as autoridades municipais e estaduais para encontrar uma solução.

Fonte: Stanchack (2018, p. 32)

O **Eixo da Prevenção** trouxe problemas que tratavam da "*Ausência de espaços para práticas esportivas e culturais*" já mencionado em outras oficinas. Conforme Stanchack (2018), a comunidade reunida sugeriu "*Utilizar espaços comunitários já existentes; criação de parque (Ex. Ramiro Ruediger)*" para ações de prevenção às drogas. Também foi mencionada a "*Concentração de pessoas expostas a riscos e vulnerabilidades*" na comunidade e a proposta de se "*Concentrar serviços e atividades para orientações/prevenção*" (Stanchack, 2018, p. 32).

A comunidade também discutiu a "*Desarticulação da sociedade e demais setores*" e a necessidade de "*Integração das forças e setores com a* sociedade; aproximação da comunidade para propostas; articulação entre redes" temas já trabalhados e fundamentados teoricamente nas oficinas anteriores (Stanchack, 2018, p. 32). Conforme Avila (2022a, p. 313),

> Para que haja articulação da rede e integração entre os serviços relacionados ao uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas no município nos cinco eixos-estratégicos deste Plano, faz-se necessário considerar o caráter intersistêmico, intersetorial, interdisciplinar e transversal de sua construção.

Importante citar que "A intersetorialidade na política sobre drogas não se restringe apenas aos setores de segurança pública, saúde e assistência social, deve considerar e incluir abordagens que incorporem diferentes perspectivas e tecnologias de maneira articulada" (Azevedo e Oliveira. 2020, p. 11).

Segundo Nascimento (2010, p. 96), "a intersetorialidade passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais e entre essas e a sociedade civil". Para Nascimento (2010, p. 96-97), "as políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que podem ou não oferecer".

Neste sentido, a intersetorialidade na gestão pública "se torna, assim, uma qualidade necessária ao processo de intervenção. Programas, projetos, equipes técnicas são desafiados ao diálogo, ao trabalho conjunto com a perspectiva da inclusão social" (Nascimento, 2010, p. 100). Ou seja, para Nascimento (2010, p. 100), a intersetorialidade se

> [...] constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços, de forma a garantir um

> acesso igual dos desiguais. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

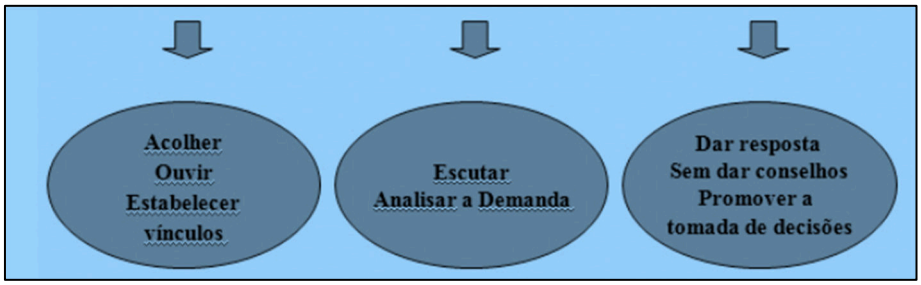
Outro problema discutido na oficina diz respeito a "*Reestruturar referências territoriais: Saúde/AS equiparar/territorializar o espaço do CRAS com o da saúde (regionais)*" (Stanchack, 2018, p. 32). A partir dessas propostas, constata-se a necessidade de unificar a rede.

> Uma das dificuldades é que, no atual contexto da atenção em rede, alguns temas (componentes temáticos) – a exemplo do transtorno mental e do uso abusivo de álcool e outras drogas –, por várias questões, vão ficando segregados. Barreiras vão sendo postas, transformando as curvas do território em labirintos que circunscrevem especialidades e especialistas. Igualmente difícil é reconhecer que, para fazer valer a integralidade da atenção, é preciso 'emaranhar' as linhas de cuidado, 'transdisciplinarizar', e, enfim, admitir a coexistência de múltiplas facetas nos processos saúde-doença de um usuário, que, em última instância, é um ser multidimensional (Lima e Guimarães, 2019, p. 888)

Tratou-se, ainda, do problema da "*Centralização dos serviços e programas (exemplo: Pró-família)*" e da urgência em se fazer a "*Descentralização e ampliação dos projetos*" no município. A descentralização dos serviços e programas é prerrogativa das políticas sociais. A descentralização possibilita a participação social nos processos decisórios e no acesso a estes serviços no município.

No **Eixo do Cuidado** um dos problemas levantados tratou da "*Falta de acolhimento apropriado nos serviços de saúde*" e de como é urgente a "*Formação continuada e democrática dos profissionais*" tendo como objetivo "*Profissionais mais receptivos*". Conforme Avila e Krüger (2017, p. 327), o acolhimento possibilita o sentimento de pertença e suas etapas passam pela "importância da sociabilidade, o estabelecimento de vínculos, a análise da demanda e a promoção da tomada da decisão"

Figura 17 – Etapas do Processo de Acolhimento



Fonte: Avila e Krüger (2017, p. 327)

"Neste sentido, acolhimento implica em ação de aproximação, um "estar com", e "perto de", ou seja, uma atitude de inclusão. Acolhimento é a atitude de receber, integrar, incluir, por oposição a atitude de segregar, dificultar o acesso, excluir" (Avila; Krüger, 2017 , p. 328).

Foram levantados outros problemas no Eixo do Cuidado. Um deles tratou da "*Dificuldade de acesso e a negação dos tratamentos padrões*" sendo que se elencou como proposta "*Ter espaços alternativos e motivacionais sobre drogas no território*" (Stanchack, 2018, p. 32). A proposta parece estar incompleta, posto que ter espaços alternativos e motivacionais no território, livres de drogas é o que parece ter sido discutido. Tratou-se ainda do "Preconceito de senso comum. Formação de multiplicadores nas diversas instâncias sobre álcool e drogas. Pouco acesso às opções de lazer, cultura e esporte no território. Ampliação dos projetos sociais, culturais, etc., no contra turno escolar" já tratados nas oficinas anteriores.

O que há de novo neste Eixo é o problema da "*Falta de um atendimento anônimo*" e a proposta de se "*Criar um canal de atendimento anônimo*" no município (Stanchack, 2018, p. 32). O número para denúncias anônimas já existe em nível nacional, porém, o município pode criar seu próprio serviço.

O **Eixo da Autoridade** apresentou propostas que trataram da "*Falta de parcerias entre empresários e governo. Empresário beneficia a sociedade e em contrapartida o governo retribui com descontos tributários*" (Stanchack, 2018, p. 32). O tema também foi proposta da oficina anterior.

Também já foi proposta nas oficinas anteriores a questão de "*Políticas de segurança pública*". Nesta oficina também se repetiu a proposta de se "*Abrir escolas para recreação (com a devida características necessárias; Áreas de lazer (reformar e implantar novas)*" (Stanchack, 2018, p. 32).

A oficina apresentou problemas ainda não citados em nenhuma oficina que foi a necessidade de se "*Melhorar a iluminação pública*" com o propósito de inibir o tráfico, bem como apresentou a proposta de "*Regularização Fundiária (habitação). Agilidade nos processos de regularização*" e da necessidade de "*adequação de leis para a realidade municipal"* (Stanchack, 2018, p. 32).

No que tange à fiscalização, os participantes citaram a "*Falta de fiscalização de alvarás de funcionamento"* e a necessidade de se "*Garantir efetivo e logística (Faema, Vigilância Sanitária, Bombeiros, Posturas)"* (Stanchack, 2018, p. 32).

Também foi apresentada o problema do "*Pouco efetivo e equipamentos de segurança pública*" e, mais uma vez, a urgência de "*Articulação dos Conseg´s e Aconseg com as autoridades*

municipais e estaduais para encontrar uma solução" (Stanchack, 2018, p. 32) para as comunidades e bairros do município.

2.2.2 Oficinas de Coleta de Dados em 2022

Em 2022, a pesquisa empírica nas instituições para fins deste diagnóstico foi realizada entre fevereiro e julho de 2022. Foram realizadas visitas para conhecer as instituições e serviços, e após, foram realizadas Oficinas de Rodas de Conversa para fins de coleta de dados para este diagnóstico. Neste item foram apresentadas as instituições e serviços onde ocorreram Rodas de Conversa com usuários desses serviços, dessas instituições.

Cabe aqui informar que uma das oficinas para o diagnóstico comunitário ocorreu em outubro de 2022 quando o município decidiu voltar ao projeto de construção do Plamiped que se encontrava estagnado. Os resultados desta oficina com diversas lideranças dos Grupos de Apoio do município foram ratificados em fevereiro de 2022 na primeira reunião da Comissão Intersetorial do Plamiped. Segue figura explicitando todas as Oficinas de Rodas de Conversas ocorridas de fevereiro a julho de 2022, lembrando que a Oficina 1 ocorreu em 2021.

Figura 18 – Oficinas de Rodas de Conversa – 2021/2022

Data	**Oficina Usuários Serviços**	**Oficinas de Rodas de Conversa com usuários dos serviços em 2021 e 2022**	**Horário**	**Participantes**
19 de outubro de 2021	Oficina 01	Lideranças e usuários dos Grupos de Apoio diversos em Blumenau.	19:00	25
23 de fevereiro de 2022	Oficina 02	Usuários do Centro Terapêutico Vida – CTV Adultos	14:00	34
24 de fevereiro de 2022	Oficina 03	Usuários do Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene – Adultos	14:00	59
09 de março de 2022	Oficina 04	Usuários do Centro de Recuperação Nova Esperança – Cerene Adolescentes	09:30	8
11 de março de 2022	Oficina 05	Usuários do Grupos de Apoio Mútua Ajuda Cruz Azul. Auditório na rua São Paulo, 3424. Bairro Itoupava Seca.	14:00	3
14 de março de 2022	Oficina 06	Usuários do Amblu, Centro POP e Abordagem Social	10:15	09
25 de março de 2022	Oficina 07	Oficina com Usuários CAPSad	10:30	15
11 de abril de 2022	Oficina 08	Casa Eliza	09:00	11
		Total Participantes		**163**

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa empírica (2021/2022)

Em 2021 e 2022 foram realizadas 08 Oficinas de Rodas de Conversa com usuários dos serviços relacionados à Política sobre drogas do município de Blumenau no período. Importante citar aqui que lideranças de diversos grupos de apoio de Blumenau, que participaram da Oficina realizada em 2021 não são técnicos, mas são leigos, voluntários neste serviço que integra a Rede Social de Apoio para dependentes químicos, seus familiares e amigos.

As oficinas realizadas com usuários dos serviços, para fins de coleta de dados, em 2021 e 2022 contaram com a participação de 163 pessoas e foram coordenadas, em sua maioria, pelo Coordenador da Comissão de construção do Plamiped e Diretor de Políticas Públicas do município, Sr. Me. Marciano Tribess, e pela Coordenadora Técnica do Plamiped na Cruz Azul, Dra. Maria Roseli Rossi Avila.

Na coleta de dados foram utilizados dois instrumentos sendo um a Matriz Problema-Solução, atas com registros do evento e listas de presença. Tanto as matrizes como as atas se encontram no arquivo físico do Plamiped na sede da Cruz Azul.

No que tange ao agendamento das oficinas, a equipe de apoio da Diretoria de Políticas Públicas do município realizou o agendamento nos serviços governamentais e a Equipe Cruz Azul a logística de agendamento nas instituições da sociedade civil, o suporte técnico das reuniões, bem como o transporte para o local em que foram realizadas as oficinas.

A seguir serão apresentados os resultados da coleta de dados na pesquisa empírica em 2021 e 2022. Os dados serão apresentados em forma de Matriz Problema-Solução por ordem de realização da Oficina de Roda de Conversa.

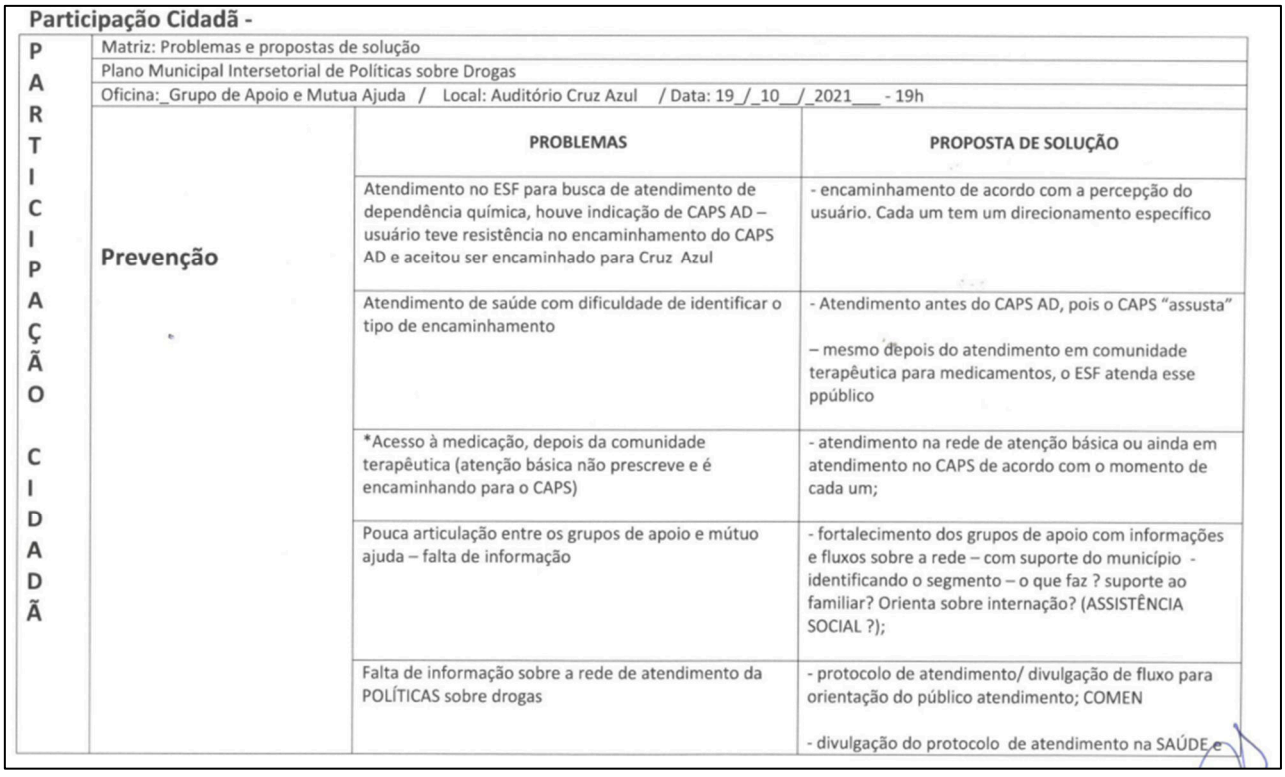
2.2.2.1 Oficina de Roda de Conversa Grupos de Apoio de Blumenau

A Oficina com lideranças de Grupos de Apoio e Mútua Ajuda do município ocorreu no dia 19 de outubro de 2021 a partir da mobilização realizada com suporte da Cruz Azul no Brasil. Na ocasião, a Cruz Azul ainda não havia sido contratada para a construção do Plano, mas deu suporte a partir de sua interação com os grupos locais.

Participaram da Oficina de Roda de Conversa representantes dos grupos Al Anon, Pastoral da Sobriedade, Alcoólicos Anônimos (AA), Narcóticos Anônimos (NA), Jovens Livres, Grupos Cruz Azul, Grupos Bola de Neve – Nova Vida Kids e Associação Casa Feliz. Ao todo a oficina contou com a participação de 25 pessoas. Após explanação dos objetivos e da metodologia proposta os presentes "dialogaram sobre os problemas, dificuldades, vivências e sugestões de melhoria".

Conforme informações da Ata da Oficina, "O grupo relatou sobre suas dificuldades e formas de superação (políticas públicas que qualifiquem a rede de prevenção e cuidado da política sobre drogas)" (Semudes, 2021, p. 01).

Figura 19 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Grupos de Apoio Blumenau



Participação Cidadã -

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	Matriz: Problemas e propostas de solução		
	Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas		
	Oficina:_Grupo de Apoio e Mutua Ajuda / Local: Auditório Cruz Azul / Data: 19_/_10__/_2021___ - 19h		
	Prevenção	**PROBLEMAS**	**PROPOSTA DE SOLUÇÃO**
		Atendimento no ESF para busca de atendimento de dependência química, houve indicação de CAPS AD – usuário teve resistência no encaminhamento do CAPS AD e aceitou ser encaminhado para Cruz Azul	- encaminhamento de acordo com a percepção do usuário. Cada um tem um direcionamento específico
		Atendimento de saúde com dificuldade de identificar o tipo de encaminhamento	- Atendimento antes do CAPS AD, pois o CAPS "assusta" – mesmo depois do atendimento em comunidade terapêutica para medicamentos, o ESF atenda esse ppúblico
		*Acesso à medicação, depois da comunidade terapêutica (atenção básica não prescreve e é encaminhando para o CAPS)	- atendimento na rede de atenção básica ou ainda em atendimento no CAPS de acordo com o momento de cada um;
		Pouca articulação entre os grupos de apoio e mútuo ajuda – falta de informação	- fortalecimento dos grupos de apoio com informações e fluxos sobre a rede – com suporte do município - identificando o segmento – o que faz ? suporte ao familiar? Orienta sobre internação? (ASSISTÊNCIA SOCIAL ?);
		Falta de informação sobre a rede de atendimento da POLÍTICAS sobre drogas	- protocolo de atendimento/ divulgação de fluxo para orientação do público atendimento; COMEN - divulgação do protocolo de atendimento na SAÚDE e

			ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO (CRAS, CREAS)
		Voz e troca com os grupos de apoio e ajuda mútua	Interação com os grupos de apoio e mútuo ajuda – pela DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS E REINSERÇÃO SOCIAL Devolutiva sobre esse encontro;
		Prevenção com a família da pessoa em recuperação	Suporte e acompanhamento preventivo aos familiares
		Efetividade da prevenção no ambiente escolar	Atuação nas escolas – de forma continuada
		Prevenção para adolescentes em medida de privação de liberdade / semi liberdade	Acompanhamento dos adolescentes e família no CASEP / CASEMI, de forma inovadora, que atuem no projeto de vida longe do mundo das drogas
		Reprodução de contextos familiares violentos, agressivos, com uso abusivo,	Disciplina de prevenção em caráter integrado – que promova informações sobre vida saudável, meio ambiente, BULLING, CONVIVÊNCIA, E RESPEITO – prevenção continuada;
		Situação de denúncias de violação de direitos da cç e do adolescente não efetivos, e enfraquecendo a rede de apoio	Criar estratégias para fortalecimento da rede protetiva – disque 100 ? e conhecer a rede que já existe para atendimento (DESAFIO SIGILIO DA REDE QUE DENUNCIA)
	Cuidado	*Acesso à medicação, depois da comunidade terapêutica (atenção básica não prescreve e é encaminhando para o CAPS)	- atendimento na rede de atenção básica ou ainda em atendimento no CAPS de acordo com o momento de cada um;
		Quando o grupo de apoio sugere/encaminha para CAPS demanda a partir do usuário solicitando comunidade terapêutica (DESAFIO INTEGRAÇÃO)	- informação sobre a rede de atendimento no município; - que os grupos de apoio tenham informações para

			divulgar/encaminhar para atendimento;
		Suporte para a família enquanto o provedor está em tratamento, em relação aos benefícios – e atendimento familiar	Divulgar qual q rede de atendimento social -
		Falta de informação da rede de atendimento DQ.	Linha de ajuda imediata – mapa de atendimento – site na área de dependência química por segmento (para família, para o dependente) APP
		Recaída – prevenção da recaída	Criar espaços de interação e cultura, com suporte e fundamento técnico operativo
		Reinserção / vínculos familiares de idosos totalmente rompidos / sem possibilidade de resgate	Atendimento em comunidade terapêutica para público idoso que faz uso de substância psicoativa (DESAFIO)
		Falta de atendimento para mulheres e homo/trans, mulheres grávidas	- criação de grupo de apoio para mulheres; (DESAFIO PÚBLICO LGBTQIA+) - pensar estratégias de alcançar o público LGBTQIA+ - criação grupo de apoio para trans;
		Atendimento de dependência química focado na pessoa (que no início do tratamento "não está no comando"	- Investir na família, as informações, os fluxos devem ser compartilhados com a família (fortalecer o vínculo e preserva o sigilo absoluto do processo)

		Reinserção social com vistas ao trabalho e renda, e escolarização.	- formação, trabalho e renda; - reinserção social e escolarização; - rede de parceiro ou cooperativa; - reinserção social com efetivo acompanhamento intersetorial (saúde, trabalho e renda) (AFF) - reinserção social com integração da rede psicossocial (AFF)
	Autoridade	Presença de tráfico, olheiros nas comunidades;	Que a PM oriente sobre a rede de atendimento de dependência química; Prevenção comunitária
		Usuário de substância psicoativa abordado em consumo de drogas - PMSC	Pena alternativa modelo Novos Rumos – MPSC - - PSC/LA dentro do CRAS e CREAS com grupo de apoio e ajuda mútua – - CRAS e CREAS divulguem a rede de grupo de apoio – reconhecimento e identificação da rede

Fonte: Arquivos do Projeto (2021)

Segundo os participantes, o usuário pode solicitar para onde quer ser encaminhado. Citaram como exemplo o caso de um *"Atendimento no ESF para busca de atendimento de dependência química, houve indicação de CAPS AD",* no entanto o "*usuário teve resistência no encaminhamento do CAPS AD e aceitou ser encaminhado para Cruz Azul". O "Encaminhamento"* deve ser realizado *"de acordo com a percepção do usuário. Cada um tem um direcionamento específico".* Para os participantes da Roda de Conversa o *"Atendimento de saúde" está com dificuldades de identificar o tipo de encaminhamento".* E entendem que deveria haver um tipo de *"Atendimento antes do CAPSAD, pois o Caps (assusta)",* bem como entendem que *"mesmo depois do atendimento em comunidade terapêutica para medicamentos, o ESF atenda esse público".* No que tange à medicação, colocaram que depois que o usuário vai para o acolhimento em uma Comunidade Terapêutica a *"atenção básica não prescreve"* a medicação e a pessoa *"é encaminhado para o CAPS".*

Na Rede de Apoio Psicossocial (RAPS), as Comunidades Terapêuticas compõem a rede de "Atenção residencial de caráter transitório composta por unidade de acolhimento e pelos serviços de atenção em regime residencial" (Lima e Guimarães, 2019, p. 889).

As comunidades Terapêuticas (CT's), embora não sejam instituições de ambiente médico, clínico ou hospitalar, são instituições que buscam superar a dependência de substâncias psicoativas

com intervenções de ordem psicossocial, médica (embora a legislação não exija, as CT's podem incluir este profissional em suas equipes), de assistência social, entre outras.

Em geral ocorrem em residências e se pautam pelo respeito, ética, valorização humana, convivência entre pares, atividades de autocuidado e sociabilidade, atividades práticas inclusivas, de recreação, espiritualidade, e outras, como instrumentos de ajuda aos que procuram seus serviços. Como meta buscam a autonomia do acolhido, a qual se entende como o poder do ser humano em tomar decisões que afetem sua vida, sua autodeterminação e autogoverno. Como outros serviços, primam pela privacidade e confidencialidade, o humanismo, o cuidado respeitoso, a solidariedade entre os pares e a alteridade no acolhimento, considerando-se suas vulnerabilidades e necessidades de saúde, qualidade de vida, garantia de direitos e proteção social. De Leon (2003), afirma que as Comunidades Terapêuticas validaram seu método via recuperação e mudança pessoal dos indivíduos atendidos no serviço.

"A expressão comunidade terapêutica conota uma comunidade capaz de remediar, restaurar ou curar. Mas a distinção profunda entre a CT e outros tratamentos reside no uso da comunidade como método para mudar a pessoa inteira" (De Leon, 2003, p. 100).

Ainda dentro do Eixo da Prevenção e do tema da saúde, os participantes da Oficina de Grupos de Apoio colocaram que o *"atendimento na rede de atenção básica ou ainda em atendimento no CAPS"* deve ser feito "*de acordo com o momento de cada um"*.

Também citaram a "*Pouca articulação entre os grupos de apoio e mútua ajuda – falta de informação"*, assuntos que já foram tratados nos relatos das oficinas em 2017 e que constam deste documento.

Os grupos de mútua ajuda se encontram entre as estratégias ou intervenções terapêuticas citadas por Pratta e Santos (2009) voltadas para o atendimento de usuários de álcool e outras drogas, bem como de seus familiares. A literatura na área indica que intervenções desenvolvidas em grupo em que os participantes têm a oportunidade de compartilhar vivências e conhecimentos trazem alívio e diminuição de sintomas depressivos, além de favorecerem comportamentos de saúde e de procura por apoio social, contribuindo para a qualidade de vida do ser humano (Chien *et al*., 2011). Neste sentido, a importância desses grupos que, conforme Reis (2012) são alternativas viáveis e eficazes para situações de sofrimento psíquico geradas por comportamentos compulsivos.

Destarte a necessidade de *"fortalecimento dos grupos de apoio com informações e fluxos sobre a rede – com suporte do município identificando o segmento – o que faz? Suporte ao familiar? Orienta sobre internação? Assistência Social?",* são os desafios da política pública, considerando

que dependentes e seus familiares são público também alcançado pela política de assistência social, onde esta tem papel relevante no suporte a este público, considerando as necessidades das famílias em função das consequências da dependência química, sendo um elo importante na articulação da rede serviços deste público.

Conforme Avila e Krüger (2017, p. 317), "A convivência e as sociabilidades inerentes ao grupo se explicitam no compartilhar que gera a conquista da autonomia e o enfrentamento do sofrimento e da dor". Segundo Nogueira et al. (2013, p. 1353), "[...] o processo grupal faz-se pelo significado das situações vivenciadas pelos sujeitos do grupo e no grupo, configurando um fenômeno mobilizador contínuo de mudanças e de inquietudes com a realidade".

Importante citar que a atual Política Nacional sobre drogas cita os Grupos de Apoio e Mútua Ajuda quando trata de recursos para a área da promoção, garantia, articulação e integração das intervenções de tratamento, recuperação e reinserção social, ao suporte a seus facilitadores e moderadores (Brasil, 2019b). A Lei também fala em

> Estimular e apoiar o desenvolvimento de novas formas de grupos de apoio e mútua ajuda, inclusive virtuais, de modo a atingir o público-alvo no seu próprio território, com foco na autonomia do usuário, quando possível, para escolha da melhor forma de receber assistência à sua demanda, mediante plataformas e formas próprias (Brasil, 2019b, Art. 5º, Das Diretrizes).

Nesta oficina, as lideranças de Grupos de Apoio também dialogaram sobre a *"Falta de informação sobre a rede de atendimento da Políticas Sobre Drogas".* Esse tema foi recorrente nas oficinas, bem como a questão da necessidade da existência e a divulgação de *"protocolo de atendimento/divulgação de fluxo para orientação do público para atendimento"* nas políticas de saúde, assistência social e educação, conforme os presentes. Citaram a necessidade de divulgar os serviços do Cras e o Creas. No entender dos presentes, esse protocolo se faz necessário e o *Comen* ser o conselho articulador entre as várias políticas, e a rede de serviços, em parceria com o órgão gestor onde está inserido o mesmo.

Ainda dentro do Eixo da Prevenção dialogou-se sobre se ter *"voz e troca com os grupos de apoio e ajuda mútua"* . Ou seja, as lideranças sentem falta da "articulação" e "*interação*" entre os diversos grupos, e entendem que a responsável por esta articulação seria *a "Diretoria de políticas pública sobre drogas e reinserção social".*

A Lei nº 11.343 (Brasil, 2006) já previa a integração das estratégias de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. A lei também previa a integração entre as

políticas de prevenção e as políticas setoriais nos três níveis de gestão, "A intersetorialidade e a corresponsabilização entre os serviços que ofertam atividades de prevenção e os que atuam com usuários e suas famílias" (Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020, p. 05).

No que tange especificamente à "*prevenção com a família da pessoa em recuperação",* esta se faz necessária. Ou seja *"Suporte e acompanhamento preventivo aos familiares"*.

Também discutiu-se a *"Efetividade da prevenção no ambiente escolar"* e a necessidade de que *"Atuação nas escolas"* seja *de forma contínua"*. No que tange ao público adolescente falou-se em *"Prevenção para"* este público *"em medida de privação de liberdade/sem liberdade", além de que se reforçou o "Acompanhamento dos adolescentes e família no Casep/Casemi, de forma inovadora, que atuem no projeto de vida longe do mundo das drogas".* Até porque uma das preocupações dos participantes dos grupos de apoio é que os *"contextos familiares violentos, agressivos, com uso abusivo"* se reproduzem cotidianamente. Neste sentido ratifica-se a preocupação com a necessidade de uma *"Disciplina de prevenção em caráter integrado – que promova informações sobre vida saudável, meio ambiente"* livre de *"Bullying".* Ou seja, que seja um ambiente de *Convivência, e Respeito" e que se instaure um modelo de"prevenção continuada"*.

Ainda no Eixo da Prevenção às lideranças presentes à Oficina dialogam sobre a não efetividade das situações de *"denúncia de violação de direitos da criança e do adolescente" que enfraquecem a rede de apoio".* E como proposta sugeriram *"Criar estratégias para fortalecimento da rede protetiva – disque 100? E conhecer a rede que já existe para atendimento.* Em se tratando de conhecer a rede de serviços, uma das frases mais ouvidas na pesquisa empírica das oficinas foi "A rede conhecer a rede". No que tange à questão do sigilo e a preservação do anonimato do denunciante, os presentes na oficina relataram casos onde realizaram denúncia e de alguma forma a pessoa denunciada os identificou. Neste sentido colocaram como um *"desafio o sigilo da rede que denuncia". Evidencia-se a urgência de f*ortalecimento das redes de proteção, apoio e defesa de direitos desse público-alvo, com a necessidade de um telefone específico ou outro canal (recurso tecnológico) que garanta o anonimato dos denunciantes.

No **Eixo do Cuidado** e ainda dialogando sobre a questão de *"Quando o grupo de apoio sugere/encaminha para CAPS"* mas a "*demanda a partir do usuário"* solicita *"comunidade terapêutica"* foi colocado como um *"desafio integração".* Aqui é latente a necessidade da integração das políticas públicas e serviços e "a cooperação entre diferentes setores governamentais e não governamentais para promover ações locais" (Avila, 2019, p. 07).

Mais uma vez a voz da comunidade levantou a questão da *"Falta de informação da rede de atendimento DQ no município"*, a necessidade de *"que os grupos de apoio tenham informações para divulgar qual a rede de atendimento social".* Isto significa que urge *"divulgar qual a rede de atendimento social".*

Em tempos de tecnologia os participantes citaram divulgar os serviços por meio de uma *"Linha de ajuda imediata – mapa de atendimento – site na área de dependência química por segmento (para família, para o dependente) APP"*. Na percepção dos participantes seria uma forma de agilizar o atendimento e fornecer as informações com a divulgação dos serviços.

Em termos de Rede de Apoio, o setor comunitário frisou a questão da manutenção financeira da família enquanto o provedor ou provedora se encontra em tratamento/acolhimento.

Um grande desafio foi lançado pelos presentes à Oficina: a *"Reinserção/vínculos familiares de idosos totalmente rompidos/sem possibilidade de resgate"* e a necessidade de se alterar a legislação para que se possa fazer o *"Atendimento em comunidade terapêutica para o público idoso que faz uso de substância psicoativas (Desafio)"* que, pela legislação vigente não pode ser acolhido em Comunidades Terapêuticas, por exemplo, quando o mesmo não tem mais autonomia, quanto a sua mobilidade e necessidade de cuidados geriátricos, médicos, onde precisará de um serviço para estes cuidados. Nas diretrizes da Análise Executiva sobre drogas para o Eixo-Estratégico II do Tratamento, Cuidado e Reinserção, ponto 5.2.4 o Conad indica

> Desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos dependentes do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, inclusive seus familiares, às características específicas dos diferentes grupos, incluídos crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, mulheres, homens, população LGBTI, gestantes, idosos, moradores de rua, pessoas em situação de risco social, portadores de comorbidades, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio de recursos técnicos e financeiros (Conad, 2022, p. 53).

Sobre Grupos de Apoio a comunidade apontou a *"Falta de atendimento para mulheres e homens trans, mulheres grávidas"* e sugeriu como proposta a *"criação de grupo de apoio para mulheres.* Elencaram como um *"Desafio"* pensar estratégias para o *Público LGBTQPIA +* e para a pessoa "*trans*" que faz uso de substâncias psicoativas e necessita da rede de apoio e de acolhimento.

Embora o setor comunitário entenda que o *"Atendimento"* na área da *"dependência química"* está "*focado na pessoa (que no início do tratamento <u>não está no comando</u>"*, urge *"investir na família, as informações, os fluxos devem ser compartilhados com a família (fortalecer o vínculo e preservar o sigilo absoluto do processo)"*. Aqui foi novamente citado a questão do sigilo. Avila

(2022a) também relata a preocupação da comunidade de Gaspar com a questão do sigilo quando da realização de denúncia, mas também há a questão do sigilo no que tange a garantia da preservação do anonimato.

A Reinserção tem um Eixo específico, no entanto, os presentes a oficina elencaram inúmeras proposições que tratam da *"formação, trabalho e renda"; "reinserção social e escolarização"; "rede de parceiro ou cooperativa"*; *"reinserção social com efetivo acompanhamento intersetorial (saúde, trabalho e renda) (AFF)"* e *"reinserção social com integração da rede psicossocial (AFF)"* e a *"reinserção social com visitas ao trabalho e renda, e escolarização"*. Para a comunidade a Reinserção Social se encontra intrínseca à Prevenção.

Sobre a prevenção no território, a comunidade propôs *"Criar espaços de integração e cultura, com suporte e fundamento técnico operativo"*. O tema já foi abordado em oficinas anteriores neste documento.

Sobre o **Eixo da Autoridade**, os presentes na Roda de Conversa colocaram vários problemas que interferem em nível de território (bairros), e um deles foi a questão do tráfico já abordada na oficina anterior. Citaram *"Presença de tráfico, olheiros nas comunidades"*. Aqui cabe recordar a fala de um adolescente acolhido no Cerene que colocou que ao abrir a porta da casa, já se encontrava nos "*braços do tráfico*", reforçando a construção social do uso de substâncias psicoativas ilícitas e que, muitas vezes, no entendimento deles, sob forte influência do meio, não há outra saída que não inserir-se no tráfico. Aqui citou-se a necessidade da *"Prevenção comunitária"* e descentralizada e a sugestão de que *"a PM oriente sobre a rede de atendimento de dependência química"* em casos de *"Usuário de substância psicoativa abordado em consumo de drogas – PMSC"*.

Neste ponto também discutiu-se a questão da *"pena alternativa modelo Novos Rumos – MPSC"*, a *"PSC/LA dentro do Cras e Creas com grupos de apoio e ajuda mútua"* e necessidade do *"Cras e Creas divulguem a rede de grupos de apoio – reconhecimento e identificação da rede"*.

As discussões sobre a rede de suporte e apoio tinham o pano de fundo da *"Recaída – prevenção da recaída"*. Oferecer *follow-up* para egressos do acolhimento, tratamento é um desafio.

Os participantes da Oficina de Roda de Conversa solicitaram que fosse realizada a "*devolutiva sobre este encontro*" após a conclusão do Plamiped. A devolutiva de pesquisas à população/comunidade é prevista no Guia para desenvolvimento de diagnósticos publicado pelo Ministério da Cidadania (GUIA, 2020). Conforme Almeida *et al.* (2018, p. 204), "a devolutiva constitui-se na pesquisa como um momento estanque e pontual no qual, ao final do estudo, os

pesquisadores “devolvem” ou creem “retornar” ao campo investigado um conjunto de resultados obtidos”.

Os autores colocam que a devolutiva não seria apenas a destinação localizada dos dados coletados em uma pesquisa aos pesquisados, mas seria mais um “[..] cultivo de um processo que potencializa a entrada participativa de todos os envolvidos na pesquisa, que transforma modos de pesquisar-intervir, abrindo novos cursos éticos por onde a vida pode se movimentar e transformar-se” (Almeida *et al*., 2018, p. 204).

2.2.2.2 Oficina de Roda de Conversa Usuários Centro Terapêutico Vida (CTV)

O Centro Terapêutico Vida (CTV) é uma Organização da Sociedade Civil que tem como objetivo principal “oferecer suporte e tratamento psicossocial em comunidade terapêutica a usuários abusivos de substâncias psicoativas, buscando a reeducação social, resgatando a cidadania através de reabilitação física e psicológica, bem como de reinserção social” (CTV, *s/d*, *online*).

A instituição, criada no ano de 1996, tem como Missão “Resgatar e reestruturar vidas que estão comprometidas com o uso/abuso de álcool e outras drogas” e como Visão “Independente de quanto esteja comprometida a vida, saúde e harmonia familiar, é possível livrar-se da dependência, resgatando valores, reconstruindo sonhos, alcançando paz e felicidade” (CTV, *s/d, online*).

A visita técnica à instituição ocorreu no dia 23 de fevereiro de 2022. Na ocasião a equipe formada por dois representantes da Diretoria de Políticas Públicas sobre Drogas de Blumenau e dois representantes da Equipe da Cruz Azul, instituição contratada pelo município para construção do Plano, conhecerem a instalações da instituição, ouviram sobre o Programa de Acolhimento e por fim realizaram duas Oficinas de Rodas de Conversa, uma com os usuários da instituição (diagnóstico comunitário) e outra com os técnicos (para fins de diagnóstico técnico).

O CTV foi a primeira instituição a ser visitada no processo de construção do Plano. A instituição está localizada na Rua João Bonifácio Miguel de Souza, 145 - Vorstadt - Blumenau / SC. O telefone de contato da instituição é (47) 3322-9100 e o e-mail: direcao.ctvida@gmail.com.

A oficina com os usuários do CTV ocorreu das 14h00 às 16h00 e teve a participação de 34 acolhidos da instituição.

No início da Oficina de Roda de Conversa os usuários da instituição ouviram sobre o propósito da Oficina – construção do Plano Municipal de Políticas Integradas sobre Drogas do município e a metodologia a ser utilizada que busca, primeiramente, levantar Problemas nos Eixos da 1) Prevenção, 2) Tratamento, Cuidado e Reinserção Social, 3) Redução da Oferta, 4) Pesquisa e Avaliação e 5) Governança, Gestão e Integração, e, posteriormente, elencar propostas de soluções para os problemas identificados.

Os acolhidos do CTV discutiram sobre suas percepções da política sobre drogas no município a partir das categorias de análise citadas, iniciando com a Prevenção e seguindo pelos próximos eixos propostos. Falaram de suas experiências e identificaram **34 problemas e 36 soluções**.

Conforme explicita a Figura a seguir, os problemas e propostas de soluções foram devidamente inseridos, pela relatoria e apoio às oficinas na Matriz Problema-Solução.

Figura 20 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários CTV

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos - Local: CTV Centro de Tratamento Vida - Rua João M. Bonifácio Souza, 145 - Vorstadt, Blumenau - SC, 89.015-650 - Data: 23/02/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- PROERD – não acontece em todas as escolas;	- Implantar o PROERD como obrigatório em todas as escolas;
	- Falta espaços públicos para crianças e adolescentes nas comunidades localizadas em áreas de concentração de pobreza – regiões mais vulneráveis (praças públicas);	– Criar espaços para lazer (praças públicas) nas comunidades localizadas em áreas de concentração de pobreza;
	- Ausência de policiamento preventivo nas comunidades localizadas em áreas de concentração de pobreza;	– Policiamento preventivo nas comunidades localizadas em áreas de concentração de pobreza;
	– Ausência de conscientização sobre álcool e drogas nas mídias sociais e públicas;	– Utilizar as mídias sociais e públicas para programas de conscientização (para comunidade em geral) sobre álcool e drogas;
	– Necessidade de ações que abordem o antes e o depois do tratamento – usuário chega com o físico debilitado, fragilizado e com o acolhimento/tratamento recupera a saúde física;	– Utilizar, na prevenção, imagens do antes e do depois de pessoas que passaram pelo acolhimento/tratamento (a exemplo das propagandas de combate ao tabaco);
	– Ausência de olhar de cuidado para a criança por parte das instituições locais - governamentais e não governamentais;	– Estimular o olhar de cuidado para a criança por parte das instituições locais - governamentais e não governamentais;
	– Necessidade de conscientização dos pais e familiares sobre álcool e drogas;	– Conscientização dos pais e familiares por meio de programas de prevenção;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos - Local: CTV Centro de Tratamento Vida - Rua João M. Bonifácio Souza, 145 - Vorstadt, Blumenau - SC, 89.015-650 - Data: 23/02/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
	– Não se aproveita as tecnologias para a prevenção;	– Aproveitar as tecnologias para a prevenção às drogas;
	– Na prevenção foca-se só no negativo sobre a droga;	– Dar foco no positivo ao fazer prevenção – lazer, esportes etc.
	- Falta comissão multidimensional;	
	– Poucas ações de prevenção no contraturno escolar;	– Aumentar ações de prevenção no contraturno escolar;
	– Necessidade de facilitadores de programas de prevenção que não utilizam drogas;	– Facilitadores de prevenção que não utilizam drogas;
	– Inexistência de uma comissão com equipe multidisciplinar para pensar a prevenção no município.	- Formar uma comissão com equipe multidisciplinar para pensar na prevenção.
Tratamento	– Falta de um número de telefone no município para buscar ajuda;	– Canais de divulgação da rede de atendimento a dependentes químicos;
	- Todos os serviços deveriam trabalhar com a família do dependente químico;	- Trabalhar com a família (CapsAd, Cts, Grupos de apoio);
	– Necessidade de os programas governamentais trabalharem a espiritualidade no tratamento/abrigamento;	– Importância de utilizar a espiritualidade nos programas de tratamento/abrigamento governamentais;
	– Foco na redução de danos como política pública do município;	– Foco na abstinência como política pública municipal;
	– Casos graves que não aceitam tratamento precisariam de internação compulsória;	– Utilizar a internação compulsória para casos graves de dependência mediante avaliação e orientação para continuidade em CT ou grupo de apoio;
	– Não há Protocolos de fluxo de atendimento no município.	– Criar Protocolo de fluxo de atendimento no município (integrar a rede).
Cuidado	- Não há divulgação dos grupos de apoio existentes no município;	- Divulgar a existência e o endereço dos grupos de apoio do município;
	- Não há Rede de cuidado (apoio) via WhatsApp ou outra mídia social;	- Criar rede de apoio via WhatsApp ou outra mídia social;
	- Não há rede de apoio no município.	- Criar redes de apoio no município;
	- Não há programas municipais de qualificação profissional para dependentes químicos em tratamento;	- Criar programas municipais de qualificação profissional para dependentes químicos no período de tratamento - pensando a reinserção;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos - Local: CTV Centro de Tratamento Vida - Rua João M. Bonifácio Souza, 145 - Vorstadt, Blumenau - SC, 89.015-650 - Data: 23/02/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Reinserção	- Não há programas governamentais de reinserção social que trabalhem com a espiritualidade;	- A importância da espiritualidade nas ações governamentais (Amblu, Centro Pop);
	- Falta de trabalho no pós-tratamento;	- Criar postos de trabalho para o pós-tratamento;
	- Falta de vínculo entre os serviços de atendimento relacionados ao álcool e outras drogas e as instituições (empresas) que detém os postos de trabalho;	– Criar e estimular o fortalecimento de vínculo entre os serviços de atendimento relacionados ao álcool e outras drogas e as instituições (empresas) que detém os postos de trabalho;
Redução da Oferta	- Pouca vigilância e policiamento nas comunidades e praças;	– Aumentar a vigilância e o policiamento nas comunidades e praças;
	- Polícia não está preparada para reduzir a oferta (serviço de inteligência);	– Capacitar/preparar/instrumentar a Polícia (serviço de inteligência) para atuar na redução da oferta de drogas;
	- Há uma cultura permissiva ao uso de drogas no município;	– Trabalhar a questão da cultura permissiva ao uso de drogas no município;
	– Falta legislação que permita utilizar a vigilância eletrônica nas praças como combate ao tráfico;	– Criar legislação que permita a vigilância eletrônica nas raças como forma de combate ao tráfico/redução da oferta;
	– O tráfico prevalece e o policiamento não dá conta (policial envolvido);	– Verificar o envolvimento do policial.
Pesquisa e Análise	Desafio – morre mais gente no combate às drogas ou no uso de drogas?	- Realizar pesquisas sobre mortes relacionadas ao combate e ao uso de drogas no município.
Governança	- Não há participação comunitária nos processos decisórios referente à questão das drogas no município.	- Considerar a participação comunitária nos processos decisórios referente à questão das drogas no município.
Gestão	- O foco dos serviços de atendimento governamentais é na redução de danos - no entender dos dependentes químicos a redução de danos não funciona para eles.	- Adequar os serviços de atendimento governamentais à Política Nacional sobre drogas que considera, além da redução de danos, a abstinência.
Integração	- A intersetorialidade não funciona no município.	- Trabalhar a intersetorialidade entre as políticas no município.
	- Não há integração entre os serviços de atendimento ao uso, abuso e dependência de álcool e drogas no município.	- Integrar os serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa empírica (2022)

Um dos primeiros problemas levantados no **Eixo da Prevenção** da Oficina de Rodas de Conversa que ocorreu no Centro Terapêutico Vida foi no sentido de que o *"Proerd – não acontece em todas as escolas",* seguido da sugestão de *"Implantar o Proerd como obrigatório em todas as escolas"*. O Proerd é aplicado nas escolas do Brasil por policiais militares voluntários para faixa-etária específica de alunos. Como dito, o programa foi importado dos EUA e no Brasil o Proerd "[...] tem atividades guiadas pelo manual do aluno e do instrutor e também conta com dois currículos: para alunos de 5º e 7º ano do ensino fundamental" (Valente *et al*., 2022, p. 4176).

Como já apontado pelos participantes das oficinas realizadas em 2017, os acolhidos do CTV relataram que *"Falta espaços públicos para crianças e adolescentes nas comunidades localizadas em áreas de concentração de pobreza – regiões mais vulneráveis (praças públicas)"*. Conforme Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 55), "situações sociais adversas, de miséria, exclusão, violência e preconceito podem afetar diretamente perspectivas e concepções de vida, favorecendo o envolvimento em situações de risco como exploração sexual, tráfico de drogas, exploração de mão de obra e outras".

> O lazer também remete a diferentes compreensões. Caracteriza-se como direito básico previsto por diferentes políticas e como ação humana concreta, trazendo imbuído em si um duplo sentido: por um lado desenvolve qualidade de vida e/ou saúde, por outro, é visto como o tempo/espaço em que os sujeitos ficam expostos a diferentes riscos, como álcool, drogas, comportamentos antissociais, agressões, acidentes de trânsito, violência sexual, entre outros (Sebenello, Kleba e Keitel, 2016, p. 55).

A partir disso, é pertinente a proposta de enfrentamento desta questão no município "*Criar espaços para lazer (praças públicas) nas comunidades localizadas em áreas de concentração de pobreza"*.

> [...] os espaços de lazer na comunidade revelam potência protetiva, pois são espaços nos quais os jovens podem ser melhor acompanhados pelos pais ou mesmo pela vizinhança, com cuidados pautados na reciprocidade, reforçando o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade (Sebenello, Kleba e Keitel, 2016, p. 55).

No que tange a prevenção na escola, reconhece-se que há *"Poucas ações de prevenção no contraturno escolar"* e tem-se como proposta *"Aumentar ações de prevenção no contraturno escolar"*. Neste sentido, os participantes da oficina relataram que há uma *"Ausência de olhar de cuidado para a criança por parte das instituições locais - governamentais e não governamentais"* e propôs-se *"Estimular o olhar de cuidado"* por meio de projetos que garantam a este público o acesso a espaços livres de substâncias psicoativas.

Conforme Relatório Agosto (2022, p. 19), a prevenção deveria ser iniciada mais cedo "e não somente na idade em que acontece o Proerd". Além de que, para fazer prevenção hoje é preciso inovar, encontrar novos jeitos, dado o perfil do público-alvo da atualidade".

Tratou-se sobre a *"Ausência de conscientização sobre álcool e drogas nas mídias sociais e públicas"* e que *"Não se aproveita as tecnologias para a prevenção"*. Os presentes à Roda de Conversa sugeriram *"Aproveitar as tecnologias para a prevenção às drogas"*. Pelo contrário, para o Conad (2022, p. 137),

> Outra questão peculiar às bebidas alcoólicas são as estratégias de marketing sofisticadas adotadas para o incentivo ao seu consumo. O marketing do álcool está em constante evolução e envolve diversos mecanismos (rádio, televisão, eventos esportivos e musicais, sites, redes sociais, mídia, filmes e programas de TV) muitos deles altamente acessíveis aos jovens. Destaca-se a grande evolução de mídias sociais e digitais na propaganda, cujas inovações em engajamento de audiência e posicionamento de marca não foram acompanhadas pelos mecanismos de regulação estabelecidos.

Segundo o Conad (2022, p. 137-138), "A exposição à publicidade e atratividade da publicidade de bebidas alcoólicas estão relacionados com uma maior expectativa de consumo futuro e com um consumo maior e mais precoce, principalmente entre adolescentes e adultos jovens".

A lei traça parâmetros legais sobre a propaganda. A Política Nacional faz restrições.

> As restrições impostas por essa lei (exclusiva para bebidas "fortes") envolvem, especialmente: i) proibição da propaganda em emissoras de rádio e televisão das seis horas até vinte e uma horas ii) proibição nas propagandas comerciais da associação do produto ao esporte olímpico ou de competição, ao desempenho saudável de qualquer atividade, à condução de veículos e a imagens ou ideias de maior êxito ou sexualidade das pessoas iii) exigência de que conste advertência no rótulo da embalagem "Evite o Consumo Excessivo de Álcool"; iv) exigência de que conste advertência escrita e ostensiva na parte interna de locais de venda de bebidas alcoólicas de que é crime dirigir sob a influência de álcool, punível com detenção (Conad, 2022, p. 138).

Cientes das restrições e da realidade, os participantes da oficina colocaram que há que se pensar em utilizar a mídia e os canais de comunicação e informação como instrumentos de prevenção. Portanto, elegeram como proposta *"Utilizar as mídias sociais e públicas para programas de conscientização (para comunidade em geral) sobre álcool e drogas"*.

Também discutiu-se sobre a *"Necessidade de ações que abordem o antes e o depois do tratamento – usuário chega com o físico debilitado, fragilizado e com o acolhimento/tratamento recupera a saúde física"*. Os acolhidos do CTV sugeriram *"Utilizar, na prevenção, imagens do antes*

e do depois de pessoas que passaram pelo acolhimento/tratamento (a exemplo das propagandas de combate ao tabaco), posto que é visível o antes de parar e o depois.

Sobre a conscientização da família, foi levantado o problema que trata da *"Necessidade de conscientização dos pais e familiares sobre álcool e drogas"* e elencada uma proposta que propõe a *"Conscientização dos pais e familiares por meio de programas de prevenção".* Conforme o Conad (2022, p. 147),

> A família é um elemento central nas questões relacionadas ao uso de álcool e drogas, que pode representar fator protetivo ou fator de risco para iniciação do usuário, bem como é a primeira e principal afetada pela dependência química e transtornos mentais e comportamentais decorrentes do abuso dessas substâncias, com impacto na saúde dos seus membros e na fragilização das relações familiares.

A prevenção deve ser realizada também na família. E, *"Na prevenção foca-se só no negativo sobre a droga"; – "Dar foco no positivo ao fazer prevenção – lazer, esportes etc".* Neste campo, conforme Caron e Machado (2021, p. 03), "destacam-se os programas escolares na infância e adolescência que propõem a ampliação de habilidades relacionais pessoais e sociais em articulação com ações que incluem pais e comunidade".

Para isso, há que se pensar também em facilitadores de prevenção. Ou seja, conforme os acolhidos do CTV, existe uma necessidade premente, por *"facilitadores de programas de prevenção que não utilizam drogas".* E um dos pontos que foi muito discutido na Oficina é que há urgência para *"Facilitadores de prevenção que não utilizam drogas".*

Constatou-se a *"Falta comissão multidimensional"* para pensar a prevenção no município. Os participantes da comissão colocaram que se deparam com a *"Inexistência de uma comissão com equipe multidisciplinar para pensar a prevenção no município"* e deixaram como sugestão a proposta de *"Formar comissão com equipe multidisciplinar para pensar a prevenção".*

No Eixo do **Tratamento, Cuidado e Reinserção Social,** foi tratado da *"Falta de um número de telefone no município para buscar ajuda"* e a necessidade de *"Canais de divulgação da rede de atendimento a dependentes químicos"*. O tema já foi discutido em oficinas anteriores.

Importante ressaltar as linhas de ajuda disponíveis pelas irmandades Narcóticos Anônimos e Alcoólicos Anônimos em todo o Brasil como fator de proteção.

Narcóticos Anônimos possui o número de linha de ajuda 47 99205-7105 disponível 24 horas para região do Vale do Itajaí (N.A. s/d).

Já a irmandade de Alcoólicos Anônimos dispõe do número 47 3546 2453, 24 horas para o estado de Santa Catarina (A.A. s/d).

Assim, outros serviços disponíveis podem ser fomentados para divulgação dos contatos, ou a criação destes, para acesso da população, tendo como foco orientar o fluxo de atendimento no município.

Neste Eixo entrou novamente a preocupação com a família do dependente químico. Conforme os acolhidos do CTV, *"Todos os serviços deveriam trabalhar com a família do dependente químico "*tanto em nível de *CAPSaD"* como de "*CTs e Grupos de apoio)".*

Os acolhidos do CTV trouxeram um tema novo para o debate, até então ainda não abordado nas oficinas. Colocaram a *"Necessidade de os programas governamentais trabalharem a espiritualidade no tratamento/abrigamento".* Quando a Análise Executiva do Conad (2022) trata de ações de prevenção e reinserção social, sugere realizar pesquisas sobre a "espiritualidade e religiosidade como ferramenta de prevenção e recuperação ao uso de drogas (Conad, 2022, p. 487). O Conad (2022) também fala da espiritualidade como fator de prevenção. Também falam da relação família e espiritualidade. Ressalta a

> [...] formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, à promoção de habilidades sociais e para a vida, da espiritualidade, à valorização das relações familiares e à promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência (Conad, 2022, p. 50).

Discutiu-se também, que no que tange ao tratamento há *"Foco na redução de danos como política pública do município"* e sugerem o *"Foco na abstinência como política pública municipal".* Considerando que a atual política nacional sobre drogas contempla também a estratégia da abstinência, não há impeditivo para a pessoa dependente escolher a que se adapta às suas necessidades e disposição pessoal, optando por uma ou outra. Destaca-se que a estratégia da abstinência é adotada por décadas, sendo a prática de parte da rede de serviços, modalidades de tratamento existentes no município, não tendo nem uma vedação legal.

Essa discussão resultou na preocupação com os *"Casos graves que não aceitam tratamento"* e *"precisariam de internação compulsória"*. Conforme os acolhidos do CTV, faz-se necessário *"Utilizar a internação compulsória para casos graves de dependência mediante avaliação e orientação para continuidade em CT ou grupo de apoio"*. Por fim, ainda no Eixo do Tratamento foi colocado que *"Não há Protocolos de fluxo de atendimento no município"* e da necessidade de se *"Criar Protocolo de fluxo de atendimento no município (integrar a rede)"*.

Ainda dentro do mesmo Eixo, mas em se tratando do Cuidado, os presentes à oficina colocaram a mesma questão já discutida para o Tratamento: "*Não há divulgação dos grupos de apoio existentes no município"* e *"Divulgar a existência e o endereço dos grupos de apoio"* existentes em Blumenau e ali representados.

Outro ponto abordado e que já haviam citado no tema da prevenção é que *"Não há Rede de cuidado (apoio) via WhatsApp ou outra mídia social"* e que a pandemia da Covid-19 apontou para a necessidade de se *"Criar rede de apoio via WhatsApp ou outra mídia social"*. Além de que reforçaram que *"Não há rede de apoio no município"* e deixaram como proposta *"Criar redes de apoio no município"*.

Em se tratando da **Reinserção Social** foi citado que *"Não há programas municipais de qualificação profissional para dependentes químicos em tratamento"* e faz-se necessário *"Criar programas municipais de qualificação profissional para dependentes químicos no período de tratamento - pensando a reinserção"*. Dentro da discussão deste mesmo tema, os presentes na oficina, colocaram que *"Não há programas governamentais de reinserção social que trabalhem com a espiritualidade"* e reiteram *"A importância da espiritualidade nas ações governamentais (Amblu, Centro Pop)"*. O problema apresentado é um dos objetivos expressos do Conad, ou seja, a promoção da escolarização e qualificação profissional.

O artigo 8º - D, inciso IV, do Conad estabelece os objetivos do Plano Nacional de Políticas Sobre Drogas, especificando o quesito "qualificação profissional" priorizando a melhoria na escolarização, objetivando a ampliação das alternativas de inserção do usuário ou dependente "ampliar as alternativas de inserção social e econômica do usuário ou dependente de drogas, promovendo programas que priorizem a melhoria de sua escolarização e a qualificação profissional" (Conad, 2021, Inc. IV).

Os acolhidos do CTV presentes à reunião também reclamaram da *"Falta de trabalho no pós-tratamento"* - *"Criar postos de trabalho para o pós-tratamento"*. Há previsão legal expressa nos

objetivos do Planad em seu art. 8º- D inciso VIII, que trata da articulação de programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho visando sempre a inserção social do usuário ou dependente,

> [...] articular programas, ações e projetos de incentivo ao emprego, renda e capacitação para o trabalho, com objetivo de promover a inserção profissional da pessoa que haja cumprido o plano individual de atendimento nas fases de tratamento ou acolhimento (Conad, 2021, inciso VIII).

Outro problema relatado tratou da *"Falta de vínculo entre os serviços de atendimento relacionados ao álcool e outras drogas e as instituições (empresas) que detém os postos de trabalho"*. Sugeriu-se a proposta de *"Criar e estimular o fortalecimento de vínculo entre os serviços de atendimento relacionados ao álcool e outras-drogas e as instituições (empresas) que detém os postos de trabalho".* A orientação geral do Planad na análise executiva da questão das drogas no Brasil, visa também o fortalecimento de vínculos interpessoais, bem como os fatores de proteção,

> A efetiva prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde da população, da promoção de habilidades sociais e para a vida, o fortalecimento de vínculos interpessoais, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e de seus derivados, do álcool e de outras drogas e da conscientização e proteção dos fatores de risco (Conad, 2021, p. 50).

No que diz respeito a **Redução da Oferta**, falou-se da **"***Pouca vigilância e policiamento nas comunidades e praças.* Sugere-se **"***Aumentar a vigilância e o policiamento nas comunidades e praças".* Segundo os participantes da Roda de Conversa, a *"Polícia não está preparada para reduzir a oferta (serviço de inteligência)"* e há a necessidade urgente de *"Capacitar/preparar/instrumentar a Polícia (serviço de inteligência) para atuar na redução da oferta de drogas".* Esse tema já está estabelecido como diretriz específica nos pressupostos da política nacional sobre drogas as ações que visem a redução da oferta*,*

> c) ações de redução da oferta, incluídas as ações de segurança pública, defesa, inteligência, regulação de substâncias precursoras, de substâncias controladas e de drogas lícitas, repressão da produção não autorizada, de combate ao tráfico de drogas, à lavagem de dinheiro e crimes conexos, inclusive por meio da recuperação de ativos que financiam ou sejam resultados dessas atividades criminosas (Brasil, 2019b, Art. 2.9).

Colocou-se que *"Há uma cultura permissiva ao uso de drogas no município"* e que é necessário *" Trabalhar a questão da cultura permissiva ao uso de drogas no município"*. Acrescentou-se que *Falta legislação que permita utilizar a vigilância eletrônica nas praças como combate ao tráfico"* e na necessidade de se *"Criar legislação que permita a vigilância eletrônica nas praças como forma de combate ao tráfico/redução da oferta",* até porque *"O tráfico prevalece e o policiamento não dá conta"*. Para os acolhidos, na questão do tráfico há *"policial envolvido"* e elencou-se como proposta *"Verificar o envolvimento do policial"*.

Em termos de **pesquisa e avaliação**, dentro do Eixo-Estratégico II, foi falado que há um *"Desafio"* e uma pergunta que exige uma resposta: *morre mais gente no combate às drogas ou no uso de drogas?"*. Para responder a pergunta colocou-se como proposta *"Realizar pesquisas sobre mortes relacionadas ao combate e ao uso de drogas no município"*.

Já em nível de G**overnança**, falou-se que *"Não há participação comunitária nos processos decisórios referente à questão das drogas no município"* e que faz-se necessário*" Considerar a participação comunitária nos processos decisórios referente à questão das drogas no município"*. Conforme o Conad (2022), a governança, gestão e integração "contempla as ações de coordenação e integração, além da promoção da transparência e da realização da prestação de contas da política sobre drogas para a sociedade" (Conad, 2022, p. 14).

Dentro deste mesmo eixo, e em tratando-se da **Gestão**, os acolhidos do CTV colocaram que *"O foco dos serviços de atendimento governamentais é na redução de danos - no entender dos dependentes químicos a redução de danos não funciona para eles"*. Elegeu-se como proposta *"Adequar os serviços de atendimento governamentais à Política Nacional sobre drogas que considera, além da redução de danos, a abstinência"*.

A questão da abstinência também é do eixo da prevenção, que, conforme Avila (2022a, p. 241), "envolve ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural". Ações que busquem desestimular o uso inicial de substâncias psicoativas". Ou seja, conforme autora, citando o Conad, essas ações envolvem "Ações que promovam a abstinência e que busquem "conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas", tanto as lícitas, como as não lícitas (Conad, 2020, p. 18)".

Em termos de **Integração**, tratou-se da *"intersetorialidade"* que, conforme os acolhidos do CTV, *não funciona no município"*. Elencaram como proposta *"Trabalhar a intersetorialidade entre*

as políticas no município". Colocaram, também, que *"Não há integração entre os serviços de atendimento ao uso, abuso e dependência de álcool e drogas no município"* e que é urgente *"Integrar os serviços relacionados ao uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município".*

Aqui é importante colocar que

> Dada a multifatorialidade da questão do uso, uso indevido e dependência de substâncias psicoativas, a presença de aspectos biológicos, psicológicos e sociais, os indivíduos que apresentam problemas necessitam de tratamentos diferenciados que primam pela transversalidade, intersetorialidade e integralidade a partir de uma visão holística de ser humano como propõe a própria PNAD (Avila, 2022a, p. 269).

A Análise Executiva da questão das drogas no Brasil (2022) também coloca que o processo de tratamento, acolhimento, apoio e reinserção social se dará a partir da visão holística do ser humano, observando-se a intersetorialidade e a transversalidade das ações. E acrescenta que, "Nesse processo, será considerada a multifatorialidade das causas do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas" (Conad, 2022, p. 48).

2.2.2.3 Oficina de Roda de Conversa Usuários Cerene Adultos

A visita técnica ao Centro de Recuperação Nova Esperança (Cerene) de Blumenau ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2022.

Conforme o site da instituição, o Cerene foi fundado em 04 de maio de 1989 para atender dependentes químicos de álcool e outras drogas a partir da visão integral do ser humano.

Os programas oferecidos, conforme Cerene (*s/d, online*), "tem como foco as mudanças comportamentais e a qualidade de vida dos dependentes e seus familiares", por meio de:

- Projeto terapêutico individualizado;
-Ambiente de comunidade terapêutica, próprio para mútua-ajuda;
- Palestras bíblicas como proposta a um projeto de vida baseado na espiritualidade;
- Atividades práticas;
- Terapia individual e de grupo;
- Palestras temáticas sobre drogas e de prevenção à recaída;
- Avaliações periódicas no decorrer do atendimento;
- Atividades esportivas, recreativas, oficinas artísticas e de artesanato;
- Acompanhamento médico e medicamento;

> - Atividades diferenciadas para adolescentes;
> - Apoio a reinserção social;
> - Encaminhamento para outras formas de atenção, como por exemplo: atendimento hospitalar, assistência social (Cerene*, s/d, online*).

A Missão da instituição é: "Acolher, cuidar e reinserir socialmente pessoas com transtornos por uso de álcool e outras drogas, atender seus familiares, promovendo saúde e prevenção, a partir da visão cristã de ser humano integral" (Cerene, *s/d, online*).

Conforme informações do site da instituição, a unidade de Blumenau foi a primeira a ser fundada, tendo como entidade mantenedora a Missão Evangélica União Cristã – MEUC, entidade religiosa, civil, sem fins lucrativos, inserida no contexto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB" (Cerene, *s/d, online*).

> Inspirados pelo compromisso cristão de ajuda ao próximo, um grupo de pessoas entendeu que não poderia ficar alheio e distante do problema da dependência de álcool e outras drogas. Inicialmente com um trabalho modesto, o CERENE acolheu seu primeiro residente, que morou com a família do primeiro colaborador. Mais tarde, um rancho foi transformado em alojamento, cozinha, refeitório e sala de reuniões.
> O aumento da demanda para atendimento mobilizou a ampliação dos trabalhos, que foi possível pelo apoio recebido da MEUC; de Blaues Kreuz; da Gnadauer Brasilien-Mission – GBM; da Hilfe für Brüder – entidades da Alemanha; da Prefeitura Municipal de Blumenau; do Governo do Estado de Santa Catarina (Cerene*, s/d, online*).

Hoje o Cerene possui unidades em Blumenau, Palhoça, São Bento do Sul, Ituporanga em Santa Catarina e Lapa no Paraná, uma unidade de atendimento ambulatorial em Joinville e um quadro profissional de 70 colaboradores.

A instituição tem capacidade para atender 252 dependentes, sendo 212 no Programa de Acolhimento e 40 na Reinserção Social.

No dia 24 de fevereiro, das 14 às 15:30 horas, foi realizada a Oficina de Roda de Conversa com os acolhidos adultos do Cerene de Blumenau.

Conforme ata, participaram da oficina um total de 59 pessoas que elencaram 25 problemas e 35 soluções, conforme Matriz Problema-Solução apresentada na Figura a seguir.

Figura 21 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Cerene Adultos

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos - Local: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE-SC, Rua Jacob Ineichen, 6.607, Bairro: Itoupava Central, 89.015-650, Blumenau, SC - Data: 24/02/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- Necessidade de ocupar Adolescentes preventivamente;	- Contraturno escolar com atividades de lazer, culturais, esportes, artes, música;
	- Recrutamento de crianças e adolescentes para o tráfico;	- Policiamento preventivo com treinamento e qualidade;
	- Prevenção familiar – educação na família;	– Estimular a prevenção familiar;
	- Necessidade de os pais atuarem na prevenção com efetividade;	– Escola de Pais – município criar projetos de capacitação sobre o tema para a família; – Programas de prevenção para crianças no fundamental I; – Trabalhar valores, espiritualidade, identidade, disciplina nos projetos de prevenção; – Programas de prevenção em rede para os pais (envolvendo igrejas, Esf, cras);
	- Necessidade de Projetos de prevenção contínuos para adolescentes;	– Criar projetos de prevenção contínua para adolescentes;
	- Pouca utilização de tecnologias e mídias sociais na prevenção no município;	– Utilizar as tecnologias e as mídias sociais para ações de prevenção;
Tratamento	- A comunidade não tem conhecimento da totalidade de serviços oferecidos para tratamento;	- Criar mapa da rede de serviços relacionados ao álcool e outras drogas no município; Utilizar tecnologias, mídias sociais e meios de comunicação social para divulgar o mapa da rede de serviços relacionados ao álcool e outras drogas no município;
	- Falta um serviço de desintoxicação no município para um período de 21 a 45 dias;	- Criar uma unidade de desintoxicação no município – 21 a 45 dias; - Criar mecanismos (espaço de desintoxicação prévia) para aumentar a adesão ao tratamento.
Cuidado	- Não há rede de apoio integrada no município;	- Criar Rede de Apoio integrada no município;
Reinserção Social	- Não há políticas de isenção fiscal para empresas que contratem dependentes químicos no pós-tratamento;	- Políticas de isenção fiscal para estimular empresas a contratarem dependentes químicos no pós-tratamento; - Estimular empresas a adotarem projetos de inclusão social com vagas para emprego regulamentado;
	- Não se oferece qualificação profissional em todas áreas desde a adolescência;	- Criar cursos profissionalizantes em todas as áreas desde a adolescência;
	- Não há suporte (apoio) para dependentes químicos inseridos em empresas no pós-tratamento;	- Garantir e estimular que as empresas liberem o funcionário para participar em grupos de apoio;
	- Comunidade não sabe onde e como fazer doações para projetos sociais de inclusão social de dependentes químicos;	- Criar Plataforma digital para doações da comunidade para projetos de inclusão social de dependentes químicos no município;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos - Local: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE-SC, Rua Jacob Ineichen, 6.607, Bairro: Itoupava Central, 89.015-650, Blumenau, SC - Data: 24/02/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
		- Criar Plataforma digital com ofertas de serviços e empregos voltados para a inclusão social;
	- Faltam cursos de empreendedorismo para dependentes químicos em acolhimento.	- Cursos sobre empreendedorismo para dependentes químicos em acolhimento.
Redução da Oferta	- Recrutamento de crianças e adolescentes para o tráfico;	- Policiamento preventivo em todos os bairros do município;
	- Permissividade para o tráfico;	- Vigilância digital e intercalamento de policiais nas áreas de maior risco para o tráfico;
	-Bebidas alcoólicas visíveis para crianças e adolescentes nas lojas de conveniência e supermercados;	- Criar espaços restritos (para adultos) para a exposição de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência e supermercados;
	- Adolescentes vão para o tráfico para terem recursos financeiros;	- Oferecer atividades para adolescentes no contraturno; - Fortalecer o policiamento preventivo nas escolas; - Oferecer atividades com bolsa para adolescentes;
	- Não tem um número específico para denúncias de tráfico no município.	- Número para denúncias de tráfico;
Pesquisa e Análise	- Não há dados situacionais sobre drogas no município – primeiro contato com as drogas, motivação e fatores determinantes para o uso;	- Fazer pesquisas sobre o primeiro contato com as drogas, motivação e fatores determinantes e de risco para o uso de drogas; - Financiamento para pesquisas universitárias sobre uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas;
	- Não existe mapeamento das áreas de risco para o uso de drogas e o tráfico no município;	- Realizar pesquisas em parceria com universidades que forneçam um mapeamento das áreas de risco para uso de drogas e sobre a territorialização do tráfico no município;
	– Não há policiamento direto e contínuo em áreas já conhecidas pelo uso de drogas e tráfico em Blumenau;	- Policiamento em áreas de risco para uso de drogas e o tráfico em Blumenau;
	– Necessidade de remunerar melhor, capacitar, preparar e instrumentar com o que tem de mais moderno o serviço de inteligência de Blumenau;	- Remunerar/Capacitar/preparar/instrumentar o serviço de inteligência;
Governança Gestão Integração	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa empírica (2022)

No **Eixo da Prevenção**, os acolhidos do Cerene trataram da *necessidade de ocupar Adolescentes preventivamente"* e levantaram como proposta ações de prevenção no *" Contraturno escolar com atividades de lazer, culturais, esportes, artes, música".*

Conforme o Conad (2022, p. 137),

> O marketing do álcool está em constante evolução e envolve diversos mecanismos (rádio, televisão, eventos esportivos e musicais, sites, redes sociais, mídia, filmes e programas de TV) muitos deles altamente acessíveis aos jovens. Destaca-se a grande evolução de mídias sociais e digitais na propaganda, cujas inovações em engajamento de audiência e posicionamento de marca não foram acompanhadas pelos mecanismos de regulação estabelecidos.

Neste sentido o inverso deve acontecer. Assim como usa-se o marketing para a promoção do álcool, deveria-se utilizar os mesmos meios para ações de prevenção.

Na questão do tráfico os acolhidos do Cerene colocaram que é feito o *"Recrutamento de crianças e adolescentes para o tráfico"* e que deveria haver o *" Policiamento preventivo com treinamento e qualidade".* A questão do policiamento preventivo já foi tratada em outro eixo e por sua recorrência evidencia-se sua problematização.

Segundo o Conad (2022, p. 206), não é só com as drogas ilícitas que o adolescente acaba se envolvendo.

> Com o intuito de conquistar seu espaço na sociedade e de satisfazer a necessidade de pertencer e ser aceito pelo grupo, muitos adolescentes, sob a influência de familiares, amigos e personalidades acabam fazendo escolhas equivocadas. Por meio do uso de produtos derivados de tabaco eles passam a querer provar a sua autonomia, a exercer a sua liberdade e usufruir do sentimento de pertencimento no grupo.

São inúmeras as

> [...] estratégias para atingir o jovem é o uso de aditivos em cigarros e outros produtos de tabaco, tais como: açúcar, mel, cereja, tutti-frutti, menta, entre outros, tornando o produto menos aversivo para crianças e adolescentes na primeira experiência. Esta estratégia visa amenizar o gosto amargo e o cheiro forte do tabaco e, assim, abrir caminho para a dependência (Conad, 2022, p. 206)

Ao discorrerem sobre a *"Prevenção familiar – educação na família"* os acolhidos do Cerene sugeriram uma proposta que buscasse *"Estimular a prevenção familiar".* Conforme os acolhidos, *há*

a "Necessidade de os pais atuarem na prevenção com efetividade". Diversos são os modelos de prevenção e os acolhidos trouxeram alguns para discussão, a exemplo da *"Escola de Pais – município criar projetos de capacitação sobre o tema para a família".* Entre as sugestões citaram *"Programas de prevenção para crianças no fundamental I"; "Trabalhar valores, espiritualidade, identidade, disciplina nos projetos de prevenção"; Programas de prevenção em rede para os pais (envolvendo igrejas, Esf, cras)"; "Necessidade de Projetos de prevenção contínuos para adolescentes".* Após diálogo os presentes a oficina decidiram colocar como proposta *"Criar projetos de prevenção contínua para adolescentes".*

Ainda dentro do Eixo da Prevenção, os acolhidos do Cerene discorreram sobre a *"Pouca utilização de tecnologias e mídias sociais na prevenção no município".* A temática já foi trabalhada em outras oficinas, mas fica aqui o registro de que os presentes à oficina sugeriram *"Utilizar as tecnologias e as mídias sociais para ações de prevenção".* Ou seja, utilizar *os meios de comunicação para a prevenção, TVs e rádios na prevenção".*

No **Tratamento**, foi dialogado sobre o fato de que *"A comunidade não tem conhecimento da totalidade de serviços oferecidos para tratamento"* e que é urgente *"Criar mapa da rede de serviços relacionados ao álcool e outras drogas no município".*

Na percepção dos acolhidos do Cerene *"Falta um serviço de desintoxicação no município para um período de 21 a 45 dias".* Para sanar esse problema sugeriram "*Criar uma unidade de desintoxicação no município – 21 a 45 dias"*, bem como *"Criar mecanismos (espaço de desintoxicação prévia) para aumentar a adesão ao tratamento"*.

O Conad cita as Unidades Psiquiátricas em Hospitais Gerais; Hospitais Psiquiátricos Especializados que realizam "Ações hospitalares para desintoxicação moderada e grave; Ações hospitalares para lidar com abstinência moderada e grave; Ações hospitalares para comorbidades clínicas" (Conad, 2022, p. 562). O conselho federal cita a Política Nacional de Saúde Mental e Outras Drogas para colocar objetivos que se encaixam nessas ações.

> A Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas está ancorada na Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que tem como princípio a defesa da vida e os Direitos Humanos, em consonância com a Lei 8080, de 19 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências, dentre elas, o trabalho em rede intra e intersetorial que norteia as práticas de cuidado, incluindo aquelas voltadas para os usuários de álcool e outras drogas. A organização tem como objetivos: Organização • Mundial da Saúde. Declaração de Caracas. Caracas. 1990. • Acessibilidade; • Integralidade do cuidado; • Protagonismo; • Cuidado de baixa exigência; • Abordagem multidisciplinar; • Coesão Social (Conad, 2022, p. 562).

No **Cuidado** discutiu-se que "*Não há rede de apoio integrada no município"* e deliberou-se a necessidade de se *"Criar Rede de Apoio integrada no município".* Os objetivos da Política Nacional Sobre Drogas é a garantia do direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, com implementação e pela manutenção da rede de assistência integrada,

> Garantir o direito à assistência intersetorial, interdisciplinar e transversal, a partir da visão holística do ser humano, pela implementação e pela manutenção da rede de assistência integrada, pública e privada, com tratamento, acolhimento em comunidade terapêutica, acompanhamento, apoio, mútua ajuda e reinserção social, à pessoa com problemas decorrentes do uso, do uso indevido ou da dependência do álcool e de outras drogas e a prevenção das mesmas a toda a população, principalmente àquelas em maior vulnerabilidade (Decreto, 2019, 3.3).

Na **Reinserção**, falou-se do fato de que "*Não há políticas de isenção fiscal para empresas que contratem dependentes químicos no pós-tratamento*" e que deveriam ser criadas "*Políticas de isenção fiscal para estimular empresas a contratarem dependentes químicos no pós-tratamento*" além de "*Estimular empresas a adotarem projetos de inclusão social com vagas para emprego regulamentado*". Essa proposta de isenção fiscal não é do âmbito do município, no entanto, a municipalidade pode criar outras formas de incentivo para quem contratar dependentes químicos no pós-tratamento.

Outro ponto importante refere ao fato de que *"Não se oferece qualificação profissional em todas áreas desde a adolescência"* e que se faz necessário *"Criar cursos profissionalizantes em todas as áreas desde a adolescência".* O tema já foi abordado em outras oficinas e como tem sido recorrente, demonstra a sua urgência em se pensar ações que venham a fazer o enfrentamento da questão.

Em termos de suporte para os dependentes químicos, os presentes à Oficina do Cerene colocaram que *"Não há suporte (apoio) para dependentes químicos inseridos em empresas no pós-tratamento"* e torna-se necessário *"garantir e estimular que as empresas liberem o funcionário para participar em grupos de apoio".* Aqui também houveram diálogos referente a necessidade de se fomentar a criação de grupos de apoio dentro das próprias empresas para que os trabalhadores possam ser encaminhados em casa de envolvimento direto com substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, bem como se houverem outros membros da família que vivenciam a problemática.

Tratou-se, ainda, da necessidade de doações de recursos para projetos sociais no município. Para os presentes, *a "Comunidade não sabe onde e como fazer doações para projetos sociais de inclusão social de dependentes químicos".* Para fazer o enfrentamento desta demanda, sugeriu-se *"Criar Plataforma digital para doações da comunidade para projetos de inclusão social de dependentes químicos no município".* A proposta é inovadora na percepção dos participantes da oficina.

Sobre a inserção social citaram que *"Não há divulgação com ofertas de serviços e empregos de inserção social"* e que é necessário *"Criar Plataforma digital com ofertas de serviços e empregos voltados para a inclusão social".* Também relataram que *"faltam cursos de empreendedorismo para dependentes químicos em acolhimento"* e que faz-se necessário criar.

No que tange à **Redução de Oferta**, os acolhidos do Cerene colocaram que *"Recrutamento de crianças e adolescentes para o tráfico"* e que o município tem de pensar em criar *"Policiamento preventivo em todos os bairros do município"* que seria a Polícia Comunitária já citada anteriormente em outras oficinas.

Aqui também foi tratado sobre a *"Permissividade para o tráfico"* e a urgência em se criar mecanismos de *"Vigilância digital e intercalamento de policiais nas "áreas de maior risco para o tráfico".*

Foi destacado o problema das *"Bebidas alcoólicas visíveis para crianças e adolescentes nas lojas de conveniência e supermercados".* Significa que a legislação, como o Decreto Federal 6.117/2007, não está sendo cumprida e os órgãos de vigilância não estão cumprindo com seu papel fiscalizador. Sugeriu-se *"Criar espaços restritos (para adultos) para a exposição de bebidas alcoólicas nas lojas de conveniência e supermercados".*

Citou-se como exemplos as vídeo-tecas de antigamente onde só adultos podiam adentrar.

Em termos do tráfico, citou-se que *"Adolescentes vão para o tráfico para terem recursos financeiros".* Neste sentido, elencou-se como proposta *"Oferecer atividades para adolescentes no contraturno"; " Fortalecer o policiamento preventivo nas escolas" e "Oferecer atividades com bolsa para adolescentes".*

Por fim, foi novamente falado sobre o fato de que *"Não tem um número específico para denúncias de tráfico no município"* e que precisamos ter um *"Número para denúncias de tráfico".*

Na **Pesquisa e Avaliação,** os presentes listaram vários tipos de pesquisa que poderiam ser realizadas no município:

Dados situacionais sobre drogas no município*:* os acolhidos do Cerene colocaram que *"Não há dados situacionais sobre drogas no município – primeiro contato com as drogas, motivação e fatores determinantes para o uso"* e que deveria-se *"Fazer pesquisas sobre o primeiro contato com as drogas, motivação e fatores determinantes e de risco para o uso de drogas".*

Pesquisas sobre uso, abuso de SPA's*:* Também colocaram que é necessário haver *"Financiamento para pesquisas universitárias sobre uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas".*

Mapeamento das áreas de risco de uso de drogas e o tráfico no município*: "Não existe mapeamento das áreas de risco de uso de drogas e o tráfico no município";* Sugere-se- *"Realizar pesquisas em parceria com universidades que forneçam um mapeamento das áreas de risco de uso de drogas e sobre a territorialização do tráfico no município".*

Por fim, foi colocado que *"Não há policiamento direto e contínuo em áreas já conhecidas pelo uso de drogas e tráfico em Blumenau"* e que faz-se necessário o *"Policiamento em áreas de risco de uso de drogas e o tráfico em Blumenau".* Bem como, verificou-se a *"Necessidade de remunerar melhor, capacitar, preparar e instrumentar com o que tem de mais moderno o serviço de inteligência de Blumenau",* bem como, *"Remunerar/Capacitar/preparar/instrumentar o serviço de inteligência".*

Sobre áreas de tráfico no município, conforme Avila (2022a, p. 298),

> O tráfico se utiliza de áreas que se encontram deterioradas e, de certa forma, abandonadas pelo poder público transformando-as em áreas de tráfico de drogas. Evidenciou-se a necessidade do patrulhamento diário, de fiscalização e de ações preventivas para reduzir o tráfico e o consumo de drogas no município e que estas ações precisam ser realizadas em rede, de forma multidisciplinar.

No Eixo da Governança, Gestão e Integração não foram elencados problemas nem propostas.

2.2.2.4 Oficina de Roda de Conversa Usuários Cerene Adolescentes

A visita técnica foi realizada no dia 09 de março de 2022, com início às 09hs30 min. e término às 10:45 hs da manhã no Cerene – Casa dos Adolescentes.

Na ocasião foi realizada uma oficina com usuários adolescentes.

Os dados foram registrados em Matriz Problema-Solução como consta a seguir:

Figura 22 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Cerene Adolescentes

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos Adolescentes - Local: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE-SC, Rua Jacob Ineichen, 6.607, Bairro: Itoupava Central, 89.015-650, Blumenau, SC - Data: 09/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- Adolescentes usam por influência de amigos – "amigos oferecem";	– Criar projetos de prevenção na comunidade, no bairro com atividades de lazer, futebol, espaços para brincar, escolas de esporte; – Ocupar espaços da comunidade com projetos de prevenção para que os adolescentes possam frequentar espaços saudáveis;
	- Crianças e Adolescentes "experimentam por curiosidade" a droga;	- Trabalhar a promoção da saúde – focar no positivo. Falar das coisas boas da vida sem a droga;
	- Pais não tem conhecimento inicial do uso – 100% fizeram este relato e disseram que "pais nunca conversaram com eles sobre drogas" antes de eles já estarem usando;	– Programas que ensinem os pais a fazer prevenção, dialogar com os filhos sobre as drogas – "pais fazerem prevenção em casa";
	- Pais não fazem prevenção dentro de casa;	- Programas que orientem os pais a fazer prevenção;
	- "Família muito desunida". Relações familiares difíceis, separação, membros de famílias que não falam mais entre si;	– Criar projetos que trabalhem o fortalecimento de vínculos na família;
	– "O Proerd foi gatilho para curiosidade e não para prevenção" – dada a idade dos estudantes que cursam (no caso 6º ano). "A pessoa que fez o programa falava sobre o que acontece com a pessoa que usa um tipo de droga. Despertava a curiosidade e a vontade de usar";	– Rever a metodologia dos programas de prevenção nas escolas;
	– Uso de drogas em baladas com adolescentes participando;	– Fiscalizar eventos municipais (ver alvarás, ver idade dos que podem participar e se tem responsáveis junto);
	- Comunidades pobres não têm espaços para esportes e lazer. Adolescentes ficam sem saber o que fazer na comunidade;	– Criar espaços em comunidades pobres – com ações na área de esportes, artes etc;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Acolhidos Adolescentes - Local: Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE-SC, Rua Jacob Ineichen, 6.607, Bairro: Itoupava Central, 89.015-650, Blumenau, SC - Data: 09/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
	– Alguns profissionais que fazem prevenção usam a própria droga como material didático;	– Fazer programas de prevenção sem falar em drogas – trabalhar valores, temas ou outras coisas e não falar sobre a droga;
Tratamento	- Adolescentes voltam para a realidade da droga depois do tratamento - falaram em fazer a "fuga geográfica";	– Trabalhar a reinserção social nos serviços municipais (CT, caps...) para que os adolescentes possam voltar para lugares seguros depois do tratamento;
Cuidado	- Quem tem dinheiro paga a droga e quem não tem faz tráfico para usar;	- Elaborar programas de prevenção e cuidado a partir da realidade local (falaram da pobreza e das comunidades pobres onde os adolescentes sai da porta de casa direto para os braços do tráfico porque não tem nada para ele fazer na comunidade (citaram praças, esportes, lazer etc.);
Reinserção	- Adolescente precisam de ocupação para não pensar em drogas – ocupação que preparem o adolescente para o mundo do trabalho;	– Pensar programas que ocupem os adolescentes e os preparem para o trabalho; – Fortalecer projetos que incentivem o trabalho – jovem aprendiz;
	- Muitos adolescentes não terminaram os estudos por causa do uso de drogas;	– Criar e divulgar programas municipais de incentivo aos estudos; – Programas de incentivo a trabalho e estudos nas comunidades pobres;
Redução da Oferta	– Adolescentes na rua – estar na rua pode levar ao uso de drogas – falaram muito do tráfico (para os adolescentes prender o traficante não é a única solução);	– Criar programas para reduzir o consumo de drogas no município – focar no usuário (se não tiver consumo não tem tráfico);
	– Local de moradia influencia – se onde moro ou estudo tem tráfico é mais fácil usar;	– Reduzir a presença do menor de idade na rua por meio de ações com artes, música, esportes e outras atividades que os adolescentes gostam;
Pesquisa e Análise	- Adolescentes não ficam sabendo de pesquisas que mostram as consequências do uso de drogas de forma geral, na família, na vida etc. E quando ficam sabendo não entendem a linguagem (falaram dos relatórios);	- Traduzir os resultados das pesquisas para a linguagem dos adolescentes e dos pais;
Governança Gestão Integração	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa empírica (2022)

Quando pensamos na realidade do uso, abuso e dependência de SPA no contexto brasileiro, os dados apresentados são preocupantes, especialmente com relação ao público jovem.

No Brasil, a Lei nº 13.106 (Brasil, 2015) altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), torna "crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescentes" (Brasil, 2015, Ementa). Significa que a Lei estabelece como proibitivo o fornecimento, ainda que gratuito, de álcool e outras

substâncias que podem causar dependência. No Brasil também existem legislações específicas de combate ao tabagismo entre crianças e adolescentes, como a Lei nº 10.702 (Brasil, 2003) que proíbe a venda de cigarros a menores de 18 anos.

No que tange ao público adolescente, segundo o III LNUD (FIocruz, 2019), aproximadamente sete milhões (34,3%) dos indivíduos menores de 18 anos reportaram ter consumido álcool na vida, e 22,2% consumiram nos últimos 12 meses. Entre esses 7 milhões de adolescentes, a média da idade do primeiro consumo de álcool é de 13,5 anos, sem diferenças significativas para os sexos feminino e masculino.

Com relação ao cigarro, cerca de 1,3 milhões de adolescentes de 12 a 17 anos já consumiram cigarros industrializados na vida. O consumo nos últimos 30 dias é reportado por cerca de 2,4% dos adolescentes, o que corresponde a quase meio milhão de adolescentes.

Para as substâncias ilícitas, aproximadamente 800 mil adolescentes relataram já ter feito uso, tendo como média de idade do primeiro consumo de alguma substância ilícita, 13,1 (treze vírgula um) anos.

Os dados apontam a necessidade de se pensar políticas de prevenção ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas para crianças e adolescentes.

Na pesquisa empírica realizada em 2022 foram ouvidos 7 adolescentes acolhidos no Centro de Recuperação Nova Esperança. Os adolescentes participaram da Roda de Conversa acompanhados dos terapeutas da instituição. Ouvir adolescentes e suas percepções sobre os Eixos-Estratégicos elencados pelo CONAD para nortear a construção do Plano, foi extremamente importante posto que é a voz de um público-alvo de políticas públicas que geralmente são decididas por adultos sem ouvir aqueles a quem as políticas se destinam.

Neste quesito, no **Eixo da Prevenção** os usuários adolescentes acolhidos no Cerene colocaram que "*Adolescentes usam por influência de amigos – 'amigos oferecem"'.* E elencaram como proposta "C*riar projetos de prevenção na comunidade, no bairro com atividades de lazer, futebol, espaços para brincar, escolas de esporte"* e *"Ocupar espaços da comunidade com projetos de prevenção para que os adolescentes possam frequentar espaços saudáveis".*

> O lazer, segundo Dumazedier (2001), são períodos de repouso, diversão, recreação, entretenimento, desenvolvimento da capacidade de criação, ou participação social voluntária. É lúdico, prazeroso e em tempo livre de obrigação profissional. Busca satisfação pessoal e expressa a cultura de um grupo e/ou sociedade. Em contextos de exclusão social, de falta de garantias de direitos básicos, o lazer pode ser visto como direito secundário, não prioritário

> (PERES; BODSTEIN; RAMOS; MARCONDES, 2005). Já práticas de lazer são ações humanas, apoiadas em concepções controversas que condicionam um agir, que por sua vez retroalimenta, transformando ou reafirmando estas concepções (Sebenello, Kleba e Keitel, 2016, p. 54).

Conforme Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 54),

> [...] boa parte dos municípios não possuem equipamentos de lazer mínimos. Conforme Castro, Abramovay, Rua e Andrade (2001), 19% dos municípios não têm biblioteca, 73% não tem museu, 75% não tem teatro e em 83% não há cinema. Além da insuficiência, Abramovay et al. (2002) salientam má distribuição dos equipamentos, com maior precariedade nas regiões de periferia, restando muitas vezes ao jovem como única opção jogar futebol.

Conforme dados apontados pelo Conad (2022, p. 132) a partir de pesquisas da Fiocruz (2014), "as influências dos amigos, da família e da vizinhança também impactam nos padrões prejudiciais de uso e dependência de álcool e outras drogas". O CONAD (2022) também cita a UNODC (2020) para falar que "de maneira semelhante este indivíduo pode vir a influenciar outros, estendendo este impacto e afetando a saúde e o bem-estar de outras pessoas, incluindo a comunidade em geral" (Conad, 2022, p. 132).

Os adolescentes acolhidos no Cerene também colocaram que "Crianças e Adolescentes ´experimentam por curiosidade` a droga" e sugeriram que o Plano trouxesse propostas de se - *"Trabalhar a promoção da saúde – focar no positivo. Falar das coisas boas da vida sem a droga".* Para os adolescentes que participaram da Roda de Conversa quando se faz prevenção, em geral, se foca no negativo, no que as drogas causam de problemas e como são prejudiciais. No entanto, no entender deste público a prevenção deve ser realizada de forma positiva, focando num estilo de vida sem drogas.

Também reportaram que "*Pais não tem conhecimento inicial do uso – 100% fizeram este relato e disseram que "pais nunca conversaram com eles sobre drogas" antes de eles já estarem usando*". Para tanto, na percepção dos próprios adolescentes, deveria-se pensar em "*Programas que ensinem os pais a fazer prevenção, dialogar com os filhos sobre as drogas – "pais fazerem prevenção em casa".* Ou seja, *"Programas que orientem os pais a fazer prevenção".*

A prevenção efetivada na própria família é importante, posto que é na família que crianças e adolescentes, na maioria das vezes, fazem as primeiras experiências com o uso de substâncias como o álcool e o cigarro. E no que tange ao público adolescente ouvido nesta Roda de Conversa, para além do período de experimentação mais precoce, a adolescência é também a faixa etária de maior

vulnerabilidade para a experimentação do uso de drogas, tanto lícitas como ilícitas (Freires; Gomes, 2012, p. 99).

Os adolescentes também trataram da "'*Família muito desunida'. Relações familiares difíceis, separação, membros de famílias que não falam mais entre si*" e sugerem *"Criar projetos que trabalhem o fortalecimento de vínculos na família.* A maior vulnerabilidade do adolescente ao uso de drogas, está relacionada aos fatores intrínsecos à juventude. A busca por aceitação do grupo, novas experiências, conflitos psicossociais e o desafio de estrutura social e familiar são alguns aspectos influenciadores.

A família por sua vez, tem o potencial de ser a mais poderosa força protetora das crianças e jovens. Relacionamentos saudáveis entre os membros da família podem prevenir que crianças e adolescentes se tornem usuários de drogas, criminosos ou adotem comportamentos sexuais de risco.

Para Iamamoto, "é preciso salientar a importância da família como um espaço de socialização, proteção, reprodução e formação dos indivíduos" (Iamamoto, 2004, p. 265). Também é importante reconhecer, conforme a autora, que a família é a "responsável pelo cultivo da sociabilidade e das relações de reciprocidade, permitindo forjar identidades, projetos e histórias de vida" (Iamamoto, 2004, p. 266) de seus componentes. E quando estas relações e sociabilidades se encontram fragilizadas, ocorre o que alguns autores chamam de desenraizamento. Significa que "a fragilidade dos laços familiares atinge importantes raízes da vida dos indivíduos sociais" (Iamamoto, 2004, p. 266), desenraizando-os socialmente e abrindo lacunas para a adoção de comportamentos de risco, como o uso de substâncias psicoativas, por exemplo. Para esclarecer melhor o que significa esse desenraizamento de que fala Iamamoto, busca-se em Weil o conceito do que seja o enraizamento. Para Weil,

> O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade, que conserva vivos os tesouros do passado e outros pertencentes futuros. Participação natural, que vem automaticamente do lugar do nascimento, profissão, ambiente. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber quase que a totalidade de sua vida moral, intelectual e espiritual por intermédio dos meios ambientes de que faz parte (Weil, 1979, p. 349).

Significa, segundo Iamamoto, que o enraizamento,

> [...] envolve o estreitamento dos laços de convívio familiar, de vizinhanças, de grupos de amizade; a efetiva participação na vida coletiva, o reconhecimento das expressões culturais e das identidades, entre outras dimensões. Enfim, requer considerar as relações sociais que moldam um tipo de socialização, investindo no combate a todo tipo de preconceitos,

> violências e desigualdades impeditivas da afirmação da criança e do adolescente enquanto sujeitos de direitos (Iamamoto, 2004, p. 265).

Para se pensar a prevenção para um público que articula a prevenção a partir da dimensão positiva do não uso de substâncias psicoativas torna-se imprescindível, segundo este público, "*Rever a metodologia dos programas de prevenção nas escolas".*

Para alguns dos adolescentes participantes da Roda de Conversa "*O Proerd foi gatilho para curiosidade e não para prevenção*" – dada a idade dos estudantes que cursam (no caso citado, o 6º ano). "*A pessoa que fez o programa falava sobre o que acontece com a pessoa que usa um tipo de droga. Despertava a curiosidade e a vontade de usar*".

O Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) foi implantado nos Estados Unidos (Stein, 2015) e importado pelo Brasil para ser usado nas escolas.

Como dito, o Brasil importou programas de prevenção às drogas dos EUA. Segundo Tatmatsu, Siqueira e Del Prette (2020, p. 05)

> A partir de 2013, porém, por iniciativa do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC) e em parceria com os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela SENAD, três programas originalmente desenvolvidos nos Estados Unidos estão sendo validados para o Brasil, como parte do pacote de exportação da "Guerra às Drogas" estadunidense: o jogo Elos, o #Tamojunto e o Famílias Fortes.

Além do Elos, #Tamojunto e Famílias Fortes, o Proerd é outro programa adotado dos EUA para o Brasil. O "PROERD hoje é o programa escolar de prevenção com maior capilaridade nas escolas brasileiras" (Valente *et al*., 2022, p. 4187).

O nome Proerd procede de DARE-kiR, *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) que significa "'Caindo na Real' e vem sendo aplicado por policiais treinados em escolas públicas e privadas no formato de dez aulas semanais" (Valente *et al.,* 2022, p. 4176). O Dare está conectado com o Keepin' it Real (kiR).

> O Keepin' it REAL (kiR) é um exemplo de programa de prevenção escolar baseado em evidências científicas sensível a narrativa cultural do ambiente, sendo alicerçado na promoção de normas antidrogas, ensino de habilidades de resistência (recusar, explicar, evitar e sair), tomada de decisão, além de outras habilidades sociais (Valente *et al.,* 2022, p. 4176).

O kiR, criado por pesquisadores da Universidade da Pensilvânia, possui uma base teórica com uma série de construtos psicossociais que também regem o Dare ou como é conhecido no Brasil, o Proerd:

> 1 - teoria do engajamento narrativo , que destaca a importância da comunicação de narrativas pessoais em mensagens preventivas sobre drogas;
>
> 2 - teoria da fundamentação cultural, que defende que as mensagens preventivas devem ser informadas pela cultura da população-alvo 5 ;
>
> 3 - teoria da aprendizagem social e emocional, uma teoria que ajuda as crianças a compreenderem melhor seus sentimentos e demonstrarem empatia pelos outros 6 ; e
>
> 4 - teoria das crenças normativas para o não uso de drogas, que sugere a importância de envolver os adolescentes para pensar criticamente sobre suas percepções acerca da aprovação do uso de drogas (Valente *et al.,* 2022, p. 4176).

Conforme Valente *et al.* (2022), em outros países o programa é aplicado por professores, somente no Brasil ele é aplicado por policiais. Embora foram encontradas pelos autores 17 versões do programa voltadas a diversas faixa-etárias, no Brasil o Proerd "[...] tem atividades guiadas pelo manual do aluno e do instrutor e também conta com dois currículos: para alunos de 5º e 7º ano do ensino fundamental" (Valente *et al.,* 2022, p. 4176).

Com o avanço das preocupações na perspectiva da redução de riscos e danos no Brasil, "Amplia-se o espectro de proposições para a prevenção em relação a drogas num terreno em que esta não se confunde com abstinência" (Caron e Machado, 2021, p. 03) e que tenha relação, não com "prevenção do uso de drogas, mas da prevenção de condições produtoras de danos e do favorecimento de outros horizontes e processos de subjetivação".

Neste campo, conforme Caron e Machado (2021, p. 03), "destacam-se os programas escolares na infância e adolescência que propõem a ampliação de habilidades relacionais pessoais e sociais em articulação com ações que incluem pais e comunidade". É a isto que os adolescentes acolhidos no Cerene se reportaram, quando falaram em *"Fazer programas de prevenção sem falar em drogas – trabalhar valores, temas ou outras coisas e não falar sobre a droga".*

Também denunciaram o "*Uso de drogas em baladas com adolescentes participando*" e colocaram da importância em – *"Fiscalizar eventos municipais (ver alvarás, ver idade dos que podem participar e se tem responsáveis junto)".*

Considerando a proteção necessária e legal deste público, o poder público não pode se eximir deste trabalho de fiscalização, quando há eventual contato e denúncias de uso de drogas por crianças e adolescentes, independente do local que isto acontece.

Os adolescentes também referiram que "*Comunidades pobres não têm espaços para esportes e lazer. Adolescentes ficam sem saber o que fazer na comunidade*" e sugerem "*Criar espaços em comunidades pobres – com ações na área de esportes, artes etc".* Esse tema já foi levantado e discutido nas oficinas anteriores.

No Eixo do Tratamento, Cuidado e Reinserção Social, ao se referir ao tratamento com a fala "*depois do tratamento - falaram em fazer a "fuga geográfica*". Para os adolescentes, é preciso *"Trabalhar a reinserção social nos serviços municipais (CT, caps...) para que os adolescentes possam voltar para lugares seguros depois do tratamento".*

Nas falas dos adolescentes acolhidos, o tratamento está conectado diretamente com a Reinserção, posto que o retorno ao lugar de onde vieram é uma das grandes preocupações.

Um dos adolescentes relatou o montante que recebia semanalmente com o tráfico de substâncias psicoativas. Após diálogo sobre a questão e sobre o valor que somava 7 mil reais por mês, o coordenador da Roda de Conversa perguntou se os adolescentes já haviam refletido sobre o fato de ao saírem do tratamento e se inserirem no trabalho formal receberem um valor mensal de um salário mínimo. Houve um silêncio profundo após a pergunta e os olhares dos adolescentes se cruzaram denunciando a surpresa da pergunta e que até o momento ainda não haviam se dado conta desse fato. Após o período de silêncio um dos adolescentes respondeu baixinho: "*sim, se eu quiser mudar".*

No **Cuidado**, elencou-se como problema a necessidade de *"Elaborar programas de prevenção e cuidado a partir da realidade local (falaram da pobreza e das comunidades pobres onde os adolescentes sai da porta de casa direto para os braços do tráfico porque não tem nada para ele fazer na comunidade (citaram praças, esportes, lazer etc.)".*

Colocou-se que é *"Pensar programas que ocupem os adolescentes e os preparem para o trabalho",* bem como *"Fortalecer projetos que incentivem o trabalho – jovem aprendiz".*

Na **Reinserção Social** os acolhidos do Cerene citaram a necessidade de *"Criar e divulgar programas municipais de incentivo aos estudos"* e realizar *"Programas de incentivo ao trabalho e estudos nas comunidades pobres".*

Na **Redução da Oferta** elegeu-se como proposta *"Criar programas para reduzir o consumo de drogas no município – focar no usuário (se não tiver consumo não tem tráfico)", bem como "Reduzir a presença do menor de idade na rua por meio de ações com artes, música, esportes e outras atividades que os adolescentes gostam".*

Na **Pesquisa e Avaliação** os acolhidos do Cerene colocaram que é preciso *"Traduzir os resultados das pesquisas para a linguagem dos adolescentes e dos pais".*

No **Eixo da Governança, Gestão e Integração** não foram elencados problemas e propostas.

2.2.2.5 Oficina de Roda de Conversa Usuários Grupos de Apoio Cruz Azul

No dia 11 de março de 2022 com início às 14h00 ocorreu a oficina com usuários com grupos de apoio na Cruz Azul no Brasil, na sede da Entidade.

Foram identificados e inseridos os problemas e soluções conforme matriz abaixo:

Figura 23 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Grupos Cruz Azul

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Grupos de Apoio Cruz Azul no Brasil- Data: 11/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- Internet é canal de propaganda de drogas – o acesso, apesar dos bloqueios dos pais ou responsáveis, é muito fácil – própria internet dribla os bloqueios;	- Escolas terem um consultor de TI para informar dos perigos da internet;
	– Celular é um instrumento de acesso rápido à propaganda de drogas lícitas;	– Orientação aos pais dos controles de bloqueios e monitoramentos dos computadores e dispositivos móveis;
	– Crianças do contexto de dependência química tem muita dificuldade em não incorrer no uso – famílias não protetivas;	– Estimular, por meio de orientação para os pais, famílias protetivas;
	- Não há programa proativo que venha na agenda das escolas sobre o assunto - escola infantil e fundamental – não há conteúdo sobre prevenção na escola. O conhecimento dos filhos vem pela vivência dos pais;	– Escola fazer prevenção às drogas como faz em relação a outros temas transversais – prevenção às drogas deve ser contínua; – Criar material de prevenção para as escolas do município tanto fundamental I e II, Ensino Médio – respeitando as especificidades da idade;
	- Professores não têm conhecimento sobre dependência química para fazer prevenção e atender casos que possam surgir;	– Professores devem receber conhecimento para fazer prevenção com as crianças;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Grupos de Apoio Cruz Azul no Brasil- Data: 11/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
	– Não tem outros projetos de prevenção nas escolas a exemplo do PROERD que impactou positivamente para a prevenção - estimulou diálogos em família sobre o assunto;	– Mais projetos de prevenção nas escolas similares ao PROERD;
	- Pais não falam sobre prevenção às drogas em casa;	– Município usar as APPs das escolas para orientar os pais a falarem sobre prevenção;
	- A proposta para o uso está na rua – filho vai comprar pão na padaria e há cerveja e tabaco em exposição. Narguilé também está liberada nas calçadas da cidade;	– Lei municipal que proíba o uso aberto de Narguile e a exposição aberta de bebidas alcoólicas e tabaco nos supermercados e outros comércios e conveniências onde esses produtos são vendidos e ao mesmo tempo frequentados por crianças e adolescentes;
Tratamento		
Cuidado	- Grupos de Apoio existentes no município não dão conta da demanda ou não são divulgados, explorados;	– Blumenau apoiar essa ferramenta e divulgar nos meios de comunicação oficiais essa proposta que já comprovou efetividade;
	- A espiritualidade nos grupos de apoio é, muitas vezes, contestada no município, mas a nossa experiência mostra que é uma ferramenta essencial para a manutenção da sobriedade – a OMS reconhece a espiritualidade, hospitais tem capelania, mas para dependentes químicos ela é contestada. Percebe-se que ela é usada só em momentos de risco de morte;	– Município aceitar e estimular a espiritualidade como ferramenta de atenção, cuidado e apoio em grupos de apoio, na prevenção, recuperação etc;
Reinserção	Sem sugestão.	Sem sugestão.
Redução da Oferta	Sem sugestão.	Sem sugestão.
Pesquisa e Análise	Sem sugestão.	Sem sugestão.
Governança Gestão Integração	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa empírica (2022)

No **Eixo da Prevenção** os usuários dos Grupos de Apoio da Cruz Azul em Blumenau colocaram que a*"Internet é canal de propaganda de drogas – o acesso, apesar dos bloqueios dos*

pais ou responsáveis, é muito fácil – a própria internet dribla os bloqueios". Sugeriram as *"Escolas terem um consultor de TI para informar dos perigos da internet".* Na percepção dos usuários dos grupos de apoio da Cruz Azul *"Celular é um instrumento de acesso rápido à propaganda de drogas lícitas"* e, conforme colocaram deveria haver *"Orientação aos pais dos controles de bloqueios e monitoramentos dos computadores e dispositivos móveis".*

> As redes sociais frequentemente são apontadas como fator potencialmente de risco e/ou proteção para o uso de drogas e/ou substâncias psicoativas. Como fator potencialmente de risco entende-se condições e/ou circunstâncias que deixam o sujeito mais vulnerável aos problemas relacionados ao uso de drogas; por outro lado, como fator potencialmente de proteção está o conjunto de condições para que o sujeito, mesmo tendo contato com a droga, consiga se proteger e não fazer o uso prejudicial (Borges, 2017, p. 405).

Também colocaram que *"Crianças do contexto de dependência química têm muita dificuldade em não incorrer no uso – famílias não protetivas"*. Como proposta, colocaram que há a necessidade de *"Estimular, por meio de orientação para os pais, famílias protetivas"*. Neste sentido, conforme Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 61),

> [...] percebe-se que os familiares sentem-se, muitas vezes, fragilizados no sentido de criar estratégias de acompanhamento e cuidados, não percebendo ou desconsiderando ameaças potenciais ou reais de uso abusivo de substâncias por parte dos jovens. No segundo caso, percebe-se potência protetiva quando os familiares reconhecem que o uso abusivo pode acontecer em momentos de lazer e criam estratégias de monitoramento dos filhos, prevendo ações educativas centradas na construção da autonomia e direito de escolha. Isto favorece a percepção e a valorização dos jovens quanto à convivência com familiares como espaço de lazer e diversão, promovendo a integração familiar.

Conforme Sebenello, Kleba e Keitel (2016, p. 61),

> De forma expressiva, a preocupação de familiares com as práticas de lazer dos filhos, bem como sua clareza sobre a importância destas para seu desenvolvimento saudável reflete potência para seu envolvimento no debate sobre lazer e risco, bem como para ações de parceria na comunidade. Este potencial pode ser fortalecido pelos profissionais à medida que mobilizem familiares, comunidade e poder público em diálogo com os jovens na busca de alternativas conjuntas em prol da construção e manutenção de espaços para o encontro com amigos como prática protetiva. Além disso, o maior engajamento desses segmentos favorece a reivindicação e a construção de políticas afirmativas de práticas de lazer na comunidade.

Sobre a questão da prevenção na escola, os participante da roda de conversa colocaram que *"Não há programa proativo que venha na agenda das escolas sobre o assunto - escola infantil e fundamental"* e que a Escola deveria *"fazer prevenção às drogas como faz em relação a outros temas*

transversais – prevenção às drogas deve ser contínua". Relataram que *"não há conteúdo sobre prevenção na escola. O conhecimento dos filhos vem pela vivência dos pais"* e que é urgente *"Criar material de prevenção para as escolas do município tanto fundamental I e II, Ensino Médio – respeitando as especificidades da idade".*

Também os docentes entraram nas preocupações que os usuários dos grupos de apoio da Cruz Azul em Blumenau manifestaram. Conforme relato, *"Professores não têm conhecimento sobre dependência química para fazer prevenção e atender casos que possam surgir".* Nas oficinas anteriores já consta que *"Professores devem receber conhecimento para fazer prevenção com as crianças".* Não se propõe ou se afirma, que os professores precisam fazer ações de prevenção e fazer atendimento de alunos com problemas associados ao uso de álcool e outras drogas, ou num contexto de uso familiar. Mas dos mesmos terem orientações de como o tema prevenção pode ser tratado nas atividades normais dos docentes, nos conteúdos ministrados, e como fazer o encaminhamento dos casos, com o auxílio da direção da escola e da rede de serviços.

Na percepção dos participantes da Roda de Conversa, *"Não tem outros projetos de prevenção nas escolas, a exemplo do Proerd que impactou positivamente para a prevenção - estimulou diálogos em família sobre o assunto". Sobre o Proerd, já constam dados em outras oficinas, pois o relato é recorrente. Para os participantes da Roda, necessita-se de "Mais projetos de prevenção nas escolas similares ao Proerd".*

Segundo relato na oficina os *"Pais não falam sobre prevenção às drogas em casa"* e na percepção de cada um, *"Município usar as APPs das escolas para orientar os pais a falarem sobre prevenção".* Segundo afirmaram, *"A proposta para o uso está na rua – filho vai comprar pão na padaria e há cerveja e tabaco em exposição. Narguilé também está liberada nas calçadas da cidade".* Para os usuários dos grupos de apoio da Cruz Azul deveria haver uma *"Lei municipal que proíba o uso aberto de Narguilé e a exposição aberta de bebidas alcoólicas e tabaco nos supermercados e outros comércios e conveniências onde esses produtos são vendidos e ao mesmo tempo frequentados por crianças e adolescentes".*

Sobre a divulgação dos serviços há duas situações. A primeira é que alguns *"Grupos de Apoio existentes no município não dão conta da demanda"* e a segunda é que alguns *"não são divulgados, explorados".* A rede de grupos de apoio de Blumenau não é conhecida. Só a Cruz Azul possui 07 grupos de apoio para adultos em Blumenau. Segundo relato na oficina, o município de *Blumenau (deveria) apoiar essa ferramenta e divulgar nos meios de comunicação oficiais essa proposta que já comprovou efetividade".*

Os presentes à oficina também falaram sobre *"A espiritualidade nos grupos de apoio"*. Colocaram que essa *"é, muitas vezes, contestada no município"*. No entanto, relataram *"a nossa experiência mostra que é uma ferramenta essencial para a manutenção da sobriedade – a OMS reconhece a espiritualidade, hospitais tem capelania, mas para dependentes químicos ela é contestada. Percebe-se que ela é usada só em momentos de risco de morte"*. Para eles o "*Município (deveria) aceitar e estimular a espiritualidade como ferramenta de atenção, cuidado e apoio em grupos de apoio, na prevenção, recuperação etc"*.

Não houveram problemas elencados e nem propostas no Tratamento, na Reinserção Social, no Eixo da Redução de Oferta, Eixo da Pesquisa e Avaliação, Eixo da Governança, Gestão e Integração.

2.2.2.6 Oficina de Roda de Conversa Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social

No dia 19 de março de 2022, com início às 10h15m foi realizada a Oficina a fim de ouvir dos usuários do Amblu - Abrigo Municipal de Blumenau (acolhe pessoas em situação de rua), Centro Pop (Centro de referência especializado para a população em situação de rua) e serviço de Abordagem Social (serviço de busca das pessoas em situação de rua, com a oferta de serviços da rede, como abrigo e atendimentos do Centro POP), os problemas e as possíveis soluções, conforme matriz problema-solução.

Figura 24 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social - Data: 14/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- Faltam programas de prevenção – muitos não tiveram prevenção;	- Criar programa de prevenção na escola – para todas as fases;
	- Influência de amigos que leva ao uso;	– Pensar em programas de prevenção para comunidades para que as crianças e adolescentes não abram a porta e caiam nos braços do tráfico;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social - Data: 14/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Tratamento	- Família não apoia o tratamento do usuário;	- Programas de incentivo familiar e social para apoio no tratamento;
	– Usuário de drogas precisa de tratamento e não cadeia;	- Encaminhar usuários que cometem crimes para tratamento e não enviar para a cadeia – cadeia tem droga dentro e é lugar de aprender mais pro crime;
	– A forma de tratamento da polícia com o usuário é o mesmo que se dá ao bandido;	– Polícia mudar – não tratar usuário como bandido;
	As pessoas são tratadas de forma geral, mas cada pessoa deve ser tratada de forma individual;	- No tratamento, cada pessoa deve ser tratada de forma individual;
Cuidado	Não há apoio familiar para quem sai do tratamento – "famílias tem vergonha do familiar alcoólico, por exemplo";	Programas de Apoio familiar após o tratamento - preparar a família para receber quem sai do tratamento;
	– "Se não tiver fé em Deus o usuário não consegue ficar sem a droga';	– Incentivar a fé em Deus para ajudar o usuário na busca da sobriedade;
	– Não há ocupação para quem está no abrigo (AMBLU) – "ficamos o dia inteiro sem fazer nada olhando um para a cara do outro";	– Criar ocupação para os que moram no abrigo (AMBLU) – "pode até ser palestras educativas";
	– Faltam trabalhadores no abrigo (AMBLU);	Contratar mais trabalhadores para o abrigo (AMBLU);
	– A maioria dos que estão no abrigo não terminaram o ensino médio ou fundamental;	– Continuidade do estudo para quem está/mora no abrigo;
Reinserção Social	– Dependente químico que saem da reinserção precisa estímulo para permanecer sóbrio;	–Projetos de apoio para quem sai da reinserção;
	– Quem sai do tratamento numa Comunidade Terapêutica ou outro lugar não tem para onde ir;	– Ter um lugar parecido com o abrigo para receber quem sai do tratamento;
	– Quem passa pelo tratamento precisa ter ocupação e trabalho após o tratamento;	- Criar um serviço de ocupação e trabalho para quem sai do tratamento, do abrigo – ajuda a manter a sobriedade; – Formar uma cooperativa de trabalho, com almoço, para quem está no abrigo, sai do tratamento em Comunidade Terapêutica ou da reinserção;
Redução da Oferta	– "Polícia sabe e não faz nada";	- Investigar porque o tráfico continua ocorrendo nos mesmos lugares de sempre;
	- Polícia só combate o tráfico quando o usuário está roubando;	- Polícia deve combater o tráfico sempre;
	– "Sistema dos presídios é falido" – entram drogas dentro do presídio;	- Trabalhar para que as drogas não entrem nos presídios;
Pesquisa e Análise	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Amblu, Centro Pop e Abordagem Social - Data: 14/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Governança Gestão Integração	Sem sugestão.	Sem sugestão.
	Sem sugestão.	Sem sugestão.
	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa empírica (2022)

No **Eixo da Prevenção** os usuários do Amblu, Centro Pop e Abordagem Social relataram que no município de Blumenau, "Faltam programas de prevenção (e que) muitos não tiveram prevenção" . Por isso, os usuários sugeriram "Criar programa de prevenção na escola – para todas as fases". Considerando, principalmente, que os adolescentes e os jovens usam drogas, muitas vezes, - *"Influência de amigos que leva ao uso".* Neste sentido, na percepção dos usuários desses serviços, é preciso *"Pensar em programas de prevenção para comunidades para que as crianças e adolescentes não abram a porta e caiam nos braços do tráfico".*

No Tratamento, relataram o problema encontrado por eles no cotidiano do dia. A *"Família não apoia o tratamento do usuário"* e, portanto, necessitam de "*Programas de incentivo familiar e social para apoio no tratamento".* Há que se considerar que muitas famílias de dependentes químicos são consideradas codependentes e não sabem ou não conseguem agir de forma diferente da que estão agindo. Conforme Avila (2020, p. 04),

> O codependente é aquela pessoa que sempre faz mais do que os outros pedem; antecipa os desejos dos outros e abre mão dos seus facilmente; se chateia quando os outros não fazem o mesmo por ele (a); se sacrifica e procura sempre salvar o outro de seus problemas; tem dificuldades em reconhecer seus próprios sentimentos; não controla a própria vida e dedica tempo para controlar a do outro, quase sempre com atitudes inadequadas, exageradas e intrusas; faz coisas que não quer ou que cabem ao outro fazer; diz sim quando queria dizer não e tem dificuldade em viver a própria vida..

Quanto ao dependente químico, os usuários dos serviços em questão manifestaram as dificuldades em entender que a pessoa que faz uso de uma substância psicoativa e comete algum

delito ou crime necessita de ajuda, de tratamento. Conforme relato, o dependente químico *"Usuário de drogas precisa de tratamento e não cadeia".* Para tanto, sugeriram incluir no Plano a proposta de *"Encaminhar usuários que cometem crimes para tratamento e não enviar para a cadeia – cadeia tem droga dentro e é lugar de aprender mais pro crime".* Quando da discussão deste tema reclamaram que *"A forma de tratamento da polícia com o usuário é o mesmo que se dá ao bandido"* e que a *"Polícia* (precisa) *mudar – não tratar usuário* (de substâncias psicoativas) *como bandido".* Nesta oficina houveram vários momentos de silêncio após a fala dos participantes da oficina, posto que todos faziam relatos a partir de suas próprias vivências e, muitas vezes, a lágrima beirava os olhos em meio às falas. *"As pessoas são tratadas de forma geral, mas cada pessoa deve ser tratada de forma individual",* mas *"No tratamento, cada pessoa deve ser tratada de forma individual".*

No Cuidado, citou-se que "*Não há apoio familiar para quem sai do tratamento"* e que as *"famílias têm vergonha do familiar alcoólico".* Solicitaram incluir no Plano *"Programas de Apoio familiar após o tratamento - preparar a família para receber quem sai do tratamento".*

Os presentes à oficina discorreram também sobre a espiritualidade, tema já abordado em oficinas anteriores. Quanto ao relato, *"Se não tiver fé em Deus o usuário não consegue ficar sem a droga".* Grande parte dos presentes concordou e decidiram incluir uma proposta no Plano que tratasse de *"Incentivar a fé em Deus para ajudar o usuário na busca da sobriedade".*

Outra preocupação é que *"Não há ocupação para quem está no abrigo (Amblu)".* Conforme relato de um deles: *"ficamos o dia inteiro sem fazer nada olhando um para a cara do outro"* e esse fato incomoda. Na percepção dos presentes a coordenação deveria *"Criar ocupação para os que moram no abrigo" (Amblu) – "pode até ser palestras educativas"".* Por outro lado, apesar de não envolver os usuários nas atividades do cotidiano do abrigo municipal, *"Faltam trabalhadores no abrigo (Amblu)"* e o Estado deveria, no entender dos presentes, *"Contratar mais trabalhadores para o abrigo (Amblu)".*

Sobre estudos, *"A maioria dos que estão no abrigo não terminaram o ensino médio ou fundamental"* e desejam a *"Continuidade do estudo para quem está/mora no abrigo".*

Quando se trata da Reinserção Social os usuários do Amblu, Centro Pop e Abordagem Social colocaram que o *"Dependente químico que sai da reinserção precisa estímulo para permanecer sóbrio"* e que *"Projetos de apoio para quem sai da reinserção"* deveriam ser estimulados. Para eles*, "Quem sai do tratamento numa Comunidade Terapêutica ou outro lugar não tem para onde ir"* e necessita *"Ter um lugar parecido com o abrigo para receber quem sai do tratamento".*

Conforme o relato, *"Quem passa pelo tratamento precisa ter ocupação e trabalho após o tratamento"*. Neste sentido, os presentes veem a necessidade de se *"Criar um serviço de ocupação e trabalho para quem sai do tratamento, do abrigo – ajuda a manter a sobriedade"*. Alguns sugeriram *"Formar uma cooperativa de trabalho, com almoço"*, pois *"para quem está no abrigo, sai do tratamento em Comunidade Terapêutica ou da reinserção"*.

Sobre a Redução da Oferta colocaram que a *"Polícia sabe e não faz nada"*. Para eles a polícia precisa *"Investigar porque o tráfico continua ocorrendo nos mesmos lugares de sempre"*. *Como respostas às próprias reflexões foi relatado que a "Polícia só combate o tráfico quando o usuário está roubando"*, mas que no seu entender a *"Polícia deve combater o tráfico sempre"*.

Sobre os Sistema Prisional colocaram que o *"Sistema dos presídios é falido"*, pois *"entram drogas dentro do presídio"*. No entender há que se *"Trabalhar para que as drogas não entrem nos presídios"*.

2.2.2.7 Oficina de Roda de Conversa Usuários CAPSad

No dia 25 de março de 2022, com início às 10h30 nas dependências do CAPsAd onde participaram ainda alguns familiares de usuários. Os presentes elencaram problemas e soluções que se encontram descritos na Matriz Problema-Solução.

Figura 25 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuários CAPSad

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários CAPS ad - Rua Hermann Hering, 766 - Bairro: Bom Retiro, Blumenau, SC - Data: 25/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
	- Adolescentes não tem ocupação – é mais fácil usar a droga;	- Ações de prevenção com esporte, pintura e outras atividades;
	- Prevenção está na grade curricular, mas não acontece na Escola;	- Fazer prevenção na Escola;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários CAPS ad - Rua Hermann Hering, 766 - Bairro: Bom Retiro, Blumenau, SC - Data: 25/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- Bebidas alcoólicas estão nas prateleiras mais bonitas dos supermercados;	- Lugar de exposição da bebida alcoólica deveria ser o mais escondido nas conveniências e supermercados; - Venda de bebidas alcoólicas com sacos pardos;
	- Cola de sapateiro tem controle de compra – álcool não tem.	- Controle da venda do álcool como ocorre com a cola de sapateiro – deixar a identidade para saber quanto aquela pessoa está consumindo;
Tratamento	- Dependência causa destruição no usuário;	- Prevenção para não chegar na situação de dependência;
	- Demora no atendimento em alguns serviços – usuário precisa esperar muito entre um atendimento e outro;	- Agilidade no atendimento do dependente químico para evitar recaídas entre um atendimento e outro;
	- SAMU, AG e ESF não tem especialista para atender - precisaria ter um atendimento específico para dependentes químicos;	- Atendimento específico para dependentes de álcool e outras drogas no SAMU, AG e ESF;
	- Nem sempre tem o medicamento receitado disponibilizado no município;	- Disponibilização de medicamentos para o tratamento de alcoolistas e dependentes de outras substâncias;
Cuidado	- Crianças convivem em contextos de uso;	- Estimular o diálogo sobre uso de drogas na família;
	- Família não acredita na recuperação – dependente químico está sozinho;	- Serviços de atendimento estimularem a inserção da família no processo de tratamento;
	- Família também precisa de cuidado;	- Trabalhar a inserção da família na rede de apoio;
	- Família não sabe que é doença – a família adoece mais do que o dependente;	- Cuidar também da família no processo de tratamento do dependente químico;
	- Não se conta com as igrejas e a espiritualidade no tratamento;	- Tem igrejas em Blumenau que ajudam dependentes químicos e sua família – espiritualidade faz bem para o dependente químico se manter seguro;
Reinserção	- Firmas não aceitam aposentados – falaram de ocupação como prevenção;	- Empresas poderiam contratar aposentados, treinar para que pudessem trabalhar mais alguns anos;
	- Não há conhecimento das políticas públicas de reinserção social no município;	- Divulgar informações de políticas públicas de reinserção social no município;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários CAPS ad - Rua Hermann Hering, 766 - Bairro: Bom Retiro, Blumenau, SC - Data: 25/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Social	- Muitas empresas não têm ambientes seguros (manter sobriedade) para contratar dependentes químicos - trabalhos para dependentes químicos são geralmente pesados, cansativos e num ambiente não seguro para manter a sobriedade;	- Parcerias mais forte com empresas para contratar dependentes químicos em ambientes seguros;
	- Deveria ter uma cota de contratação para dependentes químicos como é para os deficientes – empresa receber incentivo fiscal para contratar dependentes químicos em recuperação;	- Incentivos fiscais para empresas que contratam dependentes químicos;
Redução da Oferta	- Hoje entregam droga em casa, de moto, a hora que quiser;	- Diminuir a oferta – atuar preventivamente;
	- Álcool é barato – de fácil acesso. Mais barato do que um litro de leite;	- Aumentar o preço da bebida alcoólica diminui o consumo e a confusão;
	- Não é só a polícia militar que vai resolver;	- Envolver a sociedade como um todo, ter mais conscientização na comunidade;
	- Usuário é visto como um criminoso;	- Ir ao encontro do usuário, tratar com sensibilização, com cuidado - sem preconceito;
	- Crimes relacionados ao uso – houve uma mudança no tipo de drogas usadas. Antigamente usavam, mas não roubavam. Cocaína era cara antigamente. Hoje a cocaína tem menos qualidade e é mais barata para que os que têm menos renda terem acesso. O traficante tem armas mais poderosas do que a polícia;	- Aumentar o policiamento e dar armas melhores para o policial; - Postos policiais estratégicos em áreas de tráfico;
	- Serviço da polícia não deve ser banalizado – usuário de drogas ilícitas está cometendo um crime;	- Polícia deve ser mais rigorosa com o usuário de drogas ilícitas;
	- Policiais pegam dos usuários o que eles têm – pedágio;	
Pesquisa e Análise	Sem sugestão.	Sem sugestão.
	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários CAPS ad - Rua Hermann Hering, 766 - Bairro: Bom Retiro, Blumenau, SC - Data: 25/03/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Governança Gestão Integração	Sem sugestão.	Sem sugestão.
	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa empírica (2022)

Conforme os participantes da oficina no CAPSaD, os *"Adolescentes não tem ocupação"* e é *"mais fácil usar a droga"*. *"Ações de prevenção com esporte, pintura e outras atividades"*. O CAPS compõe a RAPS. Conforme SM (*s/d, online*),

> [...] a RAPS se encontra ou está presente
> Na Atenção Básica
> • Unidade Básica de Saúde;
> • Núcleo de Apoio a Saúde da Família;
> • Consultório de Rua;
> • Apoio aos Serviços do componente Atenção Residencial de Caráter Transitório;
> • Centros de Convivência e Cultura. Atenção Psicossocial Estratégica
> • Centros de Atenção Psicossocial nas suas diferentes modalidades. Atenção de Urgência e Emergência
> • SAMU 192;
> • Sala de Estabilização;
> • UPA 24 horas e portas hospitalares de atenção à urgência /pronto socorro, Unidades Básicas de Saúde. Atenção Residencial de Caráter Transitório
> • Unidade de Acolhimento;
> • Serviço de Atenção em Regime Residencial. Atenção Hospitalar
> • Enfermaria especializada em hospital geral;
> • Serviço Hospitalar de Referência (SHR) para Atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas. Estratégia de Desinstitucionalização
> • Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT);
> • Programa de Volta para Casa (PVC);
> • Estratégias de Reabilitação Psicossocial;
> • Comunidades Terapêuticas;
> • Iniciativas de Geração de Trabalho e Renda;
> • Empreendimentos Solidários e Cooperativas Sociais.

Para os usuários do CAPSad, *a "Prevenção está na grade curricular, mas não acontece na Escola",* no entanto*, deveria ocorrer"*

Em se tratando de prevenção, os usuários do CAPSad colocaram que *as bebidas alcoólicas estão nas prateleiras mais bonitas dos supermercados",* mas que o *"Lugar de exposição da bebida alcoólica deveria ser o mais escondido nas conveniências e supermercados"* e que esse tipo de substância deveria ser vendid*a embrulhadas em "sacos de papel pardo".*

Fizeram uma comparação entre o álcool e a cola de sapateiro. Colocaram que a *"Cola de sapateiro tem controle de compra – álcool não tem".* Sugeriram que haja no município o *" Controle da venda do álcool como ocorre com a cola de sapateiro – deixar a identidade para saber quanto aquela pessoa está consumindo".* Conforme relato, a*"Dependência causa destruição no usuário"* e é necessário a *"Prevenção para não chegar na situação de dependência".*

No que tange ao Tratamento, relataram *"Demora no atendimento em alguns serviços"*, colocando que o *"usuário precisa esperar muito entre um atendimento e outro*". Há a necessidade de *"Agilidade no atendimento do dependente químico para evitar recaídas entre um atendimento e outro".*

Conforme afirmaram, *"SAMU, AG e ESF não tem especialista para atender - precisaria ter um atendimento específico para dependentes químicos". C*olocaram como proposta o *"Atendimento específico para dependentes de álcool e outras drogas no SAMU, AG e ESF".* E fizeram uma reclamação de que *"Nem sempre tem o medicamento receitado disponibilizado no município";- "Disponibilização de medicamentos para o tratamento de alcoolistas e dependentes de outras substâncias".*

Sobre o cuidado, explicitaram que *"Crianças convivem em contextos de uso"* e que há a necessidade de *"Estimular o diálogo sobre uso de drogas na família".*

Sobre a família e sua relação com a dependência química relataram que *a "Família não acredita na recuperação – dependente químico está sozinho e que os "Serviços de atendimento" deveriam estimular "a inserção da família no processo de tratamento".* Conforme os participantes da oficina a *"Família também precisa de cuidado".* Neste sentido, conforme o relato na pesquisa empírica, precisamos *"Trabalhar a inserção da família na rede de apoio", pois a "Família não sabe que (a dependência de SPA) é doença – (e que) a família adoece mais do que o dependente. "Cuidar também da família no processo de tratamento do dependente químico".*

Alguns usuários do CAPSad, colocaram que no CAPS *"Não se conta com as igrejas e a espiritualidade no tratamento.* Conforme o relato *"Tem igrejas em Blumenau que ajudam*

dependentes químicos e sua família – espiritualidade faz bem para o dependente químico se manter seguro". A espiritualidade já foi discutida nas oficinas anteriores.

Sobre a **Reinserção Social**, foi citado que *"Firmas não aceitam aposentados" – falaram de ocupação como prevenção"*, mas lembraram que há preconceito e que muitas empresas não aceitam *Empresas poderiam contratar aposentados, treinar para que pudessem trabalhar mais alguns anos". "Muitas empresas não têm ambientes seguros (manter sobriedade) para contratar dependentes químicos" - trabalhos para dependentes químicos são geralmente pesados, cansativos e num ambiente não seguro para manter a sobriedade;- "Parcerias mais fortes com empresas para contratar dependentes químicos em ambientes seguros".*

Segundo os usuários, *"Deveria ter uma cota de contratação para dependentes químicos como é para os deficientes – empresa receber incentivo fiscal para contratar dependentes químicos em recuperação".* Elencaram como proposta *"Incentivos fiscais para empresas que contratam dependentes químicos".* A questão dos incentivos fiscais já foi tratada anteriormente neste documento. Conforme relato, por ocasião da oficina, *"Não há conhecimento das políticas públicas de reinserção social no município"* e há urgência em *"Divulgar informações de políticas públicas de reinserção social no município".*

No que diz respeito a **Redução de Oferta,** *"Hoje entregam droga em casa, de moto, a hora que quiser". Significa* que é preciso *"Diminuir a oferta (e) atuar preventivamente".* Os presentes à oficina lembraram que *o "Álcool é barato – de fácil acesso. Mais barato do que um litro de leite" e que "Aumentar o preço da bebida alcoólica diminui o consumo e a confusão".*

Neste eixo entraram as discussões sobre os crimes relacionados ao uso. Referente aos *Crimes relacionados ao uso – houve uma mudança no tipo de drogas usadas. Antigamente usavam, mas não roubavam. Cocaína era cara antigamente. Hoje a cocaína tem menos qualidade e é mais barata para os que têm menos renda terem acesso. O traficante tem armas mais poderosas do que a polícia";-"Aumentar o policiamento e dar armas melhores para o policial".* Conforme afirmaram, o *"Serviço da polícia não deve ser banalizado – usuário de drogas ilícitas está cometendo um crime";-"Postos policiais estratégicos em áreas de tráfico".* Os presentes a oficina falaram muito a respeito da polícia e segundo o relato, *"Policiais pegam dos usuários o que eles têm – pedágio"; "Polícia deve ser mais rigorosa com o usuário de drogas ilícitas"* , mas também entender que *"Não é só a polícia militar que vai resolver"* e que é preciso *"Envolver a sociedade como um todo, ter mais conscientização na comunidade".* Para finalizar a oficina um dos presentes colocou que o *"Usuário*

é visto como um criminoso" e que é preciso *"Ir ao encontro do usuário, tratar com sensibilização, com cuidado - sem preconceito"*.

2.2.2.8 Oficina de Roda de Conversa Usuárias Casa Eliza

No dia 11 de Abril de 2022, aconteceu a oficina com os usuários da Casa Eliza (endereço em sigilo), com início às 9h00 da manhã. Os presentes elencaram problemas e soluções que se encontram na Matriz Problema-Solução.

A Casa Elisa é uma casa de abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade doméstica, vítimas de violência

> O Abrigo Casa Eliza é o serviço para o acolhimento de mulheres e seus filhos em situação de violência doméstica e intrafamiliar. Dessa forma garante a integridade física e psicológica deles, oferecendo-lhes condições para o desenvolvimento de sua autonomia pessoal e social, bem como o fortalecimento da autoestima. (Blumenau, 2021)

Visando garantir a integridade física e psicológica das usuárias, não há divulgação da localização do abrigo para mulheres Casa Elisa, a fim de que os autores de violência doméstica não tenham possibilidade de perpetrar a violência após o abrigamento, propiciando um ambiente seguro.

Figura 26 – Matriz Problema-Solução Roda de Conversa Usuárias Casa Eliza

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Casa Eliza (endereço em sigilo)- Data: 11/04/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
	- Necessidade de educação emocional e afeto familiar;	- Fortalecer os vínculos familiares;
	–"Precisa-se afastar de más influências. Depoimento: "conheço pessoas que deixaram de usar drogas para jogar capoeira"; Não usou: "porque eu não vi ninguém com exemplo bom pra mim";	- Clubes de esporte e um professor social nos bairros. Não totalmente aberto. Para crianças e adolescentes. "Se estão ali envolvidos não vão pensar em outra coisa". Ações com dança, capoeira, música; OSC's que fazem esse tipo de ações;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Casa Eliza (endereço em sigilo)- Data: 11/04/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Prevenção	- Tem que ter ensinamento dos pais. Passar para nossos filhos para não se contaminarem com o que os outros fazem;	-- Iniciar a prevenção em casa bem cedo;
	Necessidade de começar a prevenção domiciliar mais cedo. Em Portugal trabalham a prevenção com as crianças de 3 anos;	- Professor nas escolas ensinando as crianças desde os primeiros níveis;
	A criança nem sempre está todo o dia com os pais. Precisaria de outro tipo de prevenção – estatal. Governo ajudar no fortalecimento da prevenção no município;	– Setor governamental fortalecer a prevenção no município;
	- Amigos que usam – influência;	– Fortalecer os vínculos familiares; – Contraturno escolar – futebol, capoeira, viabilizar amizades. Para ter visões diferentes de vida;
	- Depoimento 1: "12 anos liberta das drogas. Às vezes não vem só de fora a prevenção, e sim o afeto, o carinho, o amor que eu e minha irmã não tivemos.". Depoimento 2 "A pessoa usa mais quando tem o problema na família. E tem o exemplo de vender quando tem problemas financeiros". "...as pessoas que querem aprender na rua e as pessoas que aprendem dentro de casa". Depoimento 3 – "meu pai era alcoólatra e nós, eu e minha irmã, ficamos totalmente sozinhas";	– Ampliar Programas de Prevenção; divulgar casos de sucesso; Foco no positivo, no que está dando certo no que tange à prevenção;
	- Necessidade de "ocupar o jovem, adolescente com trabalho, arte, para ele se ocupar e não usar droga";	– Ocupar os jovens e adolescentes com arte, desenho, "pensar em alguma coisa pra fazer ali pra não pensar em droga". Geralmente trazer um doce "pras crianças não roubar". Crianças se expressarem mais com desenho e arte. Jovens sempre estão distraídos com alguma coisa. Isso ajuda;
	- "As pessoas usam drogas na rua, fumam crack. As pessoas usam por carência emocional, não tem atenção... usam para amenizar a dor. Tem gente que usa por vergonha na cara mesmo. Igual os playboys. Os ricos usam drogas por falta de vergonha na cara mesmo";	- Cursos para as crianças e adolescentes de baixa renda; Trabalho, escolaridade. Melhorar a condição da renda, baixa renda pode ser uma oportunidade;
	– "maconha acalma, não dá nada, cocaína é muito pesada, igual crack" (maconha - substância ilícita);	– Trabalhar na desmistificação da maconha;
	– "Não queria isso!" (pai que usa drogas) "Não queria isso para meus filhos".	– Prevenção precoce.
Tratamento	- "sem tratamento é difícil largar a droga";	- Trabalhar com programas motivacionais – para o tratamento;
Cuidado	- Uso de drogas relacionado com a violência (vários depoimentos da prática da violência relacionado ao uso de substâncias psicoativas. Após sua saída foi citado o caso da senhora que foi esfaqueada pelo marido no rosto – ele estava em surto psicótico por uso de uma substância psicoativa).	- Ampliar os programas como grupo de homens, rde catarina, OAB por elas;

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Casa Eliza (endereço em sigilo)- Data: 11/04/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Reinserção Social	"quem está na cadeia começa a usar lá dentro. Se os policiais mesmo colocam drogas na cadeia. Acabar com o mais alto com aqueles que trazem isso pra dentro. Ver onde estão as raízes. Como que não acha?". "comandantes estão dentro da cadeia para ter mais segurança".	- Acabar com o mais alto com aqueles que trazem isso pra dentro. Ver onde estão as raízes.
Redução da Oferta	- "Na favela o tráfico é nossa segurança – porque a polícia só entra pra esculachar os moradores. Traficantes não fazem nada de mal pras pessoas da favela. Muita família que ganha comida da boca". "Não tem isso do governo. Não recebe isso do governo, a segurança, a comida na mesa".	- Pensar políticas públicas que priorizem a segurança nas comunidades;
	- "O tráfico existe por falta de trabalho. As pessoas precisam colocar comida na mesa e não tem trabalho". "O problema das favelas começou lá de trás, quando a burguesia mandou os pretos, os mulatos, os pobres para a periferia".	– "Ações que trazem trabalho para a população das comunidades";
	- "Tráfico mata quem não faz o que os "dono" manda. Não pode ter amizade com a polícia, porque senão acham que a gente é "chip" deles, tá entregando".	– "Operações gigantescas, acampar dentro das bocas de tráfico, resolver como já foi feito e resolveu. Tem de fazer esses acampamentos; Quando foi feito esses acampamentos passou dias que não teve nada, que pessoal ficou em paz".
	- "não tem confiança na polícia. Quando a gente precisa de ajuda na favela é o tráfico que acolhe";	– Maior efetivo e instrumentalização policial; – Capilarização das ações do governo;
	- "Nunca vai acabar o tráfico porque a gente não tem ajuda do governo. Tem de acabar a milícia, tem de acabar o tráfico, tem de acabar a favela. É muita coisa. "Policiais sendo corruptos. Policiais que levam armas pras favela". "Milicianos cobram para proteger".	- Coibir o tráfico no município;
	-" Negro foi achado com um pouco de droga - é traficante. Branco é achado com um pouco de droga – é usuário. Isso tá errado!".	– Desmistificar a visão;
	- "Aqui (em Blumenau) fumam dentro de casa, na calçada, em plena luz do dia. De dia a polícia não faz ronda e a noite a polícia passa pra ronda. Aí não tem ninguém fumando".	- Ampliar o efetivo policial e o aperfeiçoamento da polícia; – Publicização dos números de denúncia anônima;
	- "Eles estão lá na cadeia, comendo bem, dormindo, com celular e nós estamos aqui, presas, sem celular, sem contato com a família" – falou do homem que comete a violência e é preso.	- Divulgar trabalho da corregedoria, telefones de denúncia anônima;
Pesquisa e Análise	Sem sugestão.	Sem sugestão.
Governança	Sem sugestão.	Sem sugestão.

Matriz Síntese – Problemas – Solução – Visita Técnica e Oficina		
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas- PLAMIPED		
Oficina: Usuários Casa Eliza (endereço em sigilo)- Data: 11/04/2022		
	PROBLEMAS	**SOLUÇÃO**
Gestão	- "Precisaria fazer ações para mudar as coisas na cadeia, aqui dentro" (falou da Casa Eliza – que não podem ter celular, mas na cadeia tem). "Limpeza geral, tirar os celulares, as drogas que tem lá dentro. E também tem a polícia. Não tem como eliminar a polícia. Não tem como eliminar a milícia. A milícia é os policiais disfarçados. O Estado também é envolvido, os deputados etc.".	- "Precisaria de uma ONG (OSC) para fazer essa limpeza porque o Estado, os deputados etc. também estão envolvidos".
Integração	Sem Sugestões	Sem Sugestões

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de pesquisa empírica (2022)

Na oficina realizada com mulheres usuárias da Casa Eliza, um dos primeiros assuntos abordados por elas foi a *"Necessidade de educação emocional e afeto familiar"*. Para as mulheres que participaram da oficina é extremamente urgente *"Fortalecer os vínculos familiares"*. A família faz parte das redes de relações sociais.

> As redes de relações sociais permeiam toda a vida dos indivíduos e se transformam ao longo de seu ciclo vital. Estas relações trazem possibilidades de apoio em momentos de crise ou mudança e podem criar oportunidades de desenvolvimento (Barudy & Dartagnan, 2007; Juliano & Yunes, 2014). A família, um dos microssistemas dos indivíduos e a unidade básica de interação social (Osório, 1996), também influencia e é influenciada pela rede de apoio social. As relações com pessoas e instituições significativas podem ser recursos protetivos para os membros da família e seus vínculos. Da mesma forma, a família, ao passar por novos desafios, também identifica e aciona sua rede de apoio de maneiras distintas. O ciclo vital familiar é marcado por estágios que diferem quanto às demandas envolvidas. O enfrentamento de uma nova etapa do ciclo vital costuma gerar tensões, no indivíduo e na família, na tentativa de reacomodação e busca por um funcionamento saudável (Carter & McGoldrick, 2011; Cerveny & Berthoud, 2010). Considerando que cada estágio do ciclo vital apresenta diferentes desafios, admite-se que um dos recursos existentes, a rede de apoio social, também se modifique para dar conta das demandas presentes (Seibel *et al*., 2017, p. 121).

Conforme as participantes da oficina, faz-se necessário *"afastar de más influências"*. É dessa forma, acreditam, que será possível parar de usar. Algumas mulheres presentes já haviam feito uso de substâncias psicoativas ou ainda faziam. Outras não usavam, mas eram vítimas de violências que tinham relação com o uso de algum tipo de substância psicoativa. *As frases mais ouvidas fizeram relatos que diziam: "conheço pessoas que deixaram de usar drogas para jogar capoeira"; Não usou: "porque eu não vi ninguém com exemplo bom pra mim"; "Clubes de esporte e um professor social nos bairros. Não totalmente aberto. Para crianças e adolescentes. "Se estão ali envolvidos não vão pensar em outra coisa". Ações com dança, capoeira, música; OSC's que fazem esse tipo de ações".*

Quando falaram dos filhos o silêncio, muitas vezes, explicitou a dor e a emoção. Para elas, *"Tem que ter ensinamento dos pais. Passar para nossos filhos para não se contaminarem com o que os outros fazem".*

> O funcionamento familiar está relacionado à habilidade em lidar com eventos estressores e superá-los de forma saudável (McCubbin & McCubbin, 1996). Portanto, o tema da resiliência também para núcleos familiares (Yunes, 2003), como uma busca por aspectos sadios das famílias em contraponto às preocupações exclusivas sobre seus desajustes (Antonovsky & Sourani, 1988). Resiliência familiar refere-se aos processos de enfrentamento e adaptação da família como uma unidade funcional (Walsh, 2005). Para Walsh (1998, 2005), o que distingue uma família da outra não é a ausência de problemas, mas a maneira como ela enfrenta essas dificuldades e a sua competência para resolvê-las. As crises, inclusive, podem estimular o sistema familiar a desenvolver habilidades e recursos (Seibel *et al*., 2017, p. 122).

O papel da família como fator de proteção e instituidora das relações primárias objetivam influenciar a reação do adolescente à oferta de droga na sociedade atual, onde,

> A família, pelo papel de inserir seus membros na cultura e ser instituidora das relações primárias, influencia a forma como o adolescente reage à ampla oferta de drogas na sociedade atual. Relações familiares saudáveis desde o nascimento da criança servem como fator de proteção para toda a vida e, de forma muito particular, para o adolescente. (SCHENKER: MINHAYO, 2004)

Considerando a particularidade do adolescente que está na fase de migração para vida adulta, com a necessidade de tomadas de decisão, o papel e influência da família são decisórios para a nova fase que está adentrando, onde vivências num contexto familiar não funcional, são fatores risco para eventual início de consumo de álcool e outras drogas.

Neste sentido as mulheres entendem que a prevenção é importante e que deve *"Iniciar [...] em casa bem cedo"*. Segundo alguns depoimentos, *há a "Necessidade de começar a prevenção*

domiciliar mais cedo. Em Portugal trabalham a prevenção com crianças de 3 anos". "Professor nas escolas ensinando as crianças desde os primeiros níveis". Para expressar a importância da prevenção, lembraram que *"A criança nem sempre está todo o dia com os pais. Precisaria de outro tipo de prevenção – estatal. Governo ajudar no fortalecimento da prevenção no município – "Setor governamental fortalecer a prevenção no município".* Quando citaram que *"Amigos que usam – influência"* e que é necessário e urgente *"Fortalecer os vínculos familiares"* e realizar ações de prevenção no *"Contraturno escolar – futebol, capoeira, viabilizar amizades. Para ter visões diferentes de vida".* Abaixo alguns depoimentos sobre o uso de substâncias psicoativas. Não são citados nomes para fins de preservação do anonimato e sigilo das informações.

Depoimento 1: *"12 anos liberta das drogas. Às vezes não vem só de fora a prevenção, e sim o afeto, o carinho, o amor que eu e minha irmã não tivemos.".*

Depoimento 2 *"A pessoa usa mais quando tem o problema na família. E tem o exemplo de vender quando tem problemas financeiros". "...as pessoas que querem aprender na rua e as pessoas que aprendem dentro de casa".*

Depoimento 3: *"meu pai era alcoólatra e nós, eu e minha irmã, ficamos totalmente sozinhas";– "Ampliar Programas de Prevenção; divulgar casos de sucesso; Foco no positivo, no que está dando certo no que tange à prevenção";*

Depoimento 4:*" Necessidade de "ocupar o jovem, adolescente com trabalho, arte, para ele se ocupar e não usar droga";– "Ocupar os jovens e adolescentes com arte, desenho, "pensar em alguma coisa pra fazer ali para não pensar em droga". Geralmente trazer um doce "para as crianças não roubarem". Crianças se expressarem mais com desenho e arte. Jovens sempre estão distraídos com alguma coisa. Isso ajuda";*

Depoimento 5: *"As pessoas usam drogas na rua, fumam crack. As pessoas usam por carência emocional, não tem atenção... usam para amenizar a dor. Tem gente que usa por vergonha na cara mesmo. Igual os playboys. Os ricos usam drogas por falta de vergonha na cara mesmo";- "Cursos para as crianças e adolescentes de baixa renda; Trabalho, escolaridade. Melhorar a condição da renda, baixa renda pode ser uma oportunidade";*

Sobre o uso de substâncias psicoativas algumas mulheres relataram que a *"maconha acalma, não dá nada, cocaína é muito pesada, igual crack" (maconha - substância ilícita) e que é preciso "Trabalhar na desmistificação da maconha"*

Ao falar da violência imposta e vivenciada, uma das mulheres se emocionou: *"Não queria isso!"* (pai que usa drogas) *"Não queria isso para meus filhos"!*

Para as participantes da Roda de Conversas, *"sem tratamento é difícil largar a droga"*. Na percepção que tem do tratamento sugerem *"Trabalhar com programas motivacionais – para o tratamento".* Após falarmos dos eixos propostos, algumas dialogaram sobre o uso e a violência.

Conforme uma delas, o *"Uso de drogas relacionado com a violência (vários depoimentos da prática da violência relacionado ao uso de substâncias psicoativas. Após sua saída foi citado o caso da senhora que foi esfaqueada pelo marido no rosto – ele estava em surto psicótico por uso de uma substância psicoativa)"*.

Para finalizar esta abordagem sugeriram para o Plano a proposta de *"Ampliar os programas com grupo de homens, rede catarina, OAB por elas"*

A criação de grupos de homens, chamados de grupos reflexivos para autores de violência doméstica tem previsão legal expressa na Lei n° 13.984 de 2020, bem como vem sendo adotado no Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (BRASIL, 2020).

> A Lei n. 13.984/2020, que prevê a possibilidade de determinação de comparecimento do autor de violência doméstica a programas de recuperação e reeducação e acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupos de apoio, não definiu os parâmetros mínimos para a criação e implementação desses programas, como número de sessões, tempo de duração e conteúdo mínimo abordado, por exemplo.(TJSC, 2020, *online*)

A Polícia Militar do Estado de Santa Catarina dispõe do programa direcionado a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher chamado Rede Catarina,

> É um programa institucional da Polícia Militar de Santa Catarina direcionado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, estando pautado na filosofia de polícia de proximidade que busca conferir maior efetividade e celeridade às ações de proteção à mulher. O programa sustenta-se em ações de proteção, no policiamento direcionado da Patrulha Maria da Penha e na disseminação de solução tecnológica (PMSC, 2023, *online*).

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Estado de Santa Catarina, Subseção de Blumenau, através da Comissão "OAB por Elas", exerce o trabalho em prol das vítimas de violência domésticas prestando a assessoria necessária visando a garantia dos direitos e principalmente o amparo às mulheres vítimas de violência domésticas de baixa renda de forma voluntária,

> A comissão "OAB por Elas" tem o objetivo de oferecer amparo à mulher em situação de violência, através de atendimento resolutivo, feito por advogadas voluntárias. O projeto consiste em prestar assistência gratuita e voluntária às mulheres de baixa renda, norteando sobre os encaminhamentos necessários para que a vítima seja efetivamente acolhida e possa

> ter o atendimento psicológico, jurídico e assistencial necessário para seguir a vida (OAB, 2023, *online*).

No que diz respeito à **Reinserção Social,** as mulheres que participaram da Oficina abordaram o Sistema Prisional. Em suas falas colocaram que *"quem está na cadeia começa a usar lá dentro. Se os policiais mesmo colocam drogas na cadeia. Acabar com o mais alto com aqueles que trazem isso pra dentro. Ver onde estão as raízes".* O debate foi intenso e a pergunta que calava fundo: *"Como que não acha?".* Também falou-se sobre o fato de que *"comandantes estão dentro da cadeia para ter mais segurança".* Uma das preocupações das participantes da oficina era justamente com a Reinserção Social da Pessoa Privada da Liberdade após o período de encarceramento. Tanto a Reinserção na família como no trabalho.

A questão da **Redução da Oferta** também trouxe reflexões sobre a questão da Segurança Pública "cujos instrumentos de enfrentamento da criminalidade e da violência têm sido insuficientes para proporcionar a segurança individual e coletiva" (Carvalho; Silva, 2011, p. 60). Neste sentido, uma das mulheres presentes colocou que *"O problema das favelas começou lá de trás, quando a burguesia mandou os pretos, os mulatos, os pobres para a periferia".* Após, outra acrescentou que *"Na favela o tráfico é nossa segurança – porque a polícia só entra pra esculachar os moradores. Traficantes não fazem nada de mal pras pessoas da favela. Muita família que ganha comida da boca". "Não tem isso do governo. Não recebe isso do governo, a segurança, a comida na mesa".* É preciso *"Pensar políticas públicas que priorizem a segurança nas comunidades".* Para Carvalho e Silva (2011, p. 60).

> A segurança pública é considerada uma demanda social que necessita de estruturas estatais e demais organizações da sociedade para ser efetivada. Às instituições ou órgãos estatais, incumbidos de adotar ações voltadas para garantir a segurança da sociedade, denomina-se sistema de segurança pública, tendo como eixo político estratégico a política de segurança pública, ou seja, o conjunto de ações delineadas em planos e programas e implementados como forma de garantir a segurança individual e coletiva.

Outra participante da Oficina fez o relato de que *"O tráfico existe por falta de trabalho. As pessoas precisam colocar comida na mesa e não tem trabalho". "Ações que trazem trabalho para a população das comunidades".* Conforme relato, o

> *"Tráfico mata quem não faz o que os "dono" manda. Não pode ter amizade com a polícia, porque senão acham que a gente é "chip" deles, tá entregando". "Operações gigantescas, acampar dentro das bocas de tráfico resolver como já foi feito e resolveu. Tem de fazer esses acampamentos; Quando foi feito esses acampamentos passou dias que não teve nada, que pessoal ficou em paz" (*Depoimento 6*, 2022).*

Para uma das mulheres a população *"não tem confiança na polícia. Quando a gente precisa de ajuda na favela é o tráfico que acolhe".* Nas discussões foi colocada a necessidade de *"Divulgar trabalho da corregedoria, telefones de denúncia anônima",* criar um *"Maior efetivo e instrumentalização policial* e a *Capilarização das ações do governo",* Conforme as mulheres que participaram da reunião é preciso ampliar o debate sobre a realidade posta de que

> *Nunca vai acabar o tráfico porque a gente não tem ajuda do governo. Tem de acabar a milícia, tem de acabar o tráfico, tem de acabar a favela. É muita coisa. "Policiais sendo corruptos. Policiais que levam armas pras favela". "Miliciano cobram pra proteger".- "Coibir o tráfico no município (*Depoimento 7*, 2022).*

Também dialogou-se sobre o racismo. Segunda uma das mulheres, "Negro foi achado com um pouco de droga - é traficante. Branco é achado com um pouco de droga – é usuário. Isso tá errado!".

– "Desmistificar a visão", colocou uma das presentes. Conforme afirmou:

> *Aqui (em Blumenau) fumam dentro de casa, na calçada, em plena luz do dia. De dia a polícia não faz ronda e a noite a polícia passa pra ronda. Aí não tem ninguém fumando". "Ampliar o efetivo policial e o aperfeiçoamento da polícia; – Publicização dos números de denúncia anônima"; "Eles estão lá na cadeia, comendo bem, dormindo, com celular e nós estamos aqui, presas, sem celular, sem contato com a família" – falou do homem que comete a violência e é preso* (Depoimento 9, 2022).

Sobre o Eixo da Gestão, uma das mulheres compartilhou que *"Precisaria fazer ações para mudar as coisas na cadeia, aqui dentro" (falou da Casa Eliza – que não podem ter celular, mas na cadeia tem).* Em sua opinião deveria ser feita uma *"Limpeza geral, tirar os celulares, as drogas que tem lá dentro. E também tem a polícia. Não tem como eliminar a polícia. Não tem como eliminar a milícia. A milícia é os policiais disfarçados. O Estado também é envolvido, os deputados etc…."*

Na percepção das mulheres *"Precisaria de uma ONG (OSC) para fazer essa limpeza porque o Estado, os deputado etc. também está envolvido"*.

2.3 RESULTADOS DA ANÁLISE DIAGNÓSTICO COMUNITÀRIO

Este item apresenta os resultados das pesquisas empíricas realizadas em 2017, 2021 e 2022 para fins de diagnóstico comunitário a partir dos cinco Eixos Temáticos propostos pelo Conad (2021): 1) Eixo I - Prevenção; 2) Eixo II - Tratamento, Cuidado e Reinserção Social; 3) Eixo III - Redução da Oferta (Autoridade); 4) Eixo IV - Pesquisa e Avaliação; e 5) Eixo IV - Governança, Gestão e Integração.

2.3.1 Eixo I – Prevenção

Prevenir é se antecipar a algo que seja passível de acontecer. No que tange à prevenção às substâncias psicoativas, conforme o Conad (2021, p. 15), a prevenção

> [...] envolve ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sociocultural, buscando desestimular o uso inicial de drogas, promover a abstinência e conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas.

O detalhamento das orientações e diretrizes definidas para cada eixo da Política Nacional sobre Drogas, prevê que as ações se orientem por princípios éticos e plurais orientados para a promoção de valores que busquem a saúde física, mental e social, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica. Também que se baseiam na formação e fortalecimento de vínculos à promoção de habilidades sociais.

A PNAD orienta que essas ações preventivas sejam planejadas e que considerem a participação social em todos os níveis de gestão, primando pelo conhecimento sobre a problemática, o embasamento científico e a multiplicidade das ações. No que diz respeito às campanhas e programas preventivos, as orientações colocam que

> As mensagens utilizadas em campanhas e programas educacionais e preventivos devem ser claras, atualizadas e baseadas em evidências científicas, consideradas as especificidades do público-alvo, as diversidades culturais, a vulnerabilidade de determinados grupos sociais, incluído o uso de tecnologias e ferramentas digitais inovadoras (Conad, 2021, p. 51).

A análise executiva da questão das drogas no Brasil (2022) também trouxe orientações sobre a regulação do horário e de locais de venda de substâncias psicoativas lícitas.

"As políticas e as ações de prevenção devem estimular a regulação do horário e de locais de venda de drogas lícitas e a tributação de preços como fatores inibidores de consumo, além da restrição da publicidade de tais drogas" (CONAD, 2021, p. 51). Os resultados da pesquisa empírica apontaram a preocupação do setor comunitário com os locais e horários de venda de bebidas alcóolicas. Os participantes das Oficinas tanto de 2017 como de 2022 colocaram que o álcool (bem como o tabaco) se encontram exposto nos lugares mais bonitos e centrais dos supermercados. Que a Narguille é fumada em lugares públicos sem restrições ao fato de que crianças e adolescentes estão expostos a estas substâncias nos momentos de uso.

Outra preocupação da Política sobre drogas é assegurar, por meio de medidas administrativas, legislativas e jurídicas,

> [...] o cumprimento do disposto nos art. 3º , art. 6º , art. 79 , art. 81 e art. 243 do Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção sobre os Direitos da Criança, da Assembleia Geral das Nações Unidas, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 1990 , especialmente no art. 17, quanto ao direito de proteção da criança e do adolescente, inclusive nos meios de comunicação, zelar para que a criança, o adolescente e o jovem tenham acesso a informações e materiais que visem promover seu bem-estar social, espiritual e moral e sua saúde física e mental e promover a elaboração de diretrizes apropriadas a fim de proteger crianças, adolescentes e jovens contra informação e material prejudiciais ao seu bem-estar, especialmente sobre drogas lícitas e ilícitas (Conad, 2021, p. 51).

Essa foi uma das preocupações dos participantes da pesquisa; que as informações corretas e verdadeiras sobre o uso de substâncias, os locais e o acesso aos serviços de ajuda e que possam proporcionar a proteção ao uso não são veiculadas nas mídias sociais e etc… No entanto, o marketing publicitário se utiliza deste mesmo canal para a promoção da venda de bebidas alcoólicas e tabaco.

Conforme o Conad (2021, p. 51), "... o tabagismo, o uso de álcool e de outras drogas devem ser tratados como um problema concernente à infância, à adolescência e à juventude, de modo a evitar o início do uso, além de garantir o tratamento, a assistência e o cuidado àqueles já em uso dessas substâncias". O Conad (2012) também estabeleceu diversas diretrizes para orientar pais e

responsáveis, representantes de entidades governamentais e não governamentais (hoje denominadas Organizações da Sociedade Civil (OSC). As diretrizes visam,

> Garantir aos pais ou responsáveis, representantes de entidades governamentais e não-governamentais, iniciativa privada sem fins lucrativos, educadores, religiosos, líderes estudantis e comunitários, conselheiros federais, estaduais, distritais e municipais e outros atores sociais, capacitação continuada direta, ou por meio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, sobre prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, com vistas ao engajamento no apoio às atividades preventivas com base na filosofia da responsabilidade compartilhada, inclusive com a utilização de plataformas online, à distância e a formalização de parcerias no âmbito do Poder Público e com as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos (Conad, 2021, p. 51).

No que tange às ações de educação preventivas, o Conad orienta que estas podem ser realizadas em parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos e que devem ser "de forma continuada, com foco no indivíduo e em seu contexto sociocultural,

> [...] a partir da visão holística do ser humano e buscar de forma responsável e em conformidade com as especificidades de cada público-alvo: a) desestimular seu uso inicial; b) promover a abstinência; e c) conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas lícitas e ilícitas. 4.2.3. Dirigir esforço especial para crianças, adolescentes e jovens, com vistas à garantia dos direitos destas a uma vida saudável e à prevenção ao consumo de drogas, em faixas etárias sabidamente de maior risco, inclusive com apoio a iniciativas e serviços de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos (Conad, 2021, p. 51).

Essas ações educativas também devem buscar

> Promover e apoiar ações de prevenção que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde e à promoção de habilidades sociais e para a vida, o fortalecimento de vínculos interpessoais, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas e a conscientização e proteção contra os fatores de risco. [...] Promover e apoiar ações que promovam o vínculo familiar, o desenvolvimento da espiritualidade e a prática de esportes, entre outras, como fatores de proteção ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas. [...]. Considerar as causas e os fatores relacionados ao uso, ao uso indevido e à dependência do tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas na formulação de ações, atividades e programas preventivos. [...] Tratar as ações preventivas relativas ao tabagismo e ao uso de álcool e de outras drogas também como um problema concernente à infância, à adolescência e à juventude, de modo a evitar o início do uso de tais substâncias (Conad, 2021, p. 52).

Bem como, conforme previsto na própria Política, as ações de prevenção devem,

> [...] Promover e apoiar ações específicas para a população em situação de rua, indígenas e gestantes, que visem à prevenção e à proteção da vida e à promoção da saúde, por meio de ações e da constituição de serviços em instituições públicas e privadas sem fins lucrativos (Conad, 2021, p. 52).

Sobre capacitar rede em prevenção, a Política determina que

> [...] Promover, estimular e apoiar a capacitação continuada, inclusive pela formação de parcerias com o Poder Público e as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, o trabalho interdisciplinar e multiprofissional, com a participação dos atores sociais envolvidos no processo, possibilitando que se tornem multiplicadores, com o objetivo de ampliar, articular e fortalecer as redes sociais, com vistas ao desenvolvimento integrado de programas de promoção geral à saúde e de prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, álcool e outras drogas (Conad, 2021, p. 52).
>
> .

Referente às informações de prevenção sobre o uso de drogas a Política determina

> [...] Manter, atualizar e divulgar de forma sistematizada e contínua informações de prevenção sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas, integrado ao OBID, acessível à sociedade, de forma a favorecer a formulação e a implementação de ações de prevenção, incluído o mapeamento e a divulgação de boas práticas existentes no Brasil e em outros países, avaliadas em termos de eficácia e efetividade (Conad, 2021, p. 52).

A Política Nacional também dispõe sobre a necessidade de pesquisas e avaliações para fundamentar programas de prevenção ao uso de tabaco, seus derivados, álcool e outras drogas e de considerar as especificidades regionais e locais e as peculiaridades dos processos de avaliação. Conforme o Conad (2021, p. 53),

> [...] Incluir processo de avaliação permanente dos programas, projetos, ações e iniciativas de prevenção realizadas pelos Governos federal, estaduais, distrital e municipais, observadas as especificidades regionais e locais. Fundamentar campanhas e programas de prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, álcool e outras drogas em pesquisas e levantamentos sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas e suas consequências, de acordo com a população-alvo, respeitadas as características regionais e as peculiaridades dos diversos segmentos populacionais.

Prevê ainda,

> [...] Buscar, de forma ampla, a cooperação nacional e internacional, pública e privada sem fins lucrativos, participar de fóruns sobre o tabaco e seus derivados, o álcool e outras drogas e estreitar as relações de colaboração técnica, científica, tecnológica e financeira multilateral, respeitando a soberania nacional (Conad, 2021, p. 53).

Conforme o Conad (2021, p. 53), a Política Nacional sobre drogas também dispõe sobre a promoção e o apoio as “novas formas de abordagem e cuidados, o uso de tecnologias, ferramentas, serviços e ações digitais inovadoras” na prevenção às drogas. Bem como, propõe que nos programas de prevenção na educação básica, média e superior sejam incluídos

> [...] conteúdos relativos à prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas, com ênfase na promoção da vida, da saúde, na promoção de habilidades sociais e para a vida, formação e fortalecimento de vínculos, promoção dos fatores de proteção às drogas, conscientização e proteção contra os fatores de risco (Conad, 2021, p. 53).

E orienta,

> [...] Priorizar ações interdisciplinares e contínuas, de caráter preventivo e educativo na elaboração de programas de saúde para o trabalhador e seus familiares, e oportunizar a prevenção do uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas, no ambiente de trabalho ou fora dele, em todos os turnos, com vistas à melhoria da qualidade de vida e à segurança nas empresas e fora delas, baseadas no processo da responsabilidade compartilhada, tanto do empregado como do empregador (Conad, 2021, p. 53).

Bem como,

> [...] Recomendar a criação de mecanismos de incentivos, fiscais ou de outra ordem, para que empresas e instituições desenvolvam ações de caráter preventivo sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas, inclusive para pessoas jurídicas que admitam em seus quadros profissionais egressos de sistema de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e reinserção de dependentes do álcool e outras drogas (Conad, 2021, p. 53).

Para a UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime), as ações de prevenção se classificam em níveis de: 1) prevenção primária; 2) prevenção secundária, e 3) prevenção terciária.

A primeira é composta por ações ou intervenções antes de a pessoa iniciar no uso de alguma substância psicoativa. Em geral, e realizada para a sociedade em geral. O objetivo é evitar o uso futuro e informar sobre os fatores de risco (Oliveira; Reis, 2012).

A segunda tem como objetivo intervir em caso de identificação de um ou mais fatores que apontem o risco de uso de substâncias psicoativas. Um dos fatores apontado é o estilo de vida, por exemplo. Ou seja, visa identificar a vulnerabilidade e busca dirimir ou mitigar o risco (Oliveira; Reis, 2012).

O terceiro nível de prevenção, a prevenção terciária, visa intervir com populações que estão fazendo uso de alguma substância ou que, em avaliação médica, dela já são considerados

dependentes. O objetivo é a reabilitação. Este nível de prevenção, em geral, é realizado individualmente, mesmo que voltado a grupos específicos (Oliveira; Reis, 2012).

No que diz respeito ao consumo, a prevenção está classificada, pelo *Institute of Medicine* (IOM) e o UNODC em três outros níveis, a saber: 1) universal; 2) seletiva; e 3) indicada. Pressupõem-se que estes níveis de prevenção ocorram após avaliação dos fatores de risco e proteção relacionados ao indivíduo.

Para o UNODC (*s/d, online*) a prevenção em nível universal é uma estratégia "apropriada para a população em geral". Já a prevenção seletiva é dirigida para "grupos que estão em situação de risco". Quanto ao terceiro nível, a prevenção indicada é destinada "para indivíduos que estão em situação de risco [...] que também inclui indivíduos que podem ter começado a experimentar e, portanto, estão em situação de risco de evolução para transtornos".

O Eixo da Prevenção envolve, ainda, ações de educação preventiva com foco no indivíduo e no seu contexto sócio-territorial cultural. Ações que busquem desestimular o uso inicial de substâncias psicoativas e que apresentem a proposta de um estilo de vida sem drogas. Ações que promovam a abstinência, a partir da proposta da nova PNAd e que busquem "conscientizar e incentivar a diminuição dos riscos associados ao uso, ao uso indevido e à dependência de drogas", tanto as lícitas, como as não lícitas (Conad, 2020, p. 18).

A política de prevenção às drogas do Brasil está fundamentada na Lei nº 11.343 de 2006 e, na Lei no 13.840 de 2019, que atualizou aquela. A primeira (Brasil, 2006) previa a integração das estratégias de prevenção, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e a integração entre as políticas de prevenção e as políticas setoriais nos três níveis de gestão. Ou seja, a lei previa "... a intersetorialidade e a corresponsabilização entre os serviços que ofertam atividades de prevenção e os que atuam com usuários e suas famílias" (Tatmatsu; Siqueira e Del Prette, 2020, p. 05).

A priorização de ações para a prevenção às drogas com estabelecimentos de ensino, com a sociedade e com a família também é indicada na lei. Conforme Tatmatsu, Siqueira e Del Prette (2020, p. 05), "A Lei preconiza também que as atividades preventivas sejam baseadas em fundamentação científica, para evitar o preconceito e a estigmatização dos usuários e dos serviços". Segundo Azevedo e Oliveira (2020, p. 11),

> A desestigmatização das pessoas que usam drogas, principalmente daqueles que fazem uso abusivo e problemático de substâncias, passa pela capacidade dos municípios de reconfigurar

> seus territórios, suas relações sociais e comunidades, o que inclui também o reconhecimento das ações de prevenção vigentes.

Em 2013, por iniciativa do próprio UNODC, em parceria com os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela Secretaria Nacional Antidrogas três programas que eram desenvolvidos nos Estados Unidos foram validados para o Brasil: o jogo Elos, o #Tamojunto e o Famílias Fortes (Tatmatsu; Siqueira e Del Prette, 2020). A lei prevê a promoção de ambientes seguros, estímulo de medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas.

O Conad, no documento denominado Análise Executiva da questão das drogas no Brasil (Conad, 2021, p. 50) coloca que

> A efetiva prevenção ao uso de tabaco e seus derivados, de álcool e de outras drogas é fruto do comprometimento, da cooperação e da parceria entre os diferentes segmentos da sociedade brasileira e dos órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, fundamentada na filosofia da responsabilidade compartilhada, com a construção de redes que visem à melhoria das condições de vida e promoção geral da saúde da população, da promoção de habilidades sociais e para a vida, o fortalecimento de vínculos interpessoais, a promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e de seus derivados, do álcool e de outras drogas e da conscientização e proteção dos fatores de risco.

Para o UNODC,

> [...] a prevenção é um conjunto de estratégias voltadas à redução do risco e da vulnerabilidade, para a promoção e fortalecimento dos fatores de proteção. Nesse processo, o foco deve ser no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, a fim de retardar o início do uso e evitar o abuso de álcool e outras drogas (Azevedo e Oliveira, 2020, p. 15).

Segundo o CONAD, as ações de prevenção

> [...] devem ser pautadas em princípios éticos e de pluralidade cultural, orientadas para a promoção de valores voltados à saúde física, mental e social, individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica, à formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, à promoção de habilidades sociais e para a vida, da espiritualidade, à valorização das relações familiares e à promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência (Conad, 2021, p. 50).

A partir da pesquisa empírica de 2017 e de 2022 constata-se que as ênfases dos problemas elencados pela comunidade no Eixo da Prevenção estão relacionadas a Redução da Oferta e da Demanda. E esta ênfase tem relação com o olhar comunitário das pessoas que participaram das

Oficinas realizadas. Ao problematizarem a realidade partiam da sua própria, da realidade que viviam, e isso trouxe um olhar intrínseco à dor e ao sofrimento causado pelo uso de substâncias psicoativas.

Constatou-se a necessidade de ações de Prevenção por meio de atividades de Lazer, Prevenção na Escola e Capacitação dos profissionais que ali atuam. A literatura consultada e utilizada apresentou os dois lados da questão, quando ações como as citadas são de prevenção ou protetivas e quando podem se transformar em ações provocativas do uso. Como exemplo os espaços de lazer no território.

Também foram pensadas ações para a família, para as crianças e adolescentes no que tange a inserção no mercado de trabalho, cursos profissionalizantes e o programa Menor Aprendiz. Essa foi uma das grandes preocupações em 2017, a questão da inserção e a qualificação para o trabalho.

Tratou-se ainda da falta de articulação e da fragilidade da comunicação entre os serviços relacionados ao álcool e outras drogas. E esta foi citada em praticamente todas as oficinas realizadas, tanto em 2017 como em 2022. A participação social também não está totalmente garantida, conforme as falas dos representantes da comunidade presentes nas oficinas.

A UNODC compreende a prevenção como um conjunto de ações ou estratégias direcionadas

> [...] à redução do risco e da vulnerabilidade, para a promoção e fortalecimento dos fatores de proteção. Nesse processo, o foco deve ser no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais, a fim de retardar o início do uso e evitar o abuso de álcool e outras drogas (Azevedo e Oliveira, 2020, p. 15).

No Brasil, a política de prevenção às drogas encontra respaldo na Lei 11.343 de 2006 e, mais recentemente, na Lei 13.840 de 2019. Em nível internacional, até bem pouco tempo, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) não priorizava as estratégias educacionais de prevenção, mas sim a saúde mental dos usuários (Tatmatsu; Siqueira e Del Prette, 2020).

Em se tratando de prevenção relacionada às atividades de Lazer, com base nos dados coletados na pesquisa empírica realizada, em 2017, nas comunidades dos bairros identificou-se que o município de Blumenau possui pouca oferta de espaços públicos gratuitos para a prática de lazer e esportes, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. E quando estes espaços existem, a comunidade relata o problema da "*Dificuldade de acesso às ações de lazer, esporte e cultura pelo serviço estar centralizado*" (Stanchack, 2018, p. 17).

Segundo o Conad, as ações de prevenção [...] devem ser pautadas em princípios éticos e de pluralidade cultural, orientadas para a promoção de valores voltados à saúde física, mental e social,

individual e coletiva, ao bem-estar, à integração socioeconômica, à formação e fortalecimento de vínculos familiares, sociais e interpessoais, à promoção de habilidades sociais e para a vida, da espiritualidade, à valorização das relações familiares e à promoção dos fatores de proteção ao uso do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, considerados os diferentes modelos, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência (Conad, 2021, p. 50).

2.3.2 Eixo II – Tratamento, Cuidado e Reinserção Social

No Eixo-Estratégico do **Tratamento, Cuidado e Reinserção Social** o CONAD (2021) coloca como orientação geral que o Estado deve

> [...] estimular, garantir e promover ações para que a sociedade, incluídos os usuários, os dependentes, os familiares e as populações específicas, possa assumir com responsabilidade ética o tratamento, o acolhimento, a recuperação, o apoio, a mútua ajuda e a reinserção social, apoiada técnica e financeiramente pelos órgãos da administração pública na abordagem do uso indevido e da dependência do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas (Conad, 2021, p. 53).

A primazia do Estado no trato das questões locais concernentes à política sobre drogas é importante, haja vista que a lógica do cuidado perpassa todas as políticas públicas de um município e deve compor um esforço maior para que a população se torne menos vulnerável e mais resistente às drogas e que tenha tratamento e cuidado no enfrentamento direto da problemática.

No entanto, o Conad (2021), além do Poder Público, também incluiu as organizações não-governamentais sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações de enfrentamento da problemática na área do Tratamento, cuidado e reinserção social.

Conforme informações do Conad (2021, p. 15), este Eixo envolve “ações de atenção, cuidado, apoio, mútua ajuda, recuperação, tratamento, proteção, promoção, e reinserção social de usuários e dependentes de álcool e outras drogas”. O Conad também coloca como orientação geral, neste eixo, que o Estado busque

> [...] estimular, garantir e promover ações para que a sociedade, incluídos os usuários, os dependentes, os familiares e as populações específicas, possa assumir com responsabilidade ética o tratamento, o acolhimento, a recuperação, o apoio, a mútua ajuda e a reinserção social,

> apoiada técnica e financeiramente pelos órgãos da administração pública na abordagem do uso indevido e da dependência do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas (Conad, 2021, p. 53).

.

Segundo o Conad (2021, p. 53), estas "ações podem ser executadas diretamente pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, e pelas organizações não-governamentais sem fins lucrativos".

As orientações do Conad buscam estimular a primazia do Estado no trato das questões ou problemáticas locais que dizem respeito à Política sobre drogas. É um fator importante, já que a lógica do cuidado perpassa a todas políticas públicas em todos os níveis de gestão. Importante referir a necessidade de incansáveis esforços para que a população se torne menos vulnerável e resiliente ao uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, bem como, que encontre possibilidades de tratamento e cuidado no enfrentamento direto da questão.

Conforme o Conad (2021, p. 53),

> As ações de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social serão vinculadas a pesquisas científicas, deverão avaliar, incentivar e multiplicar as políticas que tenham obtido resultados efetivos, com garantia de alocação de recursos técnicos e financeiros, para a realização dessas práticas e pesquisas na área, e promoverão o aperfeiçoamento do adequado cuidado das pessoas com uso abusivo e dependência de drogas lícitas e ilícitas, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência.

Para estas ações são necessários recursos. Em nível nacional, o Conad cita que há necessidade de dotações orçamentárias no Orçamento Geral da União. O mesmo vale para os outros níveis de gestão que devem prever recursos "para a área de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social, para estimular a responsabilidade compartilhada entre o governo e a sociedade" (Conad, 2021, p. 54).

Há uma determinação de que o Estado, em todos os níveis de gestão, também tem como responsabilidade

> Promover e garantir a articulação e a integração das intervenções para tratamento, recuperação, reinserção social, por meio das Unidades Básicas de Saúde, Ambulatórios, Centros de Atenção Psicossocial, Unidades de Acolhimento, Comunidades Terapêuticas, Hospitais Gerais, Hospitais Psiquiátricos, Hospitais Dia, Serviços de Emergências, Corpo de Bombeiros, Clínicas Especializadas, Casas de Apoio e Convivência, Moradias Assistidas, Grupos de Apoio e Mútua Ajuda, com o Sisnad, o SUS, o SUAS, o Susp e outros sistemas

> relacionados para o usuário e seus familiares, por meio de distribuição de recursos técnicos e financeiros por parte do Estado, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal (Conad, 2021, p. 54).

Conforme o Conad (2021), estão incluídas neste rol as ações de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social.

No âmbito do tratamento é necessário compreender que a dependência química é uma doença, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Doenças

> [...] são coisas, de existência concreta, fixa e imutável, de lugar para lugar e de pessoa para pessoa; as doenças se expressam por um conjunto de sinais e sintomas, que são manifestações de lesões, que devem ser buscadas, por sua vez, no âmago do organismo e corrigidas por algum tipo de intervenção concreta (Camargo Jr, 2007 p. 65-66).

Conforme *Frossard (s/d*), se a dependência química não for tratada de forma adequada a vida pessoal, familiar, profissional e social da pessoa vai se deteriorando. Em termos de tratamento, até 2019, como dito, na área da atenção ao uso de álcool e outras drogas o foco se encontrava na Redução de Danos.

Com o advento da nova Política Nacional incluiu também a abstinência. Conforme o dicionário Michaelis (s/d, online) o significado de abstinência, entre outros, é "privação, forçada ou não, do uso de álcool ou de outra droga".

Conforme Alarcon (2012, p. 132),

> Estima-se que aproximadamente 20% dos pacientes tratados na rede primária apresentam um padrão de uso de álcool considerado abusivo ou de alto risco. Essas pessoas têm seu primeiro contato com os serviços de saúde por intermédio de clínicos gerais, que raramente detectam a presença de acometimento por tal uso (por uma série de razões, que vão desde as más condições de trabalho até a formação técnica deficiente), o que tem repercussão negativa sobre as possibilidades de diagnóstico e tratamento. Percebe-se que, no geral, o foco da atenção está voltado para as doenças clínicas decorrentes da dependência – que ocorrem tardiamente –, e não para a dependência subjacente.

Se para o caso do álcool é difícil a detecção, para o uso de outras substâncias é ainda mais complexo. Além da pessoa que faz uso, uso indevido ou é dependente de substâncias psicoativas, também deve ser considerado o contexto familiar do indivíduo. Estudos de Laranjeira e outros especialistas apontam para a importância que

> Educação em saúde é fundamental para assegurar não só o entendimento do cliente, como também de sua família, sobre os problemas relacionados ao uso crônico de álcool. Assim como é imprescindível a orientação do paciente sobre o seu problema, a família, parte

> integrante desta disfunção, precisa ser informada e encaminhada para um tratamento mais intensivo, se necessário. Em qualquer dos níveis de comprometimento que o indivíduo se apresente, é essencial trabalhar os conceitos de síndrome de dependência e abstinência alcoólica, com objetivo claro de desenvolver, nesse sistema familiar, a crítica sobre seu papel nesse transtorno, como também promover sua mudança de pensamento e comportamento. Trabalhar a autoestima e a importância da desintoxicação, assim como a prevenção da recaída, são estratégias a serem adotadas nessa fase inicial do tratamento, não só com o paciente, como também com seu sistema familiar e social (Laranjeira *et al*., 2000, p.66).

É importante, conforme Alarcon, "não apenas individualizar as estratégias de cuidado mas também, em especial, construir um projeto terapêutico interdisciplinar e corresponsável, com a participação ativa do próprio dependente e de seus familiares e amigos".

Conforme o autor, o objetivo de um projeto terapêutico é possibilitar a problematização do universo cultural e relacional do indivíduo "pois é por meio de sua identificação ou não com os valores de sua territorialidade que se torna possível a autoconstrução da própria identidade" (Alarcon, 2012, p. 140).

Muitas vezes as ligações territoriais (relações sociais, de trabalho, familiares, comunitárias etc), se encontram muito "frágeis ou rompidas, em virtude dos transtornos inerentes a dependência química, que é grande a possibilidade de o indivíduo retornar ao comportamento compulsivo e autodestrutivo por absoluta falta de perspectiva" (Alarcon, 2012, p. 141). Neste sentido a importância de projetos de Reinserção Social para dependentes químicos que se encontram em tratamento, acolhimento nos serviços do município. Esse vínculo com o território e as fragilidades que ele apresenta ficou latente na pesquisa empírica.

Neste Eixo, também há uma preocupação com a capacitação continuada da rede tanto a governamental, como a não-governamental. Segundo as orientações do Conad (2021, p. 54),

> A capacitação continuada, avaliada e atualizada dos setores governamentais e não-governamentais envolvidos com tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos usuários, dependentes químicos e seus familiares deve ser garantida, com uso de recursos financeiros da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com o objetivo de multiplicar os conhecimentos na área (Conad, 2021 p. 54).

A Política Nacional também criou diretrizes para orientar as ações de tratamento, cuidado e reinserção social:

> [...] Desenvolver e disponibilizar banco de dados, com informações científicas atualizadas, para subsidiar o planejamento e a avaliação das práticas de prevenção, tratamento, recuperação, acolhimento, apoio, mútua ajuda e reinserção social sob a responsabilidade de órgãos públicos, privados ou de organizações não-governamentais sem fins lucrativos, e as

> informações serão de abrangência regional, estadual, municipal e distrital ou, se necessário, serão georreferenciadas, com ampla divulgação, fácil acesso e resguardado o sigilo das informações (Conad, 2021, p. 54).

Na proposta anterior, o Conad (2021) cria diretrizes que avançam na necessidade de desenvolvimento de banco de dados atualizados com o fim de subsidiar políticas e práticas de prevenção, tratamento, recuperação, acolhimento, apoio, mútua ajuda e reinserção social. Também define normas mínimas que regulem

> [...] o funcionamento de instituições dedicadas ao tratamento, ao acolhimento, à recuperação e à reinserção social, em quaisquer modelos ou formas de atuação, monitorar e fiscalizar o cumprimento dessas normas, respeitado o âmbito de atuação de cada instituição, a partir de uma visão holística do ser humano, observadas a intersetorialidade e a transversalidade das ações. [...] Nesse processo, será considerada a multifatorialidade das causas do uso, do uso indevido e da dependência das drogas lícitas e ilícitas e com vistas à promoção e à manutenção da abstinência. (Conad, 2021, p. 54).

A diretriz acima avança na intersetorialidade e na transversalidade das ações, bem como propõe considerar a multifatorialidade das causas do uso, uso indevido e da dependência de substâncias lícitas e ilícitas com vistas à manutenção da abstinência. Outra diretriz extremamente importante estabelece instituir procedimentos de avaliação para as intervenções terapêuticas.

Conforme o Conad (2021, p. 54), é primordial estabelecer “procedimentos de avaliação para as intervenções terapêuticas e de recuperação, com base em parâmetros comuns, de forma a permitir a comparação de resultados entre as diversas formas de intervenção, as suas ações e os serviços ofertados”.

Neste sentido, a Política Nacional também prevê garantir que todos tenham acesso ao tratamento, cuidado e reinserção social. Por isso, destaca a importância em se

> [...] Desenvolver, adaptar e implementar diversas modalidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio, mútua ajuda e reinserção social dos dependentes do tabaco e seus derivados, do álcool e de outras drogas, inclusive seus familiares, às características específicas dos diferentes grupos, incluídos crianças e adolescentes, adolescentes em medida socioeducativa, mulheres, homens, população LGBTI, gestantes, idosos, moradores de rua, pessoas em situação de risco social, portadores de comorbidades, população carcerária e egressos, trabalhadores do sexo e populações indígenas, por meio de recursos técnicos e financeiros (Conad, 2021, p. 54).

O Conad (2021) também prevê “Estimular e apoiar, inclusive financeiramente, o trabalho das comunidades terapêuticas, de adesão e permanência voluntárias pelo acolhido, de caráter residencial e transitório, inclusive entidades que as congreguem ou as representem” (CONAD, 2021, p. 54). Bem como, conforme o Conad (2021, p. 54), estimular e apoiar, também, “financeiramente, o aprimoramento, o desenvolvimento e a estruturação física e funcional das Comunidades Terapêuticas e de outras entidades de tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, de prevenção e de capacitação continuada”.

Outra diretriz prevê também estimular o trabalho de “instituições residenciais de apoio provisório, criadas como etapa intermediária na recuperação, dedicadas à reinserção social e ocupacional após período de intervenção terapêutica aguda” (Conad, 2021, p. 54). Foram criadas diretrizes também para incentivos fiscais, parcerias e convênios nos três níveis de gestão para instituições e organizações públicas que contribuam no tratamento, cuidado e reinserção de dependentes químicos. A diretriz visa

> [...] Propor, por meio de dispositivos legais, incluídos incentivos fiscais, o estabelecimento de parcerias e de convênios que envolvam os governos federal, estaduais, municipais e distrital e que possibilitem a atuação de instituições e organizações públicas, não-governamentais ou privadas sem fins lucrativos, que contribuam no tratamento, no acolhimento, na recuperação, no apoio e na mútua ajuda, na reinserção social, na prevenção e na capacitação continuada (Conad, 2021, p. 55).

Outra diretriz do Conad (2021, p. 55) visa

> [...] Garantir a destinação parcial dos recursos provenientes das arrecadações do Funad, composto por recursos advindos da apropriação de bens e valores apreendidos em decorrência do crime do narcotráfico, para tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, prevenção, educação continuada. [...] Estimular e apoiar, inclusive financeiramente, a Rede Nacional de Mobilização Comunitária e Apoio a Familiares de Dependentes de Drogas, em articulação com grupos e entidades da sociedade civil de reconhecida atuação nesta área. [...] Estimular e apoiar, inclusive financeiramente, entidades dedicadas à formação, à capacitação e ao suporte a grupos de apoio e mútua ajuda e seus facilitadores ou moderadores (Conad, 2021, p. 55).

As diretrizes também propõem “Estimular e apoiar ações e serviços destinados à pessoas reclusas, ex-apenados ou sujeitos a penas administrativas” (Conad, 2021, p. 55). Em termos de regular o atendimento assistencial em saúde, desenvolver novos modelos de assistência e cuidado, além de apoiar o desenvolvimento de novas formas de grupos de apoio e mútua ajuda. Conforme o Conad (2021, p. 55)

> [...] Propor que a Agência Nacional de Saúde Suplementar regule o atendimento assistencial em saúde para os transtornos mentais ou por abuso de substâncias psicotrópicas, de modo a garantir tratamento tecnicamente adequado previsto na Política Nacional de Saúde Mental e na Pnad.
>
> [...] Desenvolver novos modelos de assistência e cuidado, por meio de credenciamento de entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de modo a permitir que esse serviço possa atingir a população nos diferentes pontos do território nacional, incluídas propostas para atendimentos de públicos-alvo diferenciados, com apoio financeiro.
>
> [...] Estimular e apoiar o desenvolvimento de novas formas de grupos de apoio e mútua ajuda, inclusive virtuais, de modo a atingir o público-alvo no seu próprio território, com foco na autonomia do usuário, quando possível, para escolha da melhor forma de receber assistência à sua demanda, mediante plataformas e formas próprias (Conad, 2021, p. 54-55).

Essas diretrizes visam o tratamento, o cuidado e a reinserção social de forma integral. São diretrizes norteadoras para a construção de políticas e ações na área do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas. Em termos de propostas no Eixo de Tratamento, Cuidado e Reinserção Social, a comunidade de Blumenau contribuiu com propostas que vem ao encontro dessas diretrizes, conforme apresentado a seguir:

Em termos de tratamento e cuidado oferece-se os serviços em nível hospitalar e os não hospitalares que são os serviços de atendimento constantes na RAPS – Rede de Atendimento Psicossocial.

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), é um conjunto de diferentes serviços disponíveis nas cidades e comunidades, que articulados formam uma rede, devendo ser capaz de cuidar das pessoas com transtornos mentais e com problemas em decorrência do uso de drogas, bem como a seus familiares, nas suas diferentes necessidades. Instituída por meio da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 (Portaria de origem nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011) e na Portaria nº 3.588/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017 (Minsaude, s/d, online).

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece os pontos de atenção para o atendimento de pessoas com problemas mentais, incluindo os efeitos nocivos do uso de crack, álcool e outras drogas (SM, s/d, online).

A Rede é composta por serviços e equipamentos variados, tais como: os Centros de Atenção Psicossocial(CAPS); os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT); os Centros de Convivência e Cultura, as Unidades de Acolhimento (UAs), e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III) (SM, s/d, online). Da mesma forma estão inseridas na rede RAPS, os Serviços de Atenção

em Regime Residencial, entre os quais estão as Comunidades Terapêuticas, conforme as três portarias do Ministério da Saúde (MS) já citadas anteriormente, além de outros serviços.

Os grupos de mútua ajuda figuram entre as estratégias ou intervenções terapêuticas citadas por Pratta e Santos (2009) voltadas para o atendimento de usuários de álcool e outras drogas, bem como de seus familiares.

A literatura especializada indica que intervenções desenvolvidas em grupo onde os participantes têm a oportunidade de compartilhar vivências e conhecimentos trazem alívio e diminuição de sintomas depressivos, além de favorecerem comportamentos de saúde e de procura por apoio social, contribuindo para a qualidade de vida do ser humano (Chien *et al*., 2011).

Neste sentido, a importância desses grupos que, conforme Reis (2012) são alternativas viáveis e eficazes para situações de sofrimento psíquico geradas por comportamentos compulsivos.

Conforme Vasconcelos (2003), a mútua ajuda desenvolvida em grupos como os grupos de Alcoólicos Anônimos (A.A), entre outros, a partir da troca de experiências e vivências em torno de um problema comum pode contribuir para a promoção da ajuda emocional para os participantes do grupo.

Segundo Reis (2012, p. 193), “Esses grupos possuem uma organização autônoma, na qual a história de cada membro é valorizada como um caminho para o outro buscar suas próprias soluções e enfrentar seus desafios”.

2.3.3 Eixo III - Redução da Oferta

O terceiro eixo estratégico, conforme Stanchack (2017, p. 32), diz respeito à Autoridade. Este eixo é

> traduzido em segurança pública que através de ações integradas entre os órgãos de segurança pública e do sistema de justiça tem a atribuição de fazer o enfrentamento ao tráfico de drogas e ao crime organizado. A integração das ações da segurança pública às ações de prevenção envolvendo a saúde, educação, e assistência social na atenção ao usuário é primordial para a eficácia das intervenções no território. O aprofundamento do diálogo com a polícia civil e militar na construção de uma política centrada no cuidado implica na compreensão de que, medidas punitivas restringem a capacidade de escolha das pessoas que a política quer ajudar.

A autora afirma que “A restrição de liberdade está reservada em nossa sociedade, como exceção, àqueles que colocam outras pessoas em forte risco ou, nos casos de tratamento médico, para

aqueles que estão em risco iminente de morte e precisam de apoio emergencial, de horas ou poucos dias" (Grigolo, 2017, apud Stanchack, 2017, p. 32).

A produção de uma cultura de paz e convivência social segura, com atenção aos lugares públicos para que seja garantido o direito de ir e vir de todos e a proteção pública, são resultado do enfrentamento ao tráfico de drogas e do policiamento comunitário e de proximidade, para que a população possa sentir segurança e ao mesmo tempo ter a garantia de que todas as pessoas possam usufruir dos espaços públicos, sejam pessoas em situação de rua ou moradores do território.

A promoção de espaços urbanos seguros pode ser através do controle do número de cenas de uso, por meio da fiscalização efetiva de pontos ilegais de venda de bebida alcoólica, do ordenamento de grandes eventos, requalificação da iluminação pública, da promoção e requalificação de espaços públicos degradados ou subutilizados, permite sua apropriação por parte da comunidade de parques e praças públicas. Conforme pressuposto da Política Nacional sobre Drogas a corrupção e a lavagem de dinheiro devem ser alvo das ações repressivas, que caminham paralelo às ações de prevenção, acolhimento e tratamento.

O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (2021 -2030), tem como uma de suas ações estratégicas (Ação 05), "Qualificar o combate à corrupção, à oferta de drogas ilícitas, ao crime organizado e à lavagem de dinheiro, com a implementação de ações de prevenção e repressão dos delitos dessas naturezas", e traz como objetivos, dentre outros,

> a. Incrementar as ações relativas à cooperação jurídica internacional, inclusive quanto à recuperação de ativos;
>
> b. Implementar e apoiar projetos e ações destinados à redução de oferta de drogas ilícitas e fortalecer os mecanismos de enfrentamento ao narcotráfico.

Um dos grandes desafios dos governos e das sociedades em todos os níveis, afirma a literatura especializada que alerta para o aumento e a prevalência mundial do consumo de substâncias psicoativas (Conad, 2021). O uso, abuso e dependência de substâncias, além de

> [...] atingir a sociedade, atinge diretamente o sistema penitenciário e a área da segurança pública, onde se vislumbra historicamente o aumento dos índices de violência, o que tem gerado demandas expressivas aos órgãos que atuam na redução da oferta de drogas, exigindo um investimento de recursos cada vez maior por parte do poder público. A dificuldade de coibir a comercialização às drogas ilícitas no país está ligada a aspectos como a facilidade de entrada, circulação e saída das substâncias do país e a lucratividade do tráfico de drogas (Conad, 2021, p. 10)

Os responsáveis pela Redução da Oferta e pelas questões de segurança pública no Brasil são o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Conselho Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Conad). O Fundo Nacional Antidrogas (Funad) tem previsão de "recursos voltados especialmente para ações de redução da oferta, redução da demanda, campanhas, estudos e capacitações relacionadas à temática drogas" (MJSP, 2021, *online*).

Recursos esses que também são aplicados na própria gestão do Funad e na Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) que é a responsável pela gestão do Fundo. Para o Ministério da Justiça a Segurança Pública há diferença entre o que é a Redução da Oferta e o que é a Redução da Demanda

> [...] consiste em projetos de reaparelhamento e custeio das atividades de fiscalização, controle e repressão a uso e tráfico ilícitos de drogas e produtos controlados. Já a redução da demanda está relacionada a programas de prevenção, atenção, cuidado, tratamento e reinserção social de usuários de drogas (MJSP, 2021, *online*).

Diferenciar a Redução da Oferta da Redução da Demanda é importante pois permite compreender e entender o foco deste Eixo-Estratégico para o município de Blumenau. Segundo o Conad (2021), os altos índices de violência no país estão relacionados ao tráfico e isso também se aplica aos municípios. Portanto, a atuação cotidiana com ações de redução de crimes com relação ao tráfico de drogas faz-se urgente. Essas ações devem "proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas" (Conad, 2021, p. 55). Significa que o controle e a repressão são necessários, "porém, para que haja verdadeiros avanços, que seja acompanhado pela redução da demanda, com prevenção efetiva, tratamento, recuperação e reinserção social de usuários" (MPPR, *s/d, online*), pois, o

> [...] fenômeno das drogas tem muitas mutações, desde o desenvolvimento químico dos entorpecentes até os fluxos de mercado mundial. Dessa forma, novas substâncias psicoativas são criadas a todo momento com o intuito de driblar a legislação. Apesar dos desafios, temos trabalhado para capacitar os profissionais para o reconhecimento dessas novas substâncias, além do investimento em pesquisas para o melhor direcionamento das políticas sobre drogas (Nações Unidas, 2021, *online*).

O Conad (2021) definiu orientações também para o Eixo da Redução da Oferta. Essas tratam da "redução substancial dos crimes relacionados ao tráfico de drogas ilícitas, ao uso de tais substâncias e ao uso de drogas lícitas, responsáveis pelo alto índice de violência no País, deve proporcionar melhoria nas condições de segurança das pessoas" (Conad, 2021, p. 55). Já as "Ações contínuas de combate à corrupção, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado e de gestão de ativos

criminais vinculados ao narcotráfico serão consideradas as principais questões a serem alvo das ações de redução da oferta" (Conad, 2021, p. 55).

No que tange à Saúde a Política sobre drogas do Brasil, conforme o Conad (2021), também apresenta preocupação. Estão previstos

> [...] Meios adequados serão assegurados à promoção da saúde e à preservação das condições de trabalho e da saúde física e mental dos profissionais de segurança pública, incluída a assistência jurídica, em especial pelo Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional – Sievap (Conad, 2021, p. 55).

Sobre a repressão às drogas ilícitas orienta-se que

> As ações contínuas de repressão serão promovidas para redução da oferta das drogas ilegais e seu uso, para erradicação e apreensão permanentes de tais substâncias produzidas no território nacional ou estrangeiro, para bloqueio do ingresso das drogas oriundas do exterior, destinadas ao consumo interno ou ao mercado internacional, para identificação e desmantelamento das organizações criminosas e para gestão de ativos criminais apreendidos por meio das ações de redução da oferta.
>
> [...] A coordenação, a promoção e a integração das ações dos setores governamentais, responsáveis pelas atividades de prevenção e repressão ao tráfico de drogas ilícitas, nos níveis de governo, orientarão a todos que possam apoiar, aprimorar e facilitar este trabalho.
>
> [...] A execução da Pnad deve estimular e promover a participação e o engajamento de organizações não-governamentais e dos setores organizados da sociedade, de forma harmônica com as diretrizes governamentais.
>
> [...] As ações dos integrantes do Susp, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Secretaria Especial da Receita Federal do Ministério da Economia, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dos demais setores governamentais com responsabilidade na redução da oferta devem receber irrestrito apoio na execução de suas atividades.
>
> [...] É necessária a interação permanente entre os órgãos do Sisnad, o Poder Judiciário e o Ministério Público, por meio dos órgãos competentes, com vistas a agilizar a implementação da tutela cautelar, com o objetivo de evitar a deterioração dos bens apreendidos (Conad, 2021, p. 56).

2.3.4 Eixo IV - Pesquisa e Avaliação

Pesquisas e diagnósticos tanto em nível de país, como de estado e município.

Conforme orientações do Conad (2021), as ações de prevenção, tratamento, cuidado e reinserção social deverão ocorrer [...] vinculadas a pesquisas científicas, deverão avaliar, incentivar e multiplicar as políticas que tenham obtido resultados efetivos, com garantia de alocação de recursos técnicos e financeiros, para a realização dessas práticas e pesquisas na área, e promoverão o aperfeiçoamento do adequado cuidado das pessoas, com uso abusivo e dependência de drogas lícitas e ilícitas, em uma visão holística do ser humano, com vistas à promoção e à manutenção da abstinência (Conad, 2021, p. 53).

No que tange a prevenção, "Pesquisas acerca da efetividade das intervenções preventivas no Brasil são escassas, pouco valorizadas e descontínuas [...] ou circunstanciadas a programas localizados e sem alcance nacional" (Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020, p. 05).

A própria Lei no 13.840 de 2019 preconiza a sistematização de dados estatísticos sobre a prevenção, tratamento, acolhimento, reinserção e a colaboração mútua e parceria com instituições do setor privado e com os diversos segmentos sociais para a efetivação de ações conjuntas (Brasil, 2019e; Tatmatsu, Siqueira e Del Prette, 2020).

De acordo com o texto da Análise Executiva da questão de drogas no Brasil, "pesquisa e avaliação engloba as ações de expansão do conhecimento científico, desenvolvimento de indicadores, estatísticas e avaliação de políticas, programas e projetos" (Conad, 2021, p. 14).

Para atuar na prevenção e redução da demanda são necessárias pesquisas. Para isso são necessárias parcerias com universidades e/ou institutos que atuam nesta área.

O Conad (2021) ao tratar do Eixo da Redução de Oferta, orienta "estimular as universidades e outras instituições de pesquisa, públicas ou privadas, a pesquisar novas drogas, em relação à sua composição, potencial de ação, potencial tóxico, agravos à saúde e dependência química, entre outros" (Conad, 2021, 57).

Também orienta garantir recursos para a realização de pesquisas, "análises e avaliações sobre as práticas das intervenções públicas e privadas, nas áreas de prevenção do uso, do uso indevido e da dependência de drogas, repressão, tratamento, acolhimento, recuperação, apoio e mútua ajuda, reinserção social, capacitação e formação e redução da oferta" (Conad, 2021, p. 58).

O Conad (2021) também coloca que os resultados dessas pesquisas devem servir de orientação para a continuidade ou reformulação dessas práticas.

A avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas

decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas (Trevisan; Bellen, 2008, p. 536). E que vise "Garantir a realização de estudos e pesquisas com vistas à inovação de métodos e programas de redução de demanda e de oferta (Conad, 2021, p. 49). Destarte, a necessidade da análise e da avaliação de uma política pública.

Conforme Trevisan e Bellen (2008, p. 546), "Diante dos diversos objetivos de uma avaliação de política pública, podem-se distinguir três modalidades de avaliação: avaliação de metas, avaliação de processos e avaliação de impacto".

Ou seja, a avaliação de metas tem como propósito mensurar o grau de êxito que um programa alcança. As metas de um programa são os resultados mais imediatos que dele decorrem (número de pessoas atendidas em centros de saúde, número de horas de aula, número de leitos hospitalares).

Já a avaliação de impacto, conforme Carvalho (2003, p. 186), "é aquela que focaliza os efeitos ou impactos produzidos sobre a sociedade e, portanto, para além dos beneficiários diretos da intervenção pública, avaliando-se sua efetividade social".

Busca-se nessa avaliação detectar as mudanças que efetivamente ocorreram e em que medida as mudanças ocorreram na direção desejada. De acordo com a autora, dois pressupostos orientam a avaliação do impacto: o primeiro reconhece propósitos de mudança social na política em análise e, dessa forma, faz sentido configurar a investigação para mensurar seus impactos; o segundo pressuposto é o que estrutura a análise com base em uma relação causal entre o programa e a mudança social provocada (Trevisan; Bellen, 2008, p. 546-547, grifo no original).

Trevisan e Bellen (2008) apontam para a importância da análise e da avaliação das políticas, programas, projetos etc. e que esta esteja fundamentada em levantamentos e pesquisas.

As diretrizes para este Eixo apontam para a promoção e realização periódica e regular, por meio de instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, de levantamentos abrangentes e sistemáticos sobre o consumo de drogas lícitas e ilícitas, a realização de pesquisas com a sociedade considerando-se o território e as características regionais, culturais e sociais e populações específicas.

2.3.5 Eixo V da Governança, Gestão e Integração

O Eixo da Governança, Gestão e Integração trata dos objetivos comuns da Política sobre drogas que devem ser compartilhados e ancorados nas iniciativas ou ações organizadas pelo

município para fins de interesses coletivos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo de diferentes atores sociais, econômicos e institucionais (Silva et al., 2020).

Nas estruturas de governança pública as relações [...] repousam sobre consenso e cooperação. O processo de criação de consenso é penoso e frágil, porque, ao contrário da negociação, não repousa sobre um equilíbrio de forças, mas sobre "armas de luta iguais" (mesmo para atores politicamente desiguais) (Kissler; Heidemann, 2006, p. 492).

Conforme Kissler e Heidemann (2006, p. 492), "vale o princípio da reciprocidade e da confiança mútua entre os parceiros".

No entanto, "Uma cultura de confiança não se cria por si só; ela resulta de longos anos de desenvolvimento de confiança e de um processo de aprendizagem entre os participantes [...] de condução, ou coordenação [...] autocomprometimento [...] avaliação" (Kissler; Heidemann, 2006, p. 492-493).

O Conad (2021, p. 270) define governança como sendo a "capacidade de formular, implementar políticas e alcançar resultados, além da capacidade de interagir com os diversos atores, articular seus interesses e garantir a transparência e a accountability da atuação governamental".

Souza e Machado (2018, p. 3.190) compreendem a governança como sendo um

> [...] conjunto de estratégias utilizadas para governar, considerando os mecanismos (redes, diálogos) e padrões de articulação entre os atores sociais, que podem ser estatais e não estatais. Assume-se que a formulação e gestão de políticas públicas não deve se limitar ao Estado, mas envolver a participação de atores sociais interessados e implicados com determinada política.

Essa perspectiva destaca uma abordagem relacional em que redes sociais/comunidade se configuram como parte integrante das estruturas de construção de políticas públicas.

Trata-se, essencialmente, de mecanismos de liderança, estratégia e controle. Estes mecanismos visam avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, a forma como são conduzidas as políticas públicas e como é implementada a prestação de serviços de interesse da sociedade (TCU, *s/d*).

"Em essência, a boa governança pública tem como propósitos conquistar e preservar a confiança da sociedade, por meio de conjunto eficiente de mecanismos, a fim de assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas ao interesse público" (Brasil, 2014, p. 21).

Neste sentido, a importância de relações de complementaridade Estado e Sociedade Civil para fins de apoio e suporte para a elaboração e implementação de políticas públicas efetivas. Da mesma forma, tais relações permitem e impulsionam a ação organizada no sentido de ampliar a capacidade de monitoramento e fiscalização de metas e resultados, o que contribui significativamente para ampliar tanto o grau de accountability da gestão quanto a eficiência da ação estatal (Fleury *et al*., 2010, p. 453).

Para tanto, conforme texto do mesmo documento do TCU (2014), são necessárias ações de avaliação e monitoramento das ações e políticas públicas. Governança no setor público refere-se, portanto, aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento; e às interações entre estruturas, processos e tradições, as quais determinam como cidadãos e outras partes interessadas são ouvidos, como as decisões são tomadas e como o poder e as responsabilidades são exercidos (Brasil, 2014, p. 22). Já a integração "reforça a governança no sentido de representar a capacidade de combinar os esforços de diversos atores de maneira harmônica e em prol de um objetivo comum, a solução dos problemas da política sobre drogas" (Conad, 2021, p. 270).

Em uma das reuniões comunitárias para a construção do Plano, dialogou-se sobre a falta de integração entre os serviços. "A rede não conhece a rede" foi o diagnóstico.

Neste sentido, resultados da pesquisa empírica apontam que, para o setor comunitário, o Plano pode ser uma ferramenta útil para o município, no sentido de que vai tornar visível e reconhecidos trabalhos que hoje não são. Hoje existem vários serviços que não se conhecem. Várias forças existentes lutando por um mesmo objetivo, uma ao lado da outra, sem uma reconhecer a outra.

Pessoas reconhecem, no entanto, instituições, em geral, não. Em sua opinião deveria haver mais informação sobre as instituições que ajudam dependentes químicos e sua família na rede. Ajudar um adulto a parar de usar também é prevenção às crianças, adolescentes e jovens que fazem parte daquela família (Avila, 2022a).

Conforme o Conad (2021), a governança e a integração de uma política pública exigem comunicação e interação entre os diversos atores envolvidos no processo.

Uma das preocupações da governança é a qualidade do processo decisório e sua efetividade. Já a gestão entende que já há um direcionamento superior, importa que os agentes públicos garantam sua execução com qualidade.

Neste sentido, faz-se importante garantir a participação social nos processos decisórios e de construção de políticas para o município. A participação social garante a atuação sistêmica das

instâncias coletivas de representação social e de discussão dos assuntos pertinentes ao ambiente social.

A participação social traz dinamismo e novas sinergias na relação entre esses espaços e a comunidade local. É uma forma de a comunidade monitorar (exercer o controle social) ou influenciar na organização de uma sociedade, seja em nível local, regional ou global. Embora a própria construção da CF 1988 garantiu a participação social no país, foi na década de 1990, com a Lei Federal no 8.142, que a participação social passou a ser assegurada por meio de um parâmetro legal.

CONCLUSÃO

O processo de construção de um Plano Municipal sintetiza um conjunto de propostas para os problemas e necessidades da população, identificados por meio de diagnósticos situacionais do município em questão. Sua elaboração passa pela consideração de diversos princípios e diretrizes das políticas as quais se refere. Como estratégia de mudança, traduz as intenções e os resultados de levantamentos efetuados no contexto sócio-territorial do município que se expressam em diretrizes, objetivos estratégicos, ações e metas para um período específico de tempo. Um Plano Municipal é resultado de diagnósticos realizados tanto em nível técnico como em nível comunitário e expressa a responsabilidade municipal para com a população do município. Este documento é um dos que expressa a dimensão comunitária do processo de construção do Plano - o Diagnóstico Comunitário. Seu processo de construção contemplou três dimensões estratégicas: política (do governo), técnica e comunitária, e envolveu, de forma participativa, gestores e técnicos dirigentes dos diversos serviços e segmentos da comunidade relacionados à política sobre drogas do município, bem como, usuários dos serviços e a população em geral. No decorrer do processo de construção considerou-se a análise de problemas relacionados à Política sobre drogas de Blumenau. Este documento forma uma unidade que unir-se-á a outros, com a finalidade de compreender a totalidade da questão das drogas no município, como se expressa no território, nos serviços relacionados à área e no enfrentamento da questão pelos governos e munícipes, que compõem a população do município. A construção deste diagnóstico passou pela pesquisa bibliográfica, documental e empírica por meio de oficinas comunitárias realizadas no território. Ratifica-se sua importância social como vetor dos processos de construção e participação coletiva na discussão das práticas e ações na área do uso, abuso e dependência de álcool e outras drogas no município.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS – COMEN

COMISSÃO INTERSETORIAL DO PLAMIPED.

REFERÊNCIAS

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS, **Linha de ajuda,** 2023. Online. Disponível em: https://www.aa.org.br/linha-de-ajuda Acesso em: 31 mar 2023.

ALMEIDA, U. R.; CÉSAR, J. M.; LUCIANO, L. dos S.; CARVALHO, P. H. A devolutiva como exercício ético-político do pesquisar. **Fractal**: Revista de Psicologia, v. 30, n. 2, p. 204- 213, maio-ago. 2018. DOI: https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5527

AMBIENTE BRASIL. **Vegetação e Relevo**. Blumenau, SC. Disponível em: Blumenau - SC - Ambientebrasil - Ambientes Blumenau, *s/d, online*. Acesso em: 19 jun. 2023.

AVILA, Maria Roseli Rossi, 1967- "Em Blumenau tudo é risco": a percepção e a gestão dos desastres na comunidade da Rua Pedro Krauss Sênior (Blumenau/SC) no período de 2008 à 2015. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento regional) - Universidade Regional de Blumenau, Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional de Blumenau, 2015.

AVILA, M. R. R. Desastre e Território: a gestão dos desastres no Brasil com base no estudo de casos das secas no Piauí, queimadas em Rondônia e enchentes em Santa Catarina. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR). Fundação Universidade Regional de Blumenau, 2021, 598p.

AVILA, M. R. R. **Panorama da situação do uso de álcool e outras drogas no município de Gaspar, SC:** diagnóstico técnico e comunitário. Gaspar, SC: Conselho Municipal de Políticas Públicas Sobre Drogas – COMAD, Junho/2022a. 350 p.

AVILA, M. R. R. **PLAMAD**. Plano Municipal de Políticas sobre Drogas (PLAMAD). Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMAD). Gaspar, junho de 2022b.

AVILA, M. R. R.; KRÜGER, R. R. Codependência de álcool e outras drogas: a mútua ajuda como vetor de resiliência nas famílias codependentes. **Vox Scripturae** – Revista Teológica Internacional – São Bento do Sul/SC – vol. XXV – n. 2 – mai-ago 2017 – p. 307-336.

BANDEIRA, L. BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud**. Fem. 10 (1), Jan 2002, DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100007

BANDEIRA, A. G.; RODRIGUES, C. F.; TOLKSDORG, A. F. HAGEMANN, F. K.; PEREZ, L. M. Diagnóstico Comunitário: as necessidades da comunidade transformando o contexto de um centro de extensão universitária. **Expressa Extensão**. v. 25, n. 3, pp. 122-134, SET-DEZ, 2020. ISSN 2358-8195

BANDEIRA, L. F.; JUNIOR, E. R. Programa Minha Casa Minha Vida (2012-2016): análise da eficiência relativa dos municípios brasileiros na execução de programas federais. **Rev. Adm. Pública,** 55 (2), Mar-Apr 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-761220190341

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. Psicopedag**. Volume 28, nº 85. São Paulo: 2011.

BEUREN, I. M. (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade, 2ª ed., São Paulo: Atlas S.A., 2004.

BORGES, C. D.; OMORÉ, C. L. O. O.; KRENKEL, S.; SCHNEIDER. D. R. *"Família, redes sociais e o uso de drogas: tensionamento entre o risco e a proteção*" Pesquisas e práticas psicossociais 12, 2017, Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000200012 Acesso em: 31 mar 2023.

BLUMENAU. **Conheça Blumenau**. Prefeitura Municipal de Blumenau, SC, *s/d, online*. Disponível em: Conheça Blumenau - Prefeitura de Blumenau Acesso em: 19 jun. 2023.

BLUMENAU, Bairros - **Divisão Administrativa**. Prefeitura Municipal de Blumenau, Blumenau, 25 mar. 2023. Disponível em: https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-urbano/pagina/historia-sobre-municipio/divisa-administrativa-bairros. Acesso em: 25 mar 2023.

BLUMENAU, **Prefeitura registra crescimento na abertura de empresas em Blumenau**, Prefeitura Municipal de Blumenau, Blumenau, 2021, *online*. Disponível em https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/praca-do-empreendedor/praca-do-empreendedor/prefeitura-registra-crescimento-na-abertura-de-empresas-em-blumenau5. Acesso em 27 mar 2023.

BLUMENAU, **Reforma do Abrigo Casa Eliza é inaugurada nesta terça-feira, dia 08,** Prefeitura Municipal de Blumenau, SC; *online,* 2021. Disponível em: https://www.blumenau.sc.gov.br/secretarias/secretaria-de-desenvolvimento-social/semudes/reforma-do-abrigo-casa-eliza-ae-inaugurada-nesta-teraca-feira-dia-0836 . Acesso em: 31 mar 2023.

BRASIL. LEI Nº 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União,** de 16 de julho de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9294.htm Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. DECRETO DE 28 DE MAIO DE 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial para os fins que especifica e dá outras providências. Brasília: Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 30 de maio de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2003/Dnn9890.htm Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. LEI Nº 10.702, DE 14 DE JULHO DE 2003. Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União**, página 1. Brasília, DF: 15 de jul. 2003.

BRASIL. Decreto nº 11.343, de 26 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União**

de 24 de agosto de 2006b, *online*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm#art75 Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 6.117 DE 22 DE MAIO DE 2007. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Diário Oficial da União** de 25 de maio de 2007b. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6117&ano=2007&ato=99cEz%20ZE9ENRpWTaac Acesso em: 03 out. 2022.

BRASIL. LEI Nº 13.022, DE 08 DE AGOSTO DE 2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DOU** de 11 de agosto de 2014 – Edição Extra. Disponível em: L13022 (planalto.gov.br) Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. LEI Nº 13.106, DE 17 DE MARÇO DE 2015. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente; e revoga o inciso I do art. 63 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 - Lei das Contravenções Penais. Ministério da Justiça. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Diário Oficial da União,** 2015. Ano CLII No - 52 Brasília – DF: 18 mar. 2015.

BRASIL. Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019. Aprova a Política Nacional sobre Drogas. Brasília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DOU** de 11 de abril de 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9761.htm Acesso em: 06 out. 2022.

BRASIL. LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Braília, DF: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **DOU** de 12 de dezembro de 2019. Disponível em: L13935 (planalto.gov.br) Acesso em: 19 jun. 2023.

BRASIL. LEI Nº 13.984, DE 3 ABRIL DE 2020, Altera o art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para estabelecer como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. **Diário Oficial da União 3 de abril de 2020**, *online*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm Acesso em 31 mar 2023.

CADCA. Coaliciones Comunitarias Antidrogas de América. **Un diagnóstico comunitario**: analizar la comunidad, identificar problemas y establecer metas. CADCA, EUA, 2008. 46 p.

CARON E.; MACHADO A. M.**;** O Programa Elos para prevenção do abuso de drogas: repercussões no cotidiano escolar **ARTIGOS** • Pro-Posições 32 • 2021 • https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0072.

CARVALHO, S. N. de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo Perspec**. 17 (3-4), Dez 2003, DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300019

CARVALHO, V. A. de. SILVA, R. de F. e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. Espaço Temático: Políticas Sociais e Questões Contemporâneas, **Rev. katálysis** 14 (1), Jun 2011 DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000100007

CERQUEIRA, L. **Guia do Diagnóstico Participativo**. FLACSO. Rio de Janeiro: 2ª Edição, 2021.

CONAD. Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas. **Análise Executiva da Questão das Drogas no Brasil.** Gustavo Camilo Baptista Hugo Torres do Val Yana de Faria (Orgs). Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas. Brasília, DF: 2021.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. **Agora é lei! Assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica!**. CRESS 12ª Região. Florianópolis, SC: 2019. Disponível em: Agora é lei! Assistentes sociais e psicólogos/as na educação básica! – CRESS 12ª Região (cress-sc.org.br) Acesso em: 27 mar. 2023.

CERENE. **Centro de Recuperação Nova Esperança.** Disponível em: https://cerene.org.br/ Acesso em: 28 fev. 2022.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos, quantitativo e misto. 3 edição, Porto Alegre: Artmed, 2010.

CTV. **Centro Terapêutico Vida**. Disponível em: https://ctvida.wordpress.com/ Acesso em: 28 fev. 2022.

DE LEON, G. **A comunidade terapêutica:** teoria, modelo e método. São Paulo: Ed. Loyola, 2003.

ECA. Estatuto da Criança e Adolescente. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** de 16 de julho de 1990, retificado em 27 de setembro de 1990. Brasília, DF, ano 169, 16 jul. 1990.

EIZIRIK, M.; BERGMANN, D. S. Ausência paterna e sua repercussão no desenvolvimento da criança e do adolescente: um relato de caso. **Rev Psiquiatr.** Rio Grande do Sul. 26 (3): pp. 330-336, 2004.

ESTADÃO. **Moradores de imóveis do 'Minha Casa Minha Vida' relatam crimes**. Publicada no Estadão. Hoje em Dia, em 04 de janeiro de 2015 (atualizado em 2021), *online*. Disponível em: Moradores de imóveis do 'Minha Casa Minha Vida' relatam crimes (hojeemdia.com.br) Acesso em: 26 mar. 2023.

ESTATÍSTICAS – Empresometro, Economia – Crescimento, Curitiba, 2023, online, Disponível em: https://empresometro.com.br/Estatisticas Acesso em 27 mar 15:30

FREIRES, Irlan de Almeida. GOMES, Edézia Maria de Almeida. **O Papel da Família na Prevenção ao uso de Substâncias Psicoativas**. **Revista Brasileira de Ciências e Saúde**. Volume 16, nº 1, pp. 99 – 104, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/10899 Acesso em: 13 ago. 2021

FERRARI, J. L. Por que es importante el padre? In: Ferrari, J. L. *Ser padres en el tercer milênio*. Mendoza: Ediciones del Canto Rodado: pp.91-117, 1999.

FERREIRA, D. V. de S.; BORGES, J. F. O policiamento comunitário como uma prática social e o gerencialismo na segurança pública: análises de uma unidade operacional da Polícia Militar.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. III Levantamento Nacional sobre uso de Drogas pela População Brasileira Documentação Complementar II – Versão Janeiro de 2019. Francisco Inácio Bastos Investigador Principal. Laboratório de Informação em Saúde (LIS) Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT) Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 2019. Ministério da Saúde.

FISCHER, R. M.; ABREU, S. F. A. Políticas penitenciárias, um fracasso? **Pesquisa**, Lua Nova 3 (4) • Jun 1987. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-64451987000200012

FONSECA, F. F.; SENA, R. K.; SENA, R.; LANE, R. dos S.; DIAS, O. V.; COSTA, S. de M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev Paul Pediatr** 2013;31(2):258-64.

FURTADO, H. L.; QUITZAU, E. A.; MORAES E SILVA, M. BLUMENAU E SEUS IMIGRANTES: APONTAMENTOS ACERCA DA EMERGÊNCIA DE UMA CULTURA FÍSICA (1850-1899). **Movimento**, *[S. l.]*, v. 24, n. 2, p. 665–676, 2018. DOI: 10.22456/1982-8918.81849. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/81849. Acesso em: 16 jun. 2023.

GAI, C.. O papel do pai. *s/d*. In: Benczik, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. Psicopedag**. Volume 28, nº 85. São Paulo: pp. 67-75, 2011.

GUIA metodológico: **Plano Nacional de Políticas sobre Drogas 2021-2025 diagnóstico, elaboração, monitoramento e avaliação** / organização Hugo Torres do Val ... [et al.] - Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, 2020. 56 p.

GUSSO, G.; LOPES, J. M. C.; DIAS, L. C. **Tratado de Medicina de Família e Comunidade**: princípios, formação e prática. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

IAMAMOTO, M. V. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C. de; LEAL, M. C. (Organizadores). **Política Social, família e juventude:** uma questão de direitos, São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População. Santa Catarina, Blumenau: 2021, online. Disponível em: IBGE | Cidades@ | Santa Catarina | Blumenau | Panorama Acesso em: 16 mar. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Brasileiro de 2010. Blumenau, 2023 online, Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/blumenau/panorama Acesso em 27 mar. 2023.

KNAPP, P.; BERTOLOTE, J. M.; WOITOWITHZ, A.; MONTI. **Prevenção da Recaída**. Um manual para pessoas com problemas pelo uso do álcool e das drogas. Artes Médicas, 1994.

LIMA, D. K. R. R.; GUIMARÃES, J. A Rede de Atenção Psicossocial sob o olhar da complexidade: quem cuida da saúde mental? SAÚDE DEBATE | Rio de Janeiro, V. 43, N. 122, P. 883-896, JUL-SET, 2019.

LUIZ. Heitor Furtado e al. **Blumenau e seus imigrantes**: Apontamentos acerca da Emergência de uma cultura física (1850-1899) online, 2018 Disponível em: scielo - Brasil - Blumenau e seus

imigrantes: apontamentos acerca da emergência de uma cultura física (1850-1899) Acesso em 27 mar. 2023.

MCDOWELL, J.; WAKEFIELD, N. (Dr). **A diferença que o pai faz**: criando um ambiente para a sexualidade saudável de seu filho. Candeias. São Paulo. 1989, p. 12.

MACHADO, R. A invenção da cidade centralizada: História e Memória na Blumenau contemporânea. (1974 – 2002). In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA – ANPUH, 26.,2011. **Anais.**.. São Paulo, jul. 2011. p 1-11.

MARCINO, L. F.; GIACON-ARRUDA, B. C.; TESTON, E. F.; SOUZA, A. S. de; MARCHETI, P. M.; LIMA, H. de P.; MARCON, S. S.; ARATAN, N. Prática de lazer em adolescentes e fatores associados: implicações para o cuidado. **Acta Paul Enferm**. 35, 2022. DOI: https://doi.org/10.37689/acta-ape/2022AO02041

MASP. Método de Análise e Solução de Problemas. **Siteware**, [1998] 2018, *online*. Disponível em: https://www.siteware.com.br/metodologias/metodologia-de-analise-e-solucao-de-problemas/ Acesso em: 26 out. 2021.

MJSP. A Política Nacional Sobre Drogas: quando tudo começou. Governo Federal. **Ministério da Justiça** e Segurança Pública. Brasília, DF. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/a-politica-nacional-sobre-drogas#:~:text=Quando%20tudo%20come%C3%A7ou&text=Assim%2C%20a%20primeira%20norma%20legal,foi%20alterado%20pela%20Lei%20n. Acesso em: 03 out. 2022.

MOURA, A. B. F.; LIMA, M. da G. S. B.. A reinvenção da roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.5, n.15, p.24-35, 2014.

MUZA, G. M. Da proteção generosa à vítima do vazio. In: Silveira, P. (Editor) **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas. pp.143-50, 1998.

NARCÓTICOS ANÔNIMOS, **Linha de ajuda**, 2023. online. Disponível em: https://www.na.org.br/linha-de-ajuda Acesso em 31 mar 2023.

NASCIMENTO, S. do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NOGUEIRA, A. L. G.; MUNARI, D. B.; SANTOS, L. F.; OLIVEIRA, L. M. de A. C.; FORTUNA, C. M. Fatores terapêuticos identificados em um grupo de Promoção da Saúde de Idosos. **Rev Esc Enferm**. USP: São Paulo, SP. 2013, p. 1353.

OLIVEIRA, C. C.; REIS. A. Questões epistemológicas e bioéticas da prevenção quaternária. Temas Livres, **Physis,** 22 (4) , 2012 DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-73312012000400012

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, Comissões, **Comissão OAB Por Elas,** online, Subseção de Blumenau, Seccional do Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://www.oab-bnu.org.br/comissoes/28685-projeto-oab-por-elas.html. Acesso em 31 mar 2023

PASCHALL, M. J.; RINGWALT, C. L.; FLEWELLING, R. L. Effects of parenting, father absence, and affiliation with delinquent peers on delinquent behavior among African-American male adolescents. *Adolescence*. Volume 38 (149): pp. 15-34, 2003.

PAYÁ, R.. FIGLIE, N. B. **Aconselhamento em Dependência Química**. 2. ed. São Paulo: Editora Roca, 2004,

PJSC. PODER JUDICIÁRIO DE SANTA CATARINA, Justiça estuda diretrizes para criação de grupos reflexivos a agressores de mulheres, **Notícias, 2020** online. Disponível em: https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/justica-estuda-diretrizes-para-criacao-de-grupos-reflexivos-para-agressores-de-mulheres. Acesso em: 31 mar 2023.

PMSC. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Rede Catarina, **Participar da Rede Catarina de Proteção à Mulher,** s/d online. Disponível em: https://www.pm.sc.gov.br/paginas/rede-catarina . Acesso em: 31 mar 2023.

PINHEIRO, L. R. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. **Pro-Posições**, Campinas, SP, V. 31, e20190041, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-6248-2019-0041

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. O processo saúde-doença e a dependência química: interfaces e evolução. **Psic.: Teor. e Pesq**., Brasília, v. 25, n. 2, jun. 2009.

PSICANÁLISE CLÍNICA. Centro de Valorização da Vida: missão e telefone do CVV. Psicanálise Clínica, 2021, *online*. Disponível em: Centro de Valorização da Vida: missão e telefone do CVV (psicanaliseclinica.com) Acesso em: 27 mar. 2023.

REAd | Porto Alegre – Vol. 26 – N.º 3 – Setembro / Dezembro 2020 – p. 642-672.

REIS, T. R. Empoderamento e Grupos de Mútua Ajuda. In: ALARCON, S., JORGE, M. A. S., comps. **Álcool e outras drogas**: diálogos sobre um mal-estar contemporâneo [*online*]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012, pp. 191-209. ISBN: 978-85-7541-539-9. DOI: https://doi.org/10.7476/9788575415399.0010 .

RELATÓRIO de Atividades – Fevereiro 2022. Construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau – PLAMIPED. Cruz Azul no Brasil, Blumenau, Santa Catarina, março de 2022.

RELATÓRIO de Atividades –Março 2022. Construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau – PLAMIPED. Cruz Azul no Brasil, Blumenau, Santa Catarina, abril de 2022.

RELATÓRIO de Atividades - Abril 2022. Construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau – PLAMIPED. **Relatório de Atividades.** Cruz Azul no Brasil, Blumenau, Santa Catarina, maio de 2022.

RELATÓRIO de Atividades – Maio 2022. Construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau – PLAMIPED. **Relatório de Atividades.** Cruz Azul no Brasil, Blumenau, Santa Catarina, junho de 2022.

RELATÓRIO de Atividades – Junho 2022. Construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau – PLAMIPED. **Relatório de Atividades.** Cruz Azul no Brasil, Blumenau, Santa Catarina, julho de 2022.

RELATÓRIO de Atividades – Julho 2022. Construção do Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau – PLAMIPED. **Relatório de Atividades.** Cruz Azul no Brasil, Blumenau, Santa Catarina, agosto de 2022.

ROSSI, C. C. S.; TUCCI, A. M. Acesso ao tratamento para dependentes de crack em situação de rua. **Psicol. Soc**. 32, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32170161

SAMPAIO, M. L.; JÚNIOR, J. P. B. Rede de Atenção Psicossocial: avaliação da estrutura e do processo de articulação do cuidado em saúde mental. **Cad. Saúde Pública**, 2021. DOI: 10.1590/0102-311X00042620

SANTORO, A. O papel do pai. In: Benczik, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. Psicopedag**. Volume 28, nº 85. São Paulo: pp. 67-75, 2011.

SCHENKER, M.; MINAYO C. S.; Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência, **Ciência e Saúde Coletiva,** online, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/gkX7PLctLG7ZB7w6VRzVznp/#. Acesso em: 31 mar 2023.

SEBENELLO, D. C.; KLEBA, M. E.; KEITEL, L. Práticas de lazer e espaços públicos de convivência como potência protetiva na relação entre juventude e risco. **R. Katál**., Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 53-63, jan./jun. 2016.

SEIBEL, L. B.; et al. Rede de Apoio Social e Funcionamento Familiar: Estudo Longitudinal sobre Famílias em Vulnerabilidade Social, **Pensando fam. vol.21 no.1 Porto Alegre jul. 2017**

SEMUDES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **Memória de Encontro Comissão Permanente de Políticas Intersetoriais e integradas sobre drogas**. Blumenau, SC, 2021.

SEMUDES. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. **CRAS Bandenfurt**. Blumenau, SC, *por telefone em janeiro de 2023*.

SILVA, K. M. M.; VASCONCELOS, V. O. de. **As rodas de conversa como instrumento metodológico na educação de jovens e adultos**. Eja em Debate. Seção Teorias e Práticas Pedagógicas. Edição Ano 8, nº 13, jan/jun, 2019.

SICONV. **Portal dos Convênios - SICONV**. Acesso ao SICONV Concedente, Convenente/Proponente. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão Departamento de Suporte à Gestão do Sistema de Transferências Voluntárias da União. Portal dos Convênios – SICONV. Manual do Usuário. Brasília, DF: 2013.

SOUZA, M. S. e. MACHADO, C. V. Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Ciênc. saúde colet**. 23 (10), Out. 2018, DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320182310.14112018

TUMELERO, N. **Pesquisa de levantamento**: material completo, procedimentos e exemplos. Mettzer. Disponível em: https://blog.mettzer.com/pesquisa-de-levantamento/ Acesso em: 08 jun. 2022.

TCU. Tribunal de Contas da União. **Mecanismos de Governança do TCU**. Disponível em: Mecanismos de governança | Portal TCU Acesso em: 19 jun. 2023.

UNODC. Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Relatório Mundial sobre Drogas 2021 avalia que a pandemia potencializou riscos de dependência. Disponível em: Relatório Mundial sobre

Drogas 2021 avalia que pandemia potencializou riscos de dependência – Agência AIDS (agenciaaids.com.br) Acesso em: 19 09 2022.

VALENTE, J. Y.; GALVÃO P. P. O.; GUSMOES J. D. S. P.; ZILA M. S.; Revisão sistemática sobre o efeito do programa escolar de prevenção ao uso de drogas Keepin' it REAL: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD, **REVISÃO** • Ciênc. saúde coletiva 27 (11) • Nov 2022 • https://doi.org/10.1590/1413-812320222711.07162022.

WEIL, S. A. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1979.

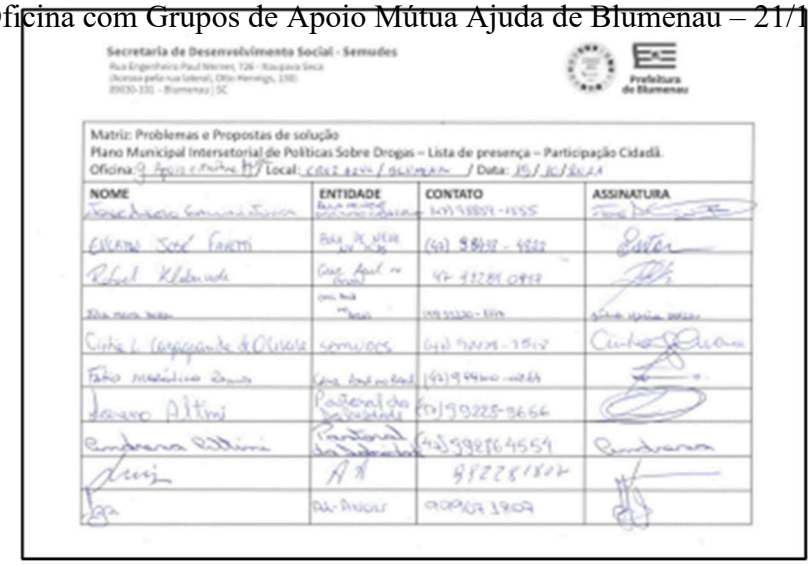
WERNER, D.; BOWER, B. Aprender com a comunidade. In: **Aprendendo e ensinando cuidar da saúde**: manuais de métodos, ferramentas e ideias para um trabalho comunitário. São Paulo: Paulus, 1984, 121p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd09_05c.pdf Acesso em: 22 jun. 2022.

YAGIU, H.; CASTRO-SILVA, C. R.; FILHO, A. E. MARTINS, S. T. F. Participação social de lideranças comunitárias em um contexto de desigualdade social e no enfrentamento da pandemia da COVID-19: um enfoque psicossocial. **Saúde Soc.** São Paulo, v.30, n.2, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902021210008

ZANELATTO, N.. Prevenção de Recaída. In: DIEHL, A.; CORDEIRO, D. C.; LARANJEIRA, R.; e colaboradores. **Dependência Química:** prevenção, tratamento e políticas públicas/Alessandra Diehl... (*et al*). – Porto Alegre: Artmed, pp. 278-287. 2011.

APÊNDICE A – Documentos comprobatórios Oficinas 2021 - 2022: lista de presença

1ª - Oficina com Grupos de Apoio Mútua Ajuda de Blumenau – 21/10/2021



Secretaria de Desenvolvimento Social - Semudes

Prefeitura de Blumenau

Matriz: Problemas e Propostas de solução
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas – Lista de presença – Participação Cidadã.

NOME	ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA

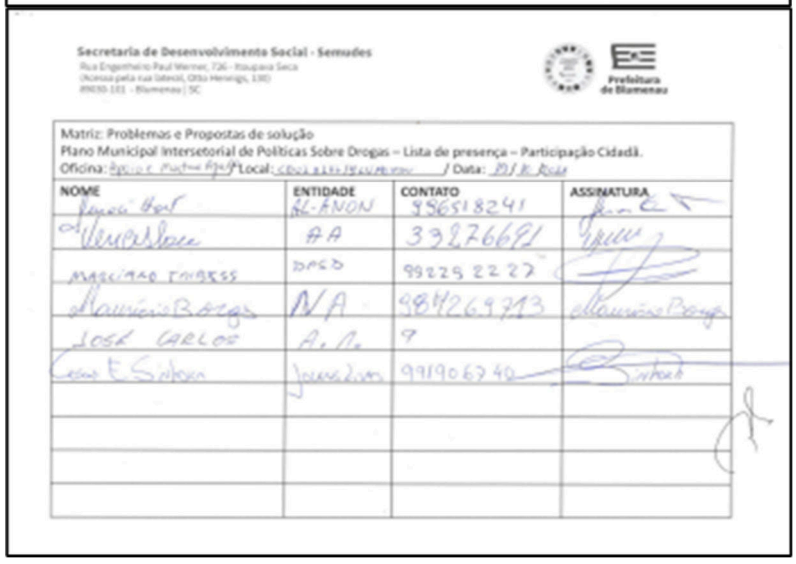


Secretaria de Desenvolvimento Social - Semudes

Prefeitura de Blumenau

Matriz: Problemas e Propostas de solução
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas – Lista de presença – Participação Cidadã.

NOME	ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA



Secretaria de Desenvolvimento Social - Semudes

Prefeitura de Blumenau

Matriz: Problemas e Propostas de solução
Plano Municipal Intersetorial de Políticas Sobre Drogas – Lista de presença – Participação Cidadã.

NOME	ENTIDADE	CONTATO	ASSINATURA

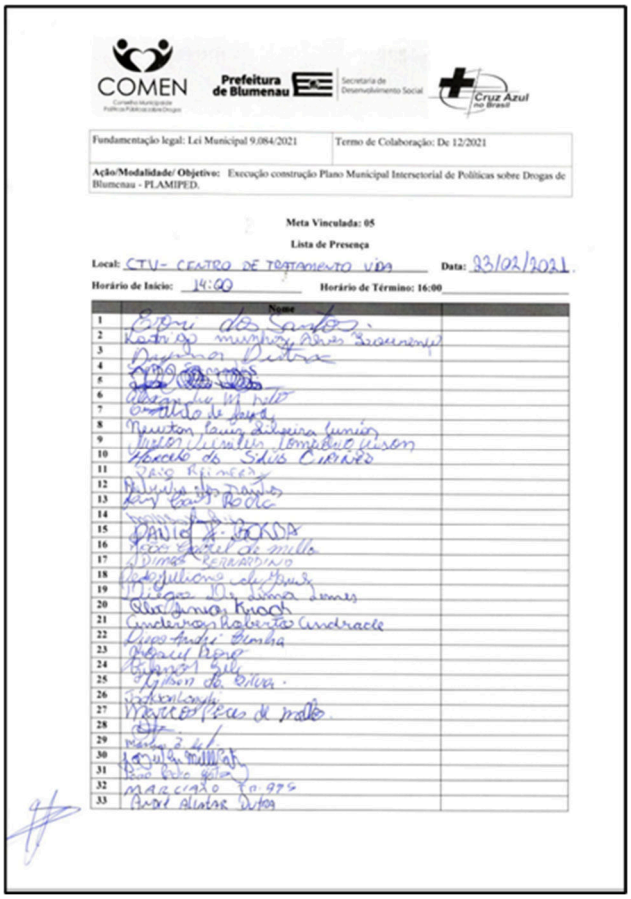
Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 25)

2ª - Oficina com Usuários do CERENE – 24 02 2022



Fonte: Relatório e Atividades (Fevereiro de 20200, p.26)

3ª - Oficina com Usuários do CTV – 23 02 2022



COMEN — Prefeitura de Blumenau — Secretaria de Desenvolvimento Social — Cruz Azul no Brasil

Fundamentação legal: Lei Municipal 9.084/2021 | Termo de Colaboração: De 12/2021

Ação/Modalidade/ Objetivo: Execução construção Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau - PLAMIPED.

Meta Vinculada: 05

Lista de Presença

Local: CTV- CENTRO DE TRATAMENTO VIDA **Data:** 23/02/2021

Horário de Início: 14:00 **Horário de Término:** 16:00

	Nome	
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		
31		
32		
33		



COMEN — Prefeitura de Blumenau — Secretaria de Desenvolvimento Social — Cruz Azul no Brasil

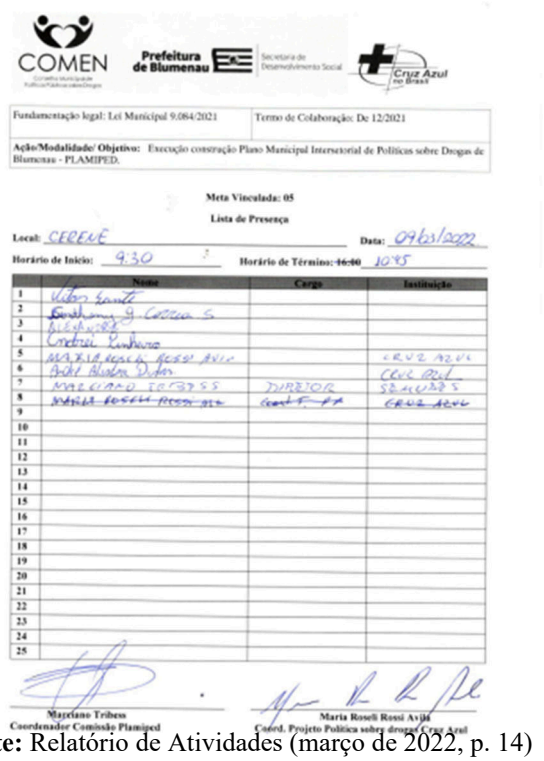
34		
35		
36		
37		
38		
39		
40		

Marciano Tribess
Coordenador Comissão Plamiped

Maria Roseli Rossi Avila
Coord. Projeto Política sobre drogas Cruz Azul

Fonte: Relatório de Atividades (fevereiro de 2022, p.19)

4ª - Oficina com Adolescentes acolhidos no CERENE – 09 03 2022



COMEN — Prefeitura de Blumenau — Secretaria de Desenvolvimento Social — Cruz Azul no Brasil

Fundamentação legal: Lei Municipal 9.084/2021 | Termo de Colaboração: De 12/2021

Ação/Modalidade/ Objetivo: Execução construção Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau - PLAMIPED.

Meta Vinculada: 05

Lista de Presença

Local: CERENE **Data:** 09/03/2022

Horário de Início: 9:30 **Horário de Término:** ~~16:40~~ 10:45

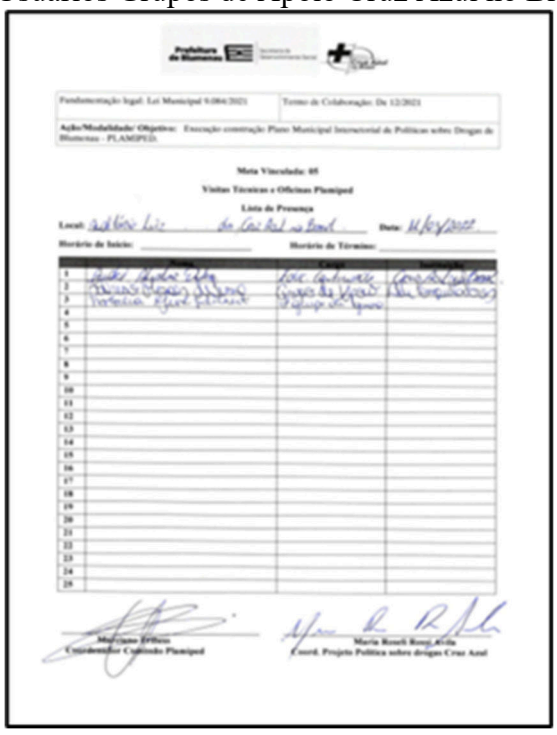
	Nome	Cargo	Instituição
1			
2			
3			
4			
5			CRUZ AZUL
6			CRUZ AZUL
7		DIRETOR	SEMUDES
8			CRUZ AZUL
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

Marciano Tribess
Coordenador Comissão Plamiped

Maria Roseli Rossi Avila
Coord. Projeto Política sobre drogas Cruz Azul

Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 14)

5ª - Oficina com Usuários Grupos de Apoio Cruz Azul no Brasil – 11/03/2022



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 22)

6ª - Oficina Usuários Amblu, Centro POP e Abordagem Social – 14 03 2022



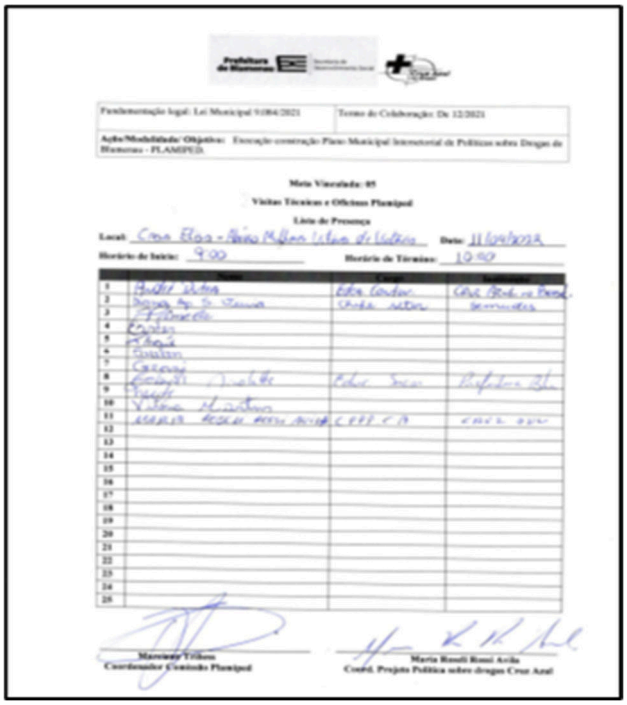
Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 32)

7ª – Oficina com Usuários CAPSad – 25 03 2022



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 41)

8ª Oficina com Usuárias Casa Eliza – 11 04 2022



Fundamentação legal: Lei Municipal 9.084/2021 | Termo de Colaboração: Dt. 12/2021

Ação/Modalidade/ Objetivo: Execução-construção Plano Municipal Intersetorial de Políticas sobre Drogas de Blumenau - PLAMSPED.

Meta Vinculada: 05

Visitas Técnicas e Oficinas Planejad

Lista de Presença

Local: Casa Eliza - Núcleo Mulheres Usuárias de Substâncias Data: 11/04/2022

Horário de Início: 9:00 Horário de Término: 10:40

	Nome	Função	Instituição
1	[illegible]	[illegible]	[illegible]
2	[illegible]	[illegible]	[illegible]
3	[illegible]		
4	[illegible]		
5	[illegible]		
6	[illegible]		
7	[illegible]		
8	[illegible]	[illegible]	[illegible]
9	[illegible]		
10	[illegible]		
11	[illegible]	[illegible]	[illegible]
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			

Marcinely Tribess
Coordenador Comissão Planejad

Maria Rosali Rossi Avila
Coord. Projeto Política sobre drogas Cruz Azul

Fonte: Relatório de Atividades (abril de 2022, p. 03)

APÊNDICE B – Documentos comprobatórios oficinas 2021 – 2022: Fotos

1ª - Oficina com Grupos de Apoio Mútua Ajuda de Blumenau – 21/10/2021



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 25)

2ª - Oficina com Usuários do CERENE – 24 02 2022



Fonte: Relatório de Atividades (fevereiro de 2022, p. 25)

3ª - Oficina com Usuários do CTV – 23 02 2022



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 14)

4ª - Oficina com Adolescentes acolhidos no CERENE – 09 03 2022



Fonte: Relatório de Atividades (fevereiro de 2022, p.18)

5ª - Oficina com Usuários Grupos de Apoio Cruz Azul no Brasil – 11/03/2022



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 22)

6ª - Oficina Usuários Amblu, Centro POP e Abordagem Social – 14 03 2022



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 3**2)**

7ª Oficina Usuários CAPSad 25 03 2022



Fonte: Relatório de Atividades (março de 2022, p. 40)

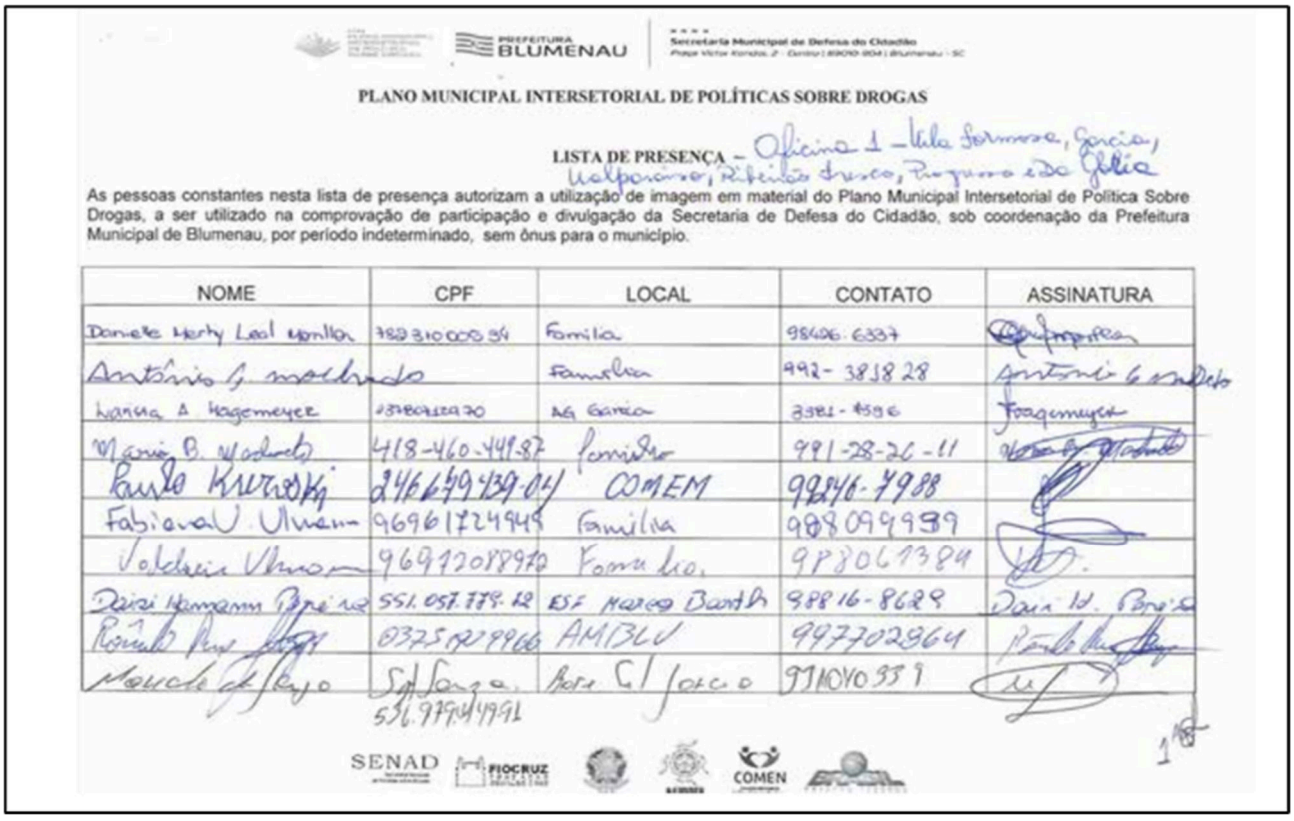
8ª Oficina Usuárias Casa Eliza 11 04 2022



Fonte: Relatório de Atividades (abril de 2022, p. 13)

ANEXO A – Documentos comprobatórios oficinas 2017: listas de presença

Data: 07 de junho de 2017. Oficina 01 – CSU GARCIA.



PREFEITURA BLUMENAU — Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA – Oficina 1 – Vila Formosa, Garcia, Walpariso, Ribeirão Fresco, Progresso e Da Glória

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
Daniele Herty Leal Coelho	783 310 009 34	Família	98406 6337	
Antônio G. machado		Família	992- 38828	
Vanessa A Hagemeyer	038842229 70	AG Garcia	3381 - 8596	
Maria B. Machado	418-460-449-87	Família	991-28-26-11	
Paulo Krukoski	246679439-04	COMEN	98846-7988	
Fabiana V. Ulmann	969617249 49	Família	988099989	
Valderia Ulmann	969720889 70	Família	998061384	
Daisi Hermann Bonilha	551.057.779-72	ESF Morro Banta	98816-8689	
Ronaldo Rosa	037502799 66	AMBLU	997702964	
Marcelo de Souza	551.979.4991	Rua C/ Garcia	991070359	

SENAD FIOCRUZ COMEN

1/8



PREFEITURA BLUMENAU — Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
Marilei Rickmann Tribess	842603409 53	—	991742836	
Vanessa R Cardoso	989268409 68	Semeadeis	984298403	
Carlise M. Meyer	008 677 509-19	Comen		
Soraya D. O de Medeiros	058 314849-99	Apoio ao Conselho	99950-0724	
Silvia de Mello Moraes	860 502 209 58-68	Supervisão Reg. Garcia	99613-3145	
Alessandra M Souza	717 037 099 96	CAPS II	999128285	
Jeferson	RG 1.917.887	A A	99683 4702	
Miriam M. Tillmann	502 081 879-87	Assistente Social	988083001	
Deisse P. Mette	083 147 09-66	SEDEC	99595-8080	
Shaiane Honorio	085 752 279 55	SEDEC I	98489-6138	
Carlos marcelo	116 824 464 93	Conselho garcia	992182769	

SENAD FIOCRUZ COMEN

2/8



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

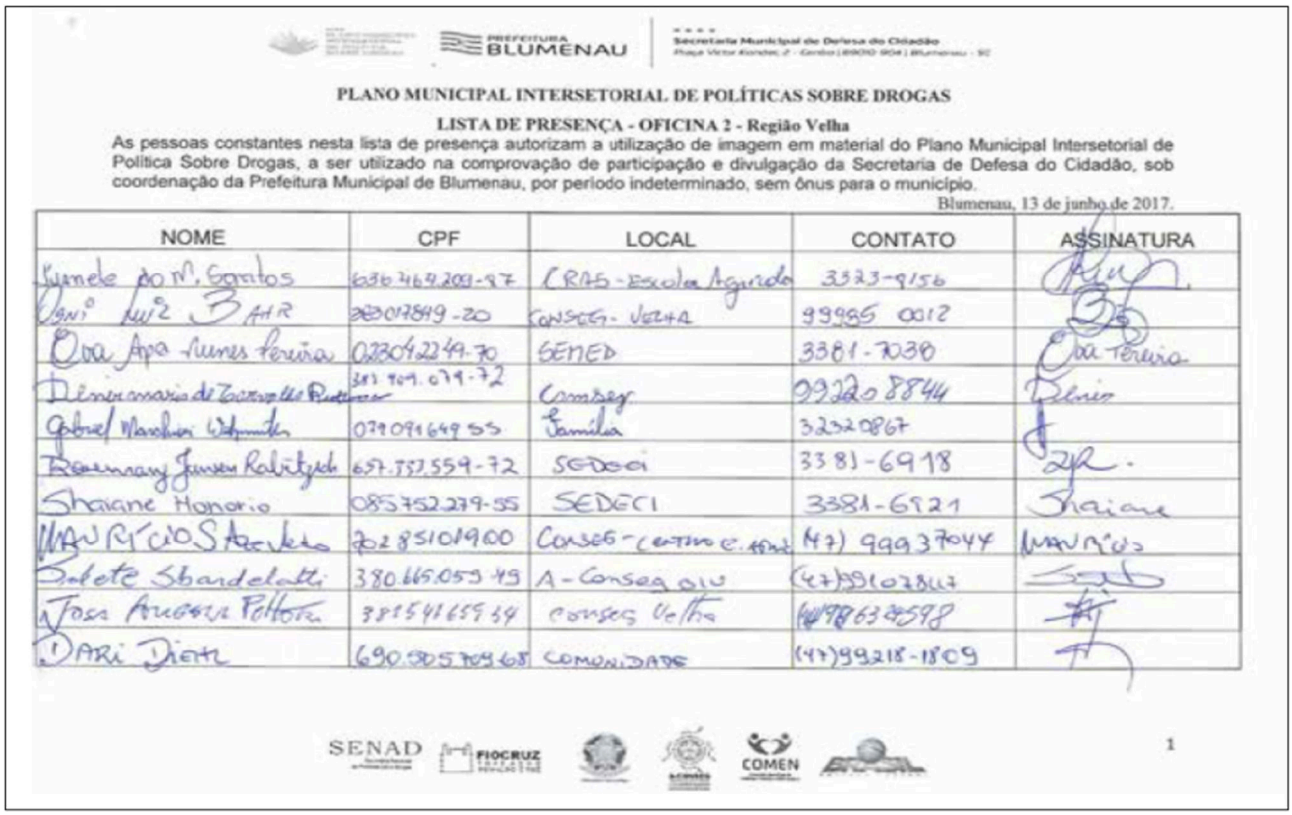
NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
Eilean V. Dietrich Leal	485.510.319-53	comunidade	3326-6906	
Elezangela C. dos Santos	041.004.239-99	Sedeci	3381 - 6911	
P. NEVES	438.146.209-04	P. C.	3372 8460	
Marisa Santos	400.114.889.72	Sedeci	99901 0733	
Sandra Lima Vidaino	050.267.218-09	SENAD / FIOCRUZ	999712840	
Rosemary Jansen Rabitzsch	657.333.559-72	SEDECI	3381-6918	

SENAD FIOCRUZ COMEN

3

Fonte: Stanchack (2018, pp. 58-59)

Data: 13 de junho de 2017. Oficina 02 – CSU Bairro da Velha



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 2 - Região Velha

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 13 de junho de 2017.

NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
Kumele do N. Santos	030.469.209-97	CRAS - Escola Agrícola	3323-9156	
Vanio Luiz Bahr	383.017.849-20	CONSEG - VELHA	99995 0012	
Ana Paula Nunes Ferreira	033.042.249-70	SEMED	3381-7030	
Dinamarco de Souza [illegible]	381.909.079-72	Comsey	99220 8844	
Gabriel Marchiori [illegible]	079.091.649-55	Família	32320867	
Rosemary Jansen Rabitzsch	657.757.559-72	SEDECI	3381-6918	
Shaiane Honorio	085.752.279-55	SEDECI	3381-6921	
Mauricio Stanchak	702.851.019.00	Conseg - Centro e Velha	47) 99937044	
Isabete Sbardelotti	380.665.059-49	A - Conseg Velha	(47)991078117	
Josi Angela Pelloso	381.541.659-34	Conseg Velha	99863 3598	
Dari Dietz	690.305.709-68	COMUNIDADE	(47)99218-1809	

SENAD FIOCRUZ COMEN

1

PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 2 - Região Velha

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município. Blumenau, 13 de junho de 2017.

NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
Jorge Fernando Maciel	665.[illegible]	SGM-CV	3781 6080	
Vilmar S. Ackermann	CONSEG V	51 9266 4915	99637 6179	
Ravelo [illegible] Pereira	533602739 15	CONSEG VELHA	99982 7115	
Maura? Schaefer	732352299-49	Hercilio Deeke	991241674	
Maria Tereza de Aguiar	248936 889-53	Conseg Velha/13 de Maio	9.9150 0458	
Edmara P. Motte	006.304.709-66	Sedec	9995-1850	
Elizangela (dos Santos)	04900423499	Sedeci	9999 79190	
Aline Nardelli	966 449 069-15	Conseg Velha	99187-1862	
Adriane D'Avila	891590460 53	PM	965095-07	
Paula H. de Almeida	988 389 389-20	DMSC (DASE VELHA)	9910 3-2454	
Ofelia [illegible]	997 235 819 04	SEMDES	997693769	
Paula [illegible]	037519099 66	SEMDES	997702864	

SENAD FIOCRUZ COMEN

2

PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

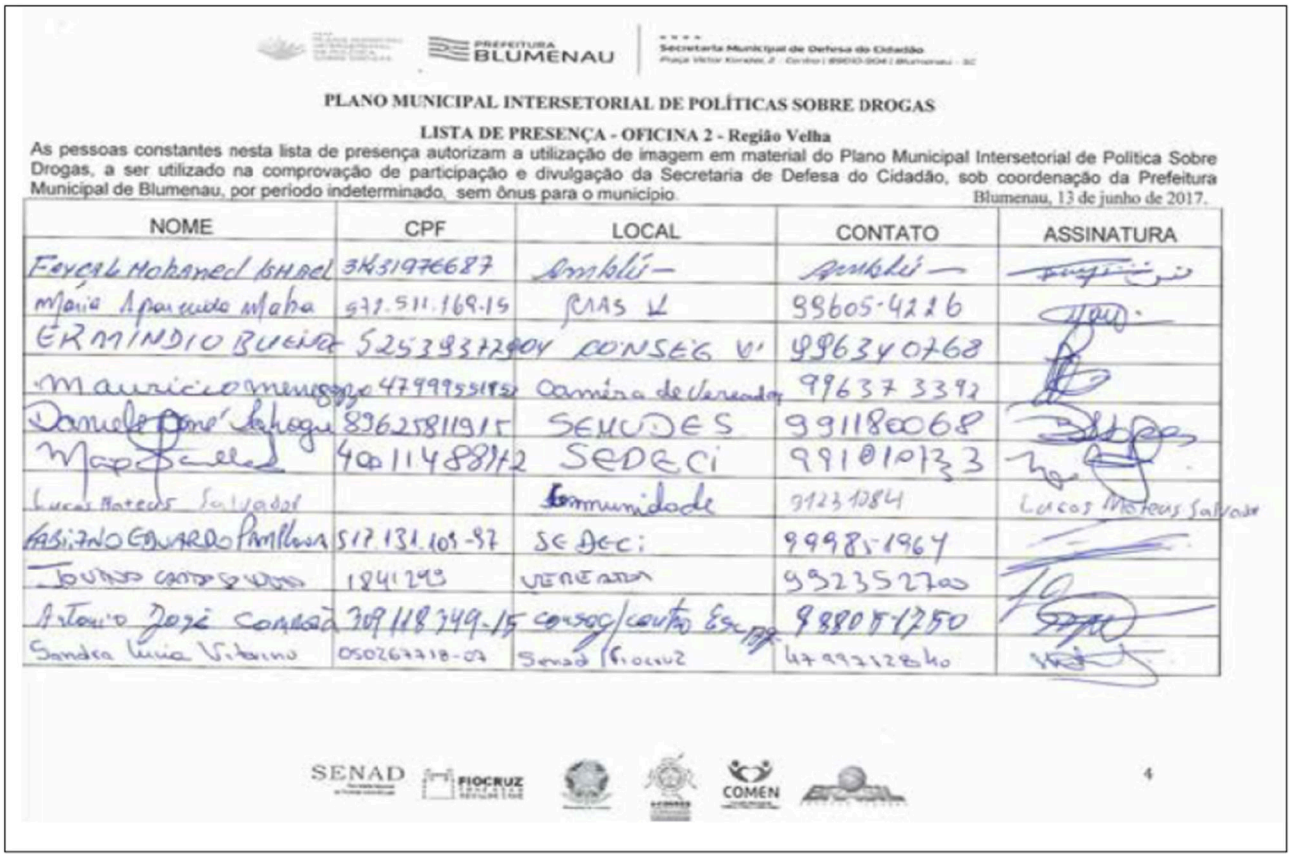
LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 2 - Região Velha

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município. Blumenau, 13 de junho de 2017.

NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
EVERTON CORRÊA	039 352 089-80	10º BPM	4799121-9694	
Ramides Batista [illegible]	886579439-72	EBM Coronel Procópio	98464 8306	
MARCIANO FORBES	773 995 809 82	SEMDES	9922 922 27	
Nayra Luisa Silva	041.245.099-28	AMBLU	9322-8641 3331-7777	Nayra Luisa Silva
Rosana Amanda dos Santos Epifanio	806266 559 91	SEMUDES - CRAS V	9916 4 2716	
JORGE SELTENREICH	3 904 600 891 5	SEDEC	9994 302 03	
Antonio Neves	438 9[illegible] 229 [illegible]	P. C.	9 8804 2937	
Katia R.V. Schmidt	844 546 959-20	Pmb - CRAS V	9 9225 6733	
VIVIAN PERSUHN	445.170.259-34	Conselho Tutelar 2	3381 6613	
Mariana Dias	080 [illegible] 089-37	Semdes / GMC	3381 3559	
Bruna de Melo Lima	08439629-93	ITCP/FURB	47 988040012	
Karin Mara [illegible]	542 402 449 04	AG Velha	47 99193 0777	

SENAD FIOCRUZ COMEN

3



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 2 - Região Velha

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 13 de junho de 2017.

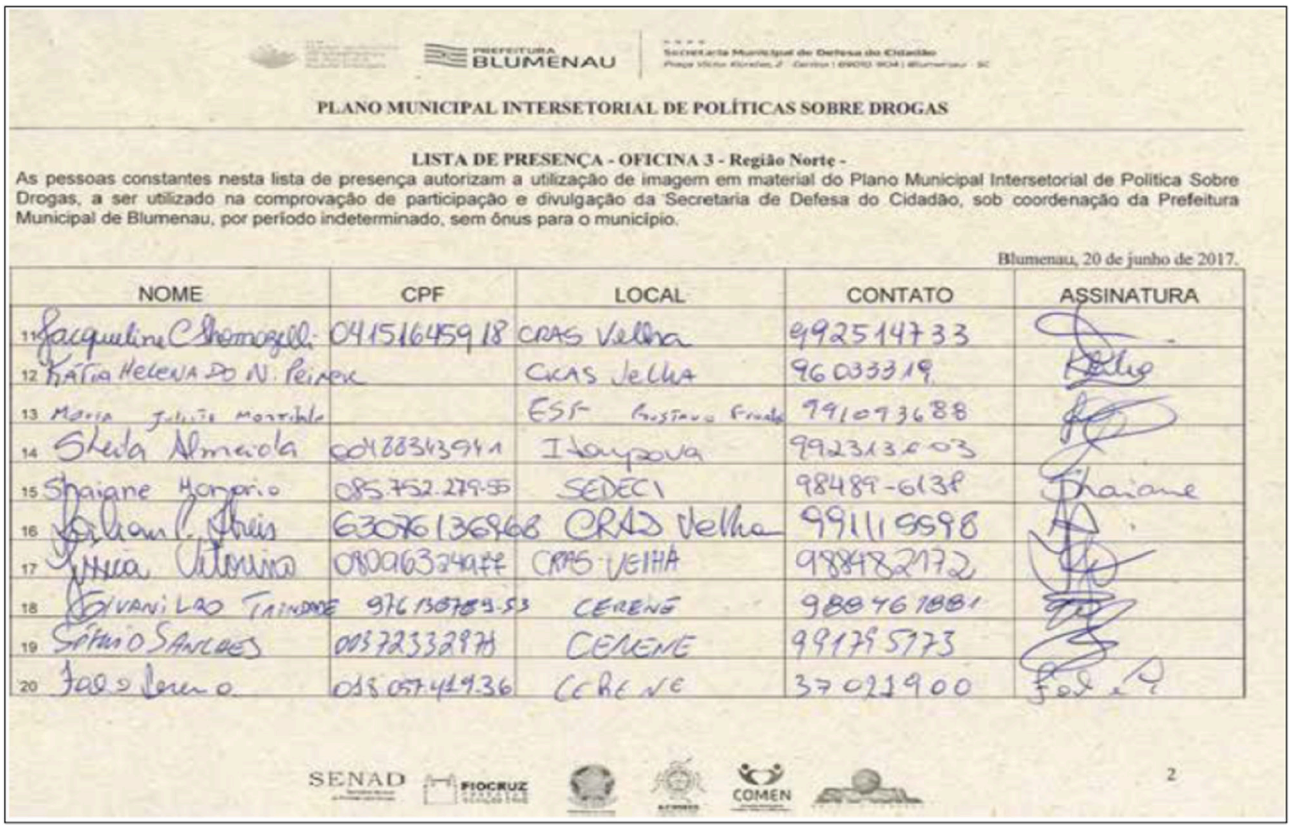
NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
Fayçal Mohamed Ghaoui	3K31976687	Semblés	Semblés	
Maria Aparecida Maba	671.511.169-15	CRAS V	98605-4216	
ERMINDIO BUENO	525393726	CONSEG V	99634 0768	
Mauricio Menezes	47999331852	Câmara de Vereadores	99637 3392	
Daniele Jane Schaeffer	83625811915	SEMUDES	991180068	
Mapi Sales	40011488142	SEDECI	991010133	
Lucas Mateus Salvador		Comunidade	91231284	Lucas Mateus Salvador
FABIANO EDUARDO PINHEIRO	517.131.109-87	SEDEC	99985-1964	
JOVANI CARLOS DOS SANTOS	1841293	VEREADOR	993235220	
Antonio José Correia	309118349-15	Conselho/Centro Esp.	9880 81250	
Sandra Luiza Vitorino	050267318-07	Senad/Fiocruz	47997128640	

SENAD FIOCRUZ COMEN

4

Fonte: Stanchack (2018, pp. 59-61)

Data: 20 de junho de 2017. Oficina 03 – Região Norte



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 3 - Região Norte -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 20 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
11	Jacqueline C. Thomazelli	04151645918	CRAS Velha	992514733	
12	KÁTIA HELENA DO N. PEIXER		CRAS Velha	96033319	
13	Maria Julia Marcilio		ESF Gustavo Frede	991073688	
14	Sheila Almeida	08388343941	Itoupava	992313203	
15	Shaiane Honorio	085.752.279-55	SEDECI	98489-6138	Shaiane
16	Fabiana L. Reis	63076136968	CRAS Velha	991119598	
17	Maria Vitorino	08006324977	CRAS VELHA	988482172	
18	JOVANI LAO TAVARES	976	CEREVE	98846 1881	
19	SÉRGIO SANTOS	00372332971	CEREVE	99179573	
20	Fabio Lemos	018.057.419.36	CEREVE	37021900	

SENAD FIOCRUZ COMEN

2

PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 3 - Região Norte -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 20 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
21	Eduardo V. de Souza	008722079-27	CERENE	3702 1900	
22	Adelino Pereira Neto	501041109-87	CERENE	3702 1900	
23	Maria da Silva Jurio	083963989-92	CMO Cab. Ortopédico	3331-1501	
24	Leonardo Bento G. Queiroz	053746648-56	Sec. Saúde	97110512	
25	Andiza I. Schlösser	026077119-14	SEMED	99195-9227	
26	Elvangela C. dos Santos	044004839-99	Sedeci	99987 9190	
27	Marciano Torres	723993809-82	SEMURB'S	992292727	
28	Filio dos Santos	477.788.149-00	Conselho Norte	9916.8.7210	
29	Irai Savoi Chaves	600538349-20	Conselho Norte	991735166	
30	Lucilei Cantarino		Conselho Norte	99189 89 55	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

3

PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 3 - Região Norte -

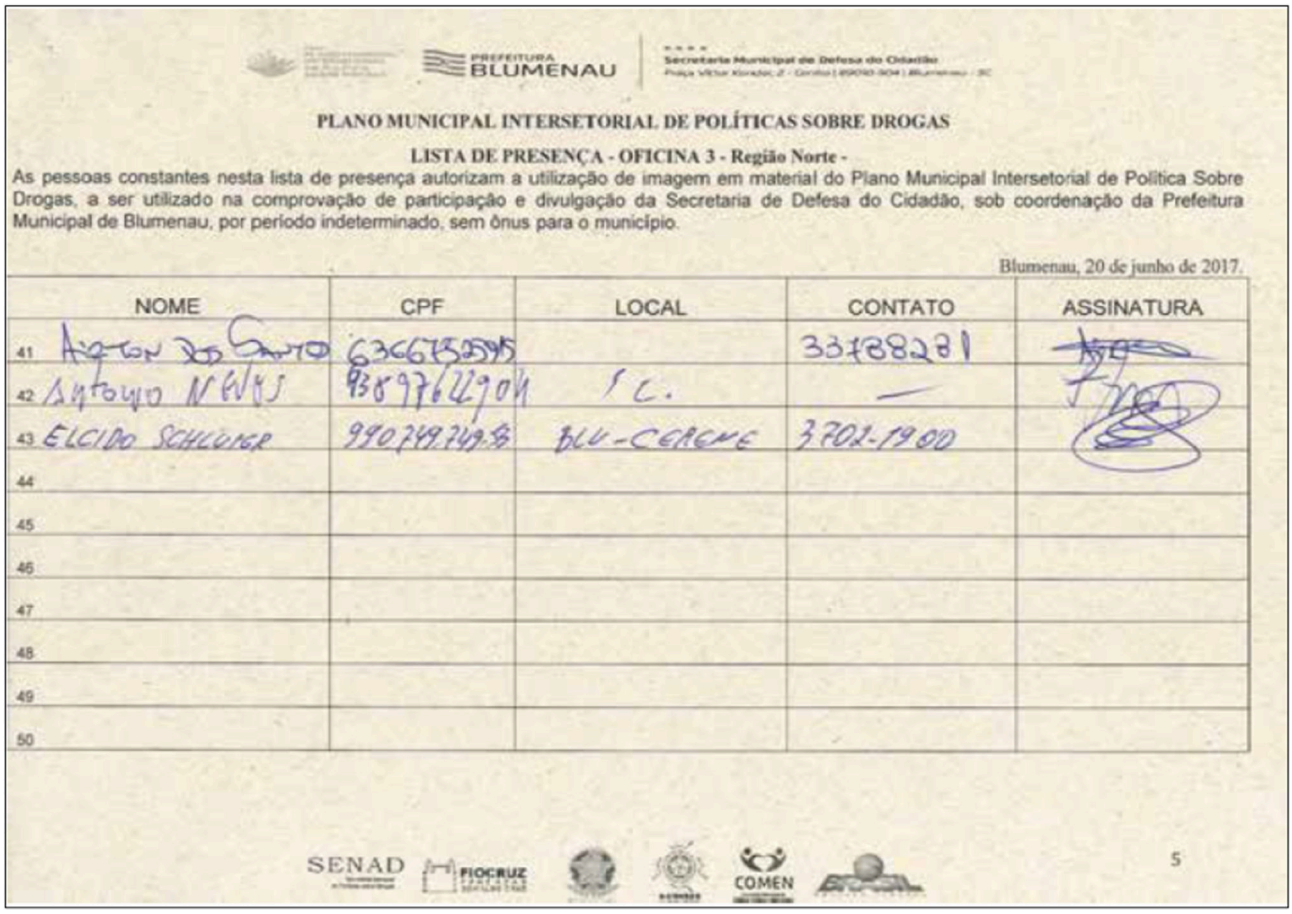
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 20 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
31	Ogni Luiz Bink	933017849-20	Acionista BLU	99185 0012	
32	Marlei R. Ribeiro	842.608.109-53	SEST SENAT	991724 2836	
33	Caroline M. Merini	108677559-19	COMEN	99167-9628	
34	Fryczal M. Ismael	314319 76679	AMBLU	AMBLU	
35	Paulo R. Kamienski	290.863.539-91	Conselho	998474059 4	
36	Henrique E. de Andrade	557530279-20	ASS MOR VILA UNIÃO	984466464	
37	James Souza		Vila Unidos	917643513	
38	João Antunes	939873557-72	Vila Vitória	991347663	
39	Denise Maas Sieva	591316809-34	EBM. Vicente de Taunay	991966950	
40	Domingos Martins	016947069-58	Polícia Militar	998329842	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

4



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 3 - Região Norte -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 20 de junho de 2017.

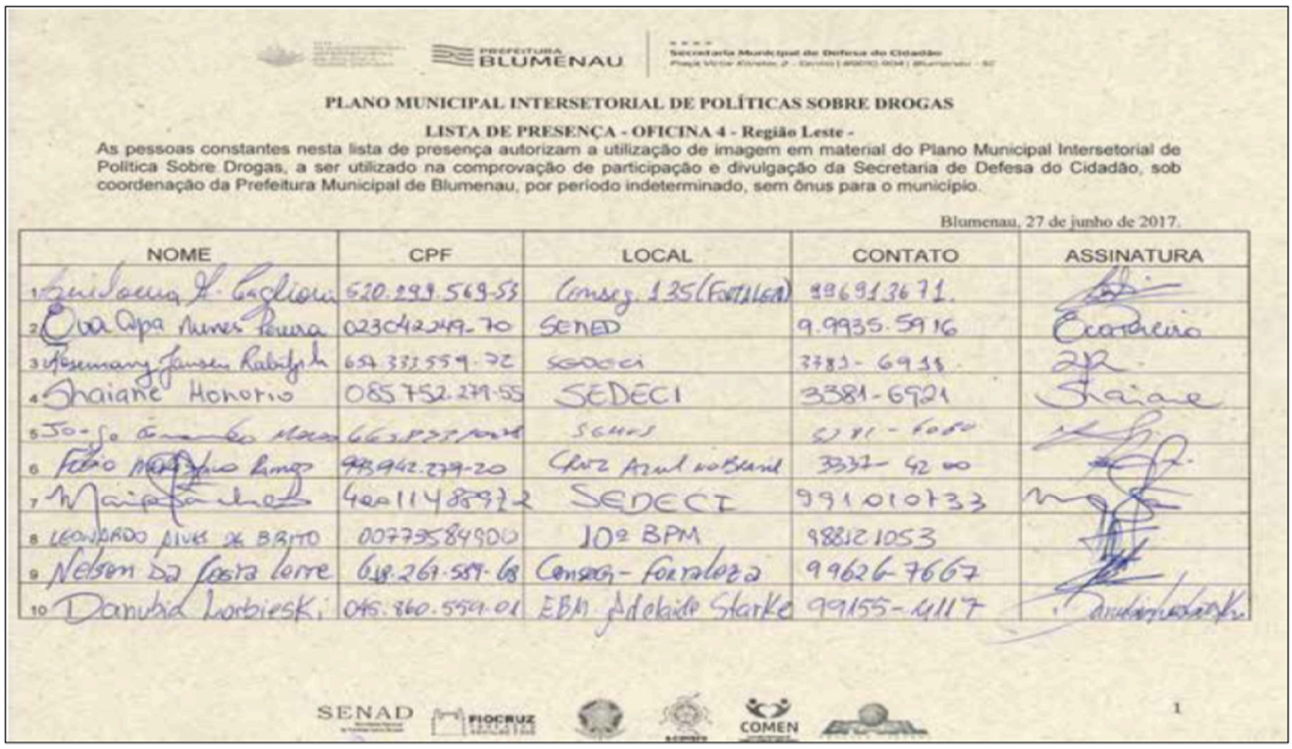
	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
41	[illegible]	[illegible]		33788281	
42	[illegible]	[illegible]	[illegible]	—	
43	ELCIO SCHLOSSER	990749769-68	BLU-CERAME	3702-1900	
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					

SENAD FIOCRUZ COMEN

5

Fonte: Stanchack (2018, pp. 61-63)

Data: 27 de junho de 2017. Oficina 04 – Região Leste



PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 4 - Região Leste -

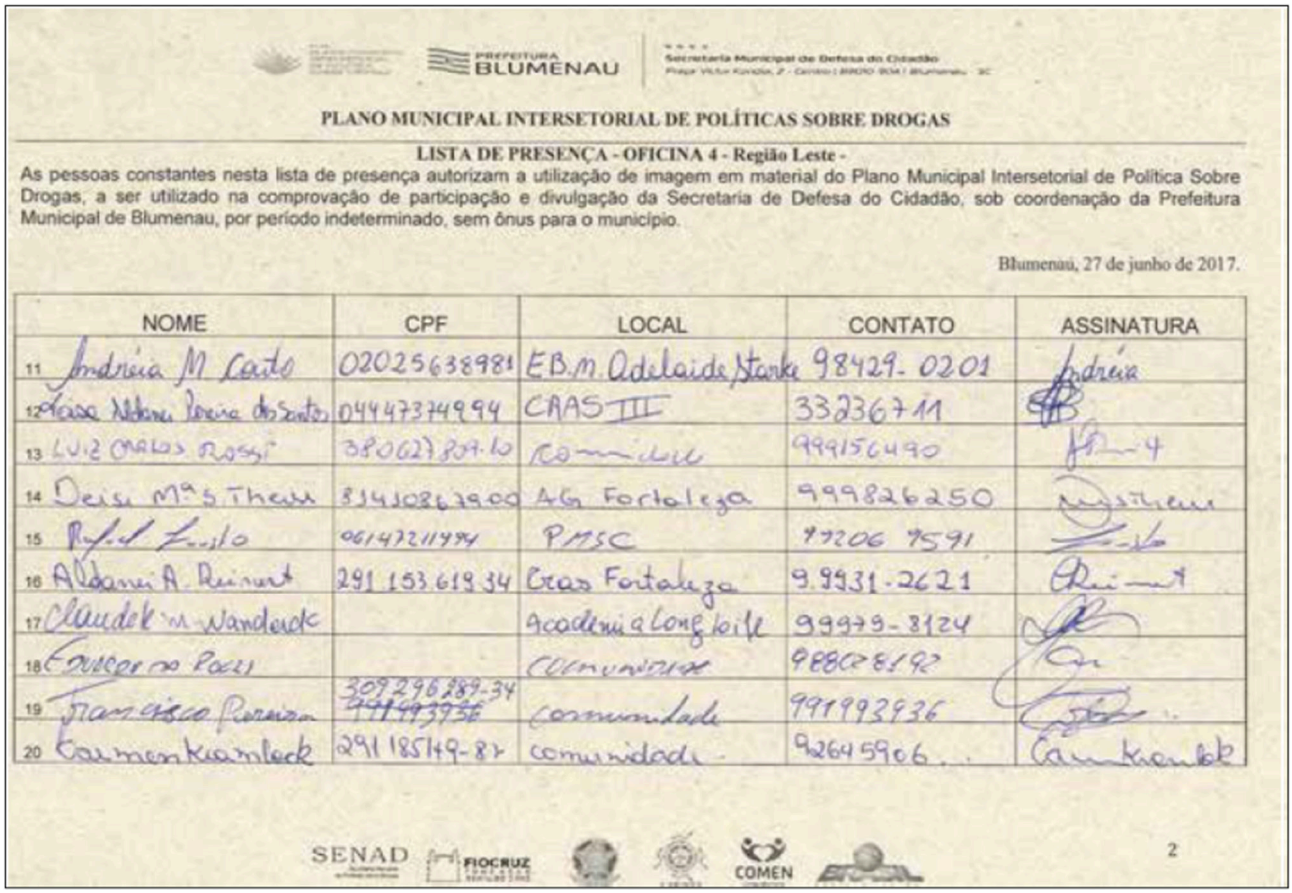
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 27 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
1	[illegible]	620.299.569-53	Consez 135 (Fortaleza)	99691367 1.	
2	[illegible]	023042249-70	SEMED	9.9935.5916	
3	[illegible]	657 332 559-72	SEDECI	3783-6933	
4	Shaiane Honorio	085 752.279-55	SEDECI	3381-6921	
5	[illegible]	[illegible]	SEMAS	3381-6080	
6	[illegible]	988942.279-20	Cruz Azul no Brasil	3337-4200	
7	[illegible]	4021148897-2	SEDECI	991010133	
8	LEONARDO DIAS DE BRITO	00773584900	10º BPM	98812 1053	
9	Nelson da Costa Torre	618.261-589-68	Consep - Fortaleza	9962-7667	
10	Danubia Lorbiesk	045.860.559-01	EBM Adelaide Starke	99155-4117	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

1



PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 4 - Região Leste -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 27 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
11	Andreia M Canto	02025638981	EB.M. Adelaide Starke	98429. 0201	
12	[illegible]	04447374994	CRAS III	33236711	
13	LUIZ CARLOS ROSSI	380627897-10	[illegible]	999156490	
14	Deisi Mª S. Theiss	8141086790 0	AG Fortaleza	999826250	
15	[illegible]	06147211494	PMSC	99206 9591	
16	Albani A. Reinert	291 153 619 34	Cras Fortaleza	9.9931-2621	
17	Claudete M. Wandereck		Academia a Longo Leite	99979-8124	
18	[illegible]		Comunidade	98802 8192	
19	[illegible]	309 296 289-34 99999 3936	comunidade	991993936	
20	Carmen Kramleck	291 185149-87	comunidade	92645906	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

2

PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 4 - Região Leste -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 27 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
21	José Weber	144474679-68	Assoc. São Bernardo	99912 4080	
22	Andréia da Silva	033538190-1	SEMUS	999879583	
23	Adilmar Nunes	351327609-53	Cruz Stor Ltda	99983-3269	
24	LUCINEIA L. VERDERAME	817.219.949-04	TOUCINHO	9998 6765	
25	Santura Norte	824901513-68	AG Fonte	99933379	
26	Maria Luiza Sant	533787 50944	SEMUS - Farmacia	985685941	
27	Eurogé Kolle	5[illegible]	Comunidade	99971141	
28	WILSON LEMANOWSKI	583551357-91	FAEMO Lanchonete	99268 0991	
29	Allison Nascimento	076 155 609 63	Câmara Vereadores Ver. Almir Viana	49156075	
30	Marilia Seibert	810 962 599 15	Cras III	3239 1702	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

3

PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 4 - Região Leste -

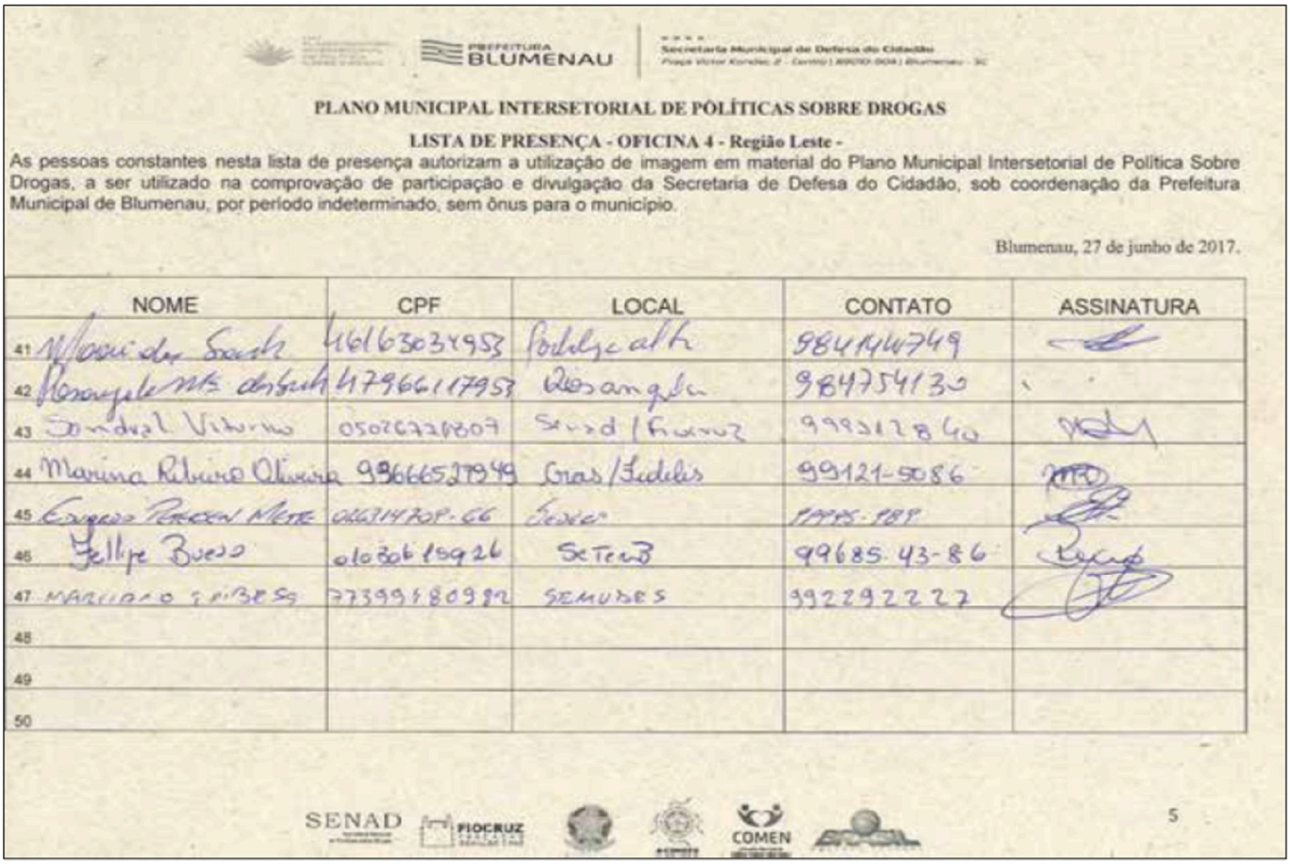
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 27 de junho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
31	GILBERTO A. PARISOTTO	694291649-87	A.S	991094499	GILBERTO
32	Dorcino do Cruz	046 852 525 55	SENAC	98893-6470	
33	Walter José Pegoraro	218063149-91	Comunidade	996227560	
34	Marcia P. Rocha	004 177 [illegible] 016	PG Fortaleza	991335268	
35	Leandro Godinho	834619002-10	Comunidade	992072274	Leandro
36	Angela Michell	022 046 039 61	CRAS - Região III	3323 6701	
37	Sérgio Sanches	003 723 532 78	CENEVÉ	991795173	Sérgio
38	NEVES		PC		
39	[illegible]	038 111 459 75	SEDUC	99173262	
40	Hulvio Duarte		Pg Fortaleza	99367089	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

4



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 4 - Região Leste -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 27 de junho de 2017.

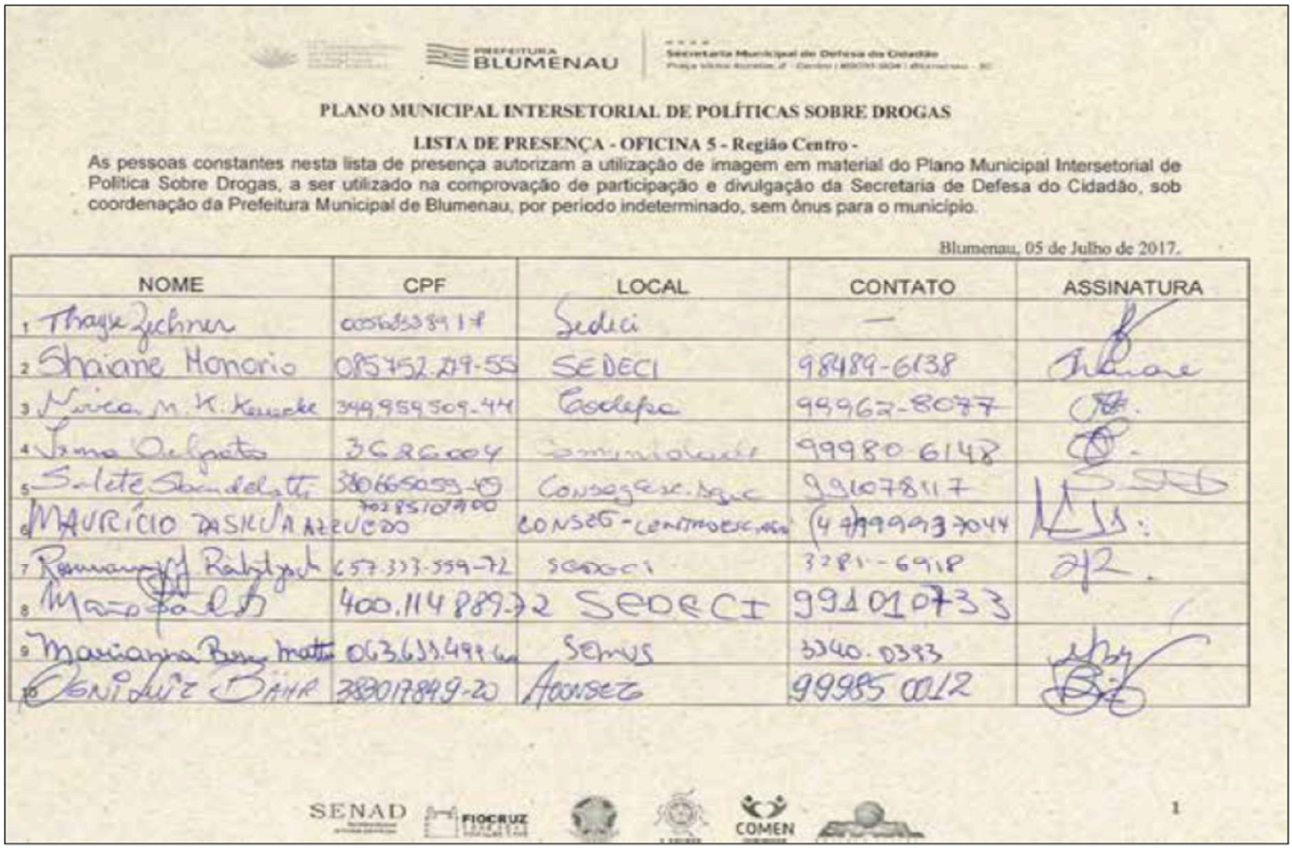
	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
41	Marcia da Silva	46163034953	Polidesportiva	984144749	
42	Henrique Mendes da Silva	47966117953	Vila Nova	984754130	
43	Jandira Vitorino	05026726807	Serrado/Ribeirão	999317840	
44	Marina Ribeiro Oliveira	99666527949	Garcia/Fidélis	99121-5086	
45	Eduardo Ricken Mello	06631420P-66	Escola	9995-989	
46	Felipe Bueno	01036619926	SETRAB	99685.43-86	
47	MARCIANO RIBEIRO	27399980992	SEMUDES	992292227	
48					
49					
50					

SENAD FIOCRUZ COMEN

5

Fonte: Stanchack (2018, pp. 63-65)

Data: 05 de julho de 2017. Oficina 05 – Região Centro



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

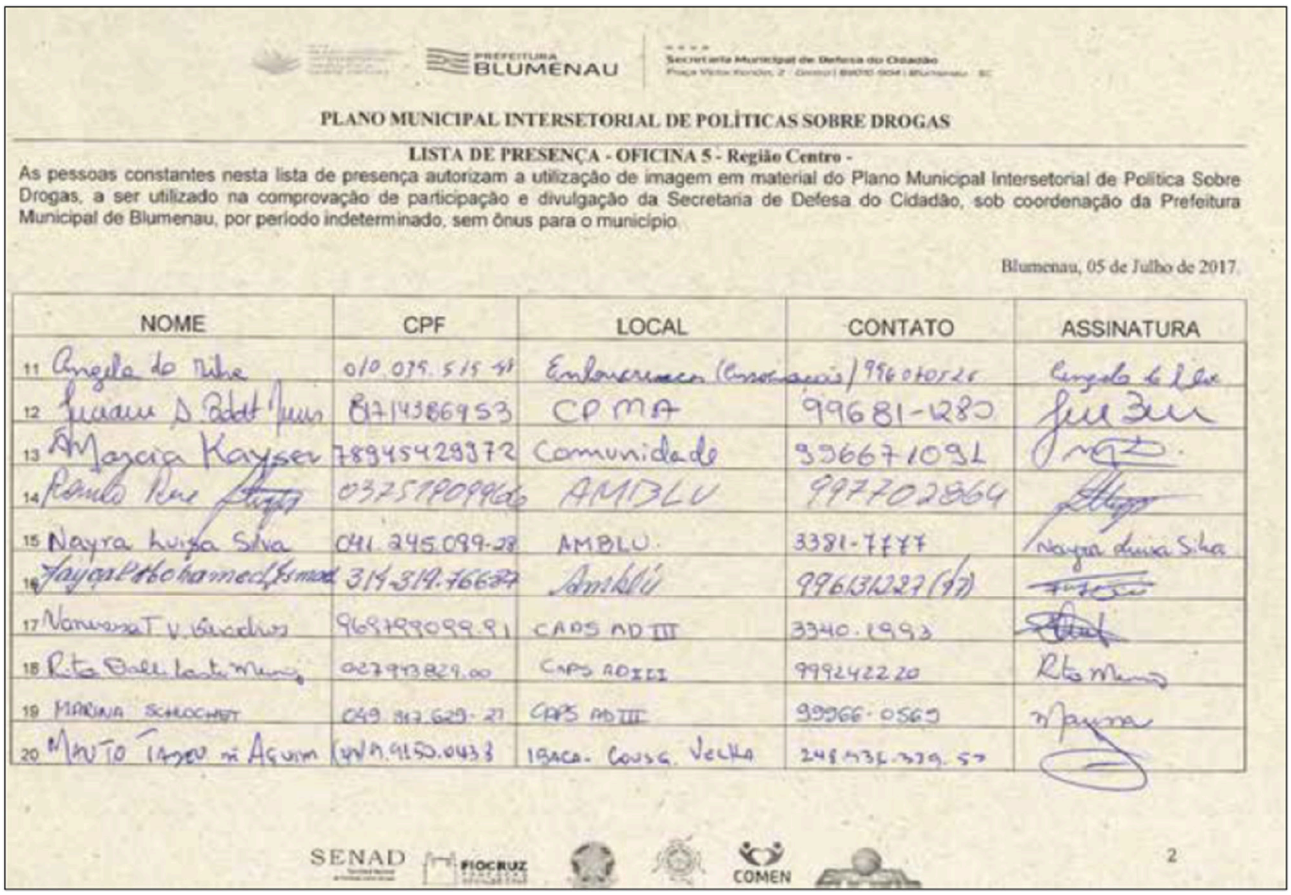
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
1	Thaise Zschreiber	05565389118	Sedici	—	
2	Shaiane Honorio	085752.29-55	SEDECI	98489-6138	
3	Nivea M. K. Kemcke	349.959.509-44	Cadelpa	99962-8077	
4	Irma Delgado	36266004	Seminovelli	99980 6148	
5	Salete Steindel	38665059-49	Conseg Esc. Agua	991078117	
6	MAURÍCIO DASILVA AZEVEDO	70285107900	CONSEG - CENTRO ESC. AGUA	(47)99993 7044	
7	Rosmary Rabitzki	657.333.559-72	SEDECI	3281-6918	
8	Mariele	400.114.889-72	SEDECI	991010733	
9	Mariana Bem Matte	063633.499-60	SEMUS	3340-0383	
10	Geni Luiz Bahr	38017899-20	Agosec	99985 0012	

SENAD FIOCRUZ COMEN

1



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

Praça Victor Konder, 2 - Centro | 89010-904 | Blumenau - SC

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

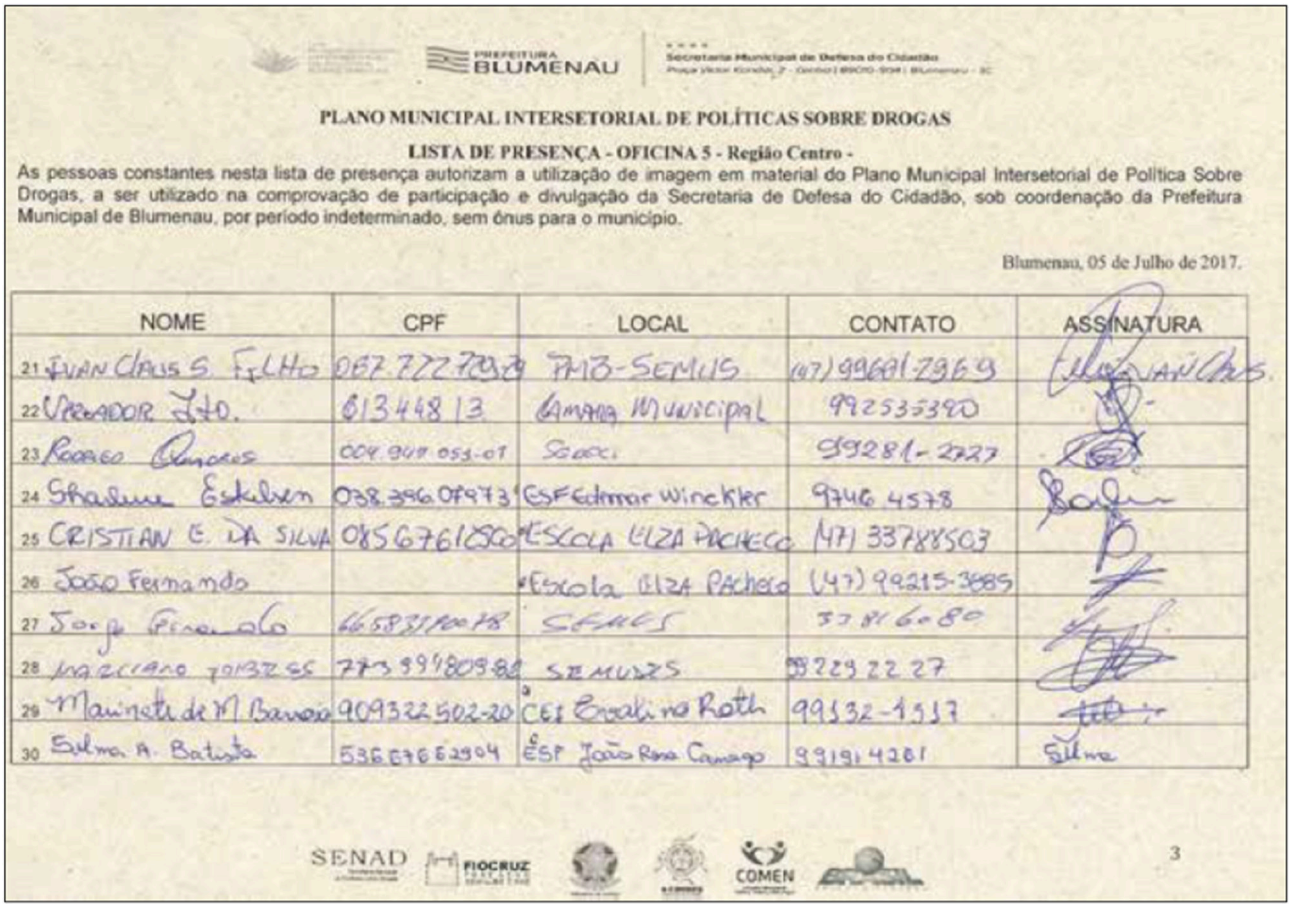
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
11	Angela do Nibe	010.075.515-41	Embaixadores (Consciencia)	996040126	Angela do Nibe
12	Juliana D Bdtt Nunes	81714386953	CPMA	99681-1280	
13	Marcia Kayser	78945429372	Comunidade	33667091	
14	Paulo Rui	03751909966	AMBLU	997702864	
15	Nayra Luiza Silva	041.245.099-08	AMBLU	3381-7777	Nayra Luiza Silva
16	Fayaz Mohamed Ismael	314.319.766-37	AmbLU	996131027 (97)	
17	Vanessa T. V. Giacobbo	969799099.91	CAPS AD III	3340.1993	
18	Rita Gabriela Nunes	027913829.00	CAPS AD II	999242220	
19	MARINA SCHLOCHAT	049 317.629-27	CAPS AD III	99966-0569	
20	MANTO TAYDE DE AQUINO	MM.9150.043 3	IGACA. COUSA. VELHA	248 736.329.57	

SENAD FIOCRUZ COMEN

2



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

Praça Victor Konder, 2 - Centro | 89010-904 | Blumenau - SC

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
21	IVAN CARLOS S. FILHO	067.772.729-29	PMB-SEMUS	(47) 99681-7969	
22	VALDADOR LTO.	6134813	CAMARA MUNICIPAL	992535380	
23	RODRIGO [illegible]	009.949.059-07	SEDEC	99281-2727	
24	Shaluna Estelvan	038.396.079-73	CSF Edmar Winckler	9746 4578	
25	CRISTIAN E. DA SILVA	085.676.189-60	ESCOLA ELZA PACHECO	(47) 33788503	
26	João Fernando		Escola ELZA PACHECO	(47) 99215-3885	
27	Jorge Fernando	665831/00-78	SEMUS	37 81 6-80	
28	MARCIANO [illegible]	773 9948 0988	SEMUSS	88229 22 27	
29	Marinete de M Bavaresco	909322502-20	CEI Evaldino Roth	99532-1557	
30	Silma A. Batista	536.676.629-04	ESF João Rosa Camargo	99191 4281	Silma

SENAD FIOCRUZ COMEN

3

PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
31	Clebes Barroso	655154802 44	Comunidade Local	(47) 3288 6836	
32	Antonio José Conasa	309 118 349 15	Conseg/Centro Ex	47 3328 1392	
33	Gilberto Correa	309 086 209 34	Comunidade	99191 4261	
34	Jecsei Adam	033861329-87	ASS. MOR. C. R. Bertoldo Jensen	99658-3735	
35	Indiara Degang de Souza	063 641 359-87	E.B.M. Gal Lúcio Esteves	3327 0446	
36	Gilma Maria Silva	713 497 779-87	CMPICS/Semus	3381 6061	
37	Cindy a da Silva	003353819 05	Semus	33816075	
38	Terezinha F. Cavaleti	622 858 829-04	Cel. Manoel da Luz Pamplona	99136-0603	
39	Camila Pappiani	039110549 39	CRAS - V	999912765	
40	Fábio Carlos da Silva	893.462.336-20	100A Vereador	999258456	

SENAD FIOCRUZ COMEN

4

PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

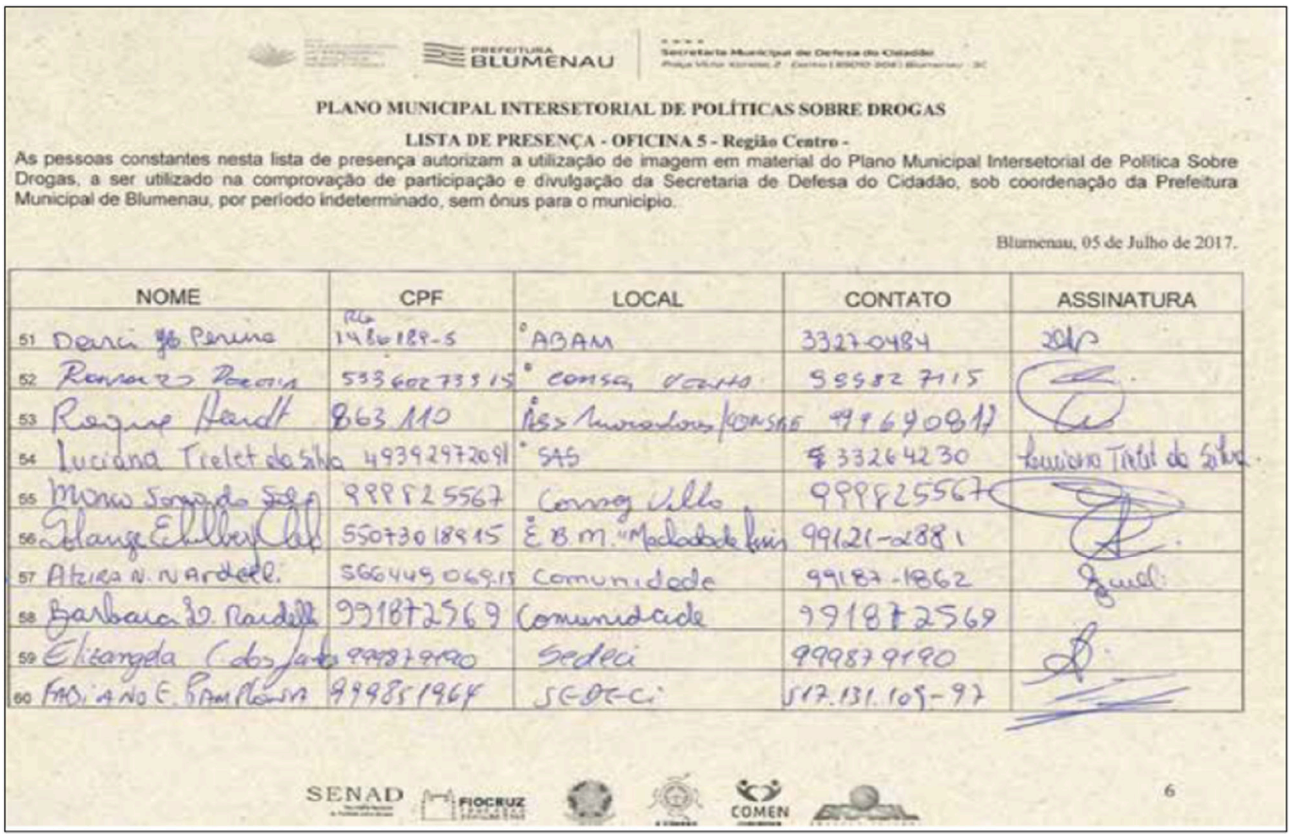
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
41	Wilson Adam		GRUPO Escoteiro Fidelidade	99858292	
42	Edson F. Alvarez	045.040.089-12	PMSC-17 2/2	32217300	
43	Ursula Gross	146.661039-53	ABAM	99909 5976	
44	Adriana Hollmann	531002479-04	SEMUS	999829935	
45	Simone J. h. Probst	606.581.089-20	SEMED	(47) 8858-1370	
46	Roselene Vick	613804239-53	E.B.M. Gal. Lúcio Esteves	984 41 73-06	
47	Adriana Miller	029.561.359-84	Comunidade	99149448	
48	Ari Dietz	690 505 709 68	Comunidade	98238-1809	
49	RENILDO dos Santos	728 126 059 87	SECOM	99647 6288	
50	BERNARDO SCHWINDEIN		CONSEG ESC. AGR	98910-0114	

SENAD FIOCRUZ COMEN

5



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

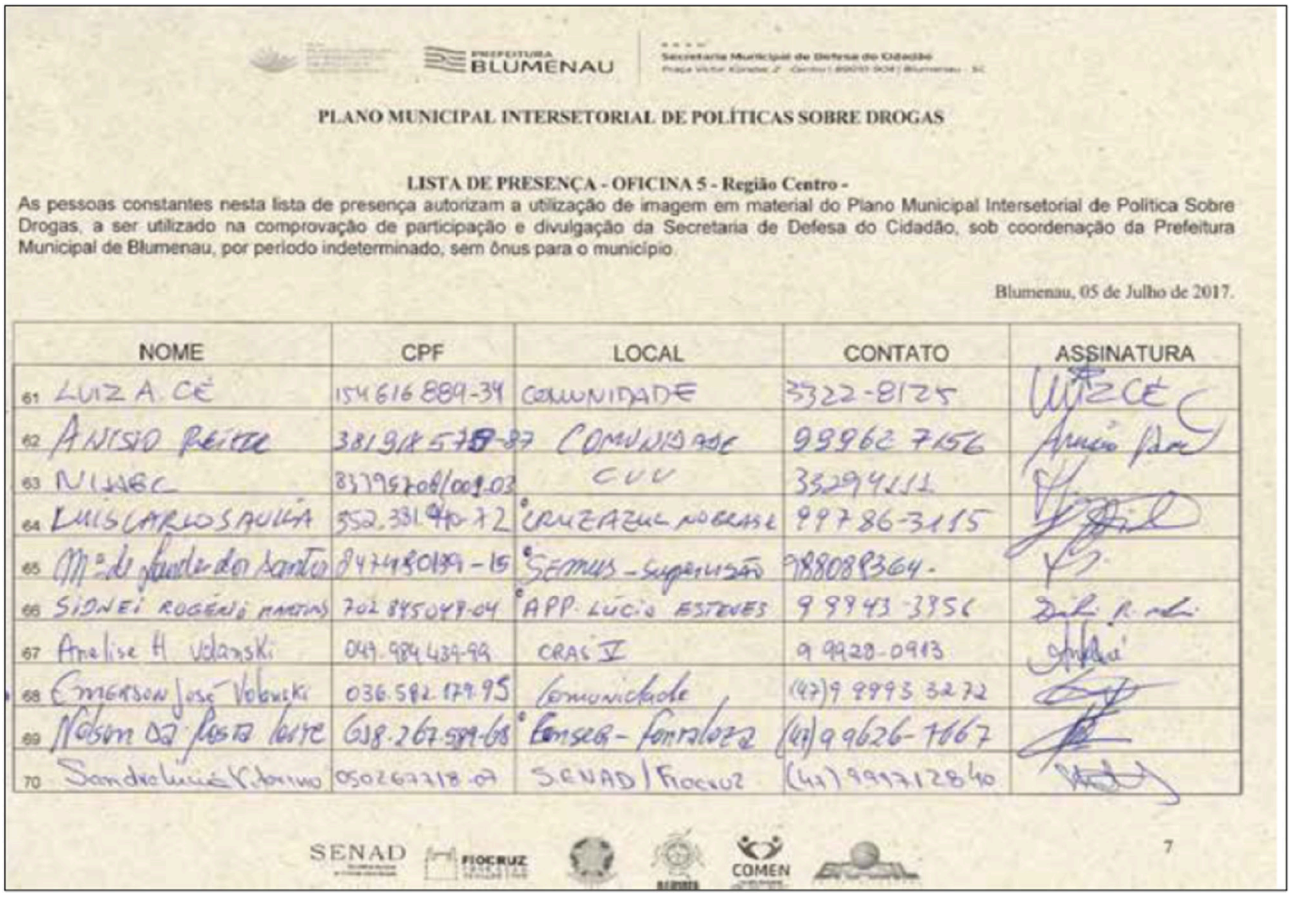
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
51	Darci [illegible] Pereira	1486189-5	ABAM	3327-0484	
52	Ramon [illegible]	533 602 739 15	COMSA, CENTRO	99582 7115	
53	Regine Hardt	863 110	Ass Moradores Konsha	99690917	
54	Luciana Trelet da Silva	49392972091	SAS	33264230	Luciana Trelet da Silva
55	Maria Soares [illegible]	999825567	Comerg Vila	999825567	
56	Telange Ehlert [illegible]	55073018915	E.B.M. "Madalena Luiz	99121-2881	
57	Alzira N. Nardelli	566449 069.15	Comunidade	99187-1862	
58	Barbara [illegible] Randell	991872569	Comunidade	991872569	
59	Elizangela Cdos Santos	99987 9190	Sedeci	99987 9190	
60	FABIANO E. SANTANA	99985 1964	SEDEC	517.131.109-97	

SENAD FIOCRUZ COMEN

6



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

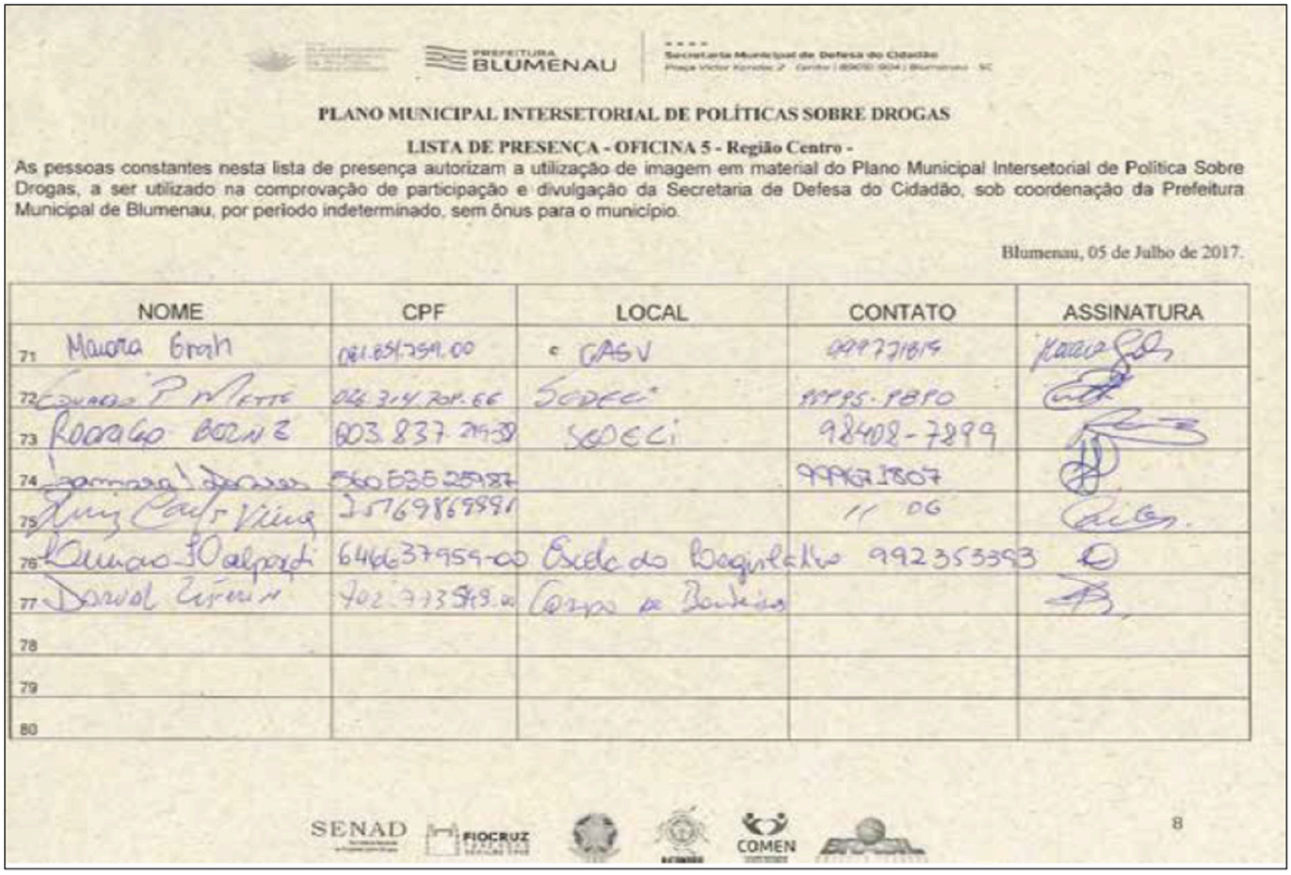
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
61	LUIZ A. CÊ	154 616 889-34	COMUNIDADE	3322-8125	
62	ANISIO REITZ	381 918 579-87	COMUNIDADE	99962 7156	
63	N. I. H. B. C.	837 962 08/0019-03	CUV	33294211	
64	LUIS CARLOS SAULA	352.331.940-72	CRUZEIRO DO SUL	99786-3115	
65	Mª de Fátima dos Santos	847 498 019-15	SEMUS - SUPERVISÃO	988089364	
66	SIDNEI ROGÉRIO MARTINS	702 845 049-04	APP LÚCIO ESTEVES	99943-3956	
67	Analise H. Vidarski	049.984.439-99	CRAS II	99920-0913	
68	Emerson José Vidarski	036.582.179-95	Comunidade	(47)99893 3272	
69	Nelson da Costa Lopes	638.267.599-68	Conseg - Fortaleza	(47)99626-7667	
70	Sandra Lucia V. Soares	050267718-09	SENAD/FIOCRUZ	(41)99971 2840	

SENAD FIOCRUZ COMEN

7



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 5 - Região Centro -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 05 de Julho de 2017.

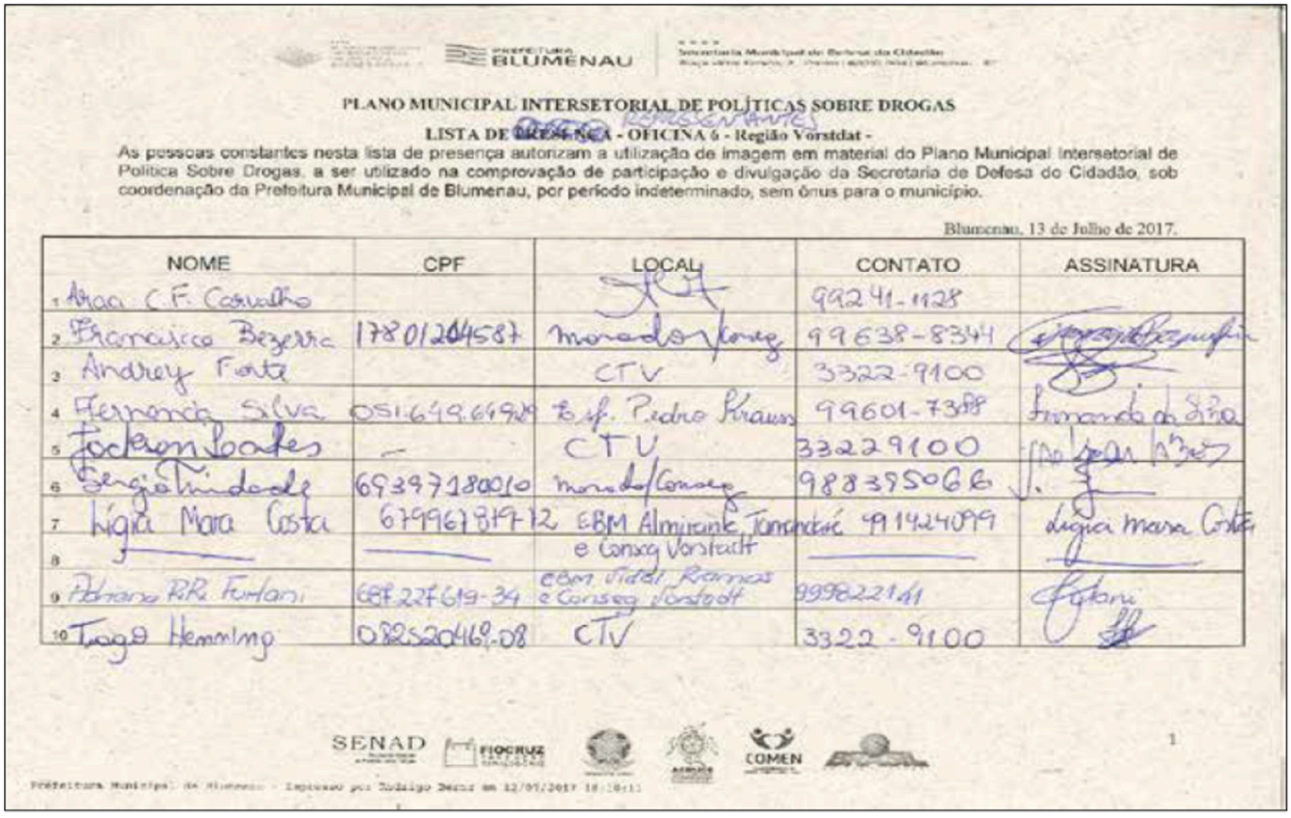
	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
71	Maura Groth	761.851.759-00	CASV	999771814	
72			SDEC	99795-7890	
73		803.837	SDEC	98402-7899	
74		560.535.259-87		99967 1807	
75		25769869891		11 06	
76		6466379579-00	Escola do Bagulhão	992353393	
77		702.773.579-00	Corpo de Bombeiros		
78					
79					
80					

SENAD FIOCRUZ COMEN

8

Fonte: Stanchack (2018, pp. 66-70)

Data: 13 de julho de 2017. Oficina 06 – Região Vorstadt



PREFEITURA BLUMENAU

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 6 - Região Vorstdat -

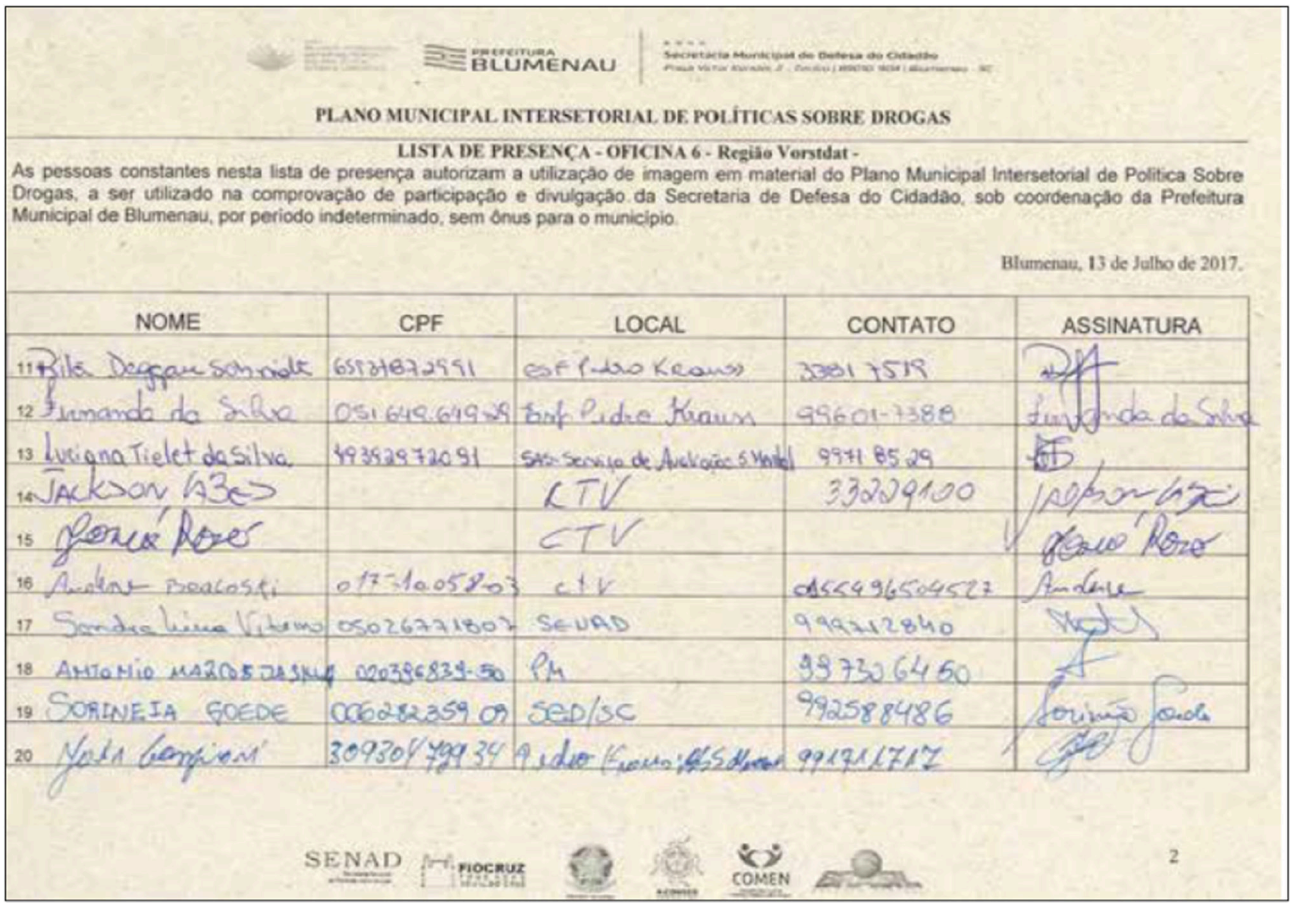
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 13 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
1	Ana C. F. Carvalho			99241-1128	
2	Francisco Bezerra	178012045 87	morador/consg	99638-8344	
3	Andrey Fonte		CTV	3322-9100	
4	Fernanda Silva	051.649.669-98	E.M. Pedro Krauss	99601-7388	
5	Jackson Soares	-	CTV	33229100	
6	Sérgio Trindade	693971800 10	morador/Consg	988395066	
7	Lígia Mara Costa	679967819-72	EBM Almirante Tamandaré e Consg Vorstadt	991424099	
8					
9	Adriana Rita Furlani	687.276.19-34	CEM Vidal Ramos e Consg Vorstadt	999822141	
10	Tiago Hemming	082520469-08	CTV	3322-9100	

SENAD FIOCRUZ COMEN

1



PREFEITURA BLUMENAU | Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 6 - Região Vorstdat -

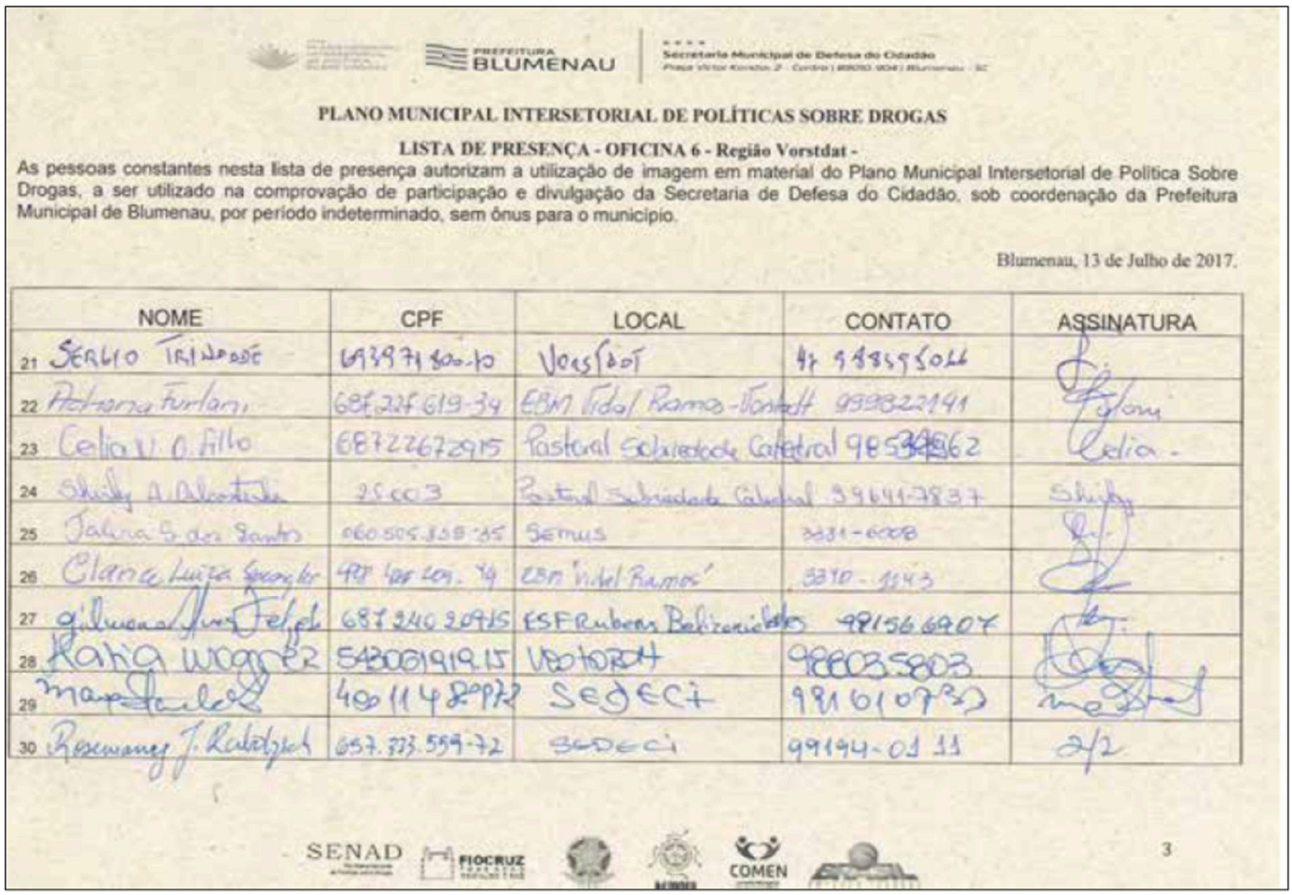
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 13 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
11	Rita Deggau Schmidt	65218872991	ESF P. Leo Kraus	33817519	
12	Fernanda da Silva	051.649.619-28	Esf Padre Kraus	99601-7388	Fernanda da Silva
13	Luciana Tielet da Silva	99392972091	Sec. Secreta de Avaliação e Gestão	9971 85 29	
14	JACKSON [illegible]		CTV	33229100	
15	Paulo Roos		CTV		Paulo Roos
16	Andrea Bracosti	017.10.058-03	CTV	045549650452	Andrea
17	Sandra Lima Vitorino	05026771802	SENAD	999212840	
18	ANTONIO MARCOS DA SILVA	020396839-50	PM	99730 6450	
19	SORINEIA GOEDE	006282359 09	SED/SC	992588486	Sorineia Goede
20	Yara Gonçalves	309304799 34	Esf Padre Kraus	991911717	

SENAD | FIOCRUZ | COMEN

2



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 6 - Região Vorstdat -

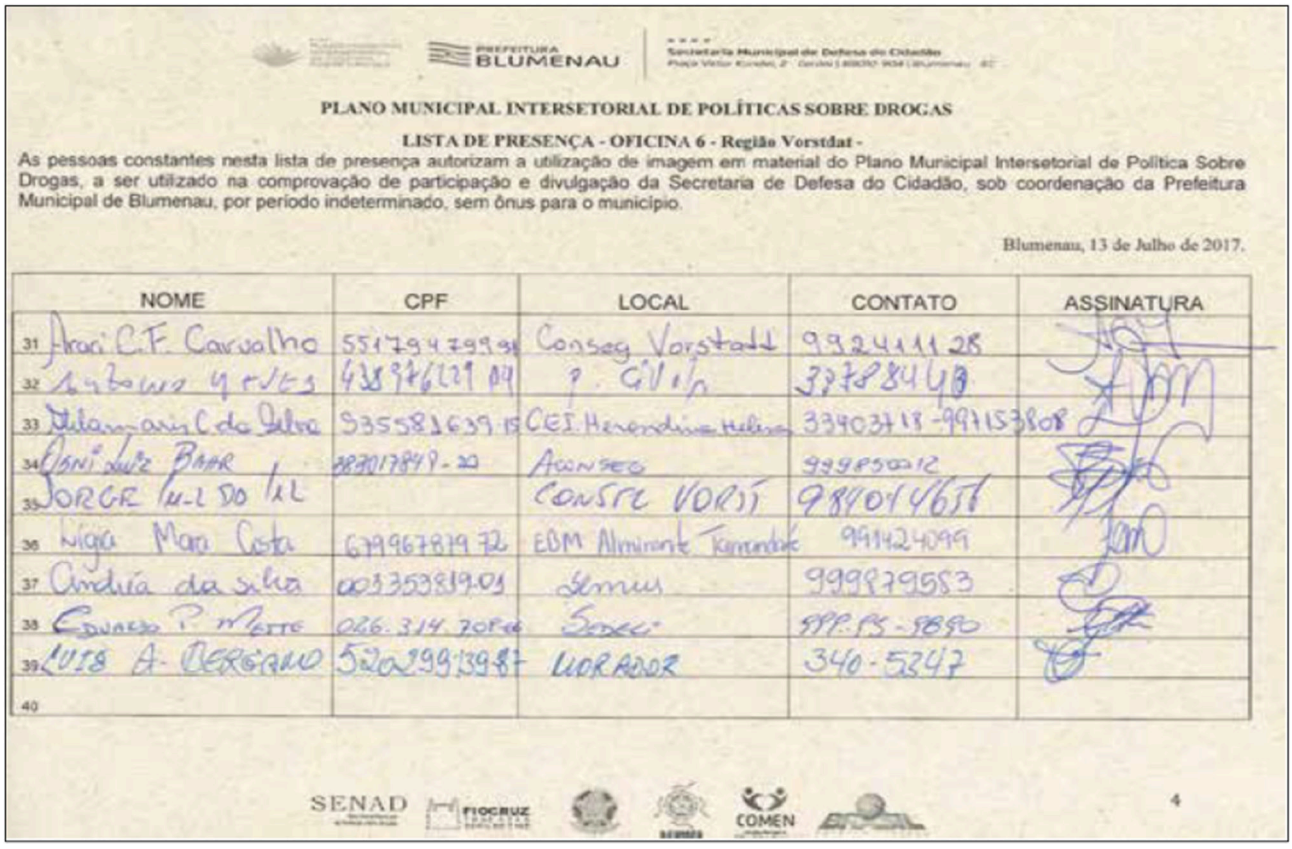
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 13 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
21	SERGIO TRINDADE	693971800-10	Vorstdat	47 99855044	
22	Adriana Furlani	687.227.619-34	EBM Vidal Ramos-Vorstdt	999822141	
23	Celia V. O. Filho	687.226.729-15	Pastoral Sobriedade Catedral	98534962	
24	Shirley A. Alcantara	25003	Pastoral Sobriedade Catedral	99641-7837	
25	Jaline S. dos Santos	060.505.359-35	Semus	3331-6008	
26	Clarice Luiza [illegible]	487 [illegible] 09-49	EBM "Vidal Ramos"	3370-1143	
27	Gilvana [illegible]	687.240.209-15	ESF Rubens Bellizzi Vorstdt	99156 6907	
28	Katia Wagner	543.001.919-15	Vorstdt	98803 5803	
29	Maria [illegible]	400 114 8[illegible]	SEDEC	99161 0783	
30	Rosemary J. Rutatzki	657.773.599-72	SEDEC	99194-01 11	2/2

SENAD FIOCRUZ COMEN

3



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 6 - Região Vorstdat -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 13 de Julho de 2017.

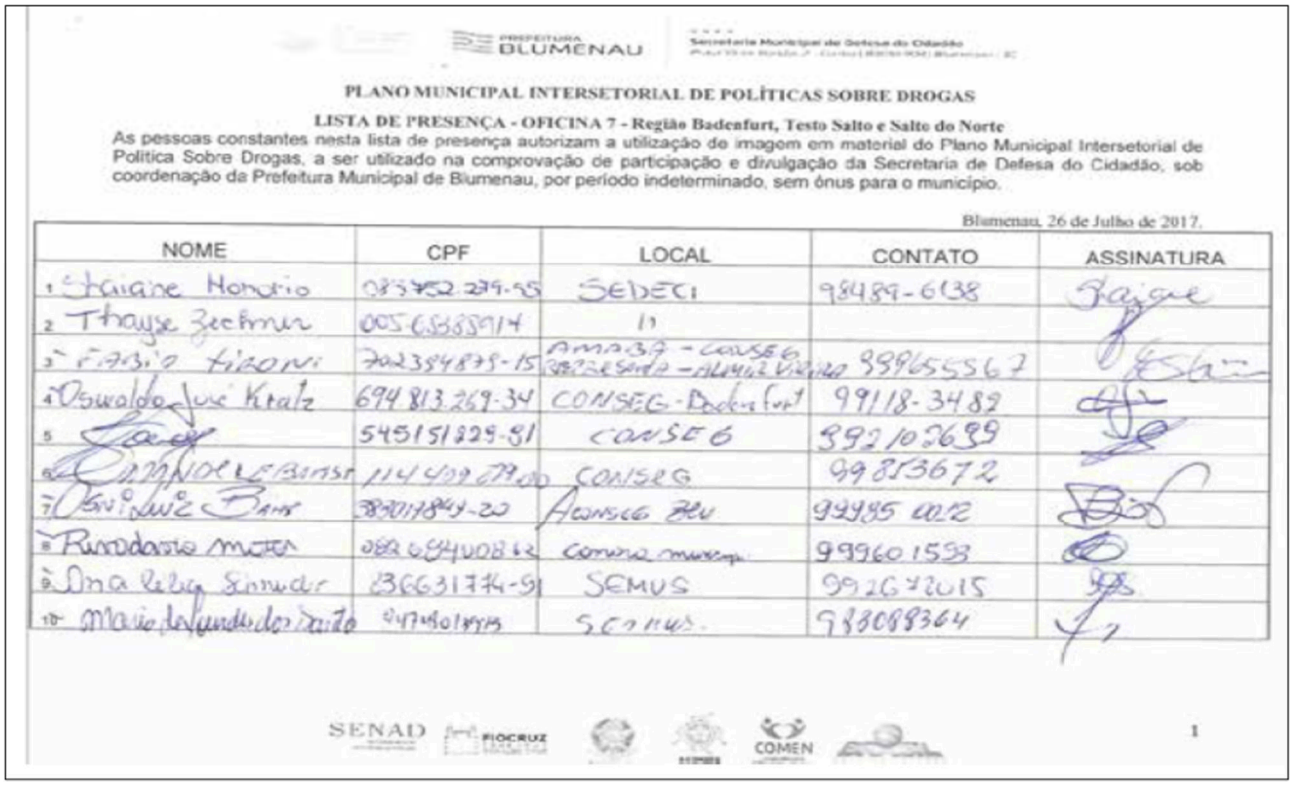
	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
31	Arari C.F. Carvalho	551794799	Consep Vorstadt	99241112 8	
32	[illegible]	438976129 04	? Civil	37784 48	
33	Silamara C da Silva	935581639 15	CEI Herondina Hulse	33903718-99715 3808	
34	Joni Luiz Baar	28301784 9-20	Acafes	99985 0012	
35	JORGE [illegible]		CONSEC VORST	98404 4651	
36	Nagila Maia Costa	679967879 72	EBM Almirante Tamandaré	991424099	
37	Cindia da silva	003359819-09	Semus	999879553	
38	Eduardo P. Motta	026.314.709-66	Sedec	999.85-3890	
39	LUIS A. PEREIRA	520 2991 3987	MORADOR	340-5347	
40					

SENAD FIOCRUZ COMEN

4

Fonte: Stanchack (2018, pp. 70-72)

Data: 26 de julho de 2017. Oficina 07 – Região Badenfurt, Testo Salto e Salto do Norte



PREFEITURA BLUMENAU — Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 7 - Região Badenfurt, Testo Salto e Salto do Norte

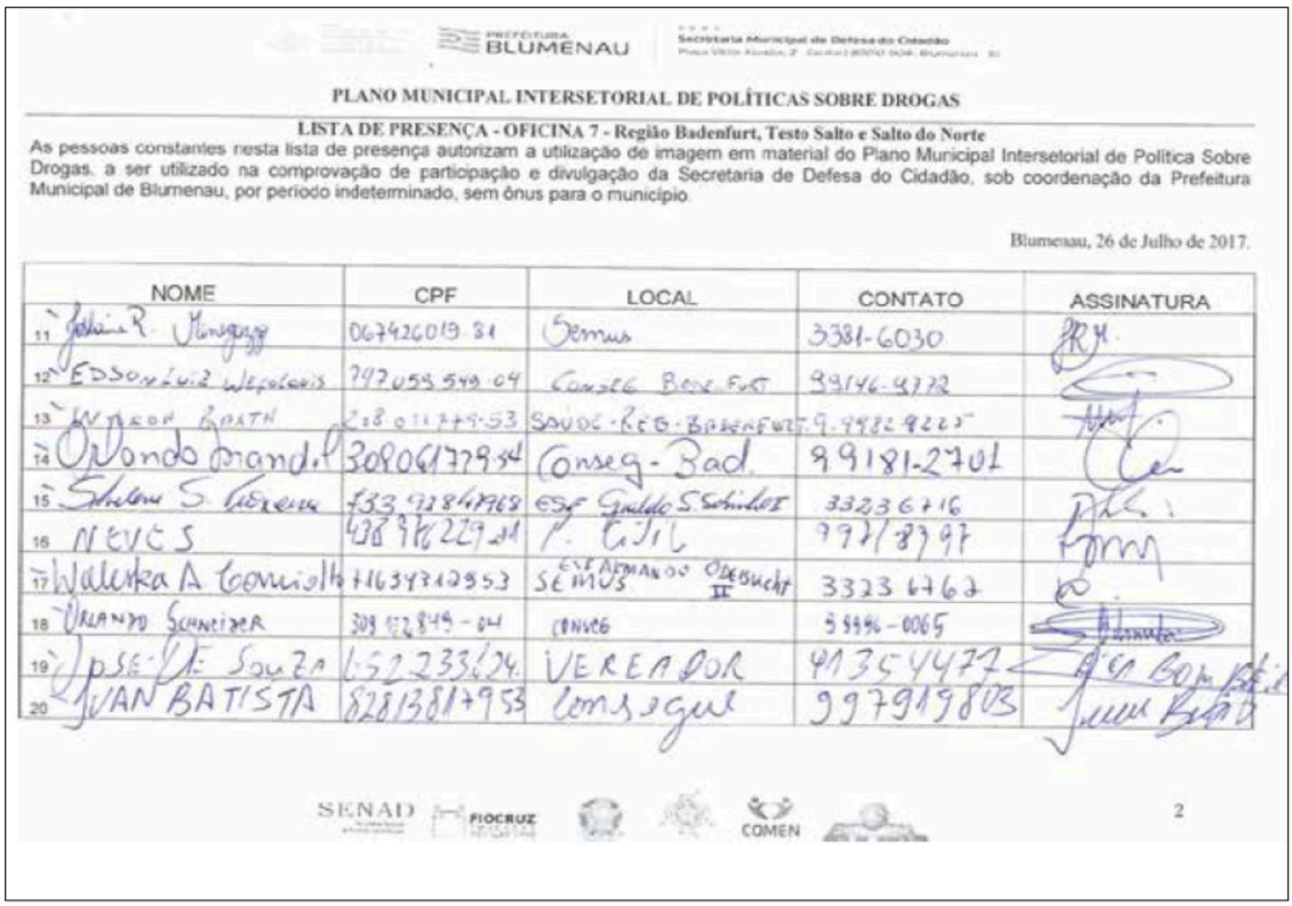
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 26 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
1	Taiane Honório	083752.239-95	SEDEC	98489-6138	
2	Thayse Zeefman	005.655889/4	"		
3	Fabio Tizoni	702384875-15	AMAB7 - CONSEG	88965567	
4	Oswaldo José Kratz	694.813.269-34	CONSEG - Badenfurt	99118-3489	
5		545151229-91	CONSEG	992102699	
6		114.499.279-00	CONSEG	99853672	
7		38901184-20	Agente Seg	99485 0012	
8		082.694.008-62	Comerciante	99960153	
9		23663174-91	SEMUS	99262015	
10		04746019-79	SEMUS	988088364	

SENAD FIOCRUZ COMEN

1



PREFEITURA BLUMENAU — Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 7 - Região Badenfurt, Testo Salto e Salto do Norte

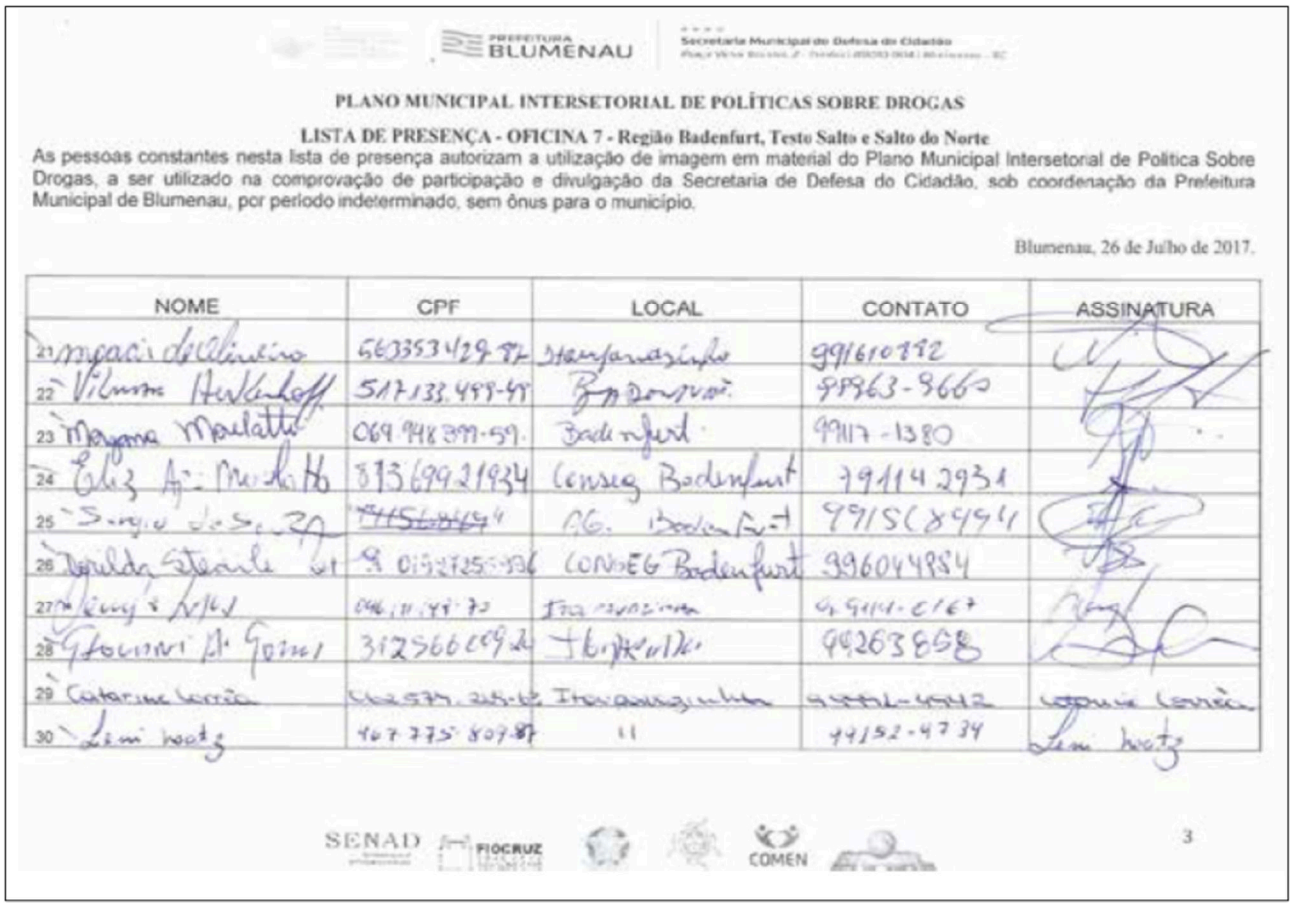
As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 26 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
11	Jeferson R. Henriques	067426019-31	Semus	3381-6030	
12	Edson Luiz Wejcelevis	797.055.549-04	Conseg Bade Fort	99146-4773	
13	Wagner Roth	208 011 779-53	Saúde - Reg. Badenfurt	9-9982-9225	
14	Orlando Brand	308061779-34	Conseg - Bad.	99181-2701	
15	Sheila S. Pereira	433.938.478-68	Esc. Guido Schindler	33236716	
16	NEVES	438.986.229-91	P. Civil	9971/8797	
17	Valeska A. Comicholi	416347412953	SEMUS ESTAMANDO ODESBUCHT II	3323 6762	
18	Orlando Schneider	309.172.849-04	CONSEG	9999-0065	
19	José de Souza	652233624	VEREADOR	91354477	
20	JUAN BATISTA	828138179-53	Conseguel	99791903	

SENAD FIOCRUZ COMEN

2



PREFEITURA BLUMENAU — Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 7 - Região Badenfurt, Testo Salto e Salto do Norte

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 26 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
21	Ivaci de Oliveira	563353429-87	Hemfarmazinho	991610892	
22	Vilma Herkenhoff	517133.489-49	Bom Sossego	99963-8660	
23	Mayara Moletta	069 948 399-59	Badenfurt	9117-1380	
24	Eliz Aj: Machado	393699 21934	Conseg Badenfurt	79114 2931	
25	Sergio de S. [illegible]	[illegible]	CC. Badenfurt	9915(8494)	
26	Ivilda Stanik	9 01932725-936	CONSEG Badenfurt	996044854	
27	[illegible]	046.11.48.70	[illegible]	9 9414-6167	
28	Giovani M. Gomes	312566699-2	[illegible]	99263858	
29	Catarina Correia	[illegible]	[illegible]	[illegible]	
30	Leni Hoetz	407 775 809 87	11	99152-4734	

SENAD — FIOCRUZ — COMEN — 3



PREFEITURA BLUMENAU — Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 7 - Região Badenfurt, Testo Salto e Salto do Norte

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

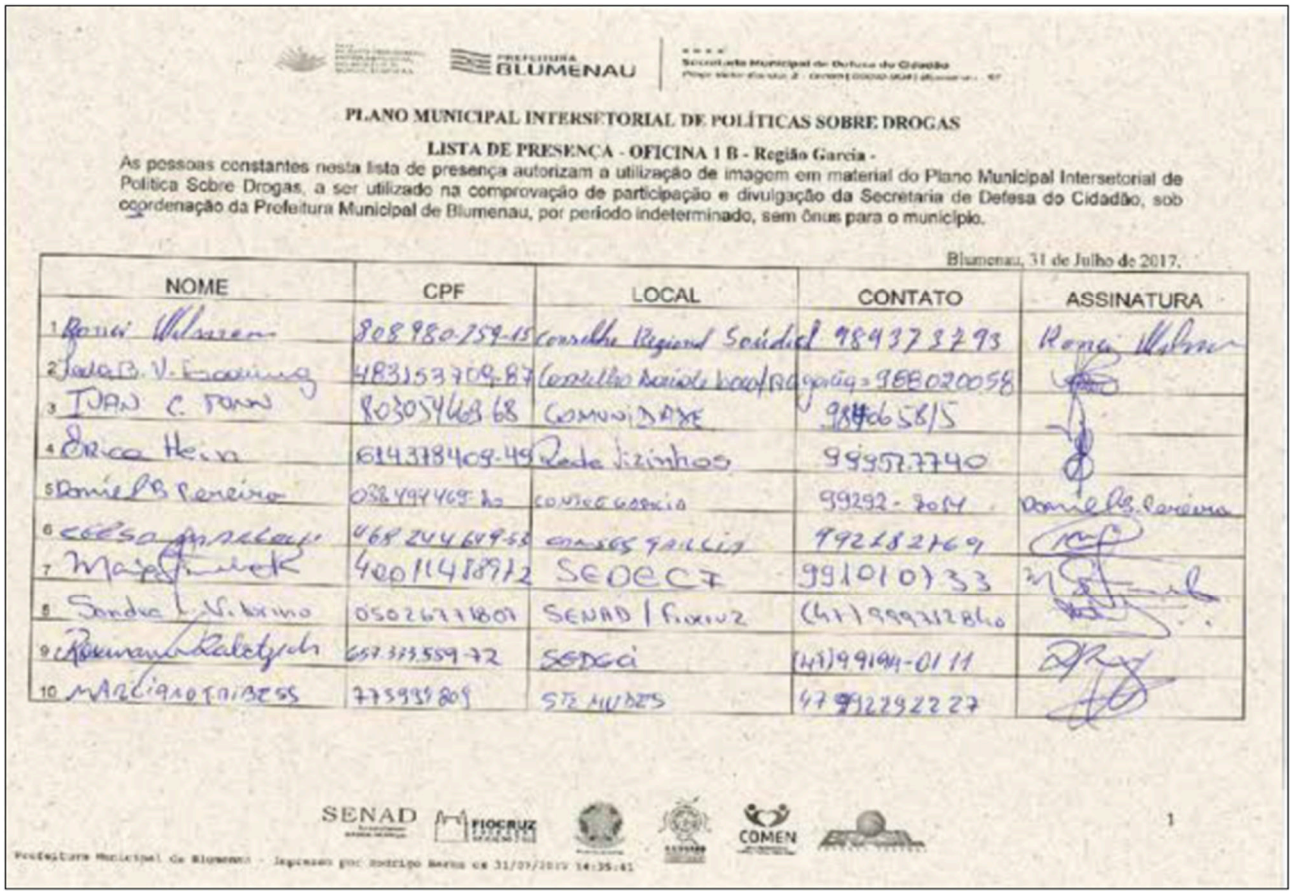
Blumenau, 26 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
31	Vanio de Souza	056 217 949-05	Amaba	47-99653 3069	
32	Cleonice P. Neves	026 214 208-66	SEDECI	99995-8890	
33	Raimundo Lucas	399824 47 4988	CONSEG	99603 6651	
34	Pedro Domingos Martins	048 974 069 58	PM/SC	992329842	
35	Maria Sandra	400.114.889-72	SEDECI	99101 0733	
36					
37					
38					
39					
40					

SENAD — FIOCRUZ — COMEN — 4

Fonte: Stanchack (2018, pp. 72-74)

Data: 31 de julho de 2017. Oficina 1B – Centro Social Urbano – CSU Garcia



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 1 B - Região Garcia -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

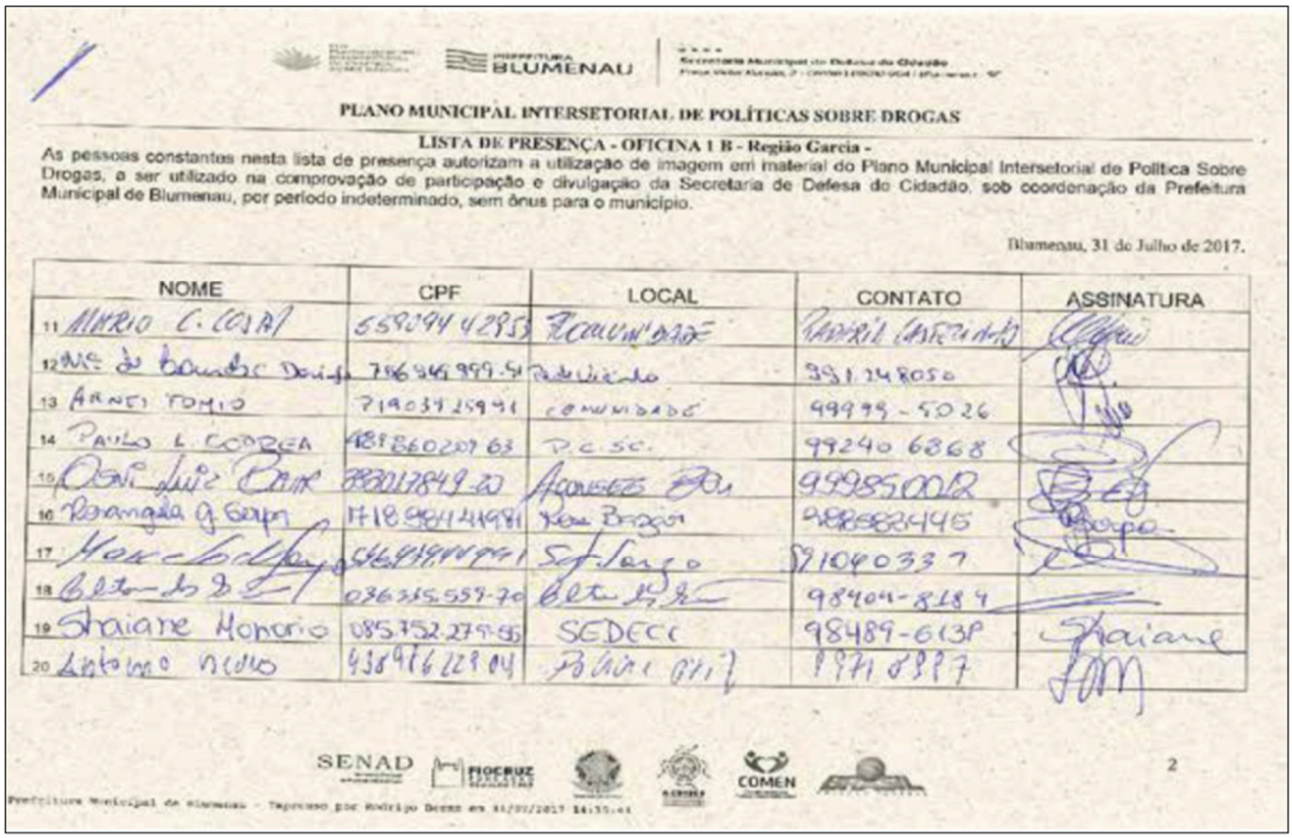
Blumenau, 31 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
1	Rosa Wilmsen	808.980.759-15	Conselho Regional Saúde	984373793	Rosa Wilmsen
2	Isabela B. V. Faccina	483.153.708-87	Conselho Saúde Local	988020058	
3	IVAN C. TOMM	803.054.468-68	COMUNIDADE	9846 5815	
4	Erica Heinz	614.378.409-44	Rede Vizinhos	99957.7740	
5	Daniela S. Pereira	038.494.469-20	CONSELHO GARCIA	99292-7014	Daniela S. Pereira
6	Celsa [illegible]	468.244.649-68	[illegible]	992182769	
7	Maja [illegible]	400.148.872	SEDEC7	991010733	
8	Sandra L. V. Barros	050.267.718-01	SENAD / FIOCRUZ	(41) 99931-2816	
9	[illegible]	657.373.559-72	SEDEC	(47) 99194-0111	
10	MARCIANO FAIBES	775.939.809	STE MUDES	47 9122 92227	

SENAD FIOCRUZ COMEN

1

Prefeitura Municipal de Blumenau - Impresso por Rodrigo Bezerra em 31/07/2017 14:35:41



PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 1 B - Região Garcia -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 31 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
11	MARIO C. COSTA	559.094.429-53	COMUNIDADE	[illegible]	
12	[illegible]	786.949.999-53	[illegible]	991.748050	
13	ARNEI TOMIO	719.039.259-91	COMUNIDADE	99999-5026	
14	PAULO L. CORREA	481.860.209-63	P.C.SC.	99240 6868	
15	[illegible]	880.017.849-20	[illegible]	99985002	
16	Rosangela G. Lopes	718.9811.414.981	Rua Brazil	988882445	
17	[illegible]	468.[illegible]	[illegible]	91040337	
18	[illegible]	036.315.559-70	[illegible]	98404-8184	
19	Graiane Honorio	085.752.279-95	SEDEC	98489-6138	Graiane
20	Antonio [illegible]	438.976.229-04	[illegible]	9971 8397	

SENAD FIOCRUZ COMEN

2

Prefeitura Municipal de Blumenau - Impresso por Rodrigo Bezerra em 31/07/2017 14:35:41

PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 1 B - Região Garcia -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 31 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
21	Eliezyda C. dos Santos	044004239 99	Sedeci - Projetos	(47) 99987 9190	
22	Marissa A. Hagimoyer	038807429-20	AG Garcia	(47) 3381-8506	
23	MERCADO PÚBLICO		PROGRESSO		
24	EDUARDO FORMENTO	075874259-26	Comunidade	33242350	
25	ROBERTO M. PEREIRA		GLORIA	3336-3530	
26	Fabiana O. F. Maciel	25391730805	SEMUS - Eq Técnica	3381-6028	
27	Zilma E. Pfeifer		COMUNIDADE	3336 5895	
28	Rodrigo Beltrão	003.837.219-09	SEDECI	98408-7899	
29	Salete Strasdeit	380.665.059-49	A-Conselho	37107811-7	
30	MAURÍCIO DA SILVA PEREIRA	702851019 00	CONSEG CENTRO E AMÉRICA	(47) 99937044	

SENAD FIOCRUZ COMEN

3

Prefeitura Municipal de Blumenau - Impresso por Rodrigo Beltrão em 31/07/2017 14:35:41

PREFEITURA BLUMENAU

Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão

9

PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

LISTA DE PRESENÇA - OFICINA 1 B - Região Garcia -

As pessoas constantes nesta lista de presença autorizam a utilização de imagem em material do Plano Municipal Intersetorial de Política Sobre Drogas, a ser utilizado na comprovação de participação e divulgação da Secretaria de Defesa do Cidadão, sob coordenação da Prefeitura Municipal de Blumenau, por período indeterminado, sem ônus para o município.

Blumenau, 31 de Julho de 2017.

	NOME	CPF	LOCAL	CONTATO	ASSINATURA
31	Wilson Dias		CONSEG GARCIA	47/99761442	
32	Maria de Fátima dos Santos		SEMUS -	47/98808836 4	
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					

SENAD FIOCRUZ COMEN

4

Prefeitura Municipal de Blumenau - Impresso por Rodrigo Beltrão em 31/07/2017 14:33:41

Fonte: Stanchack (2018, pp. 75-76)

ANEXO B – Documentos comprobatórios oficinas 2017: Fotos

Oficina Comunitária 1 - Local: Centro Social Urbano - CSU Garcia



Fonte: Stanchack (2018, p. 16)

Oficina Comunitária 2 - Local: Colégio Hercílio Deeke – Rua José Reuter, 581 – Velha.



Fonte: Stanchack (2018, p. 19)

Oficina Comunitária 3 – Local: SEST/SENAT. Rua Ricardo Georg, 277 – Itoupava Central



Fonte: Stanchack (2018, p. 21)

Oficina Comunitária 4: Associação dos Moradores da Rua Francisco Vahldieck – Rua Soldado Luiz Bertolini, 142 - Fortaleza



Fonte: Stanchack (2018, p. 23)

Oficina Comunitária 5 - Local: EBM General Lúcio Esteves – Rua Benjamin Constant, 630 – Escola Agrícola



Fonte: Stanchack (2018, p. 25)

Oficina Comunitária 6 - Local: Associação da Alumetal – Rua Leoberto Leal, 291 – Vorstadt



Fonte: Stanchack (2018, p. 27)

Oficina Comunitária 7 - Local: Associação de Moradores do Badenfurt – AMABA Rua Bernardino José de Oliveira, 616 - Badenfurt



Fonte: Stanchack (2018, p. 29)

Oficina Comunitária 1 B - Local: Centro Social Urbano - CSU Garcia



Fonte: Stanchack (2018, p. 31)

Prefeitura de Blumenau

Secretaria de Desenvolvimento Social

COMEN
Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas

Cruz Azul no Brasil